



Governo do Estado da Bahia
César Borges

Secretaria do Planejamento
Ciência e Tecnologia
Luiz Carreira

Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Júnior



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Conselho Editorial

Cesar Vaz de Carvalho Júnior
Paulo Hermida Gonzalez
Edmundo Figueroa
Ângela Franco
Carlota Gottschall
Conceição Cunha
Renata Proserpio

Coordenação Editorial

Carlota Gottschall
José Sérgio Gabrielli de Azevêdo
Ubiratan Castro de Araújo

Normalização

Gerência de Documentação
e Biblioteca GEBI

Editoração

Designers Associados

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

Trimestral
ISSN 0103 8117

CDD 338.91
CDU 338.984

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador - Bahia
Fone: (0** 71) 370-4823/370-4704
Fax: (0** 71) 371-1853

<http://www.sei.ba.gov.br>
e-mail: sei.info@bahia.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente..... 10

Ubiratan Castro de Araújo

“Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea..... 24

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

O território do cacau no contexto da mundialização..... 38

Vitor de Athayde Couto

Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX..... 53

Angela Gordilho Souza

Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea.....74

Antonio Albino Canelas Rubim

A evolução da indústria fonográfica e o caso da Bahia..... 90

Paulo Henrique de Almeida / Gustavo Casseb Pessoti

Terceiro setor: um novo espaço de sociabilidade pública?..... 109

Oswaldo Barreto

Fotografias da Bahia..... 120

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, instituição vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, apresenta, nas 39ª e 40ª edições da *Bahia Análise e Dados*, dois números especiais: **Leitura da Bahia I e II**. Atendendo ao seu compromisso social de produzir e divulgar informações sobre o Estado da Bahia, a SEI promove um debate diversificado sobre os principais elementos que hoje configuram a sociedade baiana e amplia aquele relativo a seu passado, com a inclusão de estudos de cunho histórico. Emerge destes textos um retrato polêmico da atualidade, com abordagens temáticas que abrangem desde o perfil histórico que contribuiu para dar forma ao mercado de trabalho na RMS, passando pela conformação de uma territorialidade espacial, cultural e demográfica, até o traçado dos caminhos que estabeleceram os marcos setoriais que balizam a economia estadual neste final de século.

Os artigos publicados nesta edição — **Leituras da Bahia I e II** — constituem-se, desse modo, não somente em instrumentos de consulta e referência mais imediata, de efetiva importância para o planejamento governamental, como também em fontes de reflexão, que, esperamos, possam nutrir novos estudos com vistas a responder sempre mais precisas e operantes às questões postas pela nossa realidade em face aos desafios da atualidade global, ágil, informatizada, perpassada por fluxos, imagens, mas ainda comportando instâncias que exigem soluções locais e cotidianas.

Para a realização destes números especiais foram convidados alguns dos principais pensadores da nossa sociedade. Cumpre-nos expressar-lhes aqui o nosso agradecimento, sobretudo à historiadora Kátia Mattoso, que nos autorizou a publicação do seu artigo 'Sociedade Escravista e Mercado de Trabalho: Salvador, 1850 – 1868'. Cabe-nos também agradecer as instituições que nos concederam direito de uso das fotos que ilustram as publicações.

INTRODUÇÃO

Olhar a Bahia de frente, ler nas entrelinhas da história as suas configurações e identidades, este foi o propósito que reuniu os autores deste número especial da revista *Bahia Análise e Dados - Leituras da Bahia I*. Estava fora de questão produzir mais uma coletânea de textos panorâmicos que reproduzissem uma história linear da Bahia, dos descobrimentos à Timbalada. O que buscávamos todos, a partir de referências disciplinares diferentes e de recortes temáticos variados, era apreender a complexidade da formação histórica regional deste estado chamado Bahia.

Desde a ocupação portuguesa inicial no século XVI, conformou-se um território reconhecido como baiano e articularam-se os vários mercados locais para a constituição de uma economia regional. Castro de Araújo apresenta, em *A Baía de Todos os Santos, um sistema geo-histórico resistente*, Salvador e seus recôncavos, articulados pela baía de Todos os Santos, como o núcleo dinâmico que centralizou este grande território que se podia circular na “viagem redonda”. O dinamismo deste sistema foi assegurado pela navegação à vela, pelo engenho de açúcar e pela escravidão dos africanos e dos seus descendentes. Depois de 1850, este incorporou progressivamente a tecnologia da navegação a vapor e dos caminhos de ferro, sendo finalmente desarticulado a partir dos anos 50 do século vinte pelo advento das tecnologias ligadas ao petróleo. A instalação da indústria de extração e, refino e, posteriormente, do complexo petroquímico no Recôncavo da baía, e a utilização intensiva do asfalto e do combustível permitiram um outro surto de “rodoviarismo” que revolucionou o sistema de transportes, quebrando

antigas centralidades e reconfigurando o espaço regional baiano.

Guerreiro de Freitas, discute, em *“Eu Vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea*, as microrregionalidades específicas que se desenvolvem no interior dos randes limites do Estado. A dinâmica dessa diferenciação intra-regional foi assegurada pelos meios de transporte e pelas políticas praticadas em torno deles. Hidrovias, ferrovias e, principalmente, as rodovias do século XX, terminaram por quebrar a centralidade do sistema da Baía de Todos os Santos, fazendo da Bahia um espaço regional aberto, o que permitiu às microregiões emergentes uma dupla dinâmica de integração, diretamente nas redes nacionais e globais — ao mesmo tempo, todas ainda “vêm à Bahia”.

Esta nova regionalidade aberta é analisada atentamente por Athayde Couto no seu artigo *O Território do Cacau no Contexto da Mundialização*. Este território, entendido como sistema agrário complexo, que vai mais além da presença física do cacaueiro como afirma o autor, foi inicialmente constituído como uma monocultura exportadora e como tal voltado para o mercado mundial, porém atrelado pela cabotagem e pelo porto ao sistema da Baía de Todos os Santos. Ao longo deste século, este complexo sistema agrário foi sacudido por várias crises e a cada uma delas reagiu com um dinamismo próprio na busca por completar a sua cadeia produtiva e por diversificar sua economia regional, articulando-a diretamente aos mercados nacionais e mundiais.

São Salvador da Bahia, antiga cabeça do Brasil, centro administrativo, núcleo de serviços e porto da economia regional de uma Bahia agro-exportado-

ra, experimentou, a partir dos anos 30, espetaculares mudanças que a fizeram saltar da condição de uma pacata cidade provinciana, que contava com um pouco mais de 200 mil habitantes, para a situação, hoje, de uma região metropolitana com mais de 2 milhões e meio de habitantes. Gordilho de Souza mostra com detalhes as transformações impostas a uma cidade que teve que dar suporte urbano ao desenvolvimento industrial — cujo pólo dinâmico era o complexo petrolífero instalado no Reconcavo da baía — pagando o alto preço tanto do déficit habitacional quanto das péssimas condições de moradia para a grande maioria da população pobre, segregada nas áreas desprovidas ou mal servidas de equipamentos e serviços urbanos. Os tempos da globalização, além de agravar os problemas da cidade dormitório, trouxeram consigo uma nova forma de exploração deste espaço urbano, todo ele transformado em uma cidade — mercadoria a ser consumida por um público global.

A mesma dinâmica que fez do antigo centro mais um pedaço deste espaço aberto, tornou-o também lugar de produção de cultura capaz de imprimir uma nova face à Bahia, para si própria, para o Brasil e para o mundo. Canelas Rubim acompanha a transfiguração da provinciana e conservadora cidade Cidade do Salvador em um moderno centro produtor de artes, de discursos e de comportamentos que, graças à comunicação e à mídia, terminaram por criar um espaço cultural redefinido como baiano, cujos limites transbordam largamente o antigo espaço geográfico, fazendo da baianidade um produto nacional e global. Hoje, a Bahia é também jogar os búzios em Buenos Aires, ouvir o Olodum em Nova Iorque, ver a beleza do Ilê Ayê em Paris. Oropa, França e Bahia, por que não, modernistas de São Paulo?

Dentre outros suportes que veiculam a exportação de produtos culturais baianos, destaca-se a indústria fonográfica que permite a difusão do axé, do pagode, do samba-reggae, e do

rock trioeletrizado. Almeida e Pessoti mergulham no estudo da indústria fonográfica e dos mercados de música para fazer emergir as potencialidades de Salvador como centro produtor, capaz de adaptar-se a cenários futuros. Os suportes devem mudar, mas os produtores podem sobreviver nos novos mercados de uma música cada vez mais intangível, volátil, ao mesmo tempo local e global, robotizada e customizada, baratíssima e de fácil manipulação.

Esta mesma cidade do portal axé é também a cidade em que a população pobre, empurrada para os espaços urbanos mais precários e menos assistidos, articula-se nos espaços globais por intermédio de uma variedade de organizações não-governamentais, associações privadas que prestam serviços públicos. Barreto analisa a ação das ONGs como um terceiro setor capaz de interpor-se entre o mercado e o Estado para lidar com as crescentes necessidades das populações mais necessitadas. Para a mobilização dos recursos financeiros e humanos indispensáveis à consecução de tais objetivos, essas organizações constroem redes de apoio e solidariedade em escala mundial, o que lhes assegura maior autonomia de ação e, ao mesmo tempo, vincula-as à execução de linhas de ação social que expressam prioridades definidas em espaços decisórios supra-nacionais. Esta é a globalização dos pobres.

Esperamos que a imagem multifacetada de uma Bahia de ontem e de hoje possa contribuir para uma reflexão que oxigene os corações e as mentes de todos quantos projetem e executem as ações de construção do futuro. A voz do povo pela música popular diz que:

*O Olodum está hippie
O Olodum está pop
O Olodum está reggae
O Olodum está rock
O Olodum pirou de vez.*

E com a Bahia, o que teria acontecido? Desenraizada, virtualizada e internacionalizada? Haveria ainda nexos entre a Bahia com H e o Axébahia? Na modorrenta, escravista e mercante cidade Cidade da Bahia do século XVII, dizia o poeta Gregório de Mattos — *Triste Bahia, ó quão desse melhante*.

Hoje, na soleira do século XXI, não poderíamos dizer também — *Eletrizante Bahia, ó quão desse melhante!*

Ubiratan Castro de Araújo

*Doutor em História. Universidade de Paris - Sorbonne.
Diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA*

A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente

Ubiratan Castro de Araújo*

Eno começo tudo era Kirimurê, grande mar interior dos Tupinambá. “Uma grande bacia, que mede cerca de 12 léguas de extensão sobre 6 em sua maior largura, com vasto ancoradouro capaz de reunir abrigadamente todas as esquadras do mundo; variando a profundidade entre duzentas até mil braças” (Aguiar, 1979, p.300). *Igapebas* e *igaras*¹ flutuavam dentro da baía e nos rios afluentes em busca do pescado. Muitas delas se aventuravam na vizinha costa oceânica para o norte e para o sul, em antiga cabotagem.

No ano cristão de 1501, no primeiro dia de novembro, a primeira *igaraçu*² cruzou a barra da baía para rebatizá-la baía de Todos os Santos. Eram ao todo três os navios que compunham a expedição do português Gonçalo Coelho e do florentino Américo Vespúcio. Sua missão era fazer o reconhecimento das terras ocidentais do Atlântico Sul, das quais se tinha notícia através dos relatos da expedição do espanhol Hojeda e do português Cabral. Os navegadores descobriram as qualidades de Kirimurê e seus habitantes: bom porto, lugar de reabastecimento fácil, população hospitaleira. Aqui descansaram por 27 dias e, ao sair, ensinaram aos Tupinambá a escravidão, comprando-lhes dez prisioneiros de guerra que venderam na Europa (Bueno, 1998, p.47).

Um porto na rota das navegações oceânicas e um ponto de trocas integrado na rede de mercados que se encadeavam ao emergente capitalismo europeu – desde então caiu irreversivelmente sobre Kirimurê o vaticínio de tornar-se baía de Todos os Santos.

Entre 1501 e 1549 as águas da baía tupinambá eram refúgio da navegação européia, mas as terras ainda eram dos nativos, como bem atestam as notícias da feitoria livre e cosmopolita de Diogo Álvares, o Caramuru, e sua esposa tupinambá, Paraguaçu, e seus índios e seus franceses e seu poucos portugueses, salvos de naufrágio ou aqui abandonados por Martim Afonso. Ponto de troca de pau-brasil com os franceses e com os espanhóis, era de pouca serventia econômica para o império manuelino, aliás império indiano, império da pimenta. O excesso de frequência destas águas por outros europeus passou a exigir dos conquistadores portugueses a ocupação exclusiva deste ponto geográfico estratégico para a carreira da Índia. A primeira tentativa de conquistar as terras para o uso exclusivo dos portugueses começou com a assinatura, em Évora, da carta de doação da Capitania da Bahia de Todos os Santos³ a Francisco Pereira Coutinho, no dia 26 de agosto de 1534, e terminou em 1540, com o incêndio dos poucos engenhos de açúcar, levantados nas cercanias da atual cidade do Salvador, pelos tupinambá, que assim reagiram às tentativas do donatário e seus protegidos de escravizá-los (Araújo, 1992).

A conquista da baía

Convencido enfim de que a privatização do Brasil não atendia aos desígnios da conquista portuguesa do Brasil, em dezembro de 1548 o rei D. João III publicou um regulamento pelo qual criava um governo geral para o Brasil na Bahia de Todos

os Santos. Compreendera que era preciso uma intervenção organizada do Estado português para assegurar o domínio sobre as terras do Brasil. Para tanto deveriam ser constituídas uma sociedade e uma economia capazes de, ao mesmo tempo, integrar-se no império marítimo português e expandir-se para o interior das terras americanas. Os elementos componentes desse sistema eram:

a) uma cidade fortaleza plantada na entrada da baía, sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas;

b) uma rede de engenhos fortificados implantados em todo o recôncavo da baía, interligados por via aquática à cidade;

c) um sistema de navegação interior capaz de interligar cada engenho à cabeça do sistema;

d) a conexão com um sistema de rotas de navegação transcontinental, através de um porto bem situado na borda ocidental do Atlântico.

A chegada do governador Tomé de Souza, a 29 de março de 1549, marcou o início da construção da Cidade de São Salvador na Bahia de Todos os Santos. O empreendimento foi planejado e cuidadosamente coordenado a partir de Lisboa. No ano anterior, tinha sido enviado à Bahia o capitão Gramatão Teles, que tomou conhecimento da desagregação da Vila do Pereira e que negociou com Diogo Álvares, o Caramuru, a adesão deste e de sua família mestiça à construção da cidade. Essa providência garantiu ao Governador Geral um desembarque sem resistência indígena, contando mesmo com a colaboração de tupinambás parentes e do círculo de influência de Caramuru e Paraguaçu.

Tomé de Souza, o Governador, trazia consigo na *Armada do Brasil* cerca de mil homens, os recursos humanos e materiais necessários aos trabalhos para a construção da *urbis* e para o funcionamento da *pólis*. Salvador deveria nascer como cidade e como capital da América Portuguesa. Desembarcados, com empregos, salários e funções já especificadas, era preciso levantar o núcleo urbano inicial, e isso eles fizeram. Já em maio do mesmo ano, o Mestre Luís Dias – arquiteto construtor da cidade – havia feito o arruamento da Praça Municipal e levantado as cercas de paus, os muros grossos de taipa e os baluartes com canhões para defender a nova cidade de ataques indígenas por terra e de ataques piratas por mar.

No entanto, a tarefa de Tomé de Souza não era apenas a de construir uma cidade. Fazia-se necessário conquistar o entorno da baía. No *Regimento de Tomé de Souza, 17/12 /1548*, o rei ordena a conquista da terra que vai seis léguas pelo litoral norte até Tatuapara, atual castelo de Garcia d'Ávila, e cinco léguas pelo sertão, até a entrada do Peraçu, e dentro da baía a ilha de Taparica e outras três mais pequenas. As ordens são detalhadas: para os tupinambá mansos, o trabalho; para os rebeldes, o castigo,

(...) destruindo-lhes suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que baste para seu castigo e exemplo de todos, e daí por diante pedindo vos paz lha concedais dando-lhe perdão, e isso será, porém, com eles ficarem sujeição e vassalagem e com encargo de darem em cada um ano alguns mantimentos para a gente da povoação e no tempo que vos pedirem paz trabalhareis por haver a vosso poder alguns dos principais que foram no dito levantamento (em 1545, contra Francisco Pereira Coutinho) e este mandareis por justiça enforcar nas aldeias donde eram principais (Tapajós, 1966).

E assim, a partir da cidade recém-fundada, empreendeu-se a conquista das terras do recôncavo da baía. Desencadeou-se uma guerra sem tréguas contra os Tupinambá, que os expulsou da sua terra ou os escravizou para o serviço nos engenhos de açúcar, que progressivamente iam se levantando. Essa guerra foi mais violenta depois da partida de Tomé de Souza em 1553, com a vinda do seu sucessor Duarte da Costa (1553-1558) e, depois dele, do terceiro Governador Geral Mem de Sá. Dizia este, em seu Instrumento de Serviços, que tinha achado a terra em guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade, pelo que viviam apertados e necessitados por não terem peças,⁴ e descontentes da terra. O jesuíta Nóbrega concordava com o diagnóstico do governador, ao afirmar que os colonos portugueses não ousavam se espalhar pela terra para fazerem fazenda, mas viviam nas fortalezas, como fronteiros de mouros ou turcos sem povoar ou aproveitar senão as praias (Pinho, 1941).

Nesse momento de apogeu do império manuelino, a rede de feitorias implantadas estrategicamente ao longo da costa ocidental e oriental africanas, na

península arábica e na costa indiana, assegurava aos portugueses o controle do fluxo das mercadorias desse novo comércio. No entanto, não havia perspectivas de uma territorialização desses domínios com desenvolvimento de colônias auto-sustentadas. Na face arcaica do império manuelino, os portugueses mantinham também uma secular guerra santa contra os mouros na costa marroquina. Confinados em fortalezas como Arzila e Marzagão, saíam em razias, interferiam nas guerras locais e aliavam-se a chefes locais dissidentes, sem, entretanto, conseguirem instalar-se continuamente em território mouro.

(...) a prática do saque sistemático dos campos limitou as possibilidades do estabelecimento de zonas de "mouros de pazes", contrariando uma política definida pelos reis portugueses. Assim, as praças africanas acentuaram, com o tempo, as suas características de instalações militares com propósitos de controle do comércio marítimo da região, agravando-se progressivamente o seu alheamento face às regiões do interior (Bethencourt, 1998, p.342).

Para Nóbrega, era preciso evitar que o português se resignasse a implantar mais uma feitoria forte, mais uma cidade sitiada. Era preciso, para ele, que os cristãos se estendessem terra a dentro, fizessem suas fazendas e criações, senhoreassem e despejassem todo o gentio e repartissem entre si os serviços dos índios que conseguissem conquistar e senhorear (Pinho, 1941).

E assim foi feito. Várias e cruentas foram as guerras de Mem de Sá: a guerra do Curupepa, a guerra de Jaguaripe, a guerra do Boca Torta, a guerra dos Ilhéus e a guerra do Peroaçu ou Paraguaçu. Ao final dos três primeiros governos gerais, as terras do recôncavo da baía já tinham sido apropriadas pelos colonos e os seus antigos proprietários passaram a ser chamados de gentios. Muitos destes foram expulsos para um raio superior de 40 léguas do recôncavo, todas a tribos indígenas. Dos que foram subjugados, poucos sobreviveram aos primeiros 20 anos de contato. "O balanço é realmente chocante: as 40.000 almas que teriam sido

reunidas nas várias igrejas estabelecidas seriam, se muito, 3.500 no início da segunda metade do século XVI (Carvalho, 1998, p.50)."

E assim, a portuguesa baía de Todos os Santos venceu a índia Kirimurê.

Paisagem de terras e águas

A Cidade do Salvador foi o centro urbano da Bahia de Todos os Santos. Não é à toa que se consolidou na memória popular sua denominação como Cidade da Bahia. Nela se desenvolveram as atividades administrativas, eclesiásticas e de defesa, a construção e reparação de naus para a carreira da Índia, a construção das embarcações para a navegação dentro da baía e os serviços de apoio ao porto. Ela foi também o grande mercado deste núcleo colonial. Foi o mercado exportador e importador, foi o mercado de escravos, foi o mercado dos produtos de boca que alimentavam a cidade, as frotas e as populações do próprio recôncavo da

Bahia. Em 1585, esse complexo urbano estava em pleno funcionamento: o centro administrativo, os armazéns, os fortes, as 62 igrejas, as 3 abadias, os 3 estaleiros. A Bahia era a cidade do Rei, a corte do Brasil. Nela habitavam o bispo, o governador geral, o ouvidor geral e demais magistrados e funcionários reais. Bem abastecida de produtos alimentares, por ela exportava-se o melhor açúcar de toda a costa do Brasil e as mais variadas e numerosas madeiras e plantas aromáticas.

A ocupação econômica do espaço constituído pela baía e seu entorno, desde a fundação da Cidade do Salvador, já delineava as teias deste complexo território da baía de Todos os Santos. Em 1570, o cronista Pero de Magalhães Gandavo identificou 18 engenhos em funcionamento. Segundo ele,

A principal onde residem os do governo da terra e a mais da gente nobre, he a Cidade do Salvador. Outra está junto da barra, a qual chamão Villa Velha, que foi a primeira povoação que ouve nesta Capitania. (...) Quatro léguas pela terra dentro está outra que se chama Paripe que tam-

bém tem jurisdição sobre si como cada uma das outras. Todas estas Povoações estão situadas ao longo de uma baía mui grande e fermosa, onde podem entrar seguramente quaesquer náos por grandes que sejam; a qual he tres léguas de largo, e navega-se quinze por ella dentro. Tem dentro em si muitas ilhas de terras mui singulares. Divide-se em muitas partes, e tem muitos braços e enseadas por onde os moradores se servem em barcos para suas fazendas (Gandavo, 1980)

Em 1584, o jesuíta José de Anchieta indicava a existência de 40 engenhos e o cronista Gabriel Soares de Souza atesta o funcionamento de 36 engenhos, a construção de mais 4 e a existência de 8 casas de cozer meios. Segundo Gabriel Soares, o transporte por via aquática funcionava muito bem. Podiam-se contar mais de 1.400 embarcações em serviço dentro da baía.

E são tantas as embarcações na Bahia, por que se servem todas as fazendas por mar; e não há pessoa que não tenha seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha 4 embarcações para cima; e ainda com elas não são bem servidos (Souza, s.d., cap. XXXII).

Ao longo do século XVII os relatos de viajantes atestam a importância e o desenvolvimento da Bahia de Todos os Santos. Em 1610, Pyrard de Laval viu uma cidade bem edificada, exportadora de muito açúcar e muito bem abastecida em carnes e vegetais do seu Recôncavo. Por isso transformou-se em alvo prioritário da cobiça da holandesa Companhia das Índias Ocidentais. O cronista holandês Gaspar Barléu diz que, por volta de 1638,

“Também incitavam o Conde (Nassau) os diretores europeus, apertando-o de contínuo para realizar a conquista da Bahia, na qual levava a mira. Era ali, diziam eles, o principal refúgio dos portugueses; era ali que se dava a máxima atenção à resistência contra o invasor e à honra do rei da Espanha; em nenhuma outra parte havia mais engenhos de açúcar e presa mais rica; com aquela vitória poderia o Brasil dentro em breve estar todo sujeito à Holanda, e nenhuma outra cidade galardoaria mais dignamente os vencedores e causaria mais danos certos ao adversário (Barléu, 1974).

Ao fim do século XVII, os relatos de Coréal (1685), Froger (1696) e William Dampier (1699) descrevem uma cidade próspera, de comércio muito abastado, intenso tráfico de escravos, bem abastecida pelo seu *hinterland* em gêneros alimentícios e em produtos de exportação. Dampier destaca o notável comércio:

(...) via-se na Bahia grande número de negociantes. Trinta navios estavam fundeados no seu porto, guardados por duas

naus de guerra, exceptuando-se duas embarcações negreiras prontas para singrar para Angola. Havia também uma grande quantidade de barcos pequenos, de cabotagem, constantemente a entrar e sair do porto (UFBA, 1979).

No século XVIII, o núcleo da Bahia de Todos os Santos, além de exportadora dos açúcares e dos produtos do Sertão, impõe-se então como centro de escoamento do ouro das Minas Gerais. Na *História da América Portuguesa*, o cronista Sebastião da Rocha Pita descreve a riqueza deste antigo núcleo colonial.

Na Cidade do Salvador, nos anos vinte dos setecentos, contavam-se seis mil fogos e vinte e oito mil vizinhos capazes de Sacramentos, qualificada nobreza e luzido povo. (...) a Segunda cidade em importância do Império Português, só superada por Lisboa.

O comércio que lhe resulta dos seus preciosos gêneros e da frequência das embarcações dos portos do reino, das outras conquistas, e das mesmas províncias do Brasil, trocando umas por outras drogas, a faz uma feira de todas as mercadorias, um empório de todas as riquezas e o pudera ser de todas as grandezas do mundo, se os interesses do Estado e da monarquia lhe não impedira a navegação com as nações estrangeiras (UFBA, 1979).

O seu Recôncavo é tão culto e povoado, que se lhe descreverá as fábricas e lhe numeráremos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas e não, poucos algarismos; porém reduzindo a sua narração e breves cláusulas e letras, diremos que existem nele cento e cinquenta engenhos, uns de água, outros de cavalos, fazendo cada ano e um por outros, quinze e dezesseis mil caixas de açúcar de muitas arrobas cada uma, além de inumeráveis feixos e caras. (...) Há muitas casas de cozer os meios para os açúcares batidos, outras para os re-

duzir a águas ardentes. Descobrem-se dilatados campos plantados de tabacos, vários sítios ocupados por mandiocas, outros cultos com pomares e jardins. De todo o gênero de artífices há mestres e oficiais, de que aqueles moradores se servem, sem os mandar buscar na cidade. O número das pessoas que habitam o recôncavo, onde reside a maior parte da nobreza, os trabalhadores, os escravos que andam no serviço dos engenhos, das canas das outras lavouras, e os que servem nas casas, excede o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes de Sacramentos (Pita, 1976).

No começo do século XIX, o viajante francês Tollenare emociona-se com a paisagem da baía de Todos os Santos.

A vista da Baía de Todos os Santos é uma das mais belas que se pode contemplar; julgo-a superior à do Tejo; é tanto ou mais ainda extensa, e todavia os planos se apresentam muito mais distintos.

A costa do continente corria quase de N.E. para S.O; para penetrar na baía urge dirigir-se inteiramente para o Norte. À direita está o cabo de Santo Antonio, na extremidade do qual se eleva uma forte e um farol. O cabo é formado pelo flanco de montanhas escarpadas de umas 200 toesas de elevação, todo coberto de verdura e de casas de campo. À esquerda está a bela ilha de Itaparica, com seis léguas de comprido e duas de largo, cujo terreno montanhoso e arborizado se presta a todas as culturas; contém vários povoados e numerosos estabelecimentos agrícolas. O canal que separa a ilha do cabo tem apenas duas léguas; daí o olhar abarca quase toda a extensão da baía, que tem pelo menos vinte léguas em volta, e na qual despejam inúmeros rios, de margens pontilhadas de povoados e algumas cidades importantes (Tollenare, 1956).

Em 1838, quando a Bahia já não mais era parte do Império Português, tornando-se então uma das principais províncias do Império do Brasil, o viajante francês Ferdinand Denis retrata com detalhes esse complexo socioeconômico em funcionamento. Vê primeiramente as terras produtivas do entorno da baía:

Mas, sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, de que a província teve o nome, ela pode ter trinta léguas de cir-

cuito. É ali que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil a mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes conhecem pelo nome de massapê, e cuja fertilidade, tornada proverbial, parece inexaurível, é o que principalmente se reserva à cultura da cana de açúcar (Denis, 1980).

Além das terras da Bahia, percebe também a importância de suas águas como elemento central deste território.

Mas se o território se presta assim a todos os esforços da agricultura, se raros são os gêneros coloniais que ali não prosperam, também nenhuma região é mais própria para sua exportação. A Baía de Todos os Santos é um grande lago, cujas águas vão procurar junto das habitações os ricos produtos que ali se obtêm; e se as ditas águas não banham toda a extensão do Recôncavo, pequenos rios navegáveis descem do interior e formam outros tantos canais naturais, que diariamente trazem um novo tributo de abundância ao porto que os recebe (Denis, 1980).

Vários são os pequenos rios como o Vermelho, Sergipe, Jacaraí, Pirajá, Matuim, Pitanga, Paranami- rim, por onde circulam canoas e lanchas carregadas de cocos, cordoalhas de piaçava, tabaco e açúcar. Subindo o caminho das águas doces do rio Paraguaçu, o maior afluente dessa baía, constitui-se um território interiorano desta Baía de Todos os Santos.

Mas, entre Itaparica e a Ilha dos Frades, há um espaço cuja extensão a vista não pode medir; é lá, na distância, que se agrupam barcos mais numerosos, e onde parecem cortar as águas mais vagarosamente; quase todos vêm da populosa cidade de Cachoeira e descem o Paraguaçu. O Paraguaçu é o mais considerável da Baía de Todos os Santos; é a fonte perpétua de abundância; e, sem embargo de sua pouca extensão, mais importante, comercialmente falando, do que muitos rios da América. O Paraguaçu tem as suas nascentes na vizinhança da Serra da Chapada, limite da vila central de Contas; recebe uma multidão de tributários pouco consideráveis, e forma uma grande cascata quando é obrigado a transpor uma parte da Serra de Sincurá; recebe o Uná, cujas águas são abundantes, forma uma segunda cascata, e, depois de ter passado pelas cidades de Cachoeira e Maragogipe, entra sossegadamente na baía, junto do meio da costa ocidental, depois de banhar uma das mais abun-

dantes regiões do Brasil, se não a mais bem cultivada (Denis, 1980).

Alguns anos depois da visita de Ferdinand Denis, em 1842, o território ampliado da Baía de Todos os Santos recebeu importante alento com a descoberta do diamante na Serra do Sincurá. O desenvolvimento das lavras diamantinas fará renomear toda essa área interior de Chapada Diamantina.

Qual um viajante estrangeiro, no século XX, a historiadora Katia Mattoso constrói uma descrição maravilhada deste mar interior, que resume poeticamente as várias descrições deste território da Baía:

A baía de Todos os Santos é um mar interno para saveiros e canoieiros, canoas e tábuas, jangadas e balcões de todo tipo que raramente se aventuram a passar da perigosa barra que os separa do oceano sem limites, "Mar Grande" das poderosas e grandes embarcações. A cada um sua tarefa: naus, fragatas, navios e bergantins vindos de além das Ilhas, podem desprezar a barra e trazer

da Europa, da África e da Ásia, suas "peças" de ébano, seus produtos de luxo, mas são os marinheiros do Recôncavo que garantem a subsistência diária e as trocas de todos os dias. Marinheiros de um mar interno quase tão impetuoso como o seu irmão, Oceano, marinheiros de rios mais calmos que se afundam como dedos para o interior das terras, amam os cais de sua cidade, as praias de sua baía. Pescadores ou transportadores de bens, conhecem as inúmeras riquezas de sua terra e sabem das traições de suas águas, de seus céus. Vivem do ritmo próprio dessas terras internas das quais conhecem a imensidão e as necessidades. São os irmãos do roceiro que planta a mandioca de seu sustento, ou o açúcar, o tabaco, o café e o algodão de seus fretes. Bahia e seu Recôncavo, de águas e terras molhadas por nevoeiros marinhos, são a boca atlântica de terras imensas que por ela respiram (Matoso, 1978, p.61).

As saídas da baía

Esse sistema da baía, desde o século XVI não se fechava em si mesmo. Era de sua vocação estar

aberto para o mercado mundial que se estabeleceu a partir da expansão européia. Era na verdade, do lado ocidental do Atlântico, o porto seguro, o núcleo de apoio necessário à ligação das rotas marítimas portuguesas, ao tráfico para a África e, posteriormente, à carreira das Índias.

Para a preferência dada à Baía contribuíram, entre outros factores, o seu estatuto de sede política e administrativa da colônia, uma maior proximidade do reino do que os portos

mais ao sul e a facilidade de contactos com a África Ocidental. É do francês Charles Dellon, que viajou, em 1676, de Goa até a América portuguesa, antes de chegar a Lisboa, a informação de que o porto brasileiro da Baía era, de entre todos do Brasil, o que apresentava melhores condições (Carvalho, 1998, p.154).

**Esse sistema da baía,
desde o século XVI
não se fechava
em si mesmo.
Era na verdade,
do lado ocidental
do Atlântico, o porto
seguro, o núcleo de
apoio necessário à
ligação das rotas
marítimas portuguesas,
ao tráfico para a África
e, posteriormente,
à carreira das Índias.**

Na verdade, o porto da Baía impôs-se como escala na Carreira da Índia, apesar das proibições formais aos capitães das naus de que fizessem escala no porto do Brasil. Apavorava o Conselho da Fazenda a possibilidade de con-

trabandos e descaminhos das preciosas especiarias orientais. Em 1635 esse conselho assim proibia as escalas atlânticas às naus da Carreira da Índia:

E q para não tomar porto em Angola, Santa Elena, Brazil, e Ilhas, convem trazerem as naos m.to mantim. nto e m. agoa em boas vasilhas porq. Por falta das dittas cousas nace tomarense os dittos Portos; quando não suçeder como alguas vezes acontese, por Cazos fortuitos, de desapare-lho, ou de desastre, q acontese à não, com q não, pode seguir a viagem sem conserto (Lapa, 1968, p. 9).

Exatamente por esses casos fortuitos os capitães desobedeciam a essas instruções e aqui arribavam regularmente para aguada, para reparos, para reanimação da tripulação e para algum comércio. Registraram-se então, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, 254 escalas documentadas de naus portuguesas no porto da Bahia. Porto alternativo na Carreira da Índia, a Bahia afirmou-se no entanto como o porto do Brasil, cabeça de um sistema atlântico, que se afirma no

século XVII com a reconquista de São Paulo de Luanda por Salvador Correia de Sá e sua gente brasileira. O Atlântico Sul torna-se um mar português por onde flutuaram açúcares, escravos e outras riquezas (Alencastro, 1998).

Para o desconhecido interior do Brasil o caminho estava também sendo aberto. Trazia Tomé de Souza em seu regimento a recomendação expressa de descobrir os sertões.

Porque havei por muito meu serviço descobrir-se o mais que puder ser pelo sertão a dentro da terra da Bahia, vos encomendo que tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer, ordeneis de mandar alguns bergantins toldados e bem providos do necessário pelos rios de Peraçu, de S. Francisco, com línguas da terra e pessoas de confiança, que vão por os ditos rios acima o mais que puderem à parte do oeste, e de como os puseram façam assentos autênticos, e assim dos caminhos que fizerem e de todo o que acharem do que nisto fizerdes e o que suceder me escrevereis miudamente (Tapajós, 1966).

Mais forte do que as ordens reais e do que a cobiça de aventureiros, a própria dinâmica de crescimento do núcleo colonial da Bahia impôs as primeiras diretrizes da interiorização da conquista portuguesa. Um primeiro elemento decisivo para a entrada nos interiores foi a necessidade de abastecimento alimentar para o expressivo contingente populacional que se concentrava naquele complexo assentamento colonial. Já em 1585, somente a população da cidade da Bahia contava 3.000 portugueses, 8.000 índios cristãos e 4.000 escravos da Guiné. Acrescente-se a essa população urbana os contingentes de escravos e livres empregados nos 40 engenhos e plantações de cana e os tripulantes dos 1.400 barcos e canoas e poderemos estimar em quase o dobro essa população para o conjunto da Bahia de Todos os Santos.

Alimentar toda essa população estava acima das possibilidades da prática portuguesa de estabelecimento do rocio em volta das vilas levantadas para a produção alimentar. As primeiras áreas de rocio da recém-fundada cidade foram imediata-

mente inibidas pela concessão de sesmarias suburbanas. Também o celeiro do recôncavo da baía, com a sua farinha de mandioca de cada dia, suas frutas e seus peixes, não bastava. O desenvolvimento da pecuária extensiva na primeira grande sesmaria concedida a um pajem de Tomé de Souza, de nome Garcia D'Ávila, que ia do litoral ao norte da cidade até os sertões do atual estado do Piauí, respondeu a essa demanda local de proteína

animal e de força motriz para os engenhos e para os transportes, especialmente em terrenos como o massapê do recôncavo da baía. Estava aberta a conexão com o sertão, desse sistema da baía de Todos os Santos.

O território das águas

O espaço da baía, continuidade de terras e águas, tornou-se o território do núcleo colonial graças à utilização de uma tecnologia portuguesa que se desenvolveu ao longo do processo de expansão marítima e que conjugava o que havia

de mais avançado na Europa renascentista (Nicolas, 1998). Os seus elementos dinâmicos eram:

- o *engenho de açúcar*, que fizera um longo caminho experimental desde a ilha de Creta, passando pela Sicília e consolidando-se nas ilhas atlânticas portuguesas (Mauro, 1960);
- as *técnicas de construção naval e a arte de navegação* testadas nos descobrimentos atlânticos.

O engenho de açúcar, unidade agro-industrial mais complexa à sua época, encadeava outras atividades ao seu dinamismo. A montante, além do fornecimento de animais de tiro e de corte, consumia mão-de-obra escrava indígena e africana, constituindo uma atividade sertanista permanente de guerra justa ou de outros ardis para a destruição de aldeias do interior, e alimentando potentemente o tráfico transatlântico de escravos secularmente praticado pelos portugueses. O engenho era também um voraz consumidor de combustível vegetal fornecido pela derrubada das matas para além do recôncavo da baía e nas áreas menos densamente exploradas como o Recôncavo sul. A jusante, ali-

O desenvolvimento da pecuária extensiva na primeira grande sesmaria concedida a um pajem de Tomé de Souza, de nome Garcia D'Ávila, respondeu à demanda local de proteína animal e de força motriz para os engenhos e para os transportes. Estava aberta a conexão com o sertão, desse sistema da baía de Todos os Santos.

mentava todo um setor de construção e reparações navais que assegurava tanto o transporte interno quanto externo do produto final, o açúcar. No interior pois, desse sistema da baía, enraizou-se um precoce complexo agroindustrial açucareiro, cujo dinamismo assegurou a coesão desse núcleo colonial seiscentista (Schwartz,1988).

Poderoso em terra firme, o engenho do Recôncavo, unidade exportadora, precisava do espaço líquido da baía por onde flutuavam os “territórios ambulantes” dos milhares de embarcações aqui construídas, incorporando uma tecnologia de construção naval portuguesa. No território da baía reuniram-se condições favoráveis para o desenvolvimento de uma indústria naval que produziu os grandes navios para a Carreira da Índia e os pequenos navios adaptados à navegação interior da baía. Segundo Gabriel Soares de Souza, aqui se encontravam com facilidade o braço escravo, as madeiras de qualidade e de fácil acesso, as ferragens que se podiam fabricar facilmente nos engenhos, a casca da *embira* para a calafetagem, as madeiras para os mastros, a resina do *camaçari* para substituir a cola (Mauro, 1960). O sucesso desse estaleiro colonial, grande consumidor de braços e madeiras, logo despertou a oposição dos senhores de engenho, vorazes consumidores também de madeiras e de braços escravos (Lapa,1968).

A utilização da força eólica na tração das embarcações trazidas pelos navegadores portugueses revolucionou a tradição indígena. As jangadas e canoas cavadas nas cascas de *sucupiras*, sem bancos e sem velas, ganharam várias armações de aparelhos vélicos para se tornarem operacionais no transporte de pequenas cargas e passageiros. Surgiram as pequenas canoas com velas de espiça, as velozes canoas de passageiros com uma vela latina e as resistentes canoas de pesca que, quando armavam uma grande vela e mezena de proa lembravam as galeras do século XVII. À tecnologia indígena e portuguesa veio somar-se a tecnologia africana das canoas de navegação no Rio Congo, principalmente no formato do casco e na técnica de sua construção (Selling, 1976).

No território da baía reuniram-se condições favoráveis para o desenvolvimento de uma indústria naval que produziu os grandes navios para a Carreira da Índia e os pequenos navios adaptados à navegação interior da baía.

Descendentes da velha caravela latina portuguesa, desbravadora das costas d'África, surgiram na Bahia os vários tipos de saveiros: o valente *saveiro de vela de pena*, bom para a pesca; o *saveiro do Morro de São Paulo*, bom de carga; o pequeno *saveiro de tráfego* de Salvador, outrora utilíssimo no transporte de pequenas cargas e passageiros entre os bairros da cidade. Surgiu até mesmo o pequeno *saveiro do dique*, construído para o transporte no dique do Tororó. Descenden-

tes das caravelas redondas são os grandes *barcos* e *lanchas* do Recôncavo, embarcações capazes de transportar cargas importantes, inclusive as caixas do precioso açúcar nos tempos da colônia (Agostinho,1973).

Das antigas *alivadoiras* do Tejo descenderam as *alvarengas*, pequenas embarcações empregadas no transbordo de mercadorias entre os grandes navios e o ancoradouro. Povoavam ainda a baía

as compridas *baleeiras*, algumas de ascendência biscoiteira. Para o transporte e passeio, utilizava-se a *galeota*, pequena embarcação a vela e remos, ainda usada na Procissão do Senhor dos Navegantes. Foram surgindo posteriormente os *ia-tes* e as *escunas* que ainda hoje passeiam os turistas pela baía de Todos os Santos (Selling,1976).

Toda essa variedade de veleiros da Bahia documenta a adaptação das técnicas construtivas e das artes náuticas portuguesas à navegação no mar interior deste território da baía. Assim, com as embarcações apropriadas para cada uso, era possível assegurar um transporte seguro, extremamente barato e acima de tudo regular, posto que era possível ir e voltar de Salvador ao Recôncavo, no mesmo dia, aproveitando o vento terral e a viração.

Além do engenho e da navegação, os descobridores trouxeram consigo uma antiga experiência de controle do tráfico de escravos africanos. Em 1442, quando Antão Gonçalves desembarcou os primeiros escravos em Lagos, no Algarve, e encantou o Infante D. Henrique com as possibilidades desse comércio, o tráfico de escravos africanos passou a ser um dos ramos mais lucrativos do grande empreendimento das navegações. Desde

então foi implantada, na Costa d'África Ocidental, uma rede de feitorias negreiras: em 1455, Arguim, na costa da atual Mauritânia; depois Cachéu, na Guiné; em 1466, Afonso V concedeu o monopólio do tráfico da Guiné aos habitantes de Cabo Verde; São Jorge da Mina, em 1482; em 1486, Diogo Cão fundou a feitoria no antigo reino do Benin. No mesmo ano, criou-se em Lagos, no Algarve, a Casa dos Escravos, com a finalidade de controlar e tributar os escravos africanos entrados em Portugal.

No século XVI ampliou-se a rede de feitorias com São Tomé e São Paulo de Luanda e, no século XVII, depois das guerras holandesas, completou-se essa rede com o controle por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, do tráfico proveniente de Angola (Miller, 1999). Introduzidos maciçamente na Bahia a partir da fundação da cidade, os escravos africanos passaram a se constituir em mão-de-obra para todos os ofícios terrestres e marítimos e o seu comércio externo e interno, de tão lucrativo, terminou por fazer desta baía um dos centros mais ativos de tráfico de escravos até a abolição da escravidão em 1888. O porto negreiro trazia tranquilidade aos plantadores de cana e de senhores de engenho que estavam sempre abastecidos de mão de obra e prosperidade para a praça comercial de Salvador.

Mais uma vez a tecnologia de construção e aparelhamento de veleiros transplantada pelos portugueses adaptou-se às necessidades do sistema da baía de Todos os Santos, sendo responsável pelo constante aperfeiçoamento, até 1851, do *navio negreiro*, aquele navio que os viajantes percebiam a longa distância: alta mastreação e maior espaço vélico para aumentar a velocidade em alto mar e, portanto, as possibilidades de escape à perseguição da *Royal Navy*; casco bojudo, para aumentar o espaço para mais passageiros forçados; quilha arredondada, de modo a permitir o acesso às águas rasas da Costa d'África e dos ancoradouros no interior da baía de Todos os Santos. Ainda em 1846, os traficantes de escravos da Bahia vangloriavam-

se dos seus navios negreiros, finos veleiros que permitiam aos navegadores experientes escapar de qualquer vigilância (Araújo, 1999). A interrupção dessa navegação só veio a se efetivar a partir de 1850, quando a *Royal Navy* destacou pela primeira vez as modernas fragatas a vapor para o combate dos veleiros baianos nos dois lados do Atlântico.

Engenho, navegação e escravidão constituíram a base técnica e econômica que permitiu a espacialização duradoura de um conjunto de relações socioculturais que conformaram a própria identidade da Bahia como capitania colonial e província imperial.

Além do engenho e da navegação, os descobridores trouxeram consigo uma antiga experiência de controle do tráfico. Os escravos africanos passaram a se constituir em mão-de-obra para todos os ofícios terrestres e marítimos e o seu comércio externo e interno, de tão lucrativo, terminou por fazer desta baía um dos centros mais ativos de tráfico de escravos até a abolição da escravidão em 1888.

Tempos heróicos

A coesão desse sistema foi duramente testada até a primeira metade do século XVII durante as guerras holandesas. Já em 23 de dezembro de 1559 a cidade foi atacada por uma esquadra comandada por Hartman e Broer. Em 20 de julho de 1604, por uma esquadra comandada por Paulus Van Caarden, que foi repellido pelas defesas da cidade e pôs-se a saquear aldeias e engenhos mais próximos. Em 6 de maio de 1624, apareceu diante de Salvador uma

frota de 17 navios comandada pelo almirante Jacob Willekens, às ordens da *Westindische Compagnie* e dos Estados Gerais das Províncias Unidas. A cidade foi ocupada por uma força de 3.000 soldados, comandados pelo coronel Jean Van Dorth. Sitiados na cidade pelos portugueses mobilizados e acantonados no recôncavo, os holandeses foram finalmente expulsos em abril de 1625.

Em 1627, uma esquadra comandada por Pieter Heyn, após assediar a cidade do Salvador, passou a atacar engenhos do recôncavo, sendo derrotada nas embocaduras dos rios Matoim e Pitanga. Em 1638, o príncipe Maurício de Nassau, governador de Pernambuco, comandou pessoalmente um ataque à Cidade do Salvador. Apesar dos recursos por ele mobilizados, 31 navios e 4 mil homens, sofreu pesada derrota diante das portas da cidade. Em 1640, para vingar-se da derrota sofrida, Nassau

despachou para a Bahia uma força de 20 navios e 2.500 soldados, comandados por Lichthardt, que incendiou 28 engenhos no interior da baía de Todos os Santos.

Em 1646, Nassau compreendeu que a força da Bahia era exatamente a coesão do sistema da baía de Todos os Santos. Juntamente com Sigmund von Schope estabeleceu um plano visando desarticular o sistema, instalando uma base na ilha de Itaparica, no interior da baía, de onde esperava cortar as ligações entre a cidade e o recôncavo. Em fevereiro de 1647, uma expedição holandesa formada por 2.400 homens e 26 navios instalou-se em Itaparica e durante um ano enfrentou a guerrilha anfíbia dos baianos. O resultado foi uma definitiva derrota holandesa, que perdeu dois terços dos seu contingente. Um ano depois, em 1648, Von Schoppe voltou à Bahia para uma operação de vingança, incendiando alguns engenhos, sem nenhuma chance de vitória (Araújo, 1992).

Já nos estertores dos tempos coloniais e emergência do Brasil Independente, a coesão do sistema da baía foi mais uma vez testado. A crescente diferenciação de interesses entre a nobreza da terra, os senhores de engenho do fundo da baía, e os grandes comerciantes portugueses monopolistas da Rua da Praia, terminou rompendo a coesão do sistema e, por isso, veio a guerra. No conflito que durou de fevereiro de 1822 a julho de 1823, os senhores das vilas do Recôncavo dominaram a baía e, no seu interior, inviabilizaram a esquadra de João Félix, incapaz de enfrentar as centenas de *barcos do recôncavo* artilhados. Os portugueses e seu general Madeira controlaram a Cidade de Salvador e seu porto, impedindo que qualquer embarcação alcançasse o Oceano. Era o bloqueio mútuo: nem abastecimento alimentar do interior para os portugueses, nem a exportação de açúcar para os independentes.

Apesar das vitórias terrestres dos independentes do Recôncavo, a guerra resolveu-se somente quando entrou em operação a pequena porém ativa esquadra brasileira comandada por Crochrane. A esquadra portuguesa começou a sofrer perdas no mar aberto e o comandante Madeira percebeu então que mais dia menos dia os brasileiros furariam o bloqueio imposto à baía. Estava estrategicamente derrotado. Esse foi o sinal para a retirada do 1º de julho de 1823 (Araújo, 1992).

Ainda duas vezes a coesão desse sistema geohistórico foi testada. Em 1824, por ocasião do levante do Batalhão dos Periquitos, o governo provincial foi expulso de Salvador. Retirou-se para o fundo do Recôncavo e de lá sitiou os republicanos, derrotando-os em seguida. Em 1838, por ocasião da Revolução denominada Sabinada, os *perus* imperiais recolheram-se ao Recôncavo e sitiaram os *raposas* federalistas na Cidade do Salvador. Até que os revolucionários esperaram o socorro de uma esquadra americana que jamais saiu dos Estados Unidos... A reconquista da cidade foi inevitável.

Nos trilhos do vapor

Esse território colonial sofreu importantes abalos em sua conformação interna em decorrência de importantes mudanças sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas na segunda metade do século XIX. O antigo equilíbrio entre os engenhos do fundo da baía e a cidade-porto de Salvador altera-se progressivamente em favor de uma centralidade do núcleo urbano, que, portanto, não pode prescindir do antigo espaço líquido como seu umbigo, a partir do qual constrói solidamente o espaço regional da Província e, depois, do Estado da Bahia.

O fim do tráfico africano, a partir de 1851, provocou mudança fundamental na cultura do fumo no recôncavo da baía. Atrelada como sempre à agro-indústria açucareira na condição de produtora de uma mercadoria-moeda no tráfico de escravos, especializara-se na produção do fumo negro, de aroma e sabor fortes, acondicionado em rolos embebidos em melaço de cana, muito apreciado na Costa d'África para pitar e mascar. Afastada então do mercado africano, essa cultura foi objeto de intensivos investimentos de casas comerciais hamburguesas e bremenenses, importadoras de fumo, que financiaram a substituição do antigo fumo de rolo pelo fumo aromático para a produção de charutos, conforme o gosto de consumidores europeus. Estes mesmos investidores terminaram por instalar importantes fábricas de charutos no fundo da baía, nas cidades de Cachoeira, São Felix, Muritiba e Maragogipe, que se transformaram, ao longo da segunda metade do século XIX, na atividade agro-industrial mais importante da província (Borba, 1978). Estava assim quebrada a

centralidade da agroindústria açucareira nas terras ao redor da baía.

A abolição da escravidão ocorrida em 1888 jogou a última pá de cal sobre essa agroindústria açucareira colonial centrada no engenho de açúcar. O atestado de óbito dessa nobreza sacarina foi passado pelo escritor saudosista Xavier Marques:

No ano de 1900 já eram anacrônicos os tipos de senhor e senhora-de-engenho com os principelhos desocupados e pródigos e os séquitos de lacaios e mucamas que lhe compunham a numerosa famulagem. As fazendas despo-
voadas, os solares desabitados e soturnos, os engenhos convertidos em ninhos de morcegos e depósitos de ferragem velha, abrolhadas de mato rasteiro e capim de Angola as terras que foram luxuriantes partidos, tudo atestava o fim de uma época.

Doze anos apenas, a contar da abolição da escravatura e da imediata fundação da República, foram bastantes para liquidar os remanescentes da rica e poderosa classe. Mortos os grandes proprietários, o intenso movimento abolicionista provou a incapacidade dos herdeiros para arcarem com a crise da lavoura e da indústria sacarina. Uma e outra soçobraram com a escravidão.

Os aspectos da vida eram profundamente estranhos aos poucos, já envelhecidos, que conheceram um regime por eles julgado a forma definitiva e única legítima de coexistência social. Para estes já não havia glória em viver. Tudo era tristeza, vergonha, decadência (Marques, 1982. p.111)

A diversificação das atividades produtivas no entorno da baía de Todos os Santos fez surgir “vários recôncavos” produtores de fumo e charutos, de artigos alimentares, de açúcar de usina para o abastecimento interno, de peixes e mariscos para o mercado de Salvador. Agora, o velho sistema de navegação interna passou a assegurar sozinho a coesão deste território da baía, principalmente pela incorporação da tecnologia da navegação a vapor e pela implantação das estradas de ferro.

A introdução da navegação a vapor pela Companhia de Navegação Bahiana, além de atender ao transporte de mercadorias e passageiros para o cada vez mais rico litoral sul do estado, implantou

linhas no interior da baía que integraram o porto de Salvador aos portos da baía, e estes à malha de caminhos terrestres que interligavam todo um espaço econômico regional baiano.

A **Linha de Santo Amaro** era quase exclusivamente de passageiros e servia a região do Agreste baiano (Alagoinhas, Purificação, Inhambupe e Feira de Santana) pois Santo Amaro desempenhava o papel de ponto de ligação entre o litoral e o interior.

Na **Linha Cachoeira-Maragogipe** eram utilizados principalmente vapores de carga, pois a cidade de Cachoeira mantinha relações com todo o sertão do Oeste. De Cachoeira saíam os caminhos para Feira, Caetité, Lençóis, Barra do Rio de Contas e era dali que partiam as tropas para Currallinho, Tapera, Jacobina, Monte Alto e Urubu. A Linha **Nazaré-Valença-Caravelas** ligava à capital importantes cidades. A primeira, Nazaré, era produtora de farinhas (mandioca); Valença, a segunda, fazia figura de cidade industrial com sua manufatura de tecidos, fundada em 1844.

Finalmente, a terceira, Caravelas, era conhecida como grande produtora de farinha, de feijão e de algodão (Mattoso, 1978. p. 74)

Esse mar interior continuou sendo o grande círculo a partir do qual se irradiaram todas as linhas de transporte ferroviário que foram sendo criadas e prolongadas da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. A articulação entre o *Vapor de Cachoeira*, o navio de Nazaré das Farinhas e as estradas de ferro de Nazaré e Central da Bahia, fizeram da baía de Todos os Santos um trajeto obrigatório nas rotas que ligavam Salvador aos sertões mais longínquos. Do porto de Salvador, os caminhos de ferro levavam a Juazeiro, o porto do São Francisco. Do porto da Cachoeira, ia-se a Minas Gerais. Do porto de Nazaré, chegava-se até Poções. Das pontas de trilho partiam as cavalcadas em que os caixeiros-viajantes das grandes casas comerciais de Salvador levavam os mostruários das novidades européias aos compradores do centro do Brasil. Da Westphalen Bach & Krohn extraímos o seguintes relato:

Importantes fábricas de charutos foram instaladas no fundo da baía, nas cidades de Cachoeira, São Felix, Muritiba e Maragogipe, que se transformaram, ao longo da segunda metade do século XIX, na atividade agroindustrial mais importante da província.

Em 1895 fizemos a primeira viagem ao sertão, com animais alugados, às zonas de Juazeiro, Jacobina e Morro do Chapéu. Praças estas ainda não ligadas por estradas de ferro, e foi bem interessante, como os viajantes de casas congêneres procuravam desanimar nosso empregado, pintando as dificuldades e perigos de tais viagens com as tintas mais negras. Tais desavisos ficaram, naturalmente, sem efeito. A segunda viagem, para as Matas e a Chapada, em princípios de 1896, já se fez com cavalcada própria, comprada na Feira de Santana. Seguiram outras a Jequié, Conquista, Fortaleza e Teófilo Otoni, ao Norte de Minas, às Lavras, à Chapada, a Caetité, Monte Alto e Condeúba, e ao São Francisco até Grão Mongol e Montes Claros, possuindo a casa finalmente quatro cavalcadas com 80 animais.

(...)

Com a boa fama que a firma adquiria pelo seu sortimento variado e suas fantasias (1912), vinham-nos fregueses do centro de bem longe. Ficamos bem contentes, estendendo o raio de vendas até os rios Paracatu, Parnaíba, Tocantins, Araguaia e Xingu. Tivemos até fregueses que levavam sortimentos completos Rio Preto acima até Mato Grosso, vendendo as mercadorias em troca de borracha que conduziam à capital do Pará uma vez por ano, voltando depois à Bahia para igual viagem circulatória (Westphalen Bach & Krohn, 1928, p. 50 e 65).

A navegação do Rio São Francisco e afluentes permitiu que se fechasse um grande circuito de comércio regional, popularmente chamado de *viagem redonda*, definidor de um novo espaço econômico na Bahia Republicana. Em 1950 esta *viagem redonda* era ainda operacional e deixa até hoje saudades ao empresário Norberto Odebrecht:

O porto está aqui (Salvador), você descarrega e leva para o interior. Navio não pode ir para o interior, tem que ser caminhão, tem que ser ferrovia. Você vê que as concepções do século passado eram corretas: tinha um porto e tinha ferrovias com destinos. Por exemplo, tinha uma ferrovia que chegava em Pirapora (saindo de Cachoeira) e outra que era de Salvador a Juazeiro, e o resto o São Francisco completava normalmente. Você fazia o circuito (Araújo, 1999, p.117).

Quase tudo passava pelas águas da Bahia, tanto as pessoas e mercadorias da grande viagem redonda, quanto aquelas das pequenas viagens dos próximos recôncavos. Segundo depoimento do jornalista João Falcão, ainda em 1940 vinha-se, de

trem, de Feira de Santana, pernoitava-se em Cachoeira e embarcava-se no dia seguinte no *Vapor de Cachoeira*, para chegar finalmente em Salvador (Araújo, 1999).

A tradicional navegação a vela continuou cumprindo o seu papel multicentenário de transportador de pessoas e víveres, abastecendo a Cidade do Salvador e animando o antigo Mercado Modelo e sua rampa. Assim, mesmo amputado de um dos seus elementos organizadores, o engenho de açúcar, o sistema da baía de Todos os Santos a tudo resistiu, adaptou-se às novas limitações, encolheu-se, empobreceu-se como um todo, mas manteve a coesão interna, a articulação entre a capital Salvador, o recôncavo da baía e os interiores da província, deixando de ser “o sistema” organizador da Bahia, mas, ainda assim, resistindo como um território intermediário entre a capital e os interiores, secundário mas necessário.

Adeus baía

O tempo da tecnologia do petróleo, após 1945, não poupou o território da baía. A descoberta do petróleo em terras dos seus recôncavos terminou por despedaçar o que restava de solidariedade e de identidade nesta região ribeirinha da baía. A implantação, em larga escala, da extração e do refino do petróleo e todo o dinamismo por eles gerado definiram um recôncavo petrolífero, integrado no processo de desenvolvimento nacional, e excluíram os recôncavos inúteis, abandonados, arruinados, os recôncavos históricos.

Mais do que o impacto de uma nova atividade industrial, impôs-se uma nova organização da economia nacional centralizada no binômio petróleo e automóvel. Assim, gasolina, asfalto, estradas, caminhões e automóveis terminaram por definir outra forma de organização territorial. A estrada de rodagem contornou a baía de Todos os Santos, interligando a capital do Estado e as várias praças comerciais do interior diretamente ao sistema rodoviário nacional. A Feira de Santana, antigo distrito do porto da Cachoeira, tomou lugar do município mãe, transformando-se no grande porto seco e no maior entroncamento rodoviário do Nordeste brasileiro. Conexão inútil, o *Vapor de Cachoeira* não navegou mais no mar. Progressivamente a Ci-

dade de Salvador virou as costas para a sua baía. Foi buscar as suas provisões de boca no Centro Sul do Brasil através da Rio-Bahia. Encantada agora com o Oceano Atlântico, expandiu-se febrilmente pela orla marítima, como se quisesse chegar até Sergipe, deixando atrás de si as belas praias de Itacaranga e São Tomé de Paripe. Assim, velha, inútil e vencida, como a Índia *Kyrimurê*, a colonial portuguesa *Baía de Todos os Santos* enfim feneceu. Líquido espaço vazio, virou histórica, virou turística, e dizem até que será sucedida por uma *Baía Azul*.⁵

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo*: um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.
- _____. *Embarcações e navegação na Baía de Todos os Santos*: estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de Emeric Essex Vida. Salvador: Banco da Bahia Investimentos,
- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979. Reimpressão.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. A economia política dos descobrimentos. In NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-208.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Le politique et l'économique dans une société esclavagiste*. Bahia, 1820/1889. Thèse de Doctorat. Université de Paris - Sorbonne (Paris IV). 1992.
- _____. 1846. Uma ano na rota Bahia-Lagos. Mercados, mercados e outros parceiros. *Afro-Ásia*, n.21/22, p.83-110, 1998/1999.
- _____. *Salvador era assim: memórias da Cidade*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.
- AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998.
- BARLÊU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1974.
- BETHENCOURT, Francisco. As Capitânias. In BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Navarra, 1998. P.342. (Temas e debates e autores, 1).
- BORBA, Silza Fraga. O fumo. In: CPE. *Inserção da Bahia na evolução nacional: atividades produtivas*. Salvador: SEPLANTEC, 1978. v.2.
- BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados*: as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CARNEIRO, Edison. *A Cidade do Salvador. 1549. Uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. 1980.
- CARVALHO, Felipe Nunes de. *O Brasil na carreira da Índia nos séculos XVI e XVII*. In: EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998. Pavilhão de Portugal. Lisboa, 1998. p. 154.
- CARVALHO, Maria do Rosário. A Bahia de Todos os Santos no século XVI sob o olhar jesuítico. In: CEASB. *Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura*. Salvador: Parque, 1998.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- DORIA, Francisco Antonio. *Os herdeiros do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1995.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho*: complexo sócio-econômico açucareiro cubano. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1987. 2 v.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: história da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1980.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. 2. ed. São Paulo: GRD. Brasília: INL, 1982.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e. Siècle. 1570-1670*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960.
- MILLER, Joseph C. A economia política do tráfico angolano de escravos no Século XVIII. In *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- NICOLÁS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território. In: SANTOS, Milton (org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- PINHO, João Wanderley de Araújo. Testamento de Men de Sá. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Imprensa Nacional, 1941. Separata dos *Anais* do Terceiro Congresso de História Nacional.
- PINTO, L. A. da Costa. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Azevedo (org.). *Recôncavo da*

Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia. 1998.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton (org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SELLING JR., Theodor. *A Bahia e seus veleiros, uma tradição que desapareceu*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1976.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TAPAJÓS, Vicente (coord.). *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: DASP. Serviço de Documentação, 1966. v.2.

TOLLENARE, L.F.de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. *Evolução Física de Salvador*. Salvador: UFBA, 1979. v. 2.

WESTPHALEN, BACH & KROHN. *Centenário. 1928*. Salvador: Westphalen, Bach & Krohn, 1928.

Notas

- 1 Em língua tupi: Igapeba: jangada; Igara: canoa.
- 2 Igaraçu: grande canoa, navios portugueses
- 3 Manteremos a grafia tradicional Bahia toda vez que estivermos referindo a capitania, a província, o estado, a região. O acidente geográfico e a rede de relações em torno dele chamaremos de baía e sistema da baía.
- 4 Peças: escravos
- 5 Bahia Azul - nome do programa governamental de despoluição da Baía de Todos os Santos.

* Ubiratan Castro de Araújo é doutor em História pela Universidade de Paris IV – Sorbonne, professor adjunto do Departamento de História da UFBA e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA.
E-mail: bira@ufba.br

“*Eu vou para a Bahia*”: a construção da regionalidade contemporânea

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas *

A historiografia da Bahia Contemporânea pouco tem tratado da formação regional deste Estado no decorrer do presente século. Esse tema tem sido deixado, quase que exclusivamente, nas mãos dos geógrafos, os quais, inspirados nos primeiros trabalhos de Milton Santos e pelas pesquisas realizadas no Laboratório de Geomorfologia da Universidade Federal da Bahia, estudaram alguns aspectos que tocam o problema em questão. A nosso ver, um dos pontos que merece uma discussão particular é o que trata dos meios de transporte e comunicação, as políticas imaginadas e praticadas em torno dos mesmos e os efeitos causados na construção de uma regionalidade baiana no decorrer dos últimos 150 anos.

O desenho regional da velha Província, decalcado nos antigos caminhos dos tropeiros, na navegação costeira e fluvial e num conjunto de estradas de ferro que, salvo a Bahia – São Francisco, pouco repercutiam para o desenvolvimento baiano, seria, a partir da segunda década do século XX, completamente modificado pelo início da construção de estradas, chamadas depois de rodovias. Estas ficaram com a responsabilidade de terem alterado todo o cenário regional, até então visualizado para a Bahia. A partir dessas mudanças iniciais, que estabeleceriam as bases para a crescente valorização do automóvel, principalmente entre os anos 30 e 50, as diferentes regiões passariam a ter um outro formato, a estabelecer outros vínculos e prioridades, constituindo não mais um espaço articulado, pensado e desenvolvido em torno da sua capital –

Salvador – mas um conjunto formado de verdadeiros pedaços.

Entendendo-se região como “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade” (Amado, 1990, p.80), vamos tentar mostrar como cada uma delas, em função dos meios de transporte e comunicação disponíveis, situou-se no todo do espaço baiano, integrou-se e/ou desintegrou-se, mantendo uma originalidade decorrente das várias combinações locais e das suas relações com o exterior, sempre considerando que todas as variáveis podem ser resultado tanto da dinâmica social mais recente, como de processos históricos passados, cujas transformações já foram registradas em cada lugar (Santos, 1984, p.163). Nessa perspectiva, resgata-se a dinâmica das diferentes formações regionais, o conjunto de transformações que conduziram a perda ou ganho de espaço, produziram novas articulações entre o específico e o geral, entre o regional e o nacional ou internacional, observando-se como “o espaço regional se alonga ou se encurta, adquire importância ou desaparece, de acordo com a dimensão de seus elementos históricos” (Bruit, 1987, p.64). Entre as causas para a ocorrência de tais mudanças, pode-se citar: a construção de uma rede de estradas de rodagem; a expansão ou a redução da área cultivada; a concorrência exercida por novos mercados; o emprego de novas tecnologias, como a irrigação e a construção de barragens e hidroelétricas, qualquer um podendo sustentar o aparecimento de uma outra regionalidade, permitindo o nascimento de uma nova identidade.

Nos dois processos – o da construção e o da desarticulação/ reconstrução – fica evidente, por um lado, a intervenção direta do Estado e, por outro, a participação de interesses privados, moldando, acelerando ou criando novos processos. Ambas as ações representariam as diversas manifestações do relacionamento inter-regional, demonstrando a visão da região enquanto espaço aberto. No caso baiano, fica evidente a importância dessas intervenções. O Estado da Bahia deu continuidade à preocupação com os transportes, questão tida como prioritária desde os tempos provinciais. Inicialmente, centrou-se em dar continuidade à política de construção de estradas de ferro, mas, logo depois, passaria a incentivar e subsidiar a construção de estradas de rodagem, o que, após 1930, se transformaria na única alternativa considerada para os transportes.

Quanto aos particulares – com ou sem incentivo – foram construindo novas estradas, no sentido de escoar a produção, distribuir mercadorias ou valorizar as suas propriedades.

Os fenômenos observados, apesar de pertencerem a um mesmo processo histórico, tinham duas dimensões bem distintas. De um lado, os acontecimentos de significados marcadamente locais, como foram os casos das estradas de ferro e da navegação a vapor, assumidas pelo Estado ou através de concessão, refletiam-se no menor tempo gasto na circulação de mercadorias e passageiros, na melhoria dos portos e da navegação costeira, assim como nas correntes migratórias, que deixavam o seco sertão em busca das terras úmidas e ainda por explorar do sul do Estado.

Entre os fatos locais, a destacar o papel relevante e pioneiro de comerciantes, fazendeiros, viajantes e até caminhoneiros no desbravamento de territórios pouco conhecidos. Como exemplo, poderiam ser citados o Cel. Antônio Benta que, nas décadas de 20 e 30 deste século XX, para transportar com segurança e rapidez diamantes e pedras preciosas, construiu estradas que ligaram o município de Morro do Chapéu e redondezas com a estação ferroviária do França, localizada no ramal da Estrada de Ferro do São Francisco, entre os

Ao promover melhorias no sistema de transportes e comunicações, o Estado intervinha, ao fazer a ponte entre a sociedade nacional e a regional, atuando no sentido de ver reproduzido o conjunto das relações sociais.

municípios de Miguel Calmon e Mundo Novo;⁽¹⁾ com negócios e interesses numa vasta área do nordeste da Bahia, desde a cidade de Alagoinhas até as margens do rio São Francisco, Ferreira Brito encarregou-se da abertura de inúmeras estradas, nos anos 30 e 40, pelas quais gostaria de ver circulando, cada vez mais, os produtos agrícolas por ele produzidos, as mercadorias que ele distribuía e, principalmente, os automóveis da GM, da qual ele era concessionário para a região;² mais modesto

nos seus objetivos, mas não deixando de exercer seu pioneirismo, no mesmo período do anterior, Nelson Hayne conta da sua aventura como proprietário de caminhão para vencer a Serra do Tombador e estabelecer a ligação entre a estação da estrada de ferro de Jacobina e a região de Irecê, de onde trazia cereais e manganês.³

Noutro sentido, fica também evidente a necessidade de relacionar esses acontecimentos com a própria história nacional, ou seja, explicar as estreitas relações daquelas iniciativas com a sociedade nacional ou mesmo internacional, como viria a ser todo o processo de formação – do econômico ao cultural – da região cacauífera da Bahia. Estradas, portos, facilidades para a navegação estariam ligados a projetos maiores que visavam ampliar e diversificar as rotas comerciais, formar novos mercados consumidores, incorporar novas áreas produtoras de matérias-primas ou articular uma nova divisão social do trabalho. Ao promover melhorias no sistema de transportes e comunicações, ao subvencionar o serviço de navegação ou mesmo ao estabelecer leis que regulamentavam as formas de acesso às terras públicas ou que tratavam dos diferentes tributos, o Estado intervinha, ao fazer a ponte entre a sociedade nacional e a regional, atuando no sentido de ver reproduzido o conjunto das relações sociais.

Na Bahia em particular, a presença do Estado se mostrou decisiva, especialmente por suas múltiplas fronteiras com os estados vizinhos. Tomando-se, como exemplo, o chamado sertão do rio São Francisco veremos que diferentes áreas do mesmo fazem limite com Minas Gerais, Goiás, Piauí, Tocantins, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, o que se

tornaria extremamente importante para o desenho contemporâneo dessas subáreas, para a própria formação de cada uma dessas regiões, deixando a impressão clara de que os estados federados aparecem “não como regiões, mas atravessados por regiões, o que explicaria sua diferenciação interna, a articulação de interesses de algumas de suas classes sociais com os interesses de classes sociais de outras unidades” (Godoy, 1990, p. 41). A esse respeito a série MENS. RELS. dos Governadores do Estado da Bahia é rica de registros sobre a preocupação dos governantes em fiscalizar e controlar, firmando, em vários momentos, acordos e convênios com essas finalidades.

Desde meados do século XIX, governantes, grandes e pequenos comerciantes e produtores em geral discutiam os problemas que afetavam o desenvolvimento do Estado. Dois dentre eles se destacavam: as secas e os transportes. Dessa maneira, desde a província, e nos primeiros anos da república, discutia-se e tentava-se fazer um diagnóstico visando à “abertura” da Bahia, ou seja, integrar outros espaços, ocupar o território, avançar para o interior com o intuito de tornar real toda a potencialidade cantada e anunciada por viajantes e cronistas.

A primeira meta, bem de acordo com a tendência universal daquele momento, foi a construção de estradas de ferro. A construção das mesmas devia obedecer à Lei n.º 644, de 26/6/1852, do Governo Imperial, a qual estabelecia as concessões, com garantias de juros às companhias que se propusessem a construir estradas de ferro em quaisquer pontos do Império. A garantia de juros seria sempre mantida, mesmo havendo alterações legais. Quanto às prioridades, embora existisse uma preocupação inicial na articulação estrada de ferro/navegação fluvial, facilitando a comunicação entre as diferentes regiões do Império, o que de fato se observou foi bem diferente. Como os empréstimos externos garantiam as construções, o risco financeiro dirigiu a construção dos traçados, privilegiando regiões já povoadas e relativamente desenvolvidas do ponto de vista econômico (Mattoso e Levy, s.d., f.2).

Na Bahia, essa lógica não foi de todo seguida, apesar do exemplo da Estrada de Ferro de Santo Amaro, investimento realizado no momento em que o Recôncavo conhecia um processo crescente de perda de importância econômica. Por outro

lado, contrariando a tendência nacional, tivemos a construção da Estrada de Ferro Bahia – São Francisco, seu prolongamento e ramal, a qual tinha como estações terminais as cidades do Salvador e Juazeiro, ou seja, ao ligar o litoral atlântico com o porto fluvial mais importante do rio São Francisco, atravessava parte considerável do semi-árido baiano, áreas de baixa densidade demográfica e de atividade econômica limitada pelas sucessivas secas. No final do século XIX, além da Estrada de Ferro Bahia-São Francisco (573 km), que demorou 41 anos para ser concluída (1896), contava a Bahia com as seguintes estradas de ferro: E. F. Central da Bahia (316 km); E.F. de Santo Amaro (47 km); E. F. de Nazaré (79 km na época); E.F. Bahia-Minas (147 km em território baiano); Ramal do Timbó (83 km em direção de Sergipe) e E.F. Centro-Oeste da Bahia, cuja construção foi iniciada em 1896.

Quanto à navegação fluvial a vapor, o próprio governo provincial tratou diretamente do problema. Em 1865, o Presidente da Província, Manoel Pinto de Souza Dantas, mandou construir um vapor de ferro, destinando o mesmo para a navegação no rio São Francisco. Entre dezembro de 1873 e janeiro de 1874, o vapor, batizado de Presidente Dantas, realizou a primeira viagem entre Juazeiro e Salgado (MG). Após a primeira viagem, permaneceu parado até 1879, quando passou a prestar serviços especiais ao próprio governo. Além do São Francisco e afluentes, os rios do sul da Bahia também despertavam algum interesse, especialmente o Jequitinhonha, visando ao intercâmbio comercial com Minas Geraes, o Itaípe e o Almada para servirem às fazendas de cacau.

A navegação marítima e fluvial no Recôncavo era feita, desde 1847, pela Companhia Bonfim, cujos barcos visitavam as cidades de Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré e Valença. A partir de 1851, apareceu a Companhia Santa Cruz, que percorria todo o litoral entre Maceió e Caravelas, no extremo sul do Estado. Ambas atuavam de acordo com concessões do governo e tinham como principal interessado o negociante Comendador Antônio Pedroso de Albuquerque. Essas empresas dariam origem, em 1891, à Navegação Baiana, que continuaria a prestar os serviços de transporte no presente século.

Quase meio século depois do início da execução de políticas voltadas para a promoção de melhorias

nos transportes e comunicações e apesar dos avanços acima apontados, a situação não tinha mudado muito, pois, em 1893, continuava a se dizer que, o nosso ubérrimo sertão, que contém no seu seio riquezas que opulentariam nações, vê-se quasi segregado do resto do Estado pela falta absoluta de meios de comunicação, sem pontes, sem estradas, abandonado como filho espúrio... Habitado por população laboriosa, robusta e inteligente, vê-se hoje ameaçado de completo despovoamento pelo exodo de seus filhos, a emigrar em massa para o Estado de São Paulo. A falta de meios de transporte para o produto do seu trabalho, de capital para arroteamento da terra e beneficiamento da lavoura, o receio fundado de uma nova secca, qual a de 1888 a 1890, em que milhares de nossos conterraneos morreram à fome, os levam sem fé e com o desespero nalma a abandonar o lar e o torrão natal.⁴

Não seria correto esperar que a simples chegada de uma estrada resolvesse todos os problemas. A própria novidade promovia o surgimento de outras questões, como o estímulo à emigração em massa em diferentes áreas do sertão. Acostumados a vencer longas distâncias em regime de marcha batida ou em lombo de algum animal, os sertanejos encontrariam, inicialmente nos vagões dos trens ou no vapor e depois no pau de arara, as alternativas mais modernas e confortáveis para vencer os longos percursos. Para permanecer na sua terra, como bem lembrou o Governador Rodrigues Lima, seria necessário que outras medidas fossem tomadas, pois, para produzir era preciso terra, mas a venda de terras públicas continuava sem ser regulamentada, além do fato de que, no sertão, a maioria das terras produtivas se encontrava nas mãos de poucas famílias; era indispensável também a disponibilidade de capitais para trabalhar e beneficiar a lavoura, inclusive adotando-se tecnologias capazes de prevenir as secas, e, sem qualquer dúvida, a construção de estradas, meios pelos quais se estabeleceriam trocas essenciais à própria reprodução das forças produtivas.

A Lei Estadual n.º 37, de 07/7/1893, surgiu como mais uma tentativa de regulamentar a construção de estradas de ferro em território baiano. Intitulada Plano de Viação Férrea, listava as estradas que seriam contratadas pelo governo com auxílio pecuniário direto do Estado. De um total de

seis roteiros previstos inicialmente, apenas dois – a E.F. Centro-Oeste da Bahia e a E.F. Ilhéus-Conquista – foram concretizados, mesmo assim de forma incompleta, muitos anos depois e após múltiplos desencontros. A citada lei indicava as seguintes vantagens: garantia de juros de até 7% pelo prazo máximo de 30 anos; auxílio por quilômetro construído; proibição de outras estradas, por 50 anos, dentro de uma zona situada até 20 km de cada lado; cessão gratuita de terrenos devolutos e pedreiras neles contidas e necessárias às obras; isenção de todos os impostos estaduais para o material necessário à construção, conservação e tráfego da estrada até a receita líquida atingir 7%, além de outras mais.

Três anos depois, a Lei Estadual n.º 156, de 17/8/1896, autorizava o governo a mandar fazer os estudos preliminares previstos no plano, podendo mesmo levar a efeito a construção deste, independentemente da concorrência. Estabelecia ainda que, caso não se apresentassem concorrentes idôneos, poderia o governo começar a executar o plano por administração, começando pelas estradas que julgasse mais urgentes, levando em conta critérios como: fertilidade dos solos, demanda, vias, portos, etc. Os interessados apareceram, sendo que vários chegaram a firmar os respectivos contratos.⁵ Como já foi indicado, quase nada se realizou. O exemplo da E.F. Ilhéus-Conquista é bem emblemático da situação. Prevista para ligar o porto de Ilhéus, escoadouro natural da região mais rica do Estado por todo o século XX, com a região pecuária de maior potencialidade na Bahia, a estrada não passaria de Itabuna e alguns ramais, totalizando 128 Km.

As dificuldades financeiras do Estado, a ausência de capitais disponíveis e que pudessem participar de investimentos de alto risco explicariam o fracasso da iniciativa, bem evidenciada por Leopoldo José da Silva, o qual, vitorioso com a proposta de construir uma estrada de ferro ligando Feira de Santana a Barra do Rio Grande, pedia, em 1895, ao Governador do Estado, prorrogação do prazo, pois necessitava de tempo para estabelecer os acordos prévios com os capitalistas residentes na Europa.⁶

Apesar de uma situação ainda crítica no início do presente século, não resta dúvida que a construção de novos meios de transporte agitou uma

Bahia acostumada a se ver exclusivamente através do espelho representado por Salvador e seu Recôncavo. Cidades e vilas nasceram e cresceram às margens dos trilhos ou na rota dos vapores; o Estado espacializava e criava condições para uma nova regionalidade, tudo sem abrir mão de ter e reconhecer Salvador como o núcleo central, lugar estratégico, principalmente em razão do seu porto, que a tornava passagem obrigatória de pessoas e mercadorias. No entanto, como era de se esperar, as mudanças ocorridas não alteraram significativamente o quadro, ou seja, apesar da redução das distâncias e do tempo de viagem, a maior parte do interior permanecia longe, distante econômica e socialmente do litoral.

Apreciemos a construção de duas dessas vias, possivelmente as mais importantes para toda a Bahia, em razão das distâncias percorridas, das áreas abrangidas e da própria articulação que tiveram entre si.

A primeira é a E. F. Bahia-São Francisco, a qual, como já foi anteriormente dito, foi construída entre 1855 e 1896, dentro do projeto de estabelecer traçados no sentido leste-oeste para facilitar a penetração do território. As articulações políticas do Império estabeleceram, numa mesma data (19/12/1853), duas concessões com a mesma finalidade. Tanto a *The Recife and São Francisco Railway Ltd.* quanto a *The Bahia and São Francisco Railway Ltd.* tinham o objetivo de unir um porto marítimo ao vale do São Francisco. Ambas visavam conectar o centro comercial de Juazeiro e através dele atingir toda a área de influência do rio. A de Recife nunca chegou a seu destino final, enquanto a baiana consumiu muitos anos para alcançá-lo. Entre outras forças que sustentaram desde o início aquela construção, estavam insuspeitos comerciantes e interessados nos negócios do açúcar. Trinta e oito subscreveram um abaixo-assinado, em 06 de abril de 1854, dirigido aos membros da Assembléia Legislativa Provincial, onde diziam:

(...) não podendo ser indiferentes a tudo quanto tender ao benefício da Província, considerando que a incorporação de uma Companhia que se encarregue de construir huma linha

férrea do litoral desta Província a Villa de Joazeiro, ou a qualquer outro ponto da margem do rio S. Francisco sera de vantagem incalculável, e que por tanto são poucos todos os favores que a Assembleia Legislativa Provincial possa conceder a Companhia que se houver de encorporar, quando por esta estarem nas forças da Província não possam comprometer o seo futuro...⁷

Por seu turno, o Conselho do Banco da Bahia, outra fração representativa da elite local, recomendou a

compra de ações da companhia que viesse a ser formada com aquela finalidade, desde que investir no setor de comunicações ferroviárias tinha se transformado em prioridade para os diretores daquela casa bancária (Azevedo e Lins, 1969, p. 74-75, 100).

A preocupação do banco, em particular através da compra de ações do empreendimento ferroviário, assim como a indicação feita pelos proprietários de terra e comerciantes do açúcar, os quais re-

comendavam a aprovação, por parte da Assembléia Legislativa Provincial, de uma garantia adicional àquela oferecida pelo governo central, são evidências que a construção da E.F. Bahia - São Francisco era vista com simpatia. Constituiu-se como uma verdadeira necessidade da Província, a qual, com a conclusão da estrada, integraria parte do sertão e reforçaria a condição estratégica do porto de Salvador, do seu comércio e da classe comercial baiana como intermediária das relações econômicas entre o sertão da Bahia e de outras províncias com outros centros do Império ou mesmo do exterior.

Tanto o ponto final daquela estrada quanto o seu traçado foram objeto de longas controvérsias, ressaltando sempre o peso político de determinadas lideranças. O traçado em particular rendeu muitas discussões, pois a passagem dos trilhos elevaria imediatamente o valor das terras, boa parte delas ainda incultas. Importava também em prestígio para a vila ou cidade que recebesse uma estação ferroviária, reforçando o poder dos chefes locais. A escolha de Juazeiro visava associar a estrada de ferro com a navegação fluvial, muito

Apesar de uma situação ainda crítica no início do presente século, não resta dúvida que a construção de novos meios de transporte agitou uma Bahia acostumada a se ver exclusivamente através do espelho representado por Salvador e seu Recôncavo.

embora tenha surgido argumento em defesa de alguma localidade acima das Corredeiras do Sobradinho, local que sempre causava transtornos à navegação e que seria um empecilho ao trânsito de barcos maiores. Entre elas, foram lembradas Sento Sé, Xique-Xique e Barra do Rio Grande.

A construção da estrada se deu em duas etapas distintas. O primeiro trecho, entre Salvador e Alagoinhas, se deu entre 1856 e 1863, percorrendo uma distância de 123 km. Essa foi a denominada *estrada inglesa* e que continuou sob administração inglesa até 1901. Em 1909, passou a fazer parte da Companhia Viação Geral da Bahia, que daria origem à Companhia Ferroviária Leste Brasileiro, federalizada após 1930. O Ramal do Timbó fazia parte dessa estrada, o qual, partindo de Alagoinhas, alcançaria Aracaju, em 1913. O segundo, entre Alagoinhas e Juazeiro, com uma extensão total de mais de 452 km, foi autorizado em 1871. Os estudos foram contratados no ano seguinte e a construção iniciada em 1876, sob a responsabilidade direta do Governo Imperial. Após a estação de Alagoinhas, foram sucessivamente inauguradas Serrinha (1880), Santa Luz (1884), Queimadas (1886), Itiúba e Senhor do Bonfim (1887), e, finalmente, Juazeiro em 1896. Em 1912, foi autorizada a construção do ramal Senhor do Bonfim-Jacobina, o chamado *trem da grot*a, numa extensão de 118 km, através do qual seriam unidas, anos mais tarde, as duas estradas de ferro mais importantes da Bahia: a do São Francisco e a Central da Bahia.

A construção da estrada promoveu, simultaneamente, várias melhorias. Paralela à mesma corria uma linha de telégrafo, que servia a todo percurso. Açudes e reservatórios para água foram construídos nas localidades mais carentes ou mesmo autorizações foram dadas para melhorias de determinadas cidades.

A estrada tinha suas paradas estratégicas, aquelas que ajudavam a abrir, a redesenhar, a definir novas formações regionais. A primeira foi Alagoinhas, que soube se aproveitar da sua proximidade

de Salvador, além de absorver parte importante dos passageiros e mercadorias de toda a área fronteiriça com Sergipe, servindo, do mesmo modo, como entreposto estratégico em relação ao Estado vizinho. Serrinha e Queimadas foram estações que serviram a inúmeras localidades situadas nas duas margens da estrada.⁸ Queimadas, inclusive, funcionou como uma espécie de base ferroviária quando da Campanha de Canudos, parada obrigatória das tropas e equipamentos. Quanto a Senhor do

Bonfim, ocupava uma posição estratégica, tanto em relação à região sob influência de Jacobina quanto ao próprio sertão do São Francisco. É interessante notar que esta última cidade se constituiu historicamente, desde os tempos em que era conhecida como Vila Nova da Rainha, como ponto de pouso e recuperação de homens e animais em suas longas jornadas pelo interior.

Com a chegada a Juazeiro completava-se a integração viária desejada desde muito tempo. A navegação do São Francisco en-

Com a chegada a Juazeiro completava-se a integração viária desejada desde muito tempo. A navegação do São Francisco encontrava, finalmente, um porto fluvial que tinha uma linha férrea até o litoral, ou seja, a articulação ferro-fluvial deixava enfim de ser um simples plano, um sonho há muito embalado.

contrava, finalmente, um porto fluvial que tinha uma linha férrea até o litoral, ou seja, a articulação ferro-fluvial deixava enfim de ser um simples plano, um sonho há muito embalado. O rio São Francisco, com uma extensão total de 3.161 km, dos quais cerca de 1.700 km considerados navegáveis, desde o período colonial e até a Segunda Grande Guerra, foi considerado como uma alternativa viária ao tráfego costeiro atlântico. Suas águas correm inicialmente no sentido sul-norte e depois de oeste para leste, constituindo-se assim como uma alternativa natural para as relações entre o sul e o norte do Brasil. Várias missões e estudos encarregaram-se de propor obras e medidas que viessem a dinamizar a vida econômica no vale. A navegação era mais aconselhável no chamado médio São Francisco (1.366 km) e no baixo (238 km), a partir de Piranhas, após as cataratas e corredeiras.

Para implantar a navegação era necessário conhecer tecnicamente o rio, as especificidades de cada trecho, as facilidades e dificuldades nas quatro estações, como agir diante das secas ou das

cheias. Era urgente se saber mais sobre o rio e seus afluentes, já que o transporte de passageiros e mercadorias continuava a depender de embarcações precárias, de porte limitado e frequência incerta. Tanto podia ser um paquete ou canoa, o criativo ajoujo ou mesmo a barca, esta última parecida com as lanchas de cabotagem marítima, tendo ao fundo um camarote destinado ao transporte da família do proprietário, de pessoas importantes e dos gêneros destinados ao comércio nas vilas do vale (Magalhães, 1978). A tripulação era de número variável e o salário dependia do percurso e da importância do viajante. As jornadas diárias eram fatigantes, o trabalho árduo e perigoso. Essas embarcações, que sobreviveram à introdução dos barcos a vapor, adotariam posteriormente velas e motor, inovações técnicas que lhes deram maior rapidez e segurança. A finalidade, entretanto, permaneceu a mesma: servir como uma casa comercial ambulante, comprando e vendendo de tudo, visitando vilas, cidades e fazendas.

Para ampliar a capacidade de transporte pelo rio, fosse de carga ou de passageiros, era necessário viabilizar a navegação nos trechos considerados de risco, assim como providenciar a construção de embarcações maiores e apropriadas ao serviço que se pretendia realizar. A Província encarregou-se diretamente do problema, tanto abrindo o canal de navegação na Cachoeira do Sobradinho, quanto providenciado as embarcações. O primeiro vapor foi encomendado em 1865. Construído no Rio de Janeiro, foi transportado desmontado até Juazeiro, via Salvador, o que representou muito tempo e um elevado custo. Como já mencionado, chamou-se Presidente Dantas, e realizou apenas uma viagem entre fins de 1873 e início de 1874. Dessa maneira, só após muita reclamação e na última década do século passado, foram firmados os contratos para navegação no baixo e médio São Francisco. O Banco Viação do Brasil recebeu a primeira concessão para explorar a navegação a vapor no rio principal e nos seus afluentes. Os serviços oferecidos pela empresa, no entanto, não foram satisfatórios, não atendendo às exigências da sociedade regional, que cobrava um atendimento cons-

Não resta dúvida quanto à importância da navegação a vapor para a integração e regionalização de uma vasta área do território brasileiro e, em particular, do baiano.

tante, de acordo com dias e horários anunciados com a devida antecedência.

Apesar dessas dificuldades, não resta dúvida quanto à importância da navegação a vapor para a integração e regionalização de uma vasta área do território brasileiro e, em particular, do baiano. Esse tipo de navegação – simbolizada pelas famosas *gaiolas* – continuou a ser praticada durante a maior parte do século XX, inicialmente através da política de concessão e, depois, já nos anos 30, foi estadualizada, situação em que permaneceu até o fim, quando foi registrado todo o desgaste do material flutuante, oficinas e equipamentos diversos.⁹ O resultado econômico mais apreciável da hidrovía foi a realização da chamada *viagem redonda*, que significava percorrer os mais de 1.000 km do rio São Francisco e seus afluentes, comprando e vendendo de tudo, dando sentido econômico à dita “economia do catado”, ou seja, uma economia não-especializada, mas que, mesmo assim, não deixou de se prestar como meio de integração regional ao Brasil e ao mundo.

No fim do século passado, bem antes portanto do aparecimento de uma circulação mais intensa, o Engenheiro Fiscal da empresa de navegação, Camerino Teixeira de Freitas, teve a visão correta do que representaria a navegação não só para a Bahia, mas também para Minas Geraes, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí e Goiás, o que denunciava uma regionalidade que não respeitava as fronteiras internas, ao passar sobre as mesmas. Em relatório ao Governador Rodrigues Lima, chamava a atenção para a importância de articular ferrovia com hidrovía nas duas extremidades da navegação, elogiava as oficinas da empresa e sua capacidade de construir embarcações e registrava que os armazéns da empresa viviam cheios de mercadorias, faltando barcos para o escoamento. Por fim, anotava a importância para a Bahia de saber aproveitar as artérias fluviais, o que traria inúmeras vantagens não só para ela, mas para os estados vizinhos.¹⁰

A construção dessas duas vias de comunicação, assim como das demais, foram atos regionalizadores que ajudaram a definir o processo de ocupação, o desenvolvimento das atividades agrícolas

e o beneficiamento de matérias-primas, marcando uma Bahia ainda sob o controle da sua capital, Salvador. Até os anos XX deste século, não se negava que “a situação de desequilíbrio entre o centro e o litoral, de geito a se não poder compensar o esforço e o trabalho em larga somma despendidos... A poucas leguas do litoral, é bem de calcular, para o centro, o desanimo assoberba o homem porque, de alguma sorte, em alguns pontos, o interior é um deserto,”¹¹ mas poderia ser notada uma articulação regional em torno do seu núcleo político-administrativo.

As estradas – mais de 1.200 km de vias férreas e mais de 1.000 km de hidrovias – cumpriam o seu papel de integrar espaços, de promover uma regionalização. Apesar das reclamações contra o preço dos fretes e das tarifas em geral, da irregularidade dos barcos, da falta de trens ou de vagões aptos para o transporte de determinadas mercadorias, como os minérios, por exemplo, era inegável o papel inovador que as mesmas desempenhavam. É compreensível a dificuldade de muitos em aprender a anexar aos custos o valor do transporte mais rápido, do mesmo modo que no transporte de gêneros alimentícios, originários do trabalho de pequenos produtores agrícolas era inegável “a preferência (pelos) transportes rudimentares, em tropas, carros de bois e na corcunda, pois do contrário os lavradores não tirarão lucros na exportação, limitando sua produção ao consumo local” (Anjos, 1917, p.31).

Não se pode esquecer que essas transformações do interior baiano estavam também relacionadas ao fim do trabalho escravo e à industrialização crescente do sul e sudeste brasileiros, elementos de forte repercussão em todo o País. A Nação, até então acostumada a um conjunto de relações particulares, regionais, com o estrangeiro, começava a construir, a intensificar as relações internas, propriamente nacionais, o que influirá no aparecimento de uma nova regionalidade nacional, decorrente das novas relações sociais, de uma outra dimensão no processo de produção de mercadorias ou mesmo das novas funções reservadas ao Estado. Olhar o mapa da Bahia antes do advento do rodoviarismo, concebido como política a partir de 1910, mostraria um quadro regional definido de acordo com a malha ferroviária e as navegações fluvial e costeira. Tinha-se o Recôncavo açucareiro, o sul do cacau, uma ampla Chapada Diamantina, que ia

até as margens do São Francisco, o núcleo pecuário construído em torno de Vitória da Conquista, os vários sertões – o nordeste, o de Canudos, o do São Francisco, o da Serra Geral – e alguns poucos microespaços indefinidos e espremidos entre essas formações.

As estradas de ferro, a navegação fluvial e costeira ou, depois, as estradas de rodagem, se, por um lado, atendiam aos projetos de uma burguesia instalada em Salvador, por outro, criaram os meios para uma rápida circulação da mão-de-obra. Esta logo aprendeu a trocar as dificuldades cotidianas da sobrevivência na pequena propriedade e de uma remuneração quase nunca compensatória, pelos salários e melhores condições de vida do sul industrializado. Os vapores das companhias de navegação (a imagem mais forte são os Itas do Norte), os vagões de passageiros dos trens passaram a viajar superlotados, especialmente nas segundas e terceiras classes. A força dessa corrente tornava-se mais forte quando a seca chegava e demorava a partir. A comparação entre os censos demográficos do Estado da Bahia de 1920 e 1940 mostra o elevado número de municípios que conheceram perda de população, cujos habitantes partiram, muitas vezes, com passagens fornecidas pelo próprio Estado, numa viagem que promovia o vazio demográfico de algumas regiões, e assim descrita pelo dirigente da empresa de navegação: “no movimento de 1932 não temos incluído os transportes de 10.000 flagelados autorizados pelo governo do Estado, como medida de salvação pública, num gesto de admirável patriotismo e humanidade”.¹² As próprias frentes de trabalho, com o objetivo de construir estradas, criadas pelo governo no decorrer dos sucessivos anos secos na década de 30, ajudaram na partida dos sertanejos, inclusive para outras regiões baianas, como bem exemplifica a construção da estrada de rodagem Conquista-Bom Jesus da Lapa.

A crise dos dois sistemas viários se daria em meados do século XX. O ferroviário é bem conhecido da sociedade nacional. A construção de rodovias passou a ser praticamente a prioridade única para os transportes, a partir dos anos 30. É curiosa a resistência brasileira em fazer conviver, articular o antigo e o novo. O poder deste último é quase sempre avassalador, bastando conferir como muitas estradas de rodagem correram quase paralelas

às ferrovias, como foi o caso da rodovia Lomanto Junior em relação à E.F. do São Francisco. Assim aconteceu com as estradas de ferro, desprezadas, ignoradas, mesmo após a federalização do sistema, desconsiderando-se por inteiro a dimensão do país, os custos do transporte, etc. Emblemática dessa situação foi a completa destruição da Estação Ferroviária de Juazeiro, considerada a mais bela de todo o Nordeste brasileiro, para dar lugar à ponte rodo-ferroviária sobre o rio São Francisco.

Quanto à hidrovia, em que pese o seu poder integrador e também o ter sido assumida diretamente pelo Estado da Bahia, após 1930, foi, pouco a pouco, ficando à margem das prioridades viárias. A competição com as estradas lhe foi desvantajosa, apesar de oferecer custos menores. Várias rotas foram abertas em todo seu trajeto, não só afetando o sistema viário baiano, mas principalmente criando alternativas de acesso mais rápido e moderno aos estados vizinhos, como Minas Geraes, Goiás, Pernambuco, etc. Dois exemplos evidenciam o processo.

O primeiro mostra como a produção agrícola da região de Irecê que, inicialmente (anos 20), era escoada pelo porto de Xique-Xique, de onde seguia até Juazeiro, passou, com as estradas, a seguir para Salvador, primeiro por Jacobina, e, depois, diretamente para a capital, com a construção da Estrada do Feijão. O segundo, mais significativo para a Bahia como um todo, foi a perda de Juazeiro – a denominada *Corte do Sertão* – para Petrolina. Os que observam e conhecem as duas cidades hoje, certamente se surpreenderiam com um mapa urbano do final do século XIX, onde a cidade baiana surge como um dos principais núcleos do interior, enquanto a pernambucana limita-se a umas poucas ruas, um cemitério, uma capela, e é identificada como uma simples vila.

Ainda sobre a empresa de navegação, observa-se que, apesar da aquisição de novas embarcações e dos investimentos na melhoria do canal de navegação, faltavam conhecimentos técnicos, recursos que atendessem à crescente demanda por

serviços mais ágeis e de melhor qualidade. Por outro lado, também registre-se a concorrência com embarcações de empresas privadas e a organização de uma empresa pública mineira, além do desvio para cumprir serviços de outra natureza: enchentes, epidemias, secas, passagem da Coluna Prestes, Revolução de 1930, etc. A administração foi exercida diretamente pelo Estado ou através de concessionários/arrendatários, a maioria deles proprietários de terras e participantes do grande comércio regional, como foram os casos de Otacílio Nunes de Souza (1909-1912), Manoel Sabino dos Santos (1920-1925) e Geraldo Rocha (1925-1929).¹³ Como consequência imediata, o rio começou a perder sua vocação histórica de via de comunicação para se transformar em fonte de energia, com a construção de sucessivas usinas hidroelétricas, sempre mais potentes, cuja produção destinou-se a atender à expansão do parque industrial brasileiro.

A partir da segunda década deste século, todo o sistema viário construído – ferrovias e hidrovias costeiras e fluviais – passaria a ter a companhia das estradas de rodagem, desde o primeiro momento impondo-se como a alternativa mais aconselhável para resolver o problema dos transportes na Bahia.

A partir da segunda década deste século, todo o sistema viário construído – ferrovias e hidrovias

costeiras e fluviais – passaria a ter a companhia das estradas de rodagem, desde o primeiro momento impondo-se como a alternativa mais aconselhável para resolver o problema dos transportes na Bahia. O serviço de navegação e as estradas de ferro foram, pouco a pouco, sendo obrigados a concorrer com as estradas de rodagem que começaram a ser construídas em todos os lugares. A complementaridade entre os diversos subsistemas pregada no discurso oficial ficou restrito às boas intenções.¹⁴

Inicialmente concebidas com o propósito de serem vias complementares, que uniriam as estradas de ferro entre si ou ligariam pontos do interior com algum porto litorâneo ou fluvial, na prática foi bem diferente. Desde 1910, o governo estadual adotou a estratégia de conceder uma série de vantagens a particulares que se interessassem não só pela construção, mas também pela exploração de linhas regulares de transporte por automóveis.¹⁵

A questão rodoviária não podia ser vista, entretanto, apenas como uma via de comunicação em

si. Ela estava intimamente associada ao desenvolvimento da indústria de veículos automotores e, por essa razão talvez, diante da constatação da irreversibilidade do processo, o verbo que mais apareceu no discurso oficial justificador foi “avassalar”, como no relato dos representantes da Bahia, no Segundo Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, em 1929: *“é de todo sabido, sem controvérsia, que as estradas de rodagem representam na actualidade, não só meio de facil transporte pelo vehiculo automotor, que tudo avassala, mas também o elo de confraternização entre povos vizinhos”*.¹⁶

Na febre de construir estradas, tanto regiões mais ricas, como a cacauieira, quanto as mais pobres e distantes, como o oeste do Estado, mereciam consideração. Em 1935, o Diretor de Viação e Obras Públicas do Estado repetia o mesmo comentário de meados do século passado, quando se garantia que o maior problema do Estado era a falta de transportes. Observava, não sem razão, que o sul do Estado “só tem uma ligação com a capital, a mesma via de comunicação de oitenta e nove annos atraz, as viagens mensaes ou bi-mensaes da Bahiana, instituídas em 1847”.¹⁷ Essa constatação pode ter contribuído para a continuação do agressivo programa de construção de estradas de rodagem implementado pelo Instituto de Cacau da Bahia, logo após sua criação em 1931.¹⁸

No oeste do Estado, na fronteira com Goiás, já no início da década de 20, o Coronel Abílio Wolney, utilizando-se das vantagens oferecidas pelas Leis de 1910, 1917 e 1920, recebeu autorização para construir uma estrada ligando Barreiras à fronteira goiana, onde ele já tinha obtido outras autorizações para a construção de vias. As concessões – feitas tanto a cidadãos quanto a empresas – foram de todo tipo: prazo de 30 anos para exploração; isenção de impostos estaduais e municipais; preferência para aquisição de terras devolutas marginais à estrada, subvenção quilométrica e outras mais.¹⁹ Se os particulares tiraram proveito, as empresas seguiram no mesmo caminho. Esse foi o caso, por exemplo, da Sociedade Rodoviária de Bonfim Limitada, que, em 1927, assinou contrato com o governo do Estado para construir uma estrada de rodagem entre Senhor do Bonfim e Uauá. A empresa, uma sociedade entre comerciantes de Salvador,

Bonfim, Jaguarari e Uauá, justificou o seu interesse por ser Bonfim,

(...) o centro intermediário de uma grande faixa – o balcão da zona – o armazem natural onde se amontoam os productos manufacturados importados da capital e allí vendidos em grosso até para os centros de Piauhy e Goyáz, allí está a segunda feira de gado do Estado, allí installam-se as agências de banco e escriptorios com grande raio de ação em synthese.²⁰

A documentação das séries GOV. e AGRIC. contém, a partir de 1924, um conjunto de relatórios que tornam evidente o fato de que quase toda a Bahia foi tocada. Os auxiliares dos governadores e interventores estiveram sempre preocupados em registrar o detalhe de cada quilômetro e metro de estrada em estudo, em projeto, em construção ou já concluído. As estradas eram apontadas como o problema fundamental da Bahia. Dizia-se das “vantagens de tal meio de comunicação que tanto o pobre como o rico participam, num Estado tão extenso como o nosso, sujeito às seccas, sem instrução, de lavoura acanhada e rotineira”.²¹ Alguns anos depois, no início da década de 40, era o próprio Interventor Landulpho Alves quem se encarregava de divulgar pela imprensa do Rio de Janeiro a revolução que se promovia na Bahia com a construção de estradas de rodagem.²²

Em nenhum momento, a exemplo do que aconteceu no final do século XIX, voltou a discussão de um plano, de uma estratégia para a construção e desenvolvimento das vias de comunicação e dos meios de transporte. O processo se deu mais ou menos solto, autônomo. Particulares, empresários e o próprio Estado não obedeceram à cláusula que defendia a integração, a alimentação da malha já existente. Os primeiros, como era de se esperar, colocaram os seus interesses em primeiro lugar: valorizar suas terras, incrementar as relações de troca, consolidar e preservar o poder local e assim por diante. Nesse processo, a Bahia, como um todo, vinha depois e, assim, nas regiões limítrofes – e são muitas – foram construídas redes de relações – Bahia com Minas, Bahia com Goiás, Bahia com Pernambuco ou Bahia com Sergipe – que ajudaram a configurar uma nova espacialidade, independente e autônoma de Salvador. Essas relações,

perceptíveis no econômico e social, avançaram para o político e cultural. Nessas fronteiras, os baianos falam, vestem e comem muito mais parecido com o vizinho mineiro, goiano, piauiense, pernambucano ou sergipano.

No final do século XIX, já era saliente o fato de que cada região ou mesmo cada atividade (agricultura, extrativismo e mineração) mantinha sua relação particular com a capital, mas reduzido contato entre elas, o que já colocava em dúvida a existência de uma unidade política (Azevedo e Lins, 1969, p.190). A importância de Salvador decorria basicamente do seu porto, historicamente importante para o comércio de diferentes regiões do país e, especialmente, para uma classe mercantil ali abrigada, a qual operava num universo amplo, além das fronteiras do próprio Estado. Os planos viários, a preocupação em construir ferrovias e hidrovias, visavam acelerar as trocas, diversificar os negócios. Assim compreendem-se as iniciativas realizadas com esses objetivos. Mesmo com recursos precários, empréstimos desviados de suas finalidades e impostos não-recolhidos, a Bahia conseguiu, pelo menos até os anos 40, manter uma unidade aparente, exercer uma hegemonia, ter uma feição.

Enquanto, em 1927, o próprio governo tentava dividir o Estado em cinco zonas agrícolas com sedes em Salvador, Cachoeira, Nazaré, Livramento e Belmonte, com base exclusivamente na necessidade de dinamizar a agricultura e ignorando outras variáveis formadoras da regionalidade, em 1935 a situação já se mostrava grave para um legislador sensível. Nesta última oportunidade, o Deputado Nestor Duarte apresentou um projeto de lei que dividia o Estado em nove regiões administrativas, a saber: Centro-Litorânea, Nordeste, Centro-Oeste, Centro-Sul, Sudoeste, Sul, Médio São Francisco e Alto São Francisco. As denominações e critérios de divisão são secundários. Na justificativa é que encontramos a percepção clara do político sobre a realidade baiana, quando dizia:

(...) entre o Estado e o Município há uma categoria – a região. Melhor seria ainda que em cada sede dessas regiões, o governo estabelecesse pontos de contacto com a sua Capital, separada como uma ilha do Estado, pois só o mar a liga aos melhores centros de penetração do interior...A situação da capital da Bahia é singular no mapa do Brasil. Dos

cinco grandes Estados da Federação, a Bahia e o Pará são os únicos que não têm capital central, convindo notar que Belém está diretamente ligada ao interior. Esta situação proíbe ao Estado fazer de sua capital o centro de irradiação e convergência de sua vida e do seu desenvolvimento. A sua capital não representa ainda, infelizmente, o papel centrípeto e centrífugo a que se destinam as Capitais na geografia humana. É preciso refletir sobre esse problema e considerá-lo presente entre as condições e elementos causadores de nosso atraso.²³

Embora para algumas regiões em particular, o Estado possa sempre parecer uma abstração, diante da ausência, por muito tempo, de outra representatividade além da polícia, do fisco e da justiça, ou possa ser visto com desconfiança, considerado como um usurário cobrador de impostos, sem fornecer contrapartidas proporcionais ao que arrecada na região, como é o sentimento de boa parte da sociedade cacaueira, é inegável o papel particular desempenhado pela política de transportes e comunicações para a formação contemporânea. Enquanto prevaleceu a prioridade para estradas de ferro e hidrovias, podia-se identificar uma regionalidade que mantinha Salvador como centro, como um pólo. A ação espacializadora de então tinha o sentido de integrar, dividir socialmente o trabalho, acelerar a circulação de mercadorias. Com a abertura das estradas de rodagem, ao lado da aceleração do processo industrial nacional surgirá uma nova espacialização, uma outra regionalidade, outras formas de integração inter-regional, um novo papel reservado à sociedade local.

Como foi dito acima, com a construção de estradas acompanhada do abandono das ferrovias e das hidrovias, especialmente em razão da não-complementaridade entre elas, mas de uma verdadeira competição, as regiões limítrofes da Bahia foram configurando uma nova regionalidade. O Extremo-sul para o Espírito Santo ou Minas Geraes, a Serra Geral e mesmo Conquista para este último Estado, o Oeste para Goiás e depois Brasília, a margem esquerda do São Francisco para o Piauí, do mesmo modo que aconteceria nas vizinhanças de Pernambuco e Sergipe. Para a região cacaueira, o Brasil era pouco, por isso buscaria diretamente o mundo. O simples observador, o viajante de hoje pelo interior baiano, encontrará os sinais dos

fenômenos acontecidos ao visitar as cidades. As fluviais, que quase desapareceram, a exemplo de Xique-Xique, Barra do Rio Grande, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e tantas outras, para não falar das que estão submersas. As rodoviárias que nasceram, cresceram ou consolidaram suas posições com a construção de estradas, como foram os casos de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Barreiras, Teixeira de Freitas e Itabuna. E as ferroviárias, ou que já foram, como se pode encontrar em muitas áreas do Estado, a exemplo de Nazaré, Iaçú, França, etc. Curioso destas últimas é o fato de que muitas delas tiveram até suas estações destruídas – os casos de Juazeiro e Jacobina – impedindo as novas gerações de visualizarem um passado, saberem o que já foram, como uma tentativa deliberada ou não de apagar esses registros da memória regional.

Para os baianos de hoje fica a curiosidade (ou a perplexidade) de se perguntarem para onde podem ir de barco ou de trem. E se responderem que, apesar da extensa costa atlântica e de cursos fluviais navegáveis, o único transporte regular existente é para a Ilha de Itaparica, em frente à capital. O vapor Saldanha Marinho, um dos pioneiros da navegação no São Francisco, foi transformado, com o nome de *Vaporzinho*, em bar e restaurante na cidade de Juazeiro. De trem, do mesmo modo, não se vai além do subúrbio soteropolitano. Resta, então, uma atitude nostálgica, quase contemplativa, de observar os registros deixados nas cidades e sítios à beira mar, à beira rio ou à margem dos trilhos.

Os anos posteriores, ou seja, a partir dos anos 50 do presente século, seriam os da Bahia feita em pedaços. A sua elite comercial perderia o seu universo de ação e, com ele, parte do seu poder; Salvador passaria a sentir, cada vez mais, dificuldades para exercer uma hegemonia, para continuar a ser o antigo centro político-administrativo. Os governantes, independentemente de partidos ou tendência, passavam por cima dessa realidade e, o que é pior, continuaram a não conhecer o seu objeto de intervenção e de política. A memória de muitos municípios guarda o registro da única vez que foram

visitados por um governador, quase sempre com fins eleitorais. A Bahia negra e do dendê, cuja síntese maior é Salvador e seu Recôncavo, foi ficando distante do interior. Os moradores de quase todas as áreas, de todos os sertões, passaram a não se sentir na Bahia, a dela não participar. Nos tempos recentes, apenas a música consegue fazer alguma aproximação num processo ainda indefinido, mas que poderia ser provisoriamente encarado como uma tentativa de carnavalizar a cultura (para onde vai a

Festa de São João?) ou de banalizar o carnaval (o que farão da maior festa popular do Brasil?).

Todos esses eventos são compreensíveis. O desenvolvimento regional passou a se dar como que de costas para o velho núcleo de poder. A população interiorana que não migrou, criou e desenvolveu laços com os estados vizinhos, passando a viver sob a influência direta dos mesmos, construindo uma nova regionalidade. Quanto aos chefes locais chegaram a culti-

var propostas separatistas – nas regiões cacaueira e sanfranciscana, por exemplo, com o desejo de criar os Estados de Santa Cruz e do São Francisco – visando a uma autonomia simples ou à anexação de parte do território baiano ao de algum Estado vizinho, como foi o caso do extremo-sul com relação a Minas Geraes nos anos 50. No final, quase todos eles abdicariam de qualquer projeto estadual ou nacional, ao contrário de um Franklin Lins de Albuquerque ou de um Horácio de Matos, contentando-se simplesmente com o domínio da *paróquia*, do reduto, coadjuvantes submissos e obedientes diante das lideranças maiores.

Os transportes e comunicações marcariam, decisivamente, o tempo desde os tropeiros, como agentes de notícia e informações. A chegada e a partida dos mesmos marcavam os dias, as horas ou mesmo os anos. No cotidiano das cidades e vilas, o badalar dos sinos encarregava-se de marcar um tempo ainda mais lento: o meio-dia e as seis da tarde de cada dia. Tropeiro e badalo começaram primeiro a ter a companhia do apito do trem e de sua inconfundível fumaça, do mesmo modo que na beira-rio ou na beira-mar o dia do vapor era aguar-

O desenvolvimento regional passou a se dar como que de costas para o velho núcleo de poder. A população interiorana que não migrou, criou e desenvolveu laços com os estados vizinhos, passando a viver sob a influência direta dos mesmos, construindo uma nova regionalidade.

dado com ansiedade. Moças das cidades do São Francisco encomendavam roupas especiais, de festa, para o dia da chegada a Juazeiro. Depois foi a vez do pau de arara (levavam passageiros e traziam bugigangas) e da buzina da marinete, anunciando a chegada da estrada e dando nova dinâmica ao ir e vir e às trocas em geral. As novidades eram sabidas mais rapidamente, os que migravam podiam visitar os que ficavam mais facilmente. Muitos chegavam falando diferente, trajando modelos e cores que só eram vistos em *O Cruzeiro*, empunhando rádios portáteis, símbolo indiscutível de que tinham melhorado de vida, num verdadeiro caldo do interior baiano com o sul industrializado.

Curioso, mas o rádio também ajudou Salvador a ficar ou parecer mais distante. Com a massificação daquele meio de comunicação, as equipes de futebol do Rio de Janeiro e de São Paulo passaram a ser objeto de discussão e interesse, enquanto as de Salvador eram ignoradas ou delas pouco se sabia. Apenas os que precisavam ir à capital delas tinham alguma notícia. Enquanto as equipes cariocas e paulistas, especialmente as primeiras, constituíram verdadeiras torcidas por todo o interior, as da capital exerceram uma rivalidade restrita a esta última. Emblemático do fenômeno é o fato de que a única equipe campeã baiana de futebol localizada no interior chama-se Fluminense, é de Feira de Santana e também conhecida (um codinome é claro) como *Touros do Sertão*.

Salvador também sentiria a mudança. A Estação da Calçada, terminal importante da rede ferroviária foi perdendo espaço para o Largo de São Bento, ponto de chegada e partida das marinetes do interior, antes da construção da primeira estação rodoviária. Nas madrugadas e no cair da tarde, baianos de todos os interiores lá podiam ser encontrados: embarcando ou desembarcando, levando ou recebendo encomendas ou pelo simples prazer de rever pessoas e receber notícias. A Petrobrás nos anos 50 e, depois, a industrialização da região metropolitana funcionaram como um reforço econômico da posição da capital, mas de efeitos limitados no social, no político ou mesmo no cultural. Serviram para ressaltar uma Bahia heterogênea, diferenciada, singular em cada espaço ou região.

Tudo dito e comentado não passa de um olhar, uma versão diriam alguns, de quem, desde meni-

no, ouviu, entre curioso e surpreso, de todos os que se dirigiam para Salvador a afirmação natural e convicta: *Eu vou para a Bahia*.

Notas:

- 1 Sobre a ocupação desse espaço, conferir depoimento de Jubilino Cunegundes ao autor (1984), parte de *Memória Sertaneja da Bahia*, livro ainda inédito.
- 2 Depoimento de Ferreira Brito (1984).
- 3 Depoimento de Nelson Hayne (1985).
- 4 MENS. RELS. 1893, p. 4 - 5.
- 5 As séries GOV. e AGRIC. do Arquivo Público do Estado da Bahia guardam vários exemplares desses contratos.
- 6 APEBa., Sec. Rep., GOV., maço 1974, Doc. 35 A, Ofícios recebidos. Vale registrar o expressivo número de propostas, na segunda metade do século XIX, que pretendiam ligar o litoral com a margem direita do rio São Francisco, o que correspondia perfeitamente ao projeto de interiorização e descoberta dos sertões baianos.
- 7 APEBa., Sec. Col. Prov., A.L.P., maço 983, Abaixo-Assinados, 1850-1855, (manuscrito).
- 8 Antigos tropeiros do município de Jacobina registraram, em depoimentos gravados, como ficou mais fácil transportar mercadorias e pessoas após a inauguração da estação de Queimadas, reduzindo em mais da metade a distância anteriormente percorrida entre aquela primeira cidade e o litoral.
- 9 Para um acompanhamento mais detalhado da estrada de ferro e da hidrovía, consultar Guerreiro de Freitas, 1992, especialmente os capítulos 2, 3 e 4.
- 10 APEBa., Sec., Rep., AGRIC., caixa 55, maço 163, Doc. 511, Relatório Apresentado... (manuscrito).
- 11 Discurso do Governador J.J.Seabra na sessão solene de inauguração do Primeiro Congresso dos Municípios, em 15/3/1921. *Diário Oficial do Estado*, ano VI, 103, de 16/3/1921.
- 12 APEBa., Sec. Rep., AGRIC., caixa 63, maço 190, Doc. 775 – Relatório da Empresa Viação do São Francisco de 1931, 1932 e 1933.
- 13 Os relatórios e tomadas de contas, tanto da Empresa Bahiana do São Francisco quanto da Viação Bahiana do São Francisco, que se encontram no APEBa., são bem ilustrativos e ricos de informações sobre a evolução do empreendimento.
- 14 A documentação das séries AGRIC. e GOV. do APEBa. são extremamente ricas em informações sobre o avanço do rodoviarismo, como política de transporte privilegiada.

- 15 Sobre a história da construção de estradas no Estado da Bahia, recomendamos a leitura das Leis 828, de 17/8/1910, 1.227, de 31/8/1917, 1.458, de 03/9/1920, 2.059, de 19/4/1928, além do Decreto 10.910, de 16/8/1938.
- 16 APEBa., Sec. Rep., AGRIC., caixa 60, maço 185 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vital Henriques Batista Soares, Governador do Estado da Bahia, pelos Eng^{os}. Civis Lauro de Andrade Sampaio e Osvaldo Augusto da Silva, Delegados do Estado da Bahia ao Segundo Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, Rio de Janeiro, 1929.
- 17 APEBa., Sec., Rep., AGRIC., caixa 65, maço 193, Doc. 802 – Relatório das ocorrências verificadas na Diretoria de Viação e Obras Públicas durante o ano de 1935, p.4.
- 18 A documentação consultada, principalmente as licenças e autorizações concedidas pelo Estado para a construção de estradas de rodagem e outras obras, entre 1924 e 1940, sugere ser a mesma uma boa fonte para o estudo da história das empresas baianas contemporâneas.
- 19 *Diário Oficial do Estado da Bahia* de 03/10/1920, p.5.369. Decreto 2.306, de 30/9/1920.
- 20 APEBa., Sec., Rep., AGRIC., caixa 10, maço 25, Doc. 229 – Termo de Contrato...
- 21 APEBa., Sec., Rep., AGRIC., caixa 73, maço 210, Doc. 973-1 Relatório da Inspetoria de Viação, Indústria e Comércio 1925 (ano 1924).
- 22 Nos maços 2871 e 2872 da série GOV. podem ser encontrados inúmeros recortes de jornais com tais notícias.
- 23 APEBa., Sec., Rep., AGRIC., caixa 42, maço 122, Doc. 384 – Projeto do Deputado Nestor Duarte, apresentado À Assembléia Legislativa da Bahia, em 28/11/1935.

Fontes:

APEBa. – Arquivo Público do Estado da Bahia

AGRIC. - Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas

COL. PROV. - Secção Colonial e Provincial do APEBa.

GOV. - Secretaria de Governo

MENS. RELS. – Mensagens e Relatórios dos Governadores e Intendentes do Estado da Bahia.

Sec. Rep. – Secção Republicana do APEBa.

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janaína. História e região. Reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M.A. *República em migalhas, história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990, p.8.

ANJOS, Alfredo. *O Rio São Francisco; O Vale do São Francisco será o celeiro do Brasil*. Rio de Janeiro: G.F. Burgonovo, 1917.

AZEVEDO, Thales de, VIEIRA Lins, E.Q. *História do Banco da Bahia, 1858 – 1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

BRUIT, H.H. Região, Estado e Capitalismo. In: Gebara, A. et al. *História regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987.

GODOY, Rosa. História e região: questão de método. In: SILVA, M.A. *República em migalhas, história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990, p. 8.

GUERREIRO DE FREITAS, Antônio Fernando. *Au Brésil: deux régions de Bahia*. Paris: Université de Paris IV – Sorbonne, 1992 Thèse (Doctorat en Histoire).

MAGALHÃES, E. F. *As barcas e sua influência no desenvolvimento do São Francisco*. Juazeiro: Tipografia e Papelaria Li-ceu, 1978.

MATTOSO, K, LEVY, B. *L'empire brésilien et ses chemins de fer (1852 – 1889)*, fotocop. (inédito)

SANTOS, Milton. *Pour une géographie nouvelle*. Paris: Publisud, 1984.

* Antônio Fernando Guerreiro de Freitas,
Professor do Departamento de História
da Universidade Federal da Bahia.
E-mail: t.freitas@svn.com.br

O território do cacau no contexto da mundialização

Vitor de Athayde Couto*

Como parte das comemorações do Descobrimento, a Organização Internacional do Cacau reproduziu a primeira viagem do cacau, há cerca de 500 anos, desde a sua América Latina natal até a Europa, de onde ele se espalhou para o resto do mundo. Das muitas viagens extraordinariamente empreendidas ao longo dos séculos, nenhuma foi tão colorida, extravagante e com tantos participantes quanto a viagem do cacau e do chocolate. (ICCO)

Os sistemas agrários centrados na lavoura cacaueteira, seja ela monocultura ou atividade integrante de sistemas produtivos mais complexos, formaram-se voltados para o mercado mundial. Remanescentes do exclusivo colonial mercantilista, esses antigos sistemas agrário-exportadores já nasceram no contexto da internacionalização de capitais primitivos.

Neste artigo considera-se mundialização como uma etapa do processo de internacionalização do capital que balizou a formação do território baiano do cacau, aqui entendido como sistema agrário.¹ Todavia, esse conceito, de inspiração agroecológica e muito próximo do que se convencionou chamar Região Cacaueira, requer uma extensão para além da sua materialidade. Em outras palavras, um território socioeconômico não se demarca, desde que não se revela por meio de sinais exclusivamente visíveis, como, por exemplo, a presença física do cacaueiro. Território do cacau supõe espacialização mais complexa.

Segundo o Fórum Nacional da Agricultura (FNA) – Grupo Temático do Cacau (1997), a forma como se deu a ocupação dessa região, a cultura agrícola

que lhe serviu de sustentáculo econômico, as etnias dos que aqui chegaram, a riqueza dos recursos naturais e o favorecimento das condições edafoclimáticas, foram alguns dos ingredientes básicos que permitiram a formação desse “território conhecido como Nação Grapiúna ou Civilização do Cacau” (p.89). Apesar dos permanentes conflitos, Baiardi (1998, p.7) observa, na Região Cacaueira, um elemento histórico de unificação: a reivindicação de sua identidade. “Engana-se quem imaginar que a cacauicultura está morta, que é uma página virada na história da economia da Bahia. Ela continua viva, malgrado os percalços e as vicissitudes, resultados de avaliações e práticas equivocadas do Estado e dos agentes produtivos” (Ibid.).

Se, por um lado, o território do cacau não se define satisfatoriamente pelos sucessivos projetos de regionalização elaborados ao longo dos anos,² por outro, essa mesma regionalização pode contribuir para que se compreenda a crise-criadora e sua reestruturação – objeto central deste artigo.

Diferentemente de uma crise de ciclo econômico convencional (causada por alterações cambiais ou de preços, por exemplo), a crise-criadora já traz consigo os elementos internos e/ou externos da sua própria superação. Ela é objeto de uma análise-diagnóstico (causas da crise) e, ao mesmo tempo, de uma reestruturação reveladora de diferentes estratégias dos agentes (saídas da crise). Identificar e compreender essas estratégias, sob condições de incerteza, é o grande desafio para que se percebam tendências.

Especificamente, objetiva-se conhecer as principais causas e saídas da crise, em duas partes. Na primeira (item 1), as “crises do cacau” são tratadas enquanto fases do ciclo econômico. Retrai-se o agronegócio, em decorrência da queda dos preços pagos ao produtor e da produtividade da *lavoura*, cuja principal repercussão é a diminuição imediata da renda e do emprego na *Região Cacaueira*. São várias as razões que contribuem, todas elas, para a redução dos preços e da produtividade.

Na segunda parte (item 2), as “saídas da crise” constituem o principal objeto de análise. Mas aí já não basta analisar apenas a produção vegetal de amêndoas nos limites da Região Cacaueira. Agora, a crise-criadora envolve toda a *cadeia produtiva do cacau* (principalmente o segmento a jusante do complexo agroindustrial, representado pelas indústrias processadora e chocolateira), do ponto de vista das estratégias dos agentes, diante da incerteza. Essas estratégias, que refletem uma *nova dinâmica econômica regional*, extrapolam os limites tanto da Região Cacaueira quanto da cadeia produtiva e se ajustam melhor à noção de espaço de investimento em termos de *eixo geoeconômico*³ ou território do cacau no contexto da mundialização.

Finalmente, no item 3, analisa-se a reestruturação da cadeia produtiva do cacau, procurando identificar fenômenos que sinalizem a inserção regional, tanto do ponto de vista da *lavoura* (item 3.1) quanto da *indústria* (item 3.2).

As crises do cacau

Consideram-se crises do cacau, mais particularmente, as crises cíclicas que atingem a monocultura agrícola, ou seja, a *lavoura* ou produção vegetal de cacau em amêndoas. Em termos espaciais, a crise da lavoura tem impacto imediato sobre o conjunto de atividades que se desenvolvem no interior da região produtora.

A chamada Região Cacaueira da Bahia localiza-se no Sudeste do Estado, entre o litoral e o meridiano 400, e os paralelos 130 S e 160 S (Araújo & Campos, 1998). O agronegócio do cacau, incluindo-se aí parte da cadeia produtiva, concentra-se na região econômica Litoral Sul, principalmente nos municípios de Ilhéus e Itabuna, que detêm 2,6 % e 1,7 % de participação na economia baiana, ocu-

pando, respectivamente, a sexta e décima classificação no conceito do PIB municipal, dados de 1996. Por serem bastante representativos da economia regional, importa observar a dinâmica populacional desses dois municípios entre 1991 e 1996, fase depressiva do ciclo de crise.⁴ Enquanto a taxa de crescimento populacional de Itabuna permanece estável (0,03 %), o município de Ilhéus, que detém a terceira maior população do Estado, experimenta uma das maiores taxas de crescimento populacional (3,80 %).

Essa dinâmica populacional está relacionada com as estratégias de saída da crise, principalmente estratégias de diversificação das atividades econômicas, analisadas mais adiante.

Antes, porém, importa fazer um pequeno histórico dos ciclos do cacau, discutir as causas da crise atual, bem como situar a sua importância no contexto da agropecuária do Estado.

• Histórico

Historicamente, a lavoura cacaueira sempre esteve submetida a forte tensão e, há muito, se discutem os seus problemas, na tentativa de solucioná-los. As crises típicas de monoculturas sempre estiveram presentes na cacaucultura brasileira, especialmente baiana, com muito mais intensidade que nas demais culturas de exportação.

As crises do cacau são fases depressivas dos ciclos econômicos. Os ciclos curtos, que podem ser tanto de natureza endógena quanto exógena, têm periodicidade juglariana (de seis a dez anos), com variações alternadas de expansão e contração da atividade predominante, cujas causas podem ser várias. No caso dos ciclos do cacau, uma das explicações pode ser encontrada nas teorias da superprodução e subconsumo, cuja visibilidade se manifesta no comportamento dos preços das suas *commodities* no mercado internacional. Outra explicação, de corte monetarista, está relacionada com as ações institucionais na área do câmbio, do fisco (particularmente o confisco cambial) e do crédito. Esses ciclos, que aconteceram em 1957, 1961, 1971, 1987 e 1989, têm apresentado uma certa regularidade, conformando crises conjunturais.

As crises de ciclo longo, por sua vez, têm sido ainda mais regulares que as de ciclo curto, mani-

festando-se a cada três décadas, em 1930, 1957 e 1987. Do ponto de vista de uma leitura schumpeteriana do ciclo Kondratieff, essas crises são caracterizadas por impactos estruturais e as soluções vêm por ondas tecnológicas, provocadas por inovações mais ou menos radicais (ver nota 5).

A primeira grande crise do cacau ocorreu em 1930, quando predominava o capital comercial ligado diretamente ao mercado internacional. Nesse período, houve uma queda brusca de preços das *commodities* internacionais, entre elas, o cacau e seus derivados, decorrente da depressão que atingia a economia mundial como um todo. Para superar os baixos resultados da lavoura, o governo criou o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), que investiu em inovações, sobretudo nos transportes (construção e recuperação de rodovias), processamento, embalagem, armazenamento e embarque das amêndoas.

A segunda começou em 1957 e teve grande participação do Brasil, que era um dos primeiros produtores mundiais. Nessa época, houve um descuido muito grande com a lavoura cacauífera por parte dos produtores brasileiros; eles viviam basicamente do extrativismo, sem investir na modernização da produção, o que acarretava baixos níveis de produtividade. Por outro lado, os países africanos, que produziam cacau com base em sistemas de produção familiar apoiados por políticas públicas específicas, aumentaram sua produção. No entanto, esse aumento não foi suficiente para abastecer o mercado mundial; como consequência, caíram os estoques mundiais do produto, aumentando o seu preço. O Brasil não pôde aproveitar essa oportunidade comercial. A crise foi atacada via expansão do capital agroindustrial a montante, pela implantação da CEPLAC e do seu “pacote tecnológico”, fatos que levaram à integração produtiva da lavoura e a melhorias no processo produtivo das amêndoas. Em decorrência desses acontecimentos, construiu-se toda uma estrutura técnica e de serviços, e fortaleceram-se a infra-estrutura e a imagem do cacauicultor.

Foi entre 1970 e 1977 que a cacauicultura brasileira experimentou seu auge, quando uma alta dos pre-

**Foi entre 1970 e 1977
que a cacauicultura
brasileira experimentou
seu auge, quando
uma alta dos preços
coincidiu com safras
recordes, o que trouxe
lucros elevados ao
produtor, promovendo
um surto de
prosperidade em
toda a região.**

ços coincidiu com safras recordes, o que trouxe lucros elevados ao produtor, promovendo um surto de prosperidade em toda a região. No comércio e na indústria o ambiente era semelhante, tendo-se gerado grandes lucros. Os donos e dirigentes das empresas, além de receberem honorários mensais, participavam dos lucros das operações ao final de cada ano, o que lhes garantia um elevado padrão de vida.

O produtor médio não pensou em fazer economia, tampouco em racionalizar a sua lavoura, pelo

contrário, esbanjou fortunas em gastos supérfluos. Em casos raros, investia-se na própria fazenda. Ainda assim, alguns limitavam-se à construção de luxuosas casas-sede, jardins, piscinas, deixando de lado os investimentos produtivos, com vistas à modernização, aumento do rendimento físico ou diminuição de custos operacionais.

A última crise acontece em 1987, uma década após a fase áurea do cacau baiano, exatamente quando se estrutura o complexo agroindustrial do cacau, com a expansão da agroindústria a jusante. Antes de eclodir a crise, verifica-se uma forte queda no preço das amêndoas, decorrente da participação de novos países produtores, com aumentos da área plantada e do rendimento físico, o que provoca uma superprodução. Logo em seguida, chega à Bahia a doença “vas-soura-de-bruxa”, fazendo cair o rendimento físico dos cacauíferos e a produtividade do trabalho.

Os baixos preços e a produtividade declinante formam um novo perfil de produtor, que mal consegue cobrir seus custos com a receita da sua produção. Como consequência, ele é levado a se desfazer de seu patrimônio e a reduzir os tratos culturais nas fazendas, causando o desemprego de mais da metade da mão-de-obra que trabalha com o cacau. Ocorre também o fechamento de muitas empresas, e tem início a importação de cacau africano para atender às necessidades da já consolidada indústria processadora e de chocolate.

Em virtude das dificuldades financeiras, alguns cacauicultores vêm derrubando árvores nobres e centenárias, como os jacarandás e os jequitibás, causando fortes pressões sobre o meio ambiente,

a fim de venderem a madeira para serrarias clandestinas. Essa pressão sobre a Mata Atlântica, inclusive ciliar, desestrutura o ecossistema da região, ameaçando as cabeceiras de rios e riachos, além de fazer com que ocorram erosões, já que o relevo da região é bastante inclinado e facilita a lixiviação do solo sem cobertura vegetal.

No entanto, essa crise tem provocado profundas mudanças no complexo agroindustrial do cacau. Estão ocorrendo transformações na estrutura de mercado e preços, que se refletem na produtividade e na gestão de estoques internacionais.

Diante desse quadro, formaram-se duas correntes principais, uma que defende o fim da cultura do cacau na Bahia e outra que insiste em sua manutenção. O Estado vem renegociando dívidas dos produtores, investindo em pesquisa, financiando enxertias e clonagens. Alguns produtores estão adotando inovações tecnológicas, diversificando a produção, introduzindo novos produtos e processos, inclusive princípios da agroecologia, com a finalidade de reduzir o uso de agroquímicos e, por extensão, os custos operacionais. Observam-se também inovações organizacionais, com a introdução de novas formas de manejo e de processos técnicos, reestruturando a gestão das fazendas. Por outro lado, muitos produtores estão substituindo completamente suas lavouras de cacau por pastos, por outras culturas, e até por atividades não-agrícolas.

Espera-se que toda essa movimentação resulte na construção, ao longo dos próximos anos, de uma trajetória regional no sentido evolucionista, pois, até o momento, não existe consenso sequer a respeito das causas da crise que começa em 1987.

• Causas da crise

Gasparetto (1998, p.53) destaca a perda de população “em termos absolutos” como o principal indicador da crise “dramática” que vem sendo experimentada pela Região Cacaueira. “Para se ter uma idéia disso, basta apenas referir que, do Censo Demográfico de 1991 à Contagem Populacional de 1996, dos 41 municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna, 27 perderam população”. “Na medida em que se expõe frontalmente à competição”, uma região-celeiro de analfabetos (baixíssima taxa de alfabetização, inferior a 50% na área rural de todos

os municípios da microrregião) está despreparada para o mundo globalizado – “a menos que sejam a pobreza e a exclusão social e econômica as marcas desse novo mundo” (Id., p.55).

Baiardi (1998), referindo-se à crise da lavoura do cacau, aponta para a importância do setor, mesmo “perdendo peso na economia do Estado” – o que não tem desmotivado pesquisadores. “Poucas atividades econômicas têm um perfil e uma identidade marcadamente regionais como a cacauicultura, a ponto de ter criado uma civilização” (p.5). Destaca, no plano tecnológico, que especificidades da fisiologia do cacaueiro – que exige cobertura arbórea para sombreamento – fizeram introduzir o primeiro sistema agroflorestal no Brasil, criando uma relação de dependência entre a cacauicultura e a Mata Atlântica. A atual crise do sistema produtivo tem suas raízes na gestão ineficiente. “A vassoura-de-bruxa e as políticas de redução dos subsídios apenas apressaram a sua eclosão” (p.11).

Embora referindo-se aos baixos preços e a fatores climáticos adversos nos últimos anos, Pinto e Pires (1998, p.6) consideram o alastramento da vassoura-de-bruxa como sendo a principal causa do arrefecimento da cacauicultura:

Como consequência, reduziram-se em milhares de unidades os postos de trabalho e iniciou-se um intenso processo de substituição de áreas da lavoura por pastagens principalmente, destruindo os remanescentes da Mata Atlântica, que eram preservados com o objetivo de proteger o cacau da exposição direta ao sol.

Araújo & Campos (1998, p.1) também se referem a ciclos do cacau. Eles definem a crise com base na conjugação da redução de preços com a queda de produção. Esse fenômeno:

(...) provocou impactos expressivos de ordem econômica, social e política sobre a região produtora da Bahia, cuja economia é alicerçada na monocultura do cacau. Além disso, a partir de 1989 surgiu um fato novo: a cacauicultura baiana foi duramente atingida pela doença conhecida por vassoura-de-bruxa, causada pelo fungo *Crinipellis perniciosa*, que ataca os tecidos de crescimento do cacaueiro, principalmente os ramos e frutos. (...) As oscilações na produção e no nível de preços do cacau, no Estado da Bahia, têm resultado em variações constantes no valor da produção. Essa situação

gerou ciclos com períodos de prosperidade e recessão para a região produtora.

Ademais, a persistência da crise vem causando o empobrecimento da região, que experimenta queda significativa da renda regional. Com base na série 1975-95 e valores reais de dezembro 1995, analisando o comportamento do valor da produção de cacau e dos fatores responsáveis por sua variação, aqueles autores identificaram períodos de prosperidade e declínio:

O período de 1975-77 corresponde a uma época em que o valor da produção de cacau recebido pelos produtores do Estado da Bahia teve um crescimento excepcional, variando de R\$ 789,20 milhões em 1975 para R\$ 2.116,35 milhões em 1977. A partir deste ponto ocorreu um declínio que se prolongou até 1982, quando o valor da produção atingiu R\$ 779,95 milhões. Novamente o valor da produção voltou a ascender até iniciar, em 1986, uma queda contínua, atingindo em 1995 o ponto mais baixo, com apenas R\$ 164,05 milhões (Id., p.4)

Dentre os efeitos preço, área e rendimento analisados, os autores concluíram que o efeito preço foi o mais prejudicial ao valor da produção.

Ao registrar, como “único programa existente”, o combate à vassoura-de-bruxa, o FNA (1997, p.28) critica “ações de natureza exclusivamente agrônômica” (p.35) e adverte para as recomendações concentradas na ampliação do programa de recuperação da lavoura cacaueira, obrigando todos os produtores às práticas agrícolas recomendadas para todos os níveis da doença, conforme orientação da Ceplac (Id., p.38) – o que recoloca a vassoura-de-bruxa como causa principal da crise.

Neste artigo, considera-se a crise da lavoura como sendo o produto da convergência de um conjunto de fatores que repercutem simultaneamente sobre o rendimento físico, a produtividade do trabalho, a renda, o emprego e a dinâmica populacional. Esses fatores são, tanto externos:

- preços baixos;
- grandes estoques mundiais de amêndoas;

- substituição e/ou redução do cacau nos “chocolates” e afins;

- entrada de novos concorrentes (Ásia-Oceania), com inovações tecnológicas e estratégias de redução de custos;

- reestruturação da lavoura e indústria processadora, principalmente na costa do Marfim (maior produtor mundial), quanto internos:

- gestão ineficiente, conservadora e clientelista;
- desestruturação do ecossistema;

- clima adverso;

- doenças do cacaueiro;

- quedas do rendimento físico e da produtividade do trabalho;

- redução de preços e da produção;

- baixo nível de escolaridade, principalmente na área rural.

A propósito do clientelismo, o FNA (1997) é revelador. Repleto de contradições, o documento reflete bem a realidade regional que é, igualmente, contraditória – haja vista os diferentes interesses colocados em discussão. De um lado,

critica-se a postura conservadora dos agentes, e, de outro, propõem-se as mesmas intervenções históricas e tradicionais. Por exemplo, lê-se, à página 19, que “não se pode continuar oferecendo soluções fáceis que propiciam popularidade enganosa (subsídios, crédito barato, prazos longos, perdão de dívida), que o Estado não está mais disposto a atender”, enquanto, à página 69, propõe-se “refinanciar a dívida pública e privada dos produtores”, com recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT), normas do crédito rural e equivalência-produto.

Embora advirta que o problema do cacau “não pode continuar sendo analisado do ponto de vista específico da lavoura”, definindo prioridade equivocada e investimentos públicos em tecnologia, “sem levar em conta demandas do agribusiness como um todo” (Id., p. 31), o documento critica as medidas atualmente em curso, que não podem continuar sendo implementadas sem uma discussão ampla por parte de todos os interessados, que seja substrato dos interesses mais representativos do *lado da oferta* (sic). Lado da oferta, leia-se, do lado

da *lavoura*. O documento chega a propor a recomoditização do cacau, ou seja, a “retomada da tradição do cacau como cultura de exportação” (Id., p.97); e, finalmente, um fundo (Funcacau) é mais uma vez proposto com o objetivo de defender preços da *commodity*, promover o desenvolvimento tecnológico (produtividade), o tratamento fitossanitário da *lavoura* (leia-se *lavoura cacaueira*) e a promoção do “desenvolvimento da cacaucultura nacional” (Id., p.104). No limite, a quase totalidade das propostas permanece atrelada ao ponto de vista específico e exclusivo da monocultura.

• Os impactos da crise

Dados elaborados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) situam o valor bruto da produção agropecuária baiana em torno de R\$ 4,6 bilhões, em 1999, observando-se um crescimento de 11% em relação ao ano anterior:

Considerando-se apenas o valor da produção vegetal, o crescimento se eleva para 12%, atingindo R\$ 3,0 bilhões. Esse bom resultado deve-se principalmente ao crescimento da safra de grãos e à desvalorização cambial ocorrida no começo do ano, que tornou mais remunerativos, em reais, os preços de alguns produtos orientados à exportação, notadamente a soja. (Todavia) o cacau ainda é o principal produto agrícola do Estado, a despeito das crises dos últimos anos (SEI, 1999, p.27).

Essa afirmação não resulta de uma observação pontual, mas de uma análise plurianual, *comme il faut*, pois não se costuma hierarquizar desempenhos de atividades agrícolas com base em uma única safra (ou ano civil, quando é o caso). No mínimo, utilizam-se médias trienais. Sob condições de instabilidade (climática, ambiental e de preços), o maior grau de incerteza pode requerer médias quinquenais, por exemplo. Assim é que, no caso de uma observação anual isolada, o cacau já começa a dividir a primeira posição com o café e a soja. Embora já se percebam efeitos positivos provocados pelas inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas na cacaucultura baiana durante a década de 90, ainda não se pode fazer projeções muito otimistas. Essa prudência se aplica a toda cultura perene, cuja vida útil supera, em muito, a duração do

tempo reservado para a pesquisa de variedades resistentes que precede inovações tecnológicas quase radicais⁵, com elevado grau de incerteza.

O IBGE/GCEA - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias estima,⁶ para a cacaucultura baiana, mais uma queda de produção (-32,24%), área colhida (-3,74%) e rendimento físico (-29,6%). Observe-se que a menor queda na área colhida pode significar um esforço dos agentes para não abandonar a atividade. Em 1998 colhem-se 234,9 mil toneladas de cacau em amêndoas; essa produção cai para apenas 159,2 mil toneladas, em 1999. Reduzem-se também a área colhida, de 621,0 mil para 597,8 mil hectares, e o rendimento físico, de 378 para apenas 266 kg/hectare.

Embora utilizando metodologia diferente (ano agrícola, em lugar de ano civil), a Organização Internacional do Cacau (ICCO) divulga, para a cacaucultura brasileira, os seguintes resultados: no ano agrícola 1987/88 produziram-se 382,6 mil toneladas de cacau em amêndoas, com uma participação de 17,4% no total mundial. Em 1997/98, essa participação cai para apenas 6,3%, de uma produção que se estabiliza em torno de 170,0 mil toneladas (ICCO, 1999). Pelo menos para as duas safras vindouras, o cenário não é otimista. Na “Coluna do Cacau” (A Tarde, 29/05/00, p.7) faz-se uma referência à “pior safra de cacau”, que terminou em 30 de abril último, com um resultado final em torno de 1,65 milhão de sacos, sequer alcançando 100 mil toneladas.

Traduzida em termos de desemprego, essa última queda, de 70 mil toneladas, pode estar significando a perda de quase 65 mil empregos diretos, somente na lavoura. Para essa estimativa, utilizaram-se aqui os coeficientes apresentados por Reis *et al.* (1999). Citando vários autores, eles consideram que um trabalhador rende 250 jornadas por ano, e, na Bahia, para cada 2,4 hectares de cacaueiros implantados, é gerado um emprego direto. Aqueles mesmos autores trabalham com a hipótese de que 1 hectare de cacaueiros rende, por ano, 450 kg de amêndoas. Todavia, o impacto da “pior safra” sobre o nível de emprego deve ser um pouco menor, porquanto mais de 30 mil hectares de cacaueiros estão sendo enxertados com variedades tolerantes à vassoura-de-bruxa, gerando uma relação trabalhador-hectare próxima das condições de primeiro ano.⁷

As saídas da crise

O ambiente de incerteza e o enfrentamento da crise impõem a reestruturação produtiva, requerem inovações. A crise revela-se criadora, multiplicam-se as estratégias dos agentes inovadores.

Como principal estratégia regional, diversificam-se as atividades econômicas. Dessa vez, a dinâmica regional já não mais se vincula à cadeia produtiva do cacau, tampouco à Região Cacaueira. A inserção regional no mercado global supõe uma nova configuração espacial.

• A inserção regional

Segundo Uderman (2000, p.26), desencadeou-se, a partir de 1995, uma nova dinâmica econômica regional.⁸ Emerge um importante setor de produtos eletroeletrônicos, com possibilidades de gerar efeitos integradores para frente e para trás do complexo, multiplicando assim o seu potencial expansionista. “O Distrito Industrial de Ilhéus responde hoje por cerca de 10% do mercado de microcomputadores do país, apresentando grandes possibilidades de expansão”.

Analisando os dados de investimentos previstos, aquela autora utiliza como referência a divisão geoeconômica que delimita áreas geográficas a partir dos grandes corredores de circulação da produção. “Os chamados Eixos Econômicos, que nortearão a execução da política de desenvolvimento do Governo do Estado da Bahia no próximo quadriênio, bem como a elaboração e execução de seus planos e orçamentos” (Id., p.29).

Prosseguindo na sua análise dos investimentos para o Eixo Mata Atlântica, Uderman estima que eles representam 3,4 % dos investimentos industriais programados e 11,2 % dos empregos diretos a serem criados. Dos 19 projetos industriais previstos para o eixo, sete integram-se ao complexo eletroeletrônico. Todavia, a maior parte dos empregos industriais deverá ser gerada na indústria de calçados (Itabuna, Ilhéus e Ipiaú) e de confecções (Ilhéus e Itabuna).

Pela ordem de importância dos investimentos previstos, seguem-se quatro projetos da indústria

Como principal estratégia regional, diversificam-se as atividades econômicas. Dessa vez, a dinâmica regional já não mais se vincula à cadeia produtiva do cacau, tampouco à Região Cacaueira.

de alimentos, “dois deles vinculados à cadeia de beneficiamento de cacau”. Ao contrário dos demais segmentos, não se trata de empreendimentos do tipo *new comers*, mas de projetos de “ampliação de plantas industriais que já operam no município de Ilhéus” (Id., p.49). A autora menciona ainda dois projetos a serem executados em Belmonte e Itapebi, sendo, o maior deles, uma planta industrial para a produção de vidros.

• O novo rural

Apesar de ser um fenômeno nacional, o novo rural⁹ se intensifica nos espaços onde as atividades agrícolas tradicionais que experimentam crise e/ou reestruturação liberam mão-de-obra. Mas esse movimento não é exclusivo de trabalhadores rurais desocupados ou parcialmente ocupados. Alguns proprietários inovadores, ao serem afetados pela queda da renda agrícola, diversificam as suas atividades rurais, tanto agrícolas quanto não-agrícolas. Neste último caso, tornam-se agricultores em tempo parcial e/ou pluriativos,¹⁰ atores do novo mundo rural.

Retomando a referência da Região Cacaueira, observa-se, ali, a emergência de novas atividades agrícolas, desde quando operam estratégias de diversificação. Muito se tem escrito a respeito da introdução de novas lavouras e criatórios (inclusive aquelas atividades voltadas para nichos de mercado), mas o que importa registrar no espaço deste artigo é a possibilidade de reestruturação do antigo *sistema agrário do cacau*. É desejável que esse sistema evolua para a conformação de *sistemas agroflorestais diversificados e sustentáveis*, para o que a região reúne todas as condições, inclusive culturais, calcadas no tradicional modelo cacau-cabruca. No relatório do FNA (1997), lê-se, à página 90:

O novo e o velho nas terras grapiúnas já haviam se encontrado muito antes das recentes formulações de modernidade no sistema cacau-cabruca, apresentando-se, ainda hoje, como uma alternativa viável, segura e moderna, servindo como um modelo de desenvolvimento sustentável e correto para o próximo milênio.

Não é por outra razão que a Região Cacaueira da Bahia constitui, ainda hoje, o espaço nacional onde a Mata Atlântica possui os seus mais significativos remanescentes.

Quanto ao novo rural não-agrícola, Couto Filho (2000) inclui a Microrregião Ilhéus-Itabuna entre aquelas que compõem a grande região litorânea tradicional.¹¹ “Nesta região, apesar de suas culturas tradicionais estarem em crise, surgem outras alternativas econômicas, inclusive não-agrícolas, como as atividades voltadas para o turismo” (Od., p.109). Nessa mesma direção, Ribeiro (1998, p.149) analisa os espaços dinâmicos da Bahia e destaca, além da importância do cacau – “apesar da crise instalada desde o final da década de 80” – a diversificação das atividades econômicas de Ilhéus, particularmente a contribuição do turismo e do pólo de informática. No espaço rural, diversificam-se também os sistemas de produção,¹² onde emergem atividades não-agrícolas, inclusive o promissor turismo rural.

• A integração regional

A integração do Eixo Mata Atlântica é aqui considerada no sentido da sua inserção no mercado global. Viu-se que os novos investimentos já revelam estratégias de diversificação das atividades econômicas regionais. Essas atividades apresentam diferentes possibilidades integradoras e tecnológicas (indústria eletroeletrônica), geradoras de emprego (indústria de calçados/vestuário, turismo), agregadoras de valor (beneficiamento de cacau e outras indústrias agroalimentares).

Dada a sua importância econômica, histórica e cultural, o sistema agrário centrado na monocultura do cacau (social e institucionalmente organizada em torno do sindicalismo rural, conselhos e outras instituições) ainda representa um foco de resistência às transformações requeridas pelos novos padrões de qualidade, organização e competitividade. Todavia, como esse sistema já não se encontra mais exclusiva ou hegemonicamente conectado ao mercado externo de amêndoas, a sua inserção no mercado global supõe a reestruturação de toda a

cadeia produtiva. Esta, por sua vez, opera no contexto de transformação do conjunto da indústria de alimentos no Brasil, *cujo elemento dinamizador é o mercado interno* – principal atrativo do atual fluxo de investimentos externos diretos.

A maior parte da literatura disponível sobre a cadeia produtiva do cacau ainda revela um certo espanto, por parte de alguns analistas, em relação às transformações recentemente observadas no segmento a jusante do complexo, particularmente

nas indústrias processadora e chocolateira.¹³ Já é tempo de se rever essa *mono cultura*, esse pensamento único regionalista no sentido agroecológico e etno-socioeconômico, para se começar a pensar em termos sistêmicos. Não se pode mais analisar a cadeia produtiva do cacau *como se ela não fizesse parte da indústria de alimentos*, a qual vem experimen-

tando grandes transformações no contexto da mundialização com integração de mercados.

a) a indústria de alimentos

A exemplo do que ocorre com os segmentos mais dinâmicos da indústria de alimentos no Brasil, as indústrias processadora e chocolateira vêm experimentando significativo processo de reestruturação competitiva. Belik (1999, p.15), utilizando dados da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (ABIA), calculou em 40,3 % a evolução do faturamento na indústria de chocolate, cacau e balas para o período 1985-1995. Neste último ano, o seu faturamento teria alcançado 1,81 bilhão de dólares. Além de continuar evoluindo positivamente por toda a segunda metade dos anos 90, esse mercado (interno) tem despertado o interesse dos oligopólios internacionais, tornando-se objeto de uma verdadeira *mergemanía*.¹⁴ A face mais visível dessa reestruturação revela-se no movimento de centralização e concentração de capitais com progressiva desnacionalização de empresas brasileiras.

Analisando-se os indicadores de movimentação de capital nacional e estrangeiro através de fusões e aquisições, “o setor de alimentos e bebidas fica atrás apenas do setor financeiro. Isoladamente, trata-se da maior indústria no Brasil em termos de

empregos formais. O efeito de encadeamento dessa indústria também é bastante elevado” (Id., p.13). Ao lado da indústria têxtil, produtos de metal, maquinário e papel, a indústria de alimentos foi a que apresentou os maiores encadeamentos regressivos e progressivos da economia nos anos 80. Esse resultado surpreende uma vez que “a produção de alimentos não foi objeto de nenhuma política industrial por parte dos governos e nem participou ativamente do processo de substituição de importações” (Id.). O mesmo autor, analisando os indicadores de crescimento da indústria no Brasil (IBGE), observa um significativo aumento do valor da produção de alimentos e bebidas. Em comparação com o acumulado da indústria que cresceu 23,1 % entre 1981 e 1989, o setor de alimentos acumulou um crescimento de 25,1 % e o de bebidas de 37,2 %. Mas, o grande deslanche dos setores de alimentos e bebidas ocorreu entre 1990 e 1997, com um crescimento de 24,4 % e 36,3 %, respectivamente, contra apenas 8,1 % de toda a indústria. E observa:

Uma das razões da mergemania está na fragilidade tecnológica do aparato produtivo e nas boas perspectivas quanto ao volume de demanda futuro. No caso da grande empresa, o processo de reestruturação está levando a algo mais que a simples entrada de recursos do exterior. Por um lado, há uma profunda reorganização da produção e isso pode ser observado com muita ênfase em segmentos como laticínios, *chocolate*, conservas, massas e biscoitos. Por outro, há a aproximação tecnológica do padrão produtivo brasileiro daquele verificado nos países do primeiro mundo (e, portanto, de renda mais elevada). (Id., p.14).

Não só a aproximação do padrão produtivo, mas, também, dos hábitos de consumo (*fast-food*, *packing*, *out-door*, *cusher*, alimentos étnicos e dietéticos, segmentos saúde, esportes, religião, terceira idade etc.) levaram os oligopólios diferenciados a empreender estratégias de diversificação dos produtos, com grandes investimentos em marketing, embalagens e logística. Se, de um lado, o consumidor brasileiro beneficiou-se com a estabilização da economia e até mesmo da redução dos preços dos alimentos, o produtor rural e a indústria

de alimentos viram cair a sua rentabilidade. Em alguns casos da produção agrícola essa queda foi compensada por uma maior produtividade e pela substituição de atividades.

Na indústria houve uma busca de maior produtividade e o estreitamento de margens. Como era previsto, os segmentos da indústria de alimentos que lograram manter os níveis de faturamento nos últimos quatro anos foram justamente aqueles nos quais o processo de diferenciação de produtos avançou mais. Nestes segmentos podemos incluir os derivados de trigo, biscoitos, massas, etc.; o segmento de *chocolate*, *cacau e balas*; laticínios e conservas vegetais e sucos (Id., p12).

A indústria de alimentos tem sido objeto de operações em bolsas de valores ou no mercado secundário de empresas.

Para além das inovações tecnológica e organizacional, observa-se também uma grande movimentação no domínio da propriedade dos ativos. A indústria de alimentos tem sido objeto de operações em bolsas de valores ou no mercado secundário de empresas, que se tornam alvo de ataques por grupos de especuladores que possuem uma face de “investidores produtivos”.

b) na Bahia

Acompanhando o mesmo rumo do mercado mundial e nacional, a indústria baiana de alimentos tem sido objeto de uma ampla reestruturação competitiva. Segundo Uderman,

o complexo agroalimentar tem incrementado e diversificado a sua produção, que passou de 13,9% para 16,5% do VTI estadual entre 1985 e 1997 (SEI, 1999).

Esse movimento embute uma expansão da produção estadual de bens de consumo finais – no âmbito dos novos investimentos agroalimentares, a participação da produção de bens finais alcança cerca de 74,6% – ao tempo em que estimula uma modernização dos padrões produtivos setoriais, à medida que se relaciona, principalmente, ao fortalecimento da cadeia grãos-carne e à implantação de unidades de produção de bebidas e alimentos vinculadas a grandes empresas, que seguem um padrão elevado de qualidade dos produtos ofertados e investem na implantação de métodos de organização dos processos produtivos. Desdo-

brando-se para a base de fornecimento agrícola, essa modernização setorial tende a transformar as características da agricultura de algumas áreas de produção, a partir das exigências de um grande demandante que muitas vezes estabelece esquemas de quase-integração com os seus fornecedores (Uderman, 2000, p.20).

Analisando a previsão de investimentos para os próximos anos, aquela autora identifica a existência de 50 projetos, no valor de R\$ 654,1 milhões, “equivalentes a 6,1% do total a ser aplicado no conjunto da indústria baiana”. Desses projetos, apenas dois situam-se a jusante da cadeia produtiva do cacau; isso pode ser explicado pela estratégia de diversificação que vem sendo adotada pelas firmas (uma tendência mundial), pois não foi identificado nenhum produto ou complexo alimentício particular que concentrasse um maior número de projetos. Segundo dados da ABIA, todos os segmentos crescem, liderados pelos complexos laticínios e derivados de trigo, dadas as maiores dinâmicas desses mercados, das estratégias de marketing e da internacionalização dos seus capitais.

A reestruturação da cadeia produtiva do cacau

Nesta última parte, analisa-se a reestruturação produtiva da lavoura e do segmento a jusante da cadeia produtiva do cacau, no contexto da mundialização. Todavia, os limites deste artigo só permitem identificar algumas estratégias de integração dos agentes à nova realidade do mercado. No plano da concorrência externa, pode-se admitir que existe uma preocupação em adotar estratégias de redução de custos da lavoura, redução do tempo de produção das amêndoas e aumento da produtividade do trabalho. No plano interno, a principal estratégia opera no sentido da diferenciação dos produtos no segmento a jusante da cadeia, onde as firmas disputam maior participação no mercado nacional de derivados, chocolates e produtos achocolatados.

**No plano interno,
a principal estratégia
opera no sentido
da diferenciação dos
produtos no segmento
a jusante da cadeia,
onde as firmas disputam
maior participação
no mercado nacional
de derivados, chocolates
e produtos
achocolatados.**

Conforme pôde ser observado, encontram-se na literatura várias formas de abordar-se a estrutura da cadeia produtiva do cacau e do chocolate. A forma predominante, que certamente decorre da convergência de interesses mais explícitos, é a análise que identifica e separa, de um lado, a *lavoura*, de outro, a *indústria*. Esta última subdivide-se em indústria *processadora* e indústria *chocolateira*.

Nagai *et al.* (1998), analisando a produção industrial do chocolate cobertura, definem uma tipologia onde pelo menos quatro segmentos constituem a cadeia produtiva do chocolate no Brasil: 1) fazendas de cacau; 2) indústria processadora de amêndoas; 3) indústria de chocolate cobertura; 4) indústria chocolateira. Aqueles mesmos autores afirmam:

O segmento dominante da cadeia de produção é o da indústria chocolateira, da qual a indústria de chocolate cobertura faz parte. Isso se deve a diversos fatores estruturais, a saber: trata-se do único segmento da ca-

deia em que os produtos fabricados não são *commodities*; possuem alto valor agregado; e a estrutura de mercado é caracterizada como oligopólio diferenciado. Todos esses fatores apontam a indústria chocolateira como o segmento mais inovador da cadeia (Id., p.110).

Todavia, dada a sua dimensão, a crise impõe uma reestruturação competitiva que acaba envolvendo todos os agentes da cadeia. Assim é que, nesta última parte do artigo, tentar-se-á identificar algumas das principais mudanças (ou indícios de reestruturação), do ponto de vista da *lavoura* e da *indústria*.

• A lavoura

Com relação à lavoura cacaueira, não se pode desprezar o papel do Estado nem as transformações que ocorrem nos demais países produtores. Apesar do cenário¹⁵ em que se baseia a proposta do FNA (p.18), “revisão do papel do Estado e afirmação do papel preponderante da sociedade”, as relações de poder político local/regional ligado ao agronegócio do cacau nunca foram de se despre-

zar. Note-se que, logo em seguida, à p.27, essa mesma proposta justifica a ação do Estado, “evidenciando o enorme papel que a Ceplac tem ainda a desempenhar, evidentemente fora do modelo convencional que ela própria vinha utilizando até agora”. Atribuir exclusivamente à Ceplac o fracasso do “modelo convencional” (Ibid.) é desconsiderar que, não só aquela unidade, mas todo o sistema institucional público e privado do agronegócio brasileiro no qual ela se insere, são um produto da expansão internacional do modelo produtivista ou “revolução verde”, sobretudo a partir do Pós-Guerra. Inclui-se aí o sistema de ensino nas escolas técnicas, agrônomicas e outras, responsáveis pela formação da maioria dos técnicos que operam no sistema. Apesar das evidentes reações já esboçadas no mercado (agroecologias e segmentos de mercado emergentes), esse processo ainda se mantém, liderado pelos oligopólios internacionais ligados à química, mecânica e biologia industriais.¹⁶

Já no plano internacional, destacam-se dois fenômenos importantes. O primeiro refere-se à mundialização que opera, principalmente com a entrada de novos concorrentes da Ásia-Oceania, a expansão das plantações nos países produtores tradicionais, a formação de estoques excedentes de outras *commodities* (frutas, leite/laticínios, nozes, bebidas etc.) que compõem os produtos achocolatados e, no limite, a emergência e expansão de novas matérias-primas substitutas do cacau, no “chocolate” – inclusive sintéticas. Esta última é objeto de prolongadas discussões no seio da organização das regiões econômicas ou macroblocos. Um dos pontos que precisam ser resolvidos reporta-se à questão do direito de propriedade da marca *chocolate* (label). Esse direito, que não se limita ao exclusivo tecnológico, acaba envolvendo discussões etno-culturais e históricas. Objetivamente, o que está em discussão é o seguinte: será que produtos feitos a partir de matérias-primas que não o cacau podem receber, no mercado mundial, a marca *chocolate*?

O segundo fenômeno tem a ver com a reestruturação que também opera nos países produtores. Enquanto os emergentes da Ásia-Oceania perseguem estratégias de redução de custos de produ-

**Será que produtos
feitos a partir de
matérias-primas que
não o cacau podem
receber, no mercado
mundial, a marca
chocolate?**

ção de cacau em amêndoas, alguns países produtores africanos incrementam sua indústria processadora. Este é bem o caso da Costa do Marfim, primeiro produtor mundial de amêndoas, que dobrou a sua produção industrial de derivados em menos de dez anos, elevando sua participação de 4,5 % para 7,3 % em relação à indústria processadora mundial. Enquanto esta experimentou um crescimento de 15,5 %, entre 1990/91 e 1997/98, a indústria marfinese cresceu 88,1 % no mesmo período. Embora

um pouco abaixo, esse mesmo fenômeno pode ser observado na República dos Camarões (81,2 %) e Gana (71,8 %), antes, tradicionais exportadores exclusivamente de amêndoas não-processadas.¹⁷

Essa nova tendência reforça a importância crescente do mercado interno de amêndoas nos grandes

países produtores, principalmente no Brasil, que apresenta uma vantagem particular: a dinâmica do seu mercado interno de produtos de consumo final – chocolates e produtos achocolatados. Todos esses fenômenos, somados à crise da lavoura nacional, configuram novos parâmetros de eficiência produtiva que os cacauicultores baianos terão que observar, se quiserem permanecer no mercado, particularmente os ganhos de produtividade, custos decrescentes e controle de qualidade. A este respeito, Mendes *et al.* (1999), ao analisarem a formação e diferenças dos preços pagos aos produtores de cacau do Pará, Rondônia e Bahia, destacam a falta de incentivo à melhoria da qualidade das amêndoas. Embora já exista alguma normalização a respeito, na prática, não se paga nenhum prêmio quando são executadas, com rigor técnico, todas as fases do beneficiamento primário:

Muito embora os produtores saibam produzir um cacau tipo exportação, sentem-se desestimulados a fazê-lo, pois como não é prática da comercialização a diferenciação de preço, optam por economizar nos custos e acabam produzindo cacau de qualidade inferior” (Id., p.3).

Com a abertura dos mercados, as políticas macroeconômicas nacional e regional passam a dispor, além do câmbio e da taxa de juros, de um instrumento estratégico que é a taxa de importação,

pela indústria chocolateira, de amêndoas e produtos derivados. Ela será a baliza da reestruturação competitiva da cacauicultura nacional, juntamente com os mecanismos de controle não-tarifário. O FNA reivindica a criação desses mecanismos, principalmente fitossanitários, para impedir a entrada de doenças dos cacauzeiros, como a monília e a broca-do-fruto, que podem estar presentes nas amêndoas importadas de outros países.

No plano interno, adotam-se inovações tecnológicas com vistas à convivência com a vassoura-de-bruxa e aos ganhos de produtividade. Adotam-se também inovações organizacionais. A esse respeito, Baiardi (1998, p.8) reporta-se ao movimento de reestruturação, no âmbito da produção material, enquanto “reengenharia produtiva, com a adoção de inovações tecnológicas que permitem maior rendimento físico e convívio com o flagelo que é a vassoura-de-bruxa”. Para superação do sistema agrário-exportador, impõe-se a cooperação entre cacauicultores, com vistas à “implantação de unidades de processamento de amêndoa e de fabricação de inúmeros tipos de chocolate e de derivados, tanto para o mercado nacional como internacional” (*Id.*, p.12). Com a consolidação da cadeia produtiva do cacau, emergem novas estratégias de organização do trabalho e da produção de cacau, a exemplo dos *aristas*, dos novos parceiros e dos produtores familiares integrados em cooperativas de assentamento rural.¹⁸

• A indústria

Mendes *et al.* (1999) observam que está havendo uma reestruturação a jusante da cadeia produtiva do cacau, particularmente na Bahia, com forte movimento de desnacionalização das firmas compradoras de amêndoas. Além de ter proporcionado uma reconcentração de capitais, a entrada de novas firmas vem revelando uma estratégia de diversificação dos produtos comercializados (amêndoas, pasta, líquido, torta e pó), visando, cada uma, ampliar a sua participação nesses mercados.

Apesar da crise, a indústria processadora brasileira ainda mantém a quarta colocação no mercado

mundial, superada apenas pela Holanda, Estados Unidos e Alemanha. Essa indústria encontra-se fortemente concentrada na Bahia, onde apenas quatro empresas contribuem com 96% da produção de derivados de cacau.

Quanto à indústria chocolateira, trata-se de uma das mais concentradas do mundo, hoje dominada por quatro ou cinco oligopólios que detêm a maior parte do mercado. Essa mesma concentração se reflete no Brasil, onde “três grandes chocolateiros (Lacta, Garoto e Nestlé) detêm 4/5 do mercado interno”, segundo o FNA (1997, p.75), ou “mais de 90 %”, segundo Arena, *apud* Nagai (1998, p.97). A quinta parte restante do mercado é suprida por “tradicionais participantes de menor porte (Quaker, Kibon, Neugebauer, Pan, Arisco/Visagis, Bretske, Parmalat/Yolat, Harald).” (FNA, 1997, p.75). A performance atual do setor, com nítido potencial de expansão, tem atraído expressivos investimentos em território nacional e no Mercosul (Ferrero, Arcor, M.M.Mars, Cadbury, etc.). Considerando-se a demanda nacional, o setor absorve, em conjunto, praticamente 90% da atual produção brasileira de amêndoas de cacau.

Assim, o cacau tem reestruturadas as suas próprias origens. Ontem, sistema agrário-exportador, hoje, volta-se para o mercado interno. Com a nova cara de complexo agroindustrial, realiza-se, na sua pátria, enquanto mercadoria sob a forma de chocolates e afins.

Entretanto, a fabricação de chocolates nem sempre obedece a critérios rigorosos de produção, no que diz respeito aos quantitativos de cacau no processo produtivo, diferentemente de outros países onde há intensa vigilância para defesa dos interesses dos consumidores. Na verdade, a ausência de padrões na produção de chocolates, que leva à substituição de insumos nobres (como a manteiga de cacau) por outras gorduras vegetais muito mais baratas, sem a informação adequada, redundam em:

a) prejuízos para os consumidores que, sem significativa diferença de preço, terminam comprando “gato por lebre”; b) prejuízo para as indústrias que fabricam chocolates dentro de especificações adequadas, que têm de competir de forma desfavorá-

**Apesar da crise,
a indústria processadora
brasileira ainda
mantém a quarta
colocação no
mercado mundial,
superada apenas
pela Holanda, Estados
Unidos e Alemanha.**

vel com outras que não o fazem; e c) prejuízo para a imagem do produto chocolate, em razão do uso de outros produtos que terminam sendo responsáveis por danos à saúde. Para que possa haver fiscalização adequada, preservando-se os interesses de produtores, industriais e de consumidores, há necessidade da normalização de procedimentos de fabricação, mantendo-se a marca de origem dos produtos chocolate e bombons e similares (FNA, 1997, p.86). Essa face da reestruturação, que é a regulamentação, requer a ação firme do Estado.

Seguindo padrão adotado pela indústria mundial, a indústria chocolateira também modificou a sua política de compras, passando a adotar o método *just in time* e, assim, reduzindo drasticamente o nível de estoques mantidos nas empresas. Com isso, elevaram-se para mais de cinco meses os estoques mundiais de amêndoas nos países produtores.

Outro aspecto da mundialização é o crescimento do comércio intrafirma e do papel da tecnologia. Tendo aumentado o custo de P&D, as barreiras à entrada mudaram. Os jogos da concorrência tornaram-se mais complexos e a melhor maneira para cada firma sobreviver é diversificar a sua atuação, inclusive as alianças com uma rede de parceiros. Isso pode ser confirmado para o caso da indústria de alimentos no Brasil, inclusive no segmento de chocolates e produtos achocolatados. Neste segmento, algumas firmas multinacionais com sede nos Estados Unidos, França, Suíça e Itália adquiriram, nos últimos anos, diversas empresas no Brasil, entre elas: Kibon, Sorvane, Lacta, Maguary, Neugebauer e Toddy.

Cresce o mercado, o Brasil galga o quinto lugar como produtor mundial de chocolate e ainda mantém a quarta colocação como país processador de amêndoas de cacau. Assim, redireciona-se para o mercado interno a dinâmica da cadeia produtiva do cacau e do chocolate, a exemplo do que vem ocorrendo com os principais segmentos da indústria de alimentos no Brasil.

Considerações finais

Recentes análises evidenciaram a integralização da cadeia produtiva do cacau e do chocolate no Brasil, desde a lavoura (produção de amêndoas) até a indústria do chocolate, na ponta do consumo final.

Neste artigo, confirma-se a dinâmica do merca-

do interno como principal atrativo da reestruturação da cadeia produtiva do chocolate, parte integrante da indústria de alimentos. Esse processo de reestruturação, que atinge todos os segmentos da cadeia, reflete a adoção de inovações tecnológicas e organizacionais. Paralelamente, ocorre um outro processo, de natureza financeira, que se confirma através de importantes fusões, aquisições e incorporações nos segmentos a jusante da cadeia, durante toda a década de 1990, sob a liderança de capitais internacionais.

A principal consequência dessas e outras recentes transformações é que a Região Cacaueira da Bahia não pode mais ser pensada do ponto de vista da monocultura, mas de um eixo dinâmico de investimentos que não são mais exclusivos ou dominados pelos interesses da *lavoura*. Ao contrário, a dinâmica regional segue uma trajetória de diversificação, na qual se inclui a cadeia produtiva do cacau e do chocolate como complexo agroindustrial internacionalizado.

Eis aí o sentido da inserção regional no contexto da mundialização.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, A.C., CAMPOS, R.T. Análise da evolução do valor da produção de cacau no Estado da Bahia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.36, n.1. jan, 1998.
- BAIARDI, A., ROCHA, J.H. A crise da cacaucultura baiana: uma revisão histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, *Anais...* Poços de Caldas: SOBER, 1998.
- BAIARDI, A. Prefácio, In: MESQUITA, A.S. *Cooperativismo, cacaucultura e crise*. Cruz das Almas: UFBA/Escola de Agronomia, 1998.
- BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.11, n.1/3. Brasília, EMBRAPA, 1994.
- _____. O novo panorama competitivo da indústria de alimentos no Brasil. Campinas: Unicamp, (mimeo). 1999.
- CEPLAC - *Parceria agrícola no cacau*. Ilhéus, mar. 1997.
- COUTO FILHO, V.A. et al. A descommoditização do cacau. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n.21, p.6-9, fev. 1996.
- COUTO FILHO, V.A. Os "novos rurais" baianos. In: Campanhola,

- Clayton, SILVA, José Graziano. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. V.2.
- COUTO, V. A.. Crise estrutural e integração dos *aristas* do cacau. *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 1, n. O, p. 28-36, nov. 1995.
- _____.
COUTO, V.A. GOMES, A.S. Inovação organizacional na agricultura: dois casos de flexibilidade funcional do trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36. *Anais...* Poços de Caldas: SOBER, 1998.
- _____. (coord.) *et al.* Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 25. *Anais...* Recife: ANPEC, 1997.
- _____. *et al.* Crise e reestruturação do *agribusiness* do cacau. *Revista Econômica do Nordeste*. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPEC, 2. *Anais...* Fortaleza: v.28, n. especial, p.401-416, jul.1997a.
- _____. *et al.* Crise e reestruturação do *agribusiness* do cacau: três estudos de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. *Anais...* Brasília: SOBER, 1997b.
- DUFUMIER, M. Entrevista. *Ops*. Salvador, v.2, n.8, p.8-12, Primavera, 1997.
- _____. *Les projets de développement agricole*. Paris: CTA-Karthala, 1996.
- FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA. Grupo Temático Cacau. Proposta básica de políticas públicas para a cadeia produtiva do cacau. [s.l.]: FNA, 1997, 108p.
- GASPARETTO, A. Perspectivas da Região Cacaueira numa economia globalizada. *Especiaria*, v.1, n.1. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, abr. 1998.
- GOMES, A.S. *et al.* A nova parceria no cacau. *Ops*, Salvador, v.2, n.8, Primavera, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Entrevista. *Ops*, Salvador, v.2, n.7, Inverno, 1997a.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.7, n.1, mai, 1997b.
- JETIN, B. Paradigma e trajetória tecnológicos. *Ops*, Salvador, v.1, n.1, p. 5-12, verão 1996.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 36. *Anais...* Poços de Caldas: p. 555-66, 1998.
- MACHADO, G.B, COUTO, V.A. The social and environmental impacts of the recent occupation in the south of Bahia (Brazil). (Texto aprovado para apresentação no X Congresso Mundial da IRSA (International Rural Sociology Association), 2000).
- MAZOYER, M. & ROUDART. *Histoire des agricultures du monde*. Paris: Seuil, 1997.
- MENDES, F.A.T. *et al.* Preço do cacau em amêndoas no Estado do Pará, 1989-1998: uma análise das diferenças entre os Estados de Rondônia e Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. *Anais...* Foz do Iguaçu, 1999.
- MORAES, J.G.L. Os aspectos da agricultura familiar e o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF: o caso da Região Cacaueira da Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, SEI, n.64, set. 1999.
- NAGAI, S. *et al.* Dinâmica concorrencial da cadeia de produção agroindustrial do chocolate cobertura. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.36, n.4, p.95-112. Out./dez. 1998.
- NASCIMENTO, F.R. *et al.* A crise da lavoura cacaueira: sua natureza e soluções. Estudos de política agrícola. Brasília: IPEA, n.26, pág.6, 1994.
- PINTO, L.R.M, PIRES, J.L. Seleção de plantas de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa. *Boletim técnico*. Ilhéus: CEPLAC, n.181, p.95-112. 1998.
- POSSAS, M.L., SALLES-FILHO, S., SILVEIRA, J.M. An evolutionary approach to technological innovation in agriculture: some preliminary remarks. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.11, n.1/3. Brasília: EMBRAPA, 1994.
- REIS, S.M. *et al.* A cadeia produtiva do cacau e a sua contribuição para a geração de empregos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. *Anais...* Foz do Iguaçu, 1999.
- RIBEIRO, S.P. Espacialização e expansão da territorialidade baiana na próxima década. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, v.8. n.2/3, set/dez. 1998.
- ROMEIRO, A. R. Entrevista. *Ops*. Salvador, v.1, n.3, p. 8-22. Inverno, 1996.
- _____. O modelo euro-americano de modernização agrícola. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, CEDEPLAR, v.2, n.12, nov.1991.
- _____. Mecanismos indutores de progresso técnico na agricultura: elementos para uma abordagem evolucionária. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.11, n.1/3. Brasília: EMBRAPA, 1994.
- SCHMITZ, A.P, COUTO, V.A. Limites do exclusivo rural e exclusivo urbano. (Texto aprovado para o XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Rio de Janeiro: SOBER, 2000).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Desempenho da economia baiana 1999 e

tendências para 2000. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, V.9, n.3, 1999.

SILVA JUNIOR, Milton F., FERREIRA, Antônio Alberto C. O sistema arista e a reestruturação produtiva na Fazenda Oceania, *Itajibá (BA)*, 1987-94. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34. *Anais...* Aracaju, 6-8 agosto de 1996. Brasília: SOBER, 1996. v. 2.

TREVIZAN, S. Reforma agrária: para quê, para quem? CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36. *Anais...* Poços de Caldas: SOBER, 1998a.

TREVIZAN, S. Uma relação sociedade-natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no Sul da Bahia, nos anos 90. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.36, n.3, jul/set, 1998b.

UDERMAN, S. Investimento industriais. SEPLANTEC, (versão preliminar, mimeo). Salvador, 2000.

WILKINSON, J. A inovação organizacional é tão importante quanto a tecnológica. *Ops*, v.1, n.1, Salvador, verão 1996, p.13-17.

Notas

- 1 Sistema agrário, no conceito de Mazoyer (1997), é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um sistema (técnico) de forças produtivas, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado, compatível com as situações e necessidades sociais do momento.
- 2 Sul da Bahia, Litoral Sul, Região Cacaueira, Microrregião Ilhéus-Itabuna, Costa do Descobrimento, são alguns exemplos dessas sucessivas "demarcações".
- 3 Eixo Mata Atlântica, cf. Uderman (2000).
- 4 Os dados são do IBGE, divulgados por Ribeiro (1998, p.155).
- 5 Considera-se inovação radical por oposição a inovação incremental, porquanto, no caso particular da clonagem do cacaueiro, já se empregam biotecnologias. Autores evolucionistas incluem essas técnicas ao lado de outras inovações que viriam a constituir novo paradigma tecno-econômico.
- 6 Última estimativa divulgada: dezembro 1999.

7 No primeiro ano de cultivo considera-se o requerimento de apenas 1,6 ha por trabalhador empregado.

8 "Desde 1995, com a promulgação do Decreto 4316, o município de Ilhéus, que concentra todos os investimentos setoriais programados para o eixo Mata Atlântica e 41,7% do valor dos investimentos desse complexo na Bahia, vem fortalecendo a sua base de produção de eletroeletrônicos, constituindo-se num importante pólo de produção, inclusive em nível nacional."

9 Detalhes sobre o novo rural podem ser encontrados em Graziano da Silva (1997b).

10 Detalhes sobre pluriatividade podem ser encontrados em Kageyama (1998).

11 As outras duas regiões são a moderna e a interiorana tradicional.

12 Sistemas, no conceito de Dufumier (1996).

13 Falências, aquisições, fechamento de fábricas até assustam, mas isso pode ser a prova de que está havendo reestruturação competitiva nos moldes da expansão do capitalismo globalizado.

14 Processo bastante acirrado de fusões, aquisições e incorporações, liderado por firmas multinacionais que pretendem dominar setores estratégicos do mercado. Mais detalhes podem ser encontrados em Belik (1994).

15 "Não há dúvida de que se descortina um cenário em que o Estado estará cada vez mais ausente do mercado" (FNA, 1997, p.37).

16 A esse respeito, ver Romeiro (1991 e 1994) e Dufumier (1996 e 1997).

17 Dados básicos da Organização Internacional do Cacau, cálculos do autor.

18 Detalhes sobre as novas formas de organização do trabalho na cacaucultura podem ser encontrados em CEPLAC (1997), COUTO *et al.* (1995, 1997b, 1997c, 1998), SILVA JUNIOR *et al.* (1996) e TREVIZAN *et al.* (1998a, 1998b).

*Vitor de Athayde Couto é Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.
E-mail: vitor@ufba.br

Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX

Angela Gordilho Souza *

Durante o século XX muito se discutiu sobre a questão urbana, relacionando-a sobretudo ao problema da habitação. Privilegiou-se a ótica do crescimento acelerado das cidades, atrelado ao processo de industrialização e metropolização, fenômenos manifestados nos diversos países inseridos na economia de mercado mundial. Evidentemente, o intenso crescimento dessas áreas urbanas, com grandes levas de população migrando do campo para as cidades, contribuiu para ampliar rapidamente o déficit de novas unidades habitacionais, crise instalada pela própria condição estrutural de inacessibilidade das populações de baixa renda à moradia enquanto bem de consumo no mercado.¹ Esse processo de urbanização intensiva, tendo ocorrido em momentos, conjunturas e contextos diferenciados, resultou em formações urbanas distintas no que se refere à qualidade do ambiente construído e à distribuição social dos investimentos no espaço.

Como já amplamente analisado, o Pós-Segunda Guerra no mundo ocidental trouxe a instalação do Estado do Bem-Estar, também produtor de bens de consumo coletivo e provedor da habitação social, abrindo várias frentes de investimentos urbanos e outros caminhos de acesso à moradia através da produção de grandes conjuntos habitacionais financiados pelo poder público. Essas medidas contribuíram para ampliar o parque industrial e imobiliário, além de criarem equipamentos coletivos e infra-estrutura urbana, suprimindo, nos países de economia avançada, as demandas básicas materiais de novas moradias para a maioria da população.²

Esse momento favoreceu a dinamização do mercado imobiliário, principalmente nas economias capitalistas industriais atrasadas, como foi o caso do Brasil, ainda que os resultados tenham ficado distantes do atendimento da demanda real de habitação.³ Para essas sociedades, o que vem prevalecendo na produção de moradias nas grandes cidades, desde as primeiras décadas deste século XX, tem sido as ações improvisadas, ou seja, aquelas ocorridas sem controle urbanístico, através de parcelamentos clandestinos, favelas, invasões coletivas e outras formas aleatórias de ocupação do espaço, situações que se consolidaram nas últimas décadas, com o processo intensivo de ampliação, verticalização e densificação dessas áreas.⁴ Nessas realidades, o problema avançou do déficit quantitativo de novas unidades para o déficit qualitativo de infra-estrutura de áreas ocupadas, atingindo atualmente questões que também envolvem o que se designa como um déficit ampliado para o *habitar* na cidade, compreendido no âmbito da inserção urbana, direito à cidade e à qualidade do ambiente construído, incluindo o acesso às benfeitorias urbanas e urbanísticas.⁵

Essas áreas de ocupação informal, onde habita grande parte da população dessas cidades, concentram também a localização da pobreza. Crescem à revelia dos parâmetros urbanísticos estabelecidos, com infra-estrutura e edificações precárias, deficiência de áreas verdes e abertas, carentes de acessibilidade segura, de equipamentos sociais e de conforto coletivo, elementos esses essenciais

para atingir-se condições de habitabilidade digna. Na composição espacial urbana atual, configuram um ambiente construído intensamente segmentado, diferenciado e complexo, marcado por grandes contrastes, desigualdades e deficiências. Portanto, soma-se à situação de segregação social no espaço urbano um amplo processo de exclusão urbanística, condições que contribuem para um isolamento acentuado dessas áreas no que se refere às suas possibilidades de inserção no cotidiano da cidade. Criaram-se, assim, maiores dificuldades frente às novas demandas que se colocam na dinâmica social e aos potenciais de mudanças qualitativas do meio urbano em construção na nossa realidade.

Sobre essas questões desenvolve-se a análise a seguir, tomando-se como ilustração a configuração da Cidade do Salvador neste final de século e as perspectivas sinalizadas pelas intervenções urbanas em curso.

O habitar no meio urbano em construção

Na contemporaneidade, os processos produtivos que envolvem a transformação do espaço urbano buscam novas realizações para investimentos que vão além das demandas para produção fabril, centros de comércio e serviços, expansão habitacional e outras atividades que exigem materializações próprias no espaço construído. Ampliam-se, revelando-se na privatização de serviços urbanos e na exploração de áreas públicas, capturando o próprio ambiente urbano como mercadoria. Esses movimentos se expressam sobretudo nos projetos de renovação urbana que vêm ocorrendo desde os anos 80 nas grandes cidades do mundo desenvolvido, valorizando as atividades de entretenimento através do mercado, na forma de atrações turísticas, parques temáticos, museus abertos e revitalização de centros históricos, incrementando assim a privatização e o acesso controlado de áreas de uso público, enfim buscando as localizações, lugares e ambientes mais propícios a esse tipo de produção e consu-

mo.⁶ Representam investimentos atrelados à indústria do lazer, que propiciam intervenções na forma de projetos em pontos estratégicos, na maioria das vezes buscando dinamizar o uso de áreas ociosas, deixadas para trás pelo esgotamento de outros momentos da própria economia urbana e, portanto, decadentes e desvalorizadas. Nesse movimento, os processos de privatização do espaço estendem-se além da produção imobiliária, para atingir crescentemente o ambiente onde se vive, o meio urbano.

Essas mudanças ocorrem condicionadas ao processo de requalificação social mais amplo e às relações de produção capitalista que, na atualidade, delineiam outras dinâmicas tais como: intensificação da globalização da economia, ampliação do capital financeiro, grandes avanços nas tecnologias e nas comunicações, incremento na produção de mercadorias não-materializadas, retraimento do Estado nas políticas sociais, fluxos migratórios urbanos mais estáveis ou, mesmo, índices decrescentes de crescimento populacional em alguns países, dentre outras mudanças. Ampliam a absorção de

mão-de-obra nos serviços, enquanto, com a automação, dispensam trabalho humano na produção industrial, incrementando desemprego e terceirização. Enfim, constitui momentos de crises e redefinições de padrões produtivos, concomitantemente à emergência de questões de ordem política, ecológica, estética, étnica, enfim, manifestações diversificadas, com lógicas próprias e novas expressões espaciais.⁷ Representam fatores que evidentemente interagem na conformação das cidades, criando outras demandas, superpondo novos usos ao espaço preexistente, levando a uma maior complexidade em suas configurações.

Nesse sentido, entende-se que a cidade atual, cada vez mais espraiada no âmbito da região, além de constituir-se no lugar privilegiado para a produção de mercadorias, torna-se, em si, também uma mercadoria especial. Neste final de século, as cidades compõem ambientes construídos, com carac-

A cidade atual, além de constituir-se no lugar privilegiado para a produção de mercadorias, torna-se, em si, também uma mercadoria especial. Neste final de século, as cidades compõem ambientes construídos, com características físicas e densidades históricas diferenciadas, acumulativas de valores simbólicos e culturais que passam a ser consumidos também como mercadorias virtuais.

terísticas físicas e densidades históricas diferenciadas, acumulativas de valores simbólicos e culturais que passam a ser consumidos também como mercadorias virtuais. Essas condições representam componentes importantes na competição atual entre as cidades, no âmbito do intensivo processo de globalização da acumulação capitalista, interferindo na escolha de atividades e localizações mais produtivas, relacionadas ao maior consumo dos lugares. Algumas entram nos circuitos econômicos mundiais com mais potencialidades que outras e com diferentes vocações e intensidades.⁸

Essa dinâmica também vem se reproduzindo mais recentemente nos chamados países de economia periférica, como o Brasil. Traz, em sua gênese, a mesma lógica de reestruturação do espaço urbano, no entanto com especificidades históricas, conjunturais, culturais e geográficas que ao mesmo tempo potencializam e criam grandes atritos para sua realização nesses lugares. Na configuração desses espaços, sobrepõe-se aos problemas básicos de habitação e serviços coletivos não-resolvidos a busca de novas possibilidades na dinamização das economias locais, que, por sua vez, está pautada principalmente na qualidade do ambiente urbano. Assim, nas metrópoles brasileiras, observa-se que as intervenções recentes encontram grandes obstáculos ao deparar-se com um espaço construído, não só intensamente segregado, mas degradado e excludente.

Tomando-se os projetos urbanos realizados nesta última década como sinais desse novo padrão de economia urbana que, gradativamente, vem se ampliando, entende-se que na realidade brasileira essa superposição de demandas torna mais complexa ainda as possibilidades de intervenções na renovação do ambiente construído. Diferentemente da cidade industrial, a cidade do espetáculo, consumida enquanto ambiente, não pode ignorar a amplitude da pobreza, as carências físicas no espaço construído e as deficiências de conforto urbano, sob pena de inviabilizá-la. Se ainda parece prematuro analisarem-se os reais impactos, interações socioeconômicas e demais desdobramentos que os investimentos dessa natureza vêm produzindo nas grandes metrópoles brasileiras, no entanto suas manifestações já se esboçam, suscitando outras dimensões de análise na relação habitação e cidade.⁹

Nesse sentido, apesar do acervo considerável de estudos sobre habitação no Brasil, poucos são aqueles que tratam da configuração da cidade real, identificando suas diferentes espacialidades na composição urbana contemporânea, entendidas como conteúdo social materializado no espaço construído. Representam aspectos indispensáveis para dimensionar e qualificar as questões referidas, ampliando as possibilidades de análise e possíveis interferências nesse processo de urbanização socialmente tão desigual. São questões que exigem, além de uma compreensão estrutural mais ampla, o entendimento das dinâmicas urbanas relacionadas a cada cidade.

Com esse propósito, analisa-se a amplitude da segregação e exclusão urbanística na Cidade do Salvador e os limites e perspectivas que se colocam para sua transformação. Atualmente, aí também se observam essas redefinições do padrão produtivo envolvendo a cidade, sinalizadas pelos investimentos vultosos, públicos e privados, relacionados a serviços turísticos, à infra-estrutura urbana e à habitação, através dos grandes projetos recentemente implantados, o que certamente traz impactos importantes nas condições do habitar.

Os dados que servem de base para esta análise foram obtidos mediante uma ampla pesquisa sobre a configuração do espaço nesta cidade, identificando-se os usos predominantes e sua tipologia habitacional no que se refere às diferentes situações de ocupação e a determinadas condições socioambientais.¹⁰ Para a temática aqui salientada, pontuam-se alguns dos resultados obtidos, tornando-se possível estudos comparativos com outras cidades brasileiras para definição de políticas públicas voltadas para a melhoria do ambiente urbano onde se viverá no próximo milênio. Certamente são questões que representam um desafio para intervenções físicas que objetivem a melhoria e inclusão dessas imensas áreas de pobreza visando a uma cidade ambientalmente desejável e socialmente justa, exigindo no campo da arquitetura e do urbanismo a revisão de parâmetros técnicos e conceituais.

Segregação da pobreza e exclusão urbanística na atualidade

Na reprodução do espaço sob a lógica capitalista, a segregação espacial sempre existiu, desde os

primórdios da metrópole industrial, separando espacialmente ricos e pobres, sendo as áreas mais nobres melhor servidas de infra-estrutura e outros benefícios coletivos e as demais, de certa forma, “largadas à própria sorte” e à ganância especulativa. Portanto, a exclusão social se manifesta no próprio fenômeno da segregação espacial, uma vez que, separando as áreas de moradia na cidade por classes sociais distintas, coloca “de fora” das melhores condições de habitabilidade as populações mais pobres, resultando em acesos diferenciados às benfeitorias e ao conforto urbano.

No âmbito urbanístico das cidades brasileiras, como será verificado para o caso de Salvador, com a ampla consolidação de ocupações informais ocorridas no decorrer deste século, essas acabaram constituindo-se na “solução da casa própria” para a grande maioria de seus moradores. Representando os menores custos possíveis na distribuição social da produção, esse processo culminou por configurar imensos aglomerados precários, deficientes, densos, destituídos de conforto ambiental e coletivo, segregados e excluídos da cidade formal. Diante de sua amplitude na atualidade e dos significativos investimentos individuais e coletivos realizados, consolidaram-se no espaço urbano, “resolvendo”, em grande parte, o déficit de novas habitações surgido com a urbanização acelerada ocorrida neste século, mas criando graves problemas relacionados à qualidade do *habitar* na cidade. Portanto, na questão do déficit habitacional enquanto demanda de novas unidades, indica-se uma avaliação mais cuidadosa das conquistas que representam as áreas de ocupação informal, qualificando-as como moradia. Para esse tipo de análise, a abrangência vai além da unidade edificada em si, compreendendo também as deficiências ambientais e de infra-estrutura na localidade e, sobretudo, sua inserção no meio urbano.

Salvador representa uma referência urbana importante no Brasil, não só por sua dimensão populacional, atualmente em torno de 2,5 milhões de habitantes, tendo sido apontada no Censo de 1991 como terceira maior capital do País (2.072.058 hab.), depois de São Paulo (9.626.894 hab.) e Rio de Ja-

Salvador tem sido objeto de um intenso processo de urbanização e de transformações sociais e espaciais, o que lhe confere uma superposição de padrões diferenciados de ocupação e produção do espaço construído.

neiro (5.473.909 hab.), mas, sobretudo, pelos seus 450 anos de história. Constituindo-se numa das colonizações urbanas mais antigas da América Latina, salienta-se por sua densidade histórica e cultural, o que lhe confere uma forte identidade no processo de transformação urbano contemporâneo. Como primeira capital do país, desde os tempos coloniais atraiu grandes investimentos. Essa posição conferiu-lhe um grande e significativo acervo arquitetônico colonial, particularmente localizado na

sua área urbana central, constituindo-se em um dos mais importantes referenciais do patrimônio histórico no Brasil. Foi um dos primeiros centros industriais brasileiros, ainda no século XIX, produzindo complementos para o setor agro-exportador. Na década de 1950, passa a constituir a principal referência nordestina no movimento de ampliação do processo de industrialização moderno iniciado no

centro-sul, com a instalação da CHESF e PETROBRÁS na Bahia. Esse papel se fortalece nas décadas de 1960/70, com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC), consolidando a instituição da sua região metropolitana. Nos últimos anos, tem sido objeto de intensivos investimentos no setor de serviços voltado para o turismo, ocupando o terceiro lugar, dentre as capitais, no fluxo nacional.¹¹

Em relação às demais regiões metropolitanas do país, a de Salvador, no último Censo, constituía a sexta maior em população, abrigando 2.496.521 habitantes, dos quais 83% residentes na capital (IBGE, 1991). Isso se reflete na amplitude do espaço construído contínuo que pouco ultrapassa o limite do município-sede, que por sua vez detém 313,00 Km² do total da região, com 2.213 Km². Nessa fase de metropolização, o processo de conurbação apenas atinge alguns dos municípios vizinhos, sendo a maior parte dessa ocupação constituída de áreas industriais, conforme indicação no mapa de 1991 para a Região Metropolitana de Salvador-RMS, anexo 1 (Bahia, 1994).

Ao longo desse processo, Salvador tem sido objeto de um intenso processo de urbanização e de transformações sociais e espaciais, o que lhe con-

fere uma superposição de padrões diferenciados de ocupação e produção do espaço construído. Alguns, remanescentes do passado, resultam de posse imobiliária dividida – os arrendamentos – seguidos por aqueles produzidos pelo capital imobiliário. Outros foram originalmente produzidos por processos não-capitalistas, tendo nas “invasões” a alternativa habitacional para os grandes contingentes de população pobre imigrante do campo. Para identificá-los nessa justaposição, consideram-se como principais indicadores os processos de produção e apropriação privatizada na fragmentação do solo e o atendimento às normas urbanísticas relativas aos parcelamentos para habitação.

Para composição dessas informações, foram verificadas enormes limitações na coleta de dados em fontes oficiais. O censo restringe-se ao domicílio, com poucas informações sobre o lote em si. Em relação à irregularidade urbanística, as informações dependem das prefeituras locais que nem sempre têm esses dados sistematizados. Dessa forma, buscou-se montar uma metodologia própria, privilegiando-se como informação básica a macrodistinção de uso e ocupação do solo e as características dos parcelamentos para habitação, distinguindo-se as subáreas homogêneas conforme indicadores preestabelecidos. Para isso, foram considerados os dados oficiais para os loteamentos aprovados pelo município e, diante da escassez de informações sobre as demais ocupações, procedeu-se à pesquisa direta em aerofotos e plantas cartográficas, empreendendo-se uma investigação de campo para checagem e informações complementares. Esses dados foram espacialmente qualificados, possibilitando mapear um esboço síntese das condições de ocupação e de habitabilidade na cidade atual.

Na metodologia desta pesquisa para Salvador, considerou-se como início do período contemporâneo 1925, ano do primeiro registro de loteamento na prefeitura, momento em que se inicia a privatização ampliada do solo através da mercantilização de lotes regulados por normas urbanísticas de acordo com o Código de Posturas. O período de estudo encerra-se em 1991, ano do último censo, objetivando-se o cruzamento de dados atualizados de população e de renda. A cidade antiga, quando vigoravam outros determinantes na ocupação urbana e habitacional, foi delimitada considerando-se o es-

paço construído até a década de 1920, ignorando-se os vazios intersticiais entre as áreas edificadas, bem como a diferenciação de uso do solo até essa época, detalhamento que foge aos propósitos deste estudo.¹²

As formas de habitação do período contemporâneo foram classificadas segundo os diferentes tipos de subdivisão e apropriação do solo, identificando-se uma tipologia básica composta de seis modalidades de parcelamento do solo, quais sejam, por ordem cronológica de surgimento:

1. vilas habitacionais;
2. loteamentos privados;
3. ocupação coletiva por “invasão”;
4. conjuntos habitacionais;
5. loteamentos públicos; e,
6. outros tipos de parcelamento informais, tais como arrendamentos, aforamentos e loteamentos clandestinos.

Além dessas áreas de predominância habitacional, estabeleceu-se a diferenciação dos seguintes usos na área do município: áreas com grandes concentrações de equipamentos, seja serviço, comércio, indústria ou uso institucional; o macrossistema viário, identificando-se as avenidas de vale e principais vias de cumeada, rodovias e linha férrea; além dos vazios (parques, áreas verdes e livres).

Assim, determinou-se a legalidade urbanística dessas ocupações habitacionais, identificando-se os parcelamentos *formais* – vilas, loteamentos privados, conjuntos habitacionais, e loteamentos públicos – e os *informais*, abrangendo as chamadas “invasões” e outros parcelamentos que não tiveram projetos urbanísticos previamente aprovados pelo município, conforme mapeamento apresentado no anexo 2.

Os dados obtidos indicam que, para 1991, do total de ocupação predominantemente habitacional no município (11.370 hectares), 91,6% (10.409 hectares) corresponde à expansão ocorrida de 1925/91. Portanto, do total, retirando-se 8,4% da ocupação antiga e 3,6% das áreas para as quais não se obteve informação quanto à legalidade urbanística, encontraram-se 32,4% para as ocupações *informais*, sendo 14,3% para as “invasões” e, para as *formais*, 55,6%. Apesar da predominância espacial da formalidade, com base nos altos índices de densidades detectados para os parcela-

mentos informais, mínimo em torno de 300 hab/ha, verificou-se, em termos populacionais, que perto de 60% do total dos habitantes estariam morando nessas áreas, o que representa a maioria da população de Salvador.

A situação investigada configura-se mais grave ainda ao ser analisada do ponto de vista de limites de condições de habitabilidade. Tomando-se como referência os requisitos urbanísticos em vigor, classificou-se a ocupação contemporânea considerando as seguintes características: registro municipal e legalidade fundiária; sistema viário adequado (acessibilidade, dimensionamento, pavimentação); infra-estrutura básica coletiva (redes de energia, água e saneamento); lote mínimo estabelecido pela legislação; existência de áreas públicas abertas e de equipamentos coletivos; conservação do ambiente construído e situações topográficas de risco; enfim, atributos necessários para as idealizadas boas condições urbanísticas.

Para essa qualificação, conforme verifica-se no mapeamento anexo 3 que limita as condições de habitabilidade, subtraindo-se a ocupação antiga, 8,4%, e as grandes áreas loteadas e não-ocupadas, 4,8%, o índice de exclusão urbanística torna-se ainda maior. Para o padrão considerado “bom”, áreas que atendem ao conjunto dos principais requisitos normativos, encontraram-se 33,6% da ocupação urbana; como “deficiente” dos referidos atributos urbanísticos requeridos identificou-se um total de 53,2%, composto pelo somatório das categorias classificadas como: “regular”, 22,5%; “precário”, 18,9%; e “insuficiente”, 11,8%, de acordo com os critérios estabelecidos. Associando-se esses dados à população moradora, habitantes por subdistrito censitário para 1991, encontrou-se para o total de área considerada “deficiente” o equivalente a 73,1%, ou seja, uma estimativa de 1.355.930 habitantes da ocupação contemporânea.

Essas condições, associadas aos altos níveis de pobreza presentes na realidade brasileira, acabam por intensificar os processos de segregação e

exclusão na cidade, que adquirem outras dimensões socialmente mais graves, envolvendo o aumento da violência, o afastamento dos padrões institucionais estabelecidos, privação na geração de oportunidades, enfim, distanciamento da condição de cidadania, incluindo os direitos urbanísticos.

Distribuição de grandes equipamentos e localização do trabalho

Um outro aspecto da problemática socioespacial na atualidade de Salvador que também foi revelado por esta pesquisa, diz respeito às principais localizações das áreas de grandes equipamentos, sejam institucionais, industriais ou de comércio e serviços, onde são geradas atividades produtivas, portanto associadas à possibilidade de trabalho e/ou emprego. Representam, conseqüentemente, alguns dos principais pólos de renda na cidade. No levantamento, ainda que tenham sido identificadas apenas as grandes nucleações, limitando-se pela sua área ocupada, a sua distribuição espacial revela que a exclusão urbanística também se manifesta profundamente sob esta perspectiva.

Antes da análise desses dados, é importante ressaltar alguns aspectos da informalidade do trabalho e sua relação com o espaço, uma vez que essa relação produtiva tem sido uma das características marcantes desde os primórdios do capitalismo no Brasil, com a abolição da escravidão. Evidentemente, esse tipo de atividade econômica não mobiliza grandes espaços para o seu funcionamento. São os vendedores ambulantes, prestadores de serviços avulsos e terceirizados pelo setor formal, atividades desenvolvidas nos espaços domésticos ou em pequenas áreas inseridas em zonas com predominância de uso habitacional, muitas vezes também informal na sua própria origem e funcionamento. Localizam-se, na maioria dos casos, em áreas públicas abertas nas proximidades da zona central, de maior fluxo de pedestres, ou em pequenas áreas de “equipa-

O total de ocupação predominantemente habitacional no município, 91,6%, corresponde à expansão ocorrida de 1925/91, retirando-se 8,4% da ocupação antiga e 3,6% das áreas para as quais não se obteve informação quanto à legalidade urbanística, encontraram-se 32,4% para as ocupações informais, sendo 14,3% para as “invasões” e, para as formais, 55,6%.

mentos” inseridas fragmentadamente na cidade, portanto também “invisíveis” nessa escala de pesquisa espacial.

Para que se tenha uma idéia de grandeza dessa questão em Salvador, os indicadores mais recentes revelam que aproximadamente metade da população ocupada faz parte do mercado informal e, segundo dados da Secretaria de Serviços Públicos (SESP), pelo menos 10 mil ambulantes estão cadastrados oficialmente junto ao órgão. Porém, a projeção é que haja pelo menos 100 mil ambulantes hoje em Salvador, desenvolvendo trabalhos improvisados, sem qualquer controle oficial (*A Tarde*, 31/01/99).

Por outro lado, os crescentes índices de desemprego divulgados para as grandes metrópoles brasileiras têm representado, certamente, um fator de incentivo das atividades produtivas informais, pulverizadas na cidade como um todo. Dados do IBGE em março/1999, para as seis regiões metropolitanas do Brasil, indicam que a taxa de desemprego foi de 8,15%. A taxa acumulada no primeiro trimestre foi de 7,79% – o resultado mais alto já registrado pelo referido instituto para os primeiros três meses do ano, desde que começou a medir o nível de emprego, a partir de maio de 1982. Salvador continua a ser a capital com maior número de desempregados, que correspondem a 9,86% (*A Tarde*, 27/04/1999). Em relação aos setores que mais desempregam, em Salvador e na sua Região Metropolitana, ainda conforme o IBGE, verifica-se ser o da construção civil, no qual se localiza o maior número de desempregados, tendo sido registrado para esse setor, em dezembro/1998, uma taxa de 12,65%, seguida pela indústria de transformação, com índices de 9,84% (*A Tarde*, 30/01/1999).

Acrescentando-se à compreensão desses indicadores a ótica da distribuição das concentrações de grandes equipamentos na cidade, identificados no mapeamento apresentado no anexo 4, fica evidenciado que os investimentos nesse sentido têm privilegiado sobretudo a área de ocupação formal, conforme os dados a seguir analisados.

Primeiramente, para uma análise da macroocu-

pação, considerou-se, separadamente, a área antiga – ambiente construído até a década de 1920 – da mancha de ocupação urbana contemporânea, aquela ocorrida de 1925 a 1991. No caso da área antiga, que equivale, aproximadamente, a 961 hectares, ainda que contenha uma concentração significativa de equipamentos diversos, funcionando em edificações antigas ou mais recentes, não foi feito esse tipo de identificação, observando-se que, pela justaposição de usos e pela intensa fragmentação

de localização, exigiria um estudo minucioso, fora do alcance e objetivos desta pesquisa. Para a ocupação pós-década de 1920, correspondendo a um total de 12.434 hectares, foram isoladas as áreas de grandes equipamentos, para as quais encontrou-se uma área em torno de 2.025 hectares, ou seja, 16,28% desse total.¹³ Observe-se que, para a macroanálise pretendida, foi ignorada a inserção de usos diversos em pequenas áreas inters-ticiais na área de predominância ha-

bitacional desse período, que, por sua vez, como visto, representa perto de 10.409 hectares.

Conforme identificado no conjunto dessas áreas de equipamentos, algumas concentrações salientam-se na mancha urbana. A mais significativa localiza-se na zona ao longo da Br-324, com predominância de indústrias; em seguida destaca-se a zona que compreende a faixa de ocupação entre a Av. Paralela e a Orla Oceânica, com maior incidência de uso de comércio, serviços e institucional; por último, no entorno da ocupação antiga, particularmente na zona do extremo sul da cidade, correspondendo aos bairros de Vitória, Barra, Ondina e arredores imediatos, onde localizam-se equipamentos de natureza similar à zona anterior, com particular incidência de atividades voltadas para o turismo.

É notória a ausência de grandes equipamentos urbanos nas zonas habitacionais oeste e norte da cidade, correspondendo ao Subúrbio e Miolo que, como visto, representam as áreas de moradia da maioria da população com predominância de rendas mais baixas. Um olhar mais atento sobre as áreas edificadas com grandes equipamentos no período pós 1980 até 1991, conforme o referido

É notória a ausência de grandes equipamentos urbanos nas zonas habitacionais oeste e norte da cidade, correspondendo ao Subúrbio e Miolo que, como visto, representam as áreas de moradia da maioria da população com predominância de rendas mais baixas.

mapeamento, revela que a maioria está localizada na região do Iguatemi, que veio a se constituir no novo centro de comércio/serviços. Em seguida, com significativa incidência de novos equipamentos, identifica-se a faixa entre a Orla Oceânica e arredores da Av. Paralela. Nesta última década, poucos foram os equipamentos estabelecidos nas zonas correspondentes ao Subúrbio e ao longo da BR-324, o que aprofunda mais ainda a questão da exclusão das populações aí residentes em relação ao acesso aos grandes equipamentos coletivos distribuídos na cidade.

Complementando-se essa questão, observa-se que, relativamente ao sistema viário básico de acesso a essas zonas de concentração de equipamentos, os eixos de circulação presentes na área mais segregada da cidade também são mais escassos, ainda que aí, como visto, esteja concentrada a maior parte da população com renda predominantemente baixa – portanto, dependente do transporte coletivo, o que também agrava a dificuldade de acesso aos equipamentos existentes na malha urbana.

Esses compreendem apenas alguns indicadores que não esgotam a análise da exclusão urbanística na atualidade, mas certamente criam uma base de análise para melhor compreenderem-se as intervenções recentemente ocorridas nesta cidade, de forma a também melhor sinalizar as mudanças e permanências na perspectiva de um novo habitar.

Esboço das intervenções urbanas recentes na configuração espacial

A partir de meados desta década, a Cidade do Salvador tem sido objeto de intensivos investimentos públicos, através de intervenções urbanísticas de grande porte, seja em projetos de lazer, seja em equipamentos de apoio para comércio e serviços, saneamento, transporte de massa e programas de habitação em áreas degradadas, que, em seu conjunto, sinalizam um outro quadro de economia urbana voltada para sua vocação de cidade terciária e turística.

Inicialmente apontam-se a recuperação e a revitalização de espaços culturais, a exemplo do Teatro Castro Alves (1992), da Concha Acústica (1993 e 1999), da Biblioteca Central (1998) e dos mu-

seus, como o MAM e Geológico (1998), assinalando-se também a implantação de novos, como o Tempostal (1997), equipamentos esses quase todos localizados na área central e imediações do Centro Histórico.

Nesse sentido, o projeto de maior impacto ocorreu com a requalificação do Pelourinho, que teve sua primeira etapa concluída em 1993, quando foram restaurados 102 imóveis antigos. Essas edificações, onde moravam majoritariamente inquilinos de cortiços, foram desocupadas para novos usos de comércio e serviço voltados para o turismo, tornando-se um local de concentração de espetáculos e outras atividades culturais.¹⁴ Até o momento, dados do Ministério da Cultura, que tem apoiado decisivamente essas iniciativas locais, dão conta de um total de 600 casas já restauradas e anunciam investimentos em convênio com o BID para recuperação de mais três hectares do bairro através do *Projeto Monumenta*, com previsão de investimentos da ordem de US\$10 milhões (*A Tarde*, 25/02/99).

Esses empreendimentos, coordenados pelo governo do Estado, logo foram seguidos pela recuperação de grandes espaços públicos abertos, implantação de novos parques e áreas de lazer, destacando-se: Jardim Zoológico (1993), Parque do Abaeté (1994), Parque de Pituaçu (1994), Parque do Costa Azul (1997), Dique do Tororó (1998), Parque de Esculturas do Unhão (1998), Jardim dos Namorados (1999), Praça da Sé (1999), Parque do Aeroclube (1999).

Paralelamente a esses investimentos, localizados basicamente na cidade antiga e na Orla Oceânica, vieram as propostas para a modernização dos transportes, com o projeto para implantação do *Metrô*, além de um abrangente projeto de saneamento e esgotamento sanitário, o *Bahia Azul*, conjuntamente a um amplo programa habitacional, o *Viver Melhor*, conforme ilustra-se com os dados a seguir.

A partir de 1996, a Prefeitura Municipal de Salvador retomou as iniciativas anteriores para a implantação de um transporte de massa. Como divulgado, propõe-se a ampliação do sistema viário estrutural existente, associado ao transporte coletivo. Compreende a implantação de um sistema integrado multimodal para o município (novo metrô de superfície, ônibus e revitalização da linha ferroviária existente); recuperação e ampliação do sistema viá-

rio, e implantação de projetos integrados de engenharia de tráfego. Com financiamentos do governo do Estado, BNDES e BIRD, abrange investimentos, na primeira fase, no valor total de R\$ 111 milhões (Bahia, 1998). Observa-se que esse projeto, implantado por etapas, e já em execução, irradia-se da zona central da cidade para atingir a periferia, ao longo dos principais eixos de circulação urbana, a BR-324 e Av. Paralela. Conforme o projeto divulgado, o novo sistema de circulação também prevê a implantação de novas vias nas zonas mais populosas, Miolo e Subúrbio, atualmente carentes de acessos e transporte fluídos.

Ainda que não-vinculado ao transporte de massa, no entanto, no âmbito desse ciclo de modernização urbana em curso, no qual os principais acessos à cidade também representam elementos estruturantes, destaca-se a ampliação do aeroporto e o novo sistema viário de acesso ao mesmo, intervenção esta em fase de finalização.

Em relação ao saneamento, o *Programa Bahia Azul*, que está sendo implantado pelo governo do Estado, desde 1996, através da Embasa, como enunciado nas publicações oficiais, objetiva ampliar redes de abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário e sistemas de coleta e destinação final de lixo, com vistas à despoluição de rios e praias, recuperação de áreas degradadas, com implicações diretas na questão da saúde, qualidade do ambiente e estímulo ao turismo. Abrangendo os dez municípios da RMS e entorno da Baía de Todos os Santos, atinge praticamente toda a população aí residente, em torno de 2,5 milhões de pessoas. A implantação está sendo viabilizada por financiamentos do BID, BIRD, OECF e BNDES, num total previsto de US\$ 600 milhões (Bahia, 1997a).

Para a habitação, depois de um longo período de recesso, a partir de 1995/96 o governo do Estado vem implantando um amplo programa de melhorias de áreas ocupadas degradadas, em Salvador e outros municípios da RMS, o *Programa Viver Melhor*. Apesar dos resultados ainda muito recentes, um breve esboço indica a dimensão do programa. Financiada através do programa Habitar Brasil e Pró-Moradia, com intermediação da Caixa Econômica Federal (CEF), foi implantado pela URBIS, empresa pública responsável pelo programa. Conforme dados da CEF, de 1997 a 1998, realizaram-

se 94 projetos em todo o Estado da Bahia, sendo a maioria, 65 em Salvador, cinco nos demais municípios da RMS e 24, no restante do Estado. Desse total, no município da capital, 53 projetos intervieram em áreas de ocupação informal deficiente, abrangendo 31.053 famílias; seis foram para a melhoria de infra-estrutura em conjuntos habitacionais existentes, envolvendo 4.282 famílias e seis corresponderam a projetos de implantação de novos conjuntos, num total de 3.137 unidades. Os investimentos em Salvador foram da ordem de R\$ 152.252.117,00, abrangendo 38.472 famílias. Portanto, a grande maioria dos projetos envolveu áreas já ocupadas. Foram atingidas principalmente as áreas de "invasão" – algumas localizadas em glebas remanescentes de conjuntos habitacionais construídos no passado pela própria URBIS, melhorando-se a infra-estrutura e substituindo-se algumas habitações relocadas na própria área, num total de 5.089 novas unidades. Representam investimentos vultosos, com impactos significativos, comparados a momentos anteriores, constituindo, em termos de novas unidades habitacionais, 22% do total produzido até 1986 para a RMS.¹⁵

Evidentemente, os dados analisados indicam uma mudança de atuação da referida instituição. Historicamente, desde sua criação, em 1965, atuou basicamente na construção de novos conjuntos em grandes vazios da periferia urbana, seja em áreas limítrofes do município ou mesmo próximo dos núcleos industriais metropolitanos. A partir do programa *Viver Melhor*, passa a atuar mais intensivamente na melhoria habitacional de áreas degradadas já ocupadas, com perspectivas de manter as populações nos assentamentos de origem. Por outro lado, os dados colhidos para a última década indicam que a proporção entre o número de novas unidades habitacionais implantadas pelo setor público e o número total de famílias envolvidas em projetos de urbanização tem diminuído, passando, em 1989/1992, de uma relação de 40,4%, para, em 1993/1996, atingir 21,9%, até alcançar, entre 1997/1998, um percentual de 21,3%, ou seja, tendencialmente investe-se menos em novas unidades e mais em urbanização.

Nesse processo, observa-se também a experimentação de novos parâmetros urbanísticos. Se nos primeiros projetos recentes, ocorridos em áreas remanescentes de conjuntos habitacionais, como

na “invasão” Yolanda Pires-Ogunjá, percebe-se um modelo físico de intervenção com remanejamento total das unidades existentes, ainda que na própria localidade, tal atitude vem sendo revista nas últimas intervenções concluídas, ao manter-se uma grande parte das casas existentes, relocando-se algumas na própria área, a exemplo do que foi realizado para a localidade da Gamboa.

Ainda que, nesse programa, a atitude da intervenção pública tenha mudado em relação à permanência da maioria das “invasões” em Salvador, observam-se algumas limitações no sentido de atingir-se uma melhor qualidade do habitar, tal qual conceituado nesta pesquisa. Em quase todos os projetos implantados, o padrão predominante foi: novas unidades/equipamento comunitário local/melhorias de habitações precárias. Apenas em alguns casos percebem-se mudanças de atuação urbanística, avançando-se timidamente em novas tentativas, tais como: preservação das características espaciais de uma “ocupação popular” (Gamboa); valorização da estética e do lugar (Candeal); interação com novos agentes sociais, como ONGs, escritórios de projeto, através de concursos públicos, e parcerias (Novos Alagados, Caranguejo, Camurujipe e Candeal). Em relação à qualidade de espaços públicos e tratamento de áreas verdes, praticamente não foram imprimidos avanços qualitativos – como plantio de árvores, cuidados com a paisagem natural, recomposição de áreas verdes e fortalecimento de espaços abertos – seja para a comunidade local, seja para a população em geral. Quanto aos equipamentos comunitários implantados, esses visam atender apenas às demandas específicas dessas localidades, como posto de saúde, escola, creche, áreas de esporte. Não existem propostas para implantação de equipamentos com abrangência envolvendo o bairro e a cidade.

Para esse enfoque de análise, observa-se ainda que, em relação aos demais projetos urbanos recentes, nem todos mantiveram as populações moradoras originais. Tal qual ocorreu no Pelourinho, algumas outras intervenções de revitalização de espaços culturais e de lazer, em áreas de localiza-

ção privilegiadas como Costa Azul, Abaeté e Unhão, as aglomerações habitacionais de baixa renda, do tipo “invasões”, que lá haviam, foram retiradas, sendo os antigos moradores indenizados ou relocados para loteamentos públicos na periferia.

Ainda analisando-se as medidas públicas recentes que envolvem a questão urbana, observe-se que, nos últimos anos, as empresas públicas encarregadas dos serviços de infra-estrutura ou já foram privatizadas, a exemplo da COELBA (energia elétrica) e TELEBAHIA (telefonía), ou estão previstas para privatização imediata, como a EMBASA (água). Por outro lado, no âmbito da reforma administrativa promovida pelo governo do Estado, ocorreu a liquidação da URBIS, que teve suas funções incorporadas à CONDER, a qual deixa de ter apenas atribuições na Região Metropolitana de Salvador, passando a atuar em todo o Estado. Foi aprovada também a privatização das principais vias de acesso à cidade, BR-324 e Estrada do Coco, com previsão de implanta-

ção de pedágios. São medidas que sinalizam o processo de ampliação da *privatização do meio urbano*, o que certamente trará desdobramentos ainda não definidos para as condições da moradia e fluxos nesta cidade de composição social nitidamente desigual e extremamente pobre.

Enfim, esse conjunto de medidas e projetos são prenúncios de mudanças na dinâmica urbana, que se deparam com uma realidade complexa do ambiente construído e, certamente, representam contradições e conflitos frente às perspectivas que se colocam no redimensionamento das condições urbanas na atualidade.

Indicadores de redimensionamento macrorregional envolvendo Salvador

Em relação à macroexpansão urbana na década de 1990 envolvendo a região de entorno de Salvador, outras intervenções recentes ocorridas fora dos limites do município trazem novos conteúdos para o entendimento da reestruturação espacial em curso, devendo ser consideradas como referência para os objetivos desta análise.

Observe-se que a ocupação contínua tem se ampliado significativamente na faixa da orla de Lauro de Freitas e Camaçari, impulsionada pela implantação de uma nova via litorânea, inicialmente com o trecho da Estrada do Coco, até Itacimirim, no final da década de 1970, ampliada com a construção da Linha Verde, BA-099, na década de 1990. Já nas décadas de 1970/1980, inicia-se a ocupação mais expressiva nessa direção, com a implantação de loteamentos balneários, o que foi consolidado com a efetivação de um grande empreendimento habitacional privado, *Vilas do Atlântico*, objetivando sobretudo as demandas advindas da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Mais recentemente, vêm sendo implantados nessa faixa atlântica outros tipos de empreendimentos privados, voltados para o turismo, como os *resorts* da Praia do Forte, Guarajuba e Itacimirim. Em 1997, iniciou-se a construção de um grande complexo turístico, o *Projeto Sauípe*. Localizado a beira-mar, a 90 quilômetros do centro de Salvador e a 70 quilômetros do aeroporto, insinua-se como um dos maiores complexos hoteleiro no país, com previsão final de 4.000 leitos, parques e áreas de lazer, ocupando um total de 1.750 hectares. A sua primeira etapa, com 180 hectares, prevista para funcionamento ainda no ano 2000, compreende um total de 1.650 leitos – o correspondente a 60% da capacidade dos hotéis 5 estrelas de toda a região Nordeste do Brasil. Abrange cinco hotéis de padrão internacional, seis pousadas temáticas, uma vila de lazer e entretenimento, trilhas ecológicas, campo de golfe, centro equestre e diversos conjuntos de quadras de esportes.¹⁶

Ressalte-se que a modernização e ampliação do aeroporto internacional de Salvador, intervenção iniciada em 1999, está também prevista para conclusão nessa mesma época, bem como o início do pedágio da Estrada do Coco. Concomitantemente a essas ações, efetivou-se o Plano de Ocupação para a Costa dos Coqueiros, através da CONDER, definindo-se uma legislação urbanística e ambien-

As medidas de controle da ocupação para essa zona de expansão urbana e a implantação dos projetos recentes em Salvador, entende-se tratar-se de intervenções que evidenciam a intenção pública de “preparar” a cidade e sua macrorregião para esse novo ciclo econômico relacionado à ampliação do terciário, agora envolvendo o ambiente e a cultura como mercadoria.

tal específica para esse novo vetor de crescimento, iniciativa pública que reafirma essa nova dinâmica regional de expansão urbana (Bahia, 1997b).

Tais ações representam iniciativas de grande porte relacionadas à ampliação de serviços e turismo, com possíveis impactos na dinâmica urbana dessa macrorregião. Considerando-se, conjuntamente, a implantação dessa nova infra-estrutura urbano-regional, as medidas de controle da ocupação para essa zona de expansão urbana e a implantação dos projetos recentes em Salvador, entende-se tratar-se de intervenções que evidenciam a intenção pública de “preparar” a cidade e sua macrorregião para esse novo ciclo econômico relacionado à ampliação do terciário, agora envolvendo o ambiente e a cultura como mercadoria.

Assim, Salvador e arredores imediatos, em suas diversas relações socioespaciais, têm se pronunciado fortemente como um dos pólos turísticos do Brasil, o que já esboça na expansão urbana uma ampliação além das suas próprias fronteiras metropolitanas. Os investimentos públicos e privados aí realizados na produção do espaço construído, voltados para os serviços turísticos, buscam as mais diversas fontes culturais e ambientais existentes no seu espaço regional imediato. Diferentemente dos fluxos viários direcionados aos pólos industriais e localizações habitacionais centro-periferia, essas novas intervenções apontam um possível redirecionamento na dinâmica espacial urbana. Os investimentos para a valorização da “cidade antiga”, a seleção de áreas afastadas e isoladas da ocupação urbana contínua para projetos de lazer à beira-mar, as medidas de controle e privatização do ambiente e do uso do solo na região, os investimentos em áreas ocupadas degradadas, representam indicadores dessa mudança, sinalizando outras interações na economia urbana.

Esses novos circuitos terciários envolvendo o ambiente urbano e natural, encontram, de fato, no acervo do patrimônio histórico e cultural de Salva-

dor e sua região imediata, uma abundante fonte geradora de riquezas. No entanto, essas relações demandam um meio ambiente atrativo, que dificilmente pode conviver e prosperar com indicadores de pobreza tão amplos e com a intensa segregação e precariedade habitacional apontadas para Salvador, cidade que exclui uma grande parte da cidade e de sua população.

Mudanças e permanências na segregação e exclusão do habitar

Considerando-se esse esboço urbanístico do habitar na cidade atual, algumas mudanças e permanências relacionadas à questão da segregação e exclusão podem ser apontadas.

Primeiramente, observa-se que a implantação de conjuntos habitacionais e dos loteamentos públicos na periferia, produzidos desde os anos 60, para atender ao déficit habitacional e absorver as populações desabrigadas ou transferidas de “invasões” e dos cortiços das áreas centrais mais valorizadas, são ações, obviamente, que se somam para intensificar a segregação espacial na cidade.

Diferentemente, as intervenções que foram realizadas mais recentemente visando à melhoria de áreas ocupadas representam uma mudança de atitude do poder público em relação ao problema da habitação em Salvador, contribuindo para tornar as condições do habitar menos segregadora e excludente. Embora, no passado recente, algumas tentativas de urbanização e legalização em áreas de ocupação informal e degradadas tivessem ocorrido – Projeto Minha Casa (1987/89), Programa de Legalização Fundiária (1987/96), Programa de Proteção de Encostas (1989/92) e projetos de mutirão e parceria (1993/96) – representaram ações setoriais, tendo resultado em atuação pública de pouca abrangência. No período 1997/1998, pela primeira vez, notificam-se investimentos sistemáticos e maciços em projetos de urbanização e melhoria habitacional nas áreas mais deficientes da cidade, em sua grande maioria susceptíveis à legalização, passando a manter, em quase todos os casos, as populações originais.

Outra mudança a ser assinalada, com base nos dados levantados, refere-se ao fato que, gradativamente, o número de famílias envolvidas com pro-

jetos de urbanização de áreas ocupadas vem se sobrepondo ao número de novas unidades habitacionais construídas pelo poder público, significando que nos anos 90 se investiu mais nas áreas ocupadas degradadas. Esse aspecto fortalece os argumentos anteriormente apresentados sobre a necessidade de qualificação do déficit habitacional na atualidade, envolvendo prioritariamente a questão do ambiente construído.

No entanto, se por um lado alguns projetos foram inovadores no enfrentamento da questão habitacional relativamente às melhorias físicas em áreas de ocupação informal, por outro ainda avançaram pouco na relação habitação-cidade. Pontua-se que a urbanização de áreas degradadas envolvendo infra-estrutura, remanejamento da ocupação em áreas de risco, implantação de equipamentos comunitários locais e substituição e/ou melhorias de habitações deficientes, enfim, melhorias físicas das unidades habitacionais e da infra-estrutura na localidade, certamente constituem ações públicas dirigidas às carências mais imediatas de grande parte da população urbana de baixa renda. No entanto, ainda não atinge o âmago da questão que atualmente se apresenta sobre o habitar no meio urbano. Mesmo absorvendo-se as “invasões” e suas localizações na cidade, melhorando-se as condições materiais e sanitárias, poucos foram os avanços quanto à legalização fundiária, tratamento de espaços públicos, questão ambiental e, principalmente, quanto às possibilidades de inserção real dessas áreas na “cidade formal”, através da definição de parâmetros urbanísticos próprios, da implantação de equipamentos de abrangência urbana, medidas essas indispensáveis para garantir condições de habitabilidade e direitos urbanísticos para a coletividade no ambiente urbano construído.

No que se refere ao problema de encostas e ao conforto de acessibilidade em áreas de declive acentuado, esses projetos recentemente implantados tampouco inovaram em tecnologias próprias a essa questão, tão peculiar na ocupação habitacional de Salvador.

Os avanços mais significativos foram notificados nas intervenções que envolveram ONGs e participação comunitária, salientando-se Novos Alagados e Candeal. Primeiramente, porque partiram de iniciativas de projetos já discutidos com os morado-

res, com uma certa margem de amadurecimento para que se trabalhassem as demandas locais. Em seguida destaca-se o fato desses projetos incorporarem novas diretrizes de âmbito social, ambiental e urbano, que podendo reverter a condição de “favela” e contendo, portanto, potenciais mais amplos que a mera urbanização, possibilitando a sua melhoria e incorporação ao cotidiano da cidade.

Mesmo considerando-se que alguns projetos representem um certo avanço na conquista de um ambiente menos excludente, ao confrontarem-se esses resultados ao quadro atual da ocupação habitacional retratado por esta pesquisa e verificando-se a predominância significativa de população habitando em áreas informais e deficientes, os resultados se mostram tímidos diante da grandeza da questão. Por outro lado, a fragilidade financeira do município para enfrentar problemas de tal envergadura indica que não basta a vontade política local para realizações de mudanças efetivas, fazendo-se necessários recursos externos significativos, possíveis somente com apoio federal. Todavia, desde 1999 não há previsões imediatas da CEF para novos financiamentos através do programa *Pró-Moradia e Habitar Brasil*.

Portanto, diante dessa interrupção na esfera da ação pública, as perspectivas de melhorias das condições de habitabilidade na realidade atual representam uma questão ainda sem contornos definidos, mas com indicações de poucos desdobramentos para efetivação de uma política social de habitação. Em acréscimo, verifica-se que os problemas analisados ampliam-se para questões que envolvem a privatização dos serviços urbanos, o que exige uma postura pública explícita e contínua para que essas áreas de pobreza sejam incluídas entre aquelas atingidas pelos benefícios públicos e conforto coletivo.

Perspectivas no final do século XX

Vista sob essa ótica, a problemática habitacional na atualidade de Salvador indica que, nesse processo de ocupação desigual, deficiente e ambientalmente predatório, ganharam os lucros imediatos, mas, em relação à cidade em seu conjunto, todos perderam e, duplamente, aqueles para os quais nada mais restou além de um pequeno alojamento

na periferia desassistida. A melhoria desses espaços ocupados representa atualmente um custo muito alto, tendo em vista que, consolidados, são praticamente irreversíveis em sua morfologia básica e, portanto, contraditoriamente incompatíveis com os novos padrões produtivos que se avizinham, tendo a própria cidade e seus ambientes como meio de produção no processo de acumulação.

A análise dos novos projetos urbanos em fase de implantação já delineiam o incremento desses processos produtivos emergentes, sobrepondo-se aos anteriores. Se caracterizam por fluxos diferenciados, tendo como principal mercadoria a cidade, sua história e a produção cultural própria da região, como potenciais para o consumo. Portanto, mercadorias localizadas e não-materializadas, iniciativas econômicas que demandam outras relações espaciais envolvendo a cidade e seu entorno, em sua via de entrada para a globalização.

Trazem, no conjunto, novos impactos, delineando outras relações e limites espaciais, que certamente envolvem a gestão e produção do espaço urbano e da habitação. Percebe-se a emergência de um “redesenho” espacial, dinamizando suas possibilidades turísticas, sobretudo nos limites da cidade antiga e na sua relação com o mar. Voltando-se novamente para a Baía de Todos os Santos, as intervenções agora atingem outras perspectivas econômicas, além da cidade portuária, envolvendo investimentos de cunho cultural-ambiental. Diferentemente da cidade industrial, as demandas da economia do turismo no espaço parecem criar outras relações de localização habitação-trabalho e habitação-cidade, que já começam a despontar em Salvador, haja vista os investimentos em curso. Entende-se que essa perspectiva que se delineia no espaço construído guarda em seu seio profundas contradições sociais.

A mercantilização dos ambientes e a privatização do meio urbano que já despontam no cenário das cidades brasileiras, ao emergirem, se deparam com esse ambiente construído complexo, fragmentado e deficiente, de composição social nitidamente desigual e extremamente pobre. Miséria, violência, ambiente precário e turismo não são ingredientes que se conjuguem em uma cidade que pretenda “vender” serviços e ambientes. No entanto, são condições que estão fortemente presentes nessa rea-

lidade. Esse parece ser o grande desafio dos circuitos econômicos que envolvem cidades como Salvador. Como será enfrentado esse enorme fosso criado pelas diferenciações sociais e espaciais no ambiente urbano?

Nesses tempos de globalização intensiva, as interações entre sociedade-espço adquirem outros conteúdos, a serem considerados na perspectiva de intervenção urbana. Alain Lipietz, ao tratar de reestruturação produtiva e impacto intra-urbano, afirma que, numa estratégia de desenvolvimento local, o conteúdo é mais importante do que a forma; na implementação de novas estratégias produtivas, além da capacitação local, seja em termos de formação profissional, seja em meios de articulação entre empresas, é sobretudo importante prover, no conjunto da aglomeração, uma qualidade de vida ambiental atrativa. Na sua compreensão, o saneamento e urbanização de bairros populares, o desenvolvimento de espaços verdes ou implantação de parques e de atividades culturais, um bom sistema de transporte coletivo: tudo isso não é um luxo social e ecologista, mas sim uma condição de desenvolvimento econômico (Lipietz, 1996).

As análises aqui efetuadas apontam para essa direção. Entende-se que as políticas de melhorias urbanas e habitacionais, atualmente, longe de representarem a “produção de bens de consumo coletivo” para melhores condições de “reprodução da força de trabalho” ou respostas às “lutas urbanas” que se configuraram nas décadas de 1970 e 1980, aparecem como exigência da própria possibilidade de inserção econômica dos lugares no mercado e circuitos globalizados. Mais do que políticas sociais em si, representam novas demandas econômicas na renovação de padrões produtivos.

Dessa forma, as contradições e conflitos se ampliam do direito à moradia enquanto unidade habitacional, ao direito ao habitar, compreendido num sentido mais abrangente, que vai além das benfeitorias materiais. Traduz-se no reconhecimento e preservação das identidades de vivências e de lugares, na liberdade de representações espaciais e na melhor qualidade do ambiente natural e construído. Enfim, representam as novas necessidades para formas de sustentação de vida cotidiana, adequadamente confortáveis e diferenciadas, requisitos estes que parecem ser propostos pela sociedade de nosso tempo.

Para isso, as ações públicas em habitação terão que priorizar a melhoria de áreas ocupadas sem perder de vista a necessidade de produção de novas habitações. Como analisado, essas demandas englobam, além de infra-estrutura e melhoria da edificação, a criação de espaços públicos, a inserção de equipamentos urbanos, legislação própria e assessoramento técnico na construção do ambiente coletivo. Envolvem recursos vultosos e subsídios públicos, dentro de um escopo de planejamento que dimensione e priorize as intervenções, sem dispensar a permanente participação dos moradores, parcerias diversas e redefinições conceituais, se, de fato, a sociedade se propõe a enfrentar efetivamente a questão da qualidade do meio urbano.

Sobre um projeto político-territorial de conquista da cidadania relacionada a questões da legalidade urbanística, evidentemente entende-se que seria utópica a expectativa de ampliar a vigência das normas e códigos estabelecidos para toda a cidade, frente à situação atual. Em primeiro lugar, porque o fato de que essas áreas foram edificadas sem controle não necessariamente significa tratar-se de áreas fora de padrões urbanísticos desejáveis. Por outro lado, as normas da legislação atual não estão isentas de crítica sobre questões de conforto, ambiente e garantia de qualidade de vida.

Como caminho para enfrentar-se a situação desvendada aponta-se sobretudo a necessidade de implementar-se uma política urbana específica e contínua, valorizando-se as características e particularidades de cada cidade e localidade, para inclusão dessas áreas num coletivo mais amplo. Nesse sentido, terão que ser criados meios de melhorias físicas e fortalecimento desses lugares na cidade, identificando-se potencialidades de transformação de áreas dormitórios em áreas de habitar no meio urbano, lugar onde se vive e se viverá no próximo milênio.

No processo de reestruturação econômica que se vivencia no mundo atual, a gestão de cidades como Salvador, que detêm um grande potencial sociocultural, terá que ir além das medidas pontuais e intervenções em áreas turísticas. Ao se constatar esse alto grau de diversidade e de não-regulação no uso e ocupação do solo, com impactos no ambiente natural e construído, fica evidente a necessidade de revisão das políticas de atua-

ção, para que os conteúdos de fato se modifiquem, adquirindo potencialidades de mudanças. Diante desses limites, responder aos desafios que agora são colocados supõe que não sejam ignoradas essas condições tão díspares. Por trás dos cartões-postais há uma imensa cidade à deriva, silenciosa, segregada, excluída dos circuitos e parâmetros formais e, contudo, integrante dessa múltipla realidade.

Notas:

- Os estudos pioneiros sobre essa questão já demonstram que o sistema rentista que predominava como forma de acesso a moradia, logo se esgota no atendimento a essa demanda intensiva. Fazem surgir uma situação de congestionamento habitacional e precariedade física, com a formação dos cortiços nos grandes centros urbanos, logo substituídos por processos de privatização no acesso à moradia. Já no início do século o padrão suburbano de ocupação será possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte e pela abertura de grandes loteamentos nas periferias das cidades. No entanto, como já amplamente demonstrado, o problema de habitação não representa uma questão técnica; a insuficiência de renda é o grande empecilho para aquisição dessa mercadoria especial.
- Nesses países, verifica-se que as “habitações sociais” se, por um lado, provia moradia para as classes mais pobres, não alterava a condição de segregação da pobreza. O confinamento em grandes conjuntos nos arrabaldes, isolando esses moradores no meio urbano, acaba criando outras formas de “guetificação”, intermediada pelo Estado e assistida pela previdência social. Essas situações contribuem para a falência desse padrão de habitação, chegando-se inclusive a situações extremas de implosão de conjuntos relativamente novos. Um exemplo clássico foi o complexo residencial *Pluitt-Igoe*, construído em 1955 em St. Louis nos Estados Unidos e implodido 16 anos depois, em 1972 (Hall, 1988). Por outro lado, o padrão “conjunto habitacional”, mesmo difundido em profusão, não eliminou as habitações de populações pobres localizadas nos centros urbanos.
- Durante o período de vigência do BNH, 1964/86 a produção correspondeu a um total de 4,5 milhões de unidades, o que representa em torno de 25% do parque imobiliário brasileiro produzido para o período. Deste total, somente 1,5 milhão de unidades (33,3%) destinaram-se às camadas populares da população, tendo sido produzidas apenas 250 mil unidades em programas alternativos, ou seja 1-3 SM. (Azevedo, 1988)
- Suzana Taschner (1997) com base em estudos existentes sobre população moradora em favelas e áreas de pobreza nas grandes cidades brasileiras, indica, no início dos anos noventa, os seguintes percentuais comparativos: em São Paulo, 11,3%; no Rio de Janeiro, 17,5%; em Belo Horizonte, quase 20%; para as “invasões” em Salvador, próximo a 30%; em Brasília, as cidades-satélites abrigam cerca de 75% da população do Distrito Federal.
- Essa argumentação encontra-se desenvolvida na tese de doutorado de minha autoria, *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*, defendida na FAUUSP em out./99, em fase de preparação para publicação. Os dados de pesquisa apresentados neste artigo foram retirados do referido trabalho.
- Com esses novos projetos de renovação urbana, manifesta-se nos países centrais o que se denominou *gentrificação* – expulsão das populações pobres residentes em áreas centrais degradadas, substituídas por outras de renda mais alta. Essas intervenções, em pleno curso nas grandes cidades, basicamente tem sido relacionadas à ampliação dos setores financeiro e turístico, associadas à dinamização de atividades imobiliárias. Geralmente incidindo em áreas de propriedade pública ou semipública – ruínas de fábricas, antigas docas etc –, esses projetos de urbanização têm como objetivo integrar atividades de recreação, cultura, compras, habitação para moradores de alta renda. Esse modelo se reproduz em cidades antigas, incentivando a vocação turística, tendo a “cidade-como-palco”, envolvendo pesados investimentos públicos e privados que valorizam essas áreas “revitalizadas”. Ver nesse sentido Harvey (1989) e (Hall, 1988).
- As tendências de arranjos espaciais da habitação nos países altamente industrializados delineiam a continuidade de uma ampla descentralização espacial em regiões urbanas, polinucleadas, praticamente ligando as áreas suburbanas de cidades distintas, tendência que ocorre concomitante a uma polarização extrema entre ricos e pobres nas áreas centrais da metrópole (Gottdiener, 1990). Concomitante, intensifica-se o fechamento de áreas residenciais de classes de renda alta, os novos *enclosures* – condomínios privados de moradias exclusivas na periferia urbana imediata. (Hall, 1988)
- Essa compreensão tem como referência alguns autores que tratam das cidades contemporâneas no processo de globalização, entre eles David Harvey (1989), analisando os projetos de revitalização urbana e competição entre as cidades; Susan Fainstein (1990) que trabalha as perspectivas de reestruturação urbana analisando as relações entre o global e autonomia local; Alan Lipietz (1996), que analisa divergências das trajetórias nacionais na globalização; e Octávio Ianni (1996) relacionando a inserção de cidades na economia global às formações sócio-culturais específicas.
- Henri Lefebvre, 1968, com o seu trabalho *O direito à cidade*, é um dos pioneiros na análise dessa relação habitação e cidade. No Brasil, esse enfoque foi abordado nos anos setenta, sobretudo pelos estudos para São Paulo, sobre o chamado padrão periférico de autoconstrução, conforme Maricato (1979), Bonduki & Rolnik (1979). Para Salvador, os primeiros estudos que analisam habitação na dinâmica de crescimento urbano são os de Santos (1959) e Brandão (1963).

- 10 Esse trabalho empírico, apresentado na tese já referida na nota 5, foi possibilitado pela continuidade de pesquisas anteriores sobre habitação nessa cidade, condição indispensável para desenvolver-se a metodologia utilizada, baseada em pesquisa de campo. Ver Gordilho-Souza, 1990, 1996 e 1998.
- 11 A perspectiva do turismo tem sido apontada como de vital importância para a trajetória econômica da Bahia, lugar especialmente vocacionado para um mercado crescente a nível mundial. No início dos anos noventa, o turismo representava 3% do PIB baiano, com possibilidades de ampliação pelos investimentos que já estavam em curso, prevendo-se que este tipo de atividade pode cumprir um papel importante em termos de emprego e renda do estado, juntamente com outros serviços como comércio e transportes. (Prosérpio, 1994)
- 12 Para isto, optou-se pela elaboração de *mapas digitais*, com sistematização informatizada, através do *software* AutoCAD e EXCEL, identificando-se todas as formas de ocupação habitacional em Salvador e para a mancha urbana como um todo, até 1991, levantamento que permitiu a produção de dados quantitativos. Utilizou-se como base de informações além de dados secundários, pesquisa de campo, aerofotos da Conder/1992, cartografia RMS/Sicar 1985. A área considerada antiga, tomando como marco temporal a década de 1920, quando implantou-se os primeiros regulamentos urbanísticos em Salvador, foi delimitada tomando-se como referência o Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus Subúrbios, elaborada por Carlos A. Weyll, 1851 e a planta da cidade na década de 1920, do convênio UFBA-CEAB/PMS, 1979. Esse mapeamento básico foi *vetorizado*, passando a constituir o referencial para a confecção dos demais mapas temáticos.
- 13 Para confecção desse mapa digital utilizou-se a mesma metodologia já referida para o levantamento da ocupação habitacional, com base em pesquisa de campo, aerofotos da Conder/1980 e 1992, planta cartográfica RMS/Sicar, 1985 e mapas antigos, para a década de 1920, conforme especificados na nota 12.
- 14 Ver nesse sentido, o estudo realizado por Fernandes & Gomes sobre as reformas do Pelourinho, apontando para o "abandono radical" da proposta de melhorias habitacionais com manutenção da população, que caracterizou a ação das políticas anteriores de patrimônio, dando curso, assim, a uma nova dinâmica de consumo cultural na requalificação de espaços na cidade.
- 15 Para a RMS, comparando-se com a produção de habitação da URBIS desde a sua criação, em meados da década de 1960, até 1986, que resultou em 43.850 unidades, verifica-se que o total produzido nesses dois últimos anos, de 9.643 unidades (8226 unid. em Salvador e 1417 unid. nos demais municípios), praticamente representa 22% do que havia sido efetivado no passado, considerando-se todo o período de grande intensidade de atuação da referida empresa, viabilizada por financiamentos do BNH (Bahia, 1986).
- 16 Esse empreendimento está localizado na Fazenda Sauípe, do Grupo Odebrecht, que esteve à frente na implantação do empreendimento, com a participação do Governo do Estado

da Bahia. Os recursos investidos nessa primeira etapa, tendo a Previ – Caixa da Previdência Social dos Funcionários do Banco do Brasil, como principal investidor, são da ordem de R\$ 200 milhões (Odebrecht Informa, 1998)

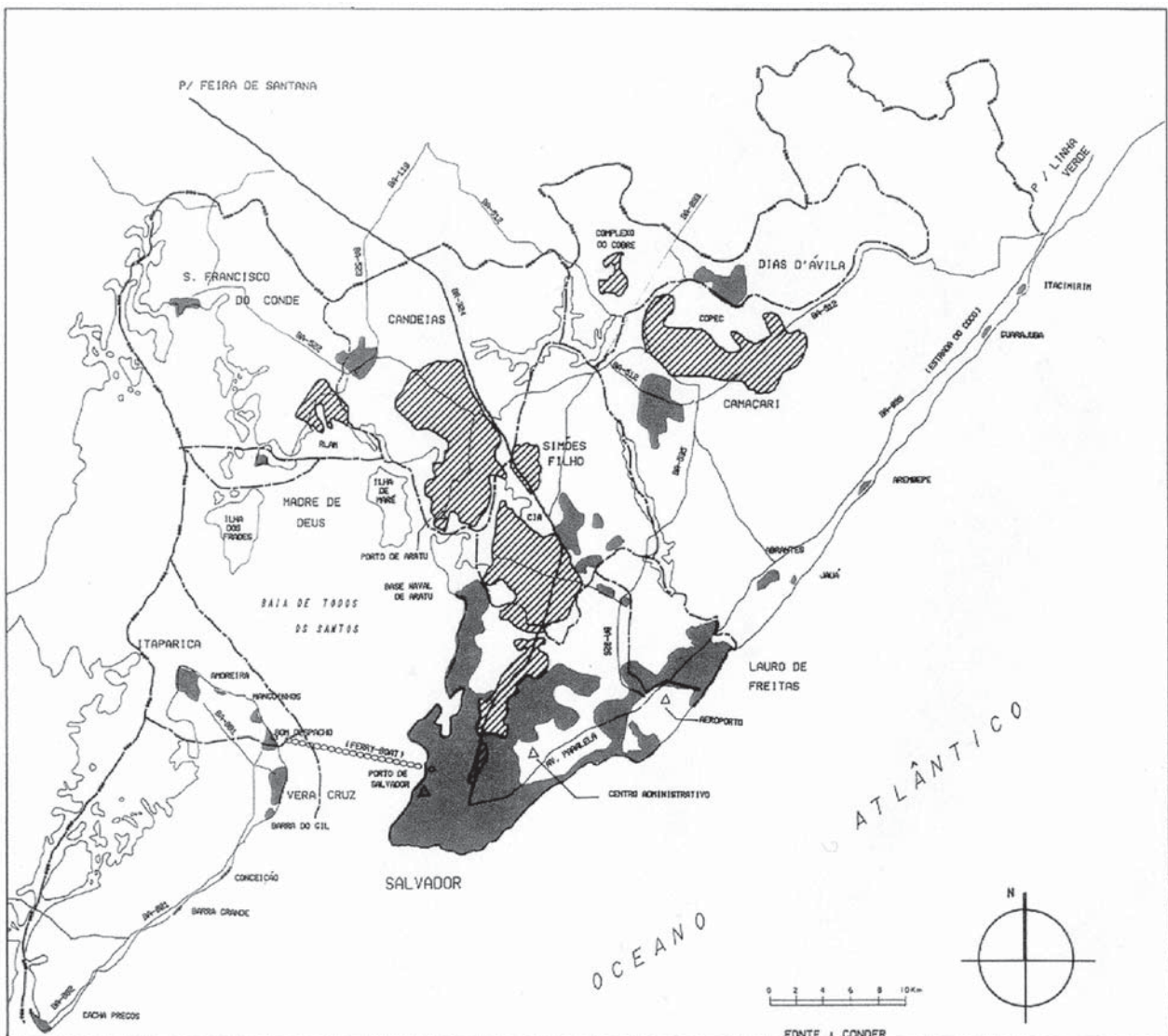
Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 4 p.107-19, 1988.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. *Oportunidades de investimentos*. Salvador, 1997b.
- BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador. Salvador: SEI, v.8, n. 1, jun.1998.
- A BAHIA de cara nova. *A Tarde*, Salvador, 25 fev. 1999. Caderno 2, p.6.
- BRANDÃO, Maria David de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. *Revista Planejamento*, Salvador: CPE, v. 6, n. 2, 1978.
- BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. (original de 1979).
- CARREIRA, Luiz. Apresentação. *Bahia Análise & Dados: Saneamento*. Salvador: SEI, v.7, n.1, p.3-4, jun. 1997a.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CEI/CONDER, 1994. v.7
- UMA CIDADE clandestina em Salvador. *A Tarde*, Salvador, 31 jan. 1999. Caderno 1, p.14.
- FAINSTEIN, Susan S. The changing world economy and urban restructuring. In: _____. CAMPBELL, Scott. *Readings in urban theory*. Cambridge: Blackwell Publishers Inc., 1996. (original de 1990).
- FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A. F. O passado tem futuro? Os (des)caminhos da requalificação do Pelourinho. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5º, Belo Horizonte. Sessão Temática: Memórias, identidades e utopias, 1993.
- GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espaçial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, Lícia, PRÉTECEILLE, Edmond (coords.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995. (original de 1988).

- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. (original de 1989).
- IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. *Resultados preliminares do censo 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- LEFÈBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. (original de 1968).
- LIPIETZ, Alain. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano. In: ANAIS DO SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DO SOLO: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES, *Pólis*, número especial, n. 27, São Paulo, 1996.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: _____. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. (original de 1979).
- ODEBRECHT INFORMA: uma revista de cultura empresarial. Rio de Janeiro, v. 25, n. 88, jul./ago. 1998 (edición en español).
- PROSÉRPIO, Renata. A Bahia no final do século. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: CEI, v. 4, n. 2/3, dez. 1994.
- RELATÓRIO DOS SERVIDORES DA URBIS – Avaliação e mudanças. Salvador: URBIS, 1986.
- SALVADOR lidera desemprego com taxa de 9,86%. *A Tarde*, Salvador 27 abr. 1999. Caderno 1, p.14.
- SALVADOR tem maior taxa de desemprego. *A Tarde*, Salvador, 30 jan. 1999. Caderno 1, p.3.
- SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- SOUZA, Angela Gordilho. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. Dissertação (Mestrado – IPPUR).
- _____. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).
- _____. *Espaços do habitar contemporâneo na cidade do Salvador*. Relatório de pesquisa. Salvador: UFBA/CNPq, 1998. (Apoio: Bolsistas IC e APB, mar.97/fev.98).
- _____. (coord.). *Formas de ocupação habitacional na estruturação do espaço urbano de Salvador, 1940-1991*. Relatório de Pesquisa. Salvador: UFBA/CNPq, 1996. (Bolsa DCR/CNPq, mar.91/out.92 e apoio: Bolsista IC, ago.94/jul.96).
- TASCHNER, Suzana Pasternack. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. *Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo: USP, n.18, mar./abr.1997a.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Evolução física de Salvador*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA-CEAB/PMS, 1979.

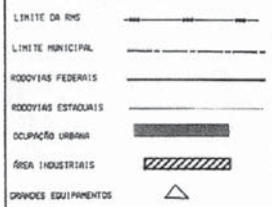
* Angela Gordilho Souza é Arquiteta, professora da FAUFBA, pesquisadora do LabHabitat/ PPG-AU, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.
E-mail: amgs@ufba.br

Anexo 1

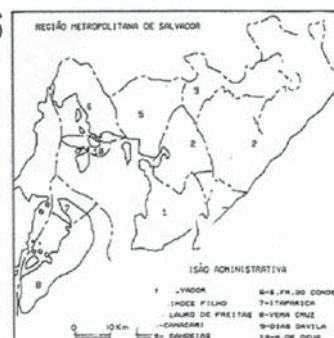


GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA - SEPLANTEC
CONVÊNIO CONDER \ CEI

Ocupação Urbana
RMS-1991



INFORMAÇÕES BÁSICAS DOS
MUNICÍPIOS BAIANOS



Anexo 2 - Município do Salvador - Legalidade urbanística nas áreas de habitação, 1925/1991

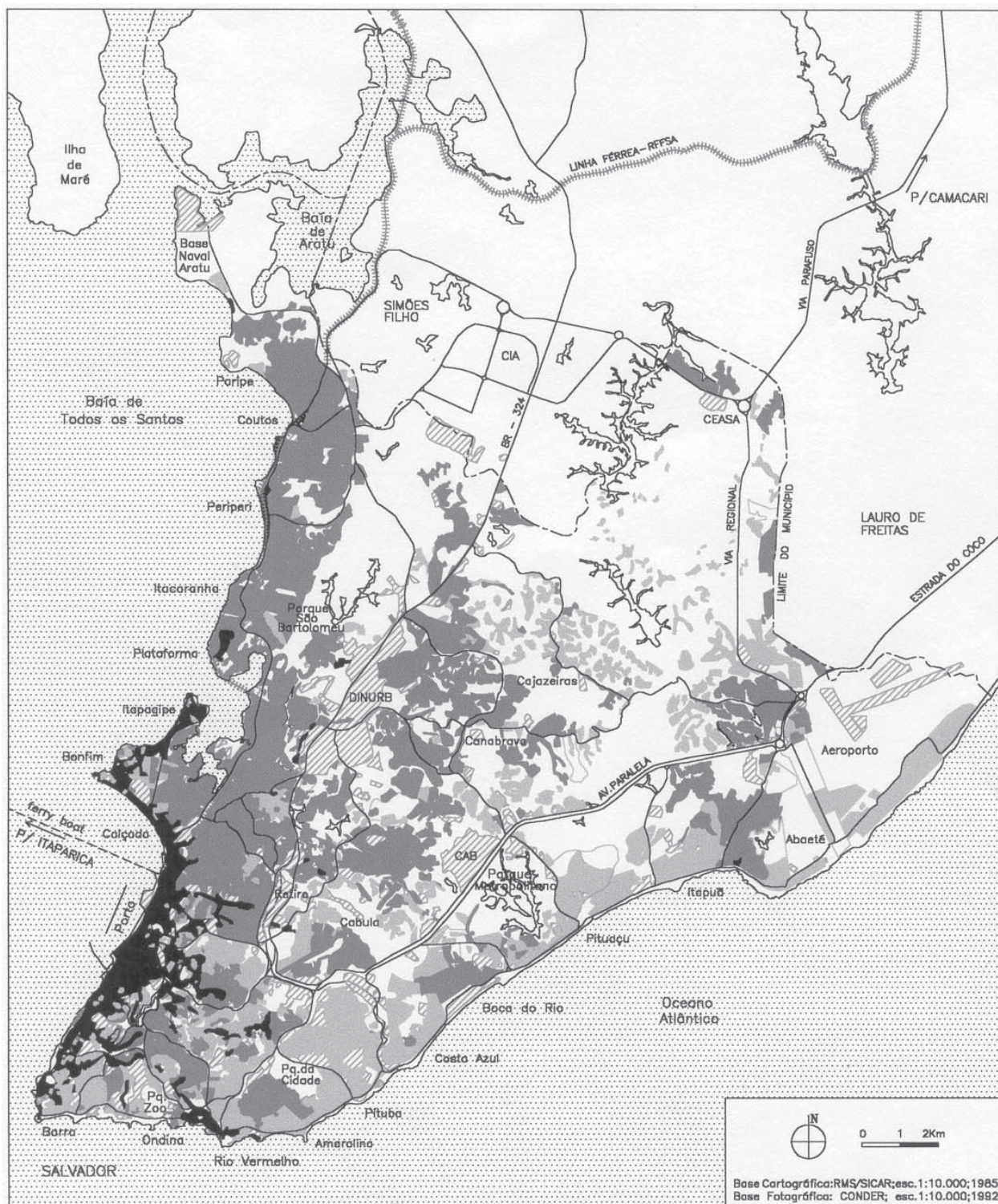


FONTE: Gordilho-Souza, Angela. *Limites do Habitar*. Tese de Doutorado, FAUUSP, 1999.

LEGENDA

OCUPAÇÃO ANTIGA (até déc.1920)	GRANDES EQUIPAMENTOS(edificados pós déc.1920)	SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
FORMAL	VAZIOS (parques, áreas verdes e livres)	VIA FERREA
INFORMAL	REPRESAS, LAGOAS E DIQUES	LIMITE DO MUNICÍPIO
INSUFICIÊNCIA DE DADOS		

Anexo 3 - Município do Salvador - Limites das condições de habitabilidade nas áreas ocupadas, 1991



FONTE: Gordilho-Souza, Angela. *Limites do Habitar*, Tese de Doutorado, FAUUSP, 1999.

LEGENDA

OCUPAÇÃO ANTIGA (até déc.1920) (predominância de habitabilidade boa)	ÁREAS LOTEADAS SEM OCUPAÇÃO	SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
BOA	GRANDES EQUIPAMENTOS(edificados pós déc.1920)	VIA FÉRREA
DEFICIENTE(regular, precária e insuficiente)	VAZIOS (parques, áreas verdes e livres)	LIMITE DO MUNICÍPIO
	REPRESAS, LAGOAS E DIQUES	

Anexo 4 - Município do Salvador - Distribuição dos grandes equipamentos, pós década de 1920 até 1991



FONTE: Gordilho-Souza, Angela. *Limites do Habitar*, Tese de Doutorado, FAUUSP, 1999.

LEGENDA

OCUPAÇÃO ANTIGA (até década de 1920)	GRANDES EQUIPAMENTOS (áreas edificadas pós déc. 1920 até 1980) - Industrial, institucional, comércio e serviço	REPREHAS, LAGOAS E DIQUES
OCUPAÇÃO CONTEMPORÂNEA (1925-1991)	GRANDES EQUIPAMENTOS (áreas edificadas pós 1980 até 1991) - Industrial, institucional, comércio e serviço	SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
		VIA FÉRREA
		LIMITE DO MUNICÍPIO

Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea

*Antonio Albino Canelas Rubim **

Está por ser desvelada e desvendada a história contemporânea da Bahia, especialmente a que compreende o período do pós-guerra até o ano 2000. A restrita bibliografia existente volta-se para os aspectos econômicos. Os panoramas político e cultural apenas marginalmente foram analisados. A comunicação e a mídia, dentre eles, encontram-se nesse mundo esquecido. Tentar resgatar sua história, seus enlaces com a sociedade e, em especial, com a cultura, torna-se um esforço desmedido, pois necessário se faz inventar praticamente toda essa história.

Antes de enfrentar o desafio, algumas premissas gerais emergem como necessárias. A imprescindível conexão, na atualidade, entre a comunicação e sua modalidade midiática e a cultura deve, de imediato, ser afirmada. O surgimento, de modo substantivo, da comunicação midiática no século XIX, e seu fabuloso desenvolvimento no século XX articularam intimamente comunicação (midiática) e cultura. As mídias, em sua ecologia da comunicação, conformaram um circuito cultural de grande potência e repercussão sociais. Tal circuito, quase sempre subsumido a uma lógica de indústria cultural, transformou-se mesmo no circuito cultural dominante nos países de capitalismo avançado, suplantando outras dinâmicas de organização da cultura, tais como a escolar-universitária e a popular. Mesmo não tendo adentrado o pequeno círculo do capitalismo avançado, o Brasil, pelo menos desde os anos 70, está instalado, não sem tensões, nessa situação cultural. Em síntese, a mídia confor-

ma, de modo crescente, uma cultura de modalidade peculiar, interditando a possibilidade de ser pensada sem referência à cultura, e essa cultura plasmada pela mídia, em sua interação com ambientes societários nacionais e internacionais, apresenta-se como a dominante no horizonte cultural internacional e, em especial, brasileiro.

Outro conexão essencial, inclusive para a confecção desse texto, deve ser enunciada: a igualmente necessária articulação entre comunicação, em sua modalidade mídia, e formatação da sociabilidade contemporânea. Se a comunicação midiática emergiu no período tardio da modernidade, a potência de sua intervenção societária se faz sentir no contemporâneo, quando redefine modos de ser, estar e viver no mundo. A contemporaneidade deve ser entendida como uma (singular) sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia.¹ O nexo entre comunicação e sociedade, que sempre existiu, afirma-se como algo ainda mais imprescindível na espacialidade e temporalidade contemporâneas.

Se a comunicação sempre ocupou um lugar essencial para a conformação, convivencial e imaginária, do local, também não se deve esquecer seu imprescindível desempenho para configurar o nacional, para construir as “comunidades imaginadas” que aparecem como substrato de sentido que tece a nação. Cabe aqui pensar na ativação do livro e das literaturas para construir as nações européias e o lugar do cinema na moldagem da nacionalidade norte-americana. Além dessa atividade de constituição do local e do nacional, hoje a comunicação,

em especial em sua feição midiaticizada, tornou-se um dos artefatos fundamentais para viabilizar a fabricação do global, uma das marcas essenciais da contemporaneidade. Em verdade, o mundo contemporâneo, em íntima conexão com a comunicação e sua versão midiática, deve ser formulado como “glocalidade”, isto é, como conjunção, tensa, entre fluxos culturais locais e globais, possibilitado, dentre outros procedimentos, pela comunicação midiaticizada.²

As três premissas elencadas acima permitem antever os contornos a serem perseguidos pelo itinerário deste texto. Busca-se compreender a comunicação e a mídia na Bahia contemporânea em seu imanente relacionamento com a cultura, a sociedade e a atualidade.

Chegar à Bahia

A aproximação da Bahia contemporânea requer um marco de entrada. No ano em que comemoramos os 50 anos de televisão no Brasil e 40 anos de TV na Bahia, pode ser sugestivo retornar ao passado nos instantes que circunstancializam a introdução dessa mídia tão vital para a configuração social e cultural do País na atualidade. Na Bahia, a marca desses anos está expressa através das noções de modernidade e modernismo cultural, em seu sentido (re)significado por Antonio Cândido, de movimento cultural não-redutível a sua dimensão meramente estética.³

A modernização e o modernismo cultural operaram naqueles anos sobre uma sociedade arraigadamente tradicional. A ex-capital brasileira, decadente em um patamar socioeconômico, vive uma atmosfera de melancólica “boa terra”. A industrialização e a urbanização, traços imanentes do acelerado processo de mutação em curso no século XX brasileiro, em especial a partir da década de 30, não atingiam a Cidade da Bahia que, imune ao progresso, mantinha sua “aura” de ex-capital com seu “malemolente” ritmo, natureza e hospitalidade baianos. À margem do progresso capitalista, a Cidade da Bahia pode ser (re)conhecida como “boa terra”, como lugar preservado dos agitados e perigosos efeitos da industrialização e urbanização avassaladoras que, ao construir e destruir “coisas belas”, como canta Caetano Veloso, produzem riqueza,

mas também incertezas, miséria, ritmo desumano, neuroses. Sem poder usufruir das dimensões positivas do progresso, a cidade (en)canta a preservação nostálgica de uma época passada de riquezas, longe da modernidade, tomada como nefasta.

Sua elite, imbuída de valores enraizados na tradição e instalada em uma cultura de academias, muitas vezes ornamental, como diria Carlos Nelson Coutinho,⁴ cultuava uma oratória rebuscada, um comportamento preenchido por formalidades e um conhecimento carregado de um verniz de erudição enciclopédica. A cultura das letras e das belas artes reforçava a depressão do trabalho, considerado pelos “brancos” quase sempre como tarefa dos subalternos, na sua imensa maioria excluídos do predominante universo cultural, fortemente elitista, e imersa em uma cultura negra de origem africana, subterrânea naquela sociedade desigual. Nesse paradeiro e com esse movimento subterrâneo, a Bahia suportou seus cem anos de solidão, essenciais para a conformação da sua negritude e, em consequência, da sua atualidade sociocultural, como observou Antonio Risério.⁵

Nessa sociabilidade quase comunitária de uma cidade de dimensões e população reduzidas (por volta de 200 mil habitantes em 1940), marcada pela convivialidade cotidiana e severa de “brancos” e “pretos”, a comunicação interpessoal encontra espaço de realização, apesar das fortes segregações existentes. As comunidades que dilaceram e formatam a cidade mostram-se como lugares, por excelência, do fortalecimento da convivência e da comunicação entre pares que se (re)conhecem. As tradições comunitaristas, especialmente as populares, reforçam esse ambiente, no qual a comunicação presencial se realiza adequadamente. Não existem complexidades e dimensões que reivindiquem a necessidade de outras modalidades de comunicação. Um embrionário rádio convive com os jornais, de longos narizes de cera, de linguagem mais literária que inscrita em uma formatação jornalística.

Essa sociedade arcaica, com consistentes tradições e distinções, demonstra sua força pela resistência que opõe à modernização e ao modernismo cultural, tanto no âmbito das elites “brancas” quanto naquele dos segmentos populares. As tentativas de abertura para a modernidade são rechaçadas com o vigor dos valores arraigados e o peso de uma cul-

tura instalada. A reduzida bibliografia existente, por exemplo, aponta a difícil trajetória de implantação do modernismo artístico na Bahia.⁶ Quase três décadas de atraso tem esse percurso, comparando-se ao itinerário do modernismo no Brasil.

A agitação modernizante e modernista do pós-guerra e, especialmente, dos anos 50, se de um modo expressa esse retardo moderno, de outro mostra uma velocidade, uma desenvoltura e uma agitação que impressionam. O já chamado “renascimento baiano” não por acaso encanta os olhares contemporâneos e permite na escassez da bibliografia um verdadeiro oásis de estudos e pesquisas⁷. A diversidade e riqueza dos movimentos abarcados pela modernização e pelo modernismo cultural justificam em plenitude essa plêiade de trabalhos. Um rápido retrospecto do efervescente momento se justifica, ainda que com o risco de apenas repetir-se o conhecimento já acumulado sobre aquele instante marcante da sociedade e da cultura na Bahia.

Devem ser lembrados aqui movimentos como a presença de Anísio Teixeira, secretário de Educação e Saúde do governo Octávio Mangabeira, com sua Escola Parque, com o apoio à pesquisa através de uma quase pioneira Fundação de Desenvolvimento da Ciência, com sua política de incentivo à cultura; Thales de Azevedo, um dos fundadores da investigação social moderna na Bahia, e os pesquisadores por ele trazidos de outros países para estudar a Bahia; Walter da Silveira e seu Clube de Cinema da Bahia, que atualizou cinematograficamente a cidade e permitiu uma rica e internacional cultura de cinema, essencial para o surgimento de uma cinematografia baiana na virada dos anos 50 para os 60; os *Cadernos da Bahia*, revista literária e de artes plásticas, que na passagem dos anos 40 para os 50 moderniza a cultura na Bahia; o retorno ao lar dos artistas plásticos Mário Cravo, Carlos Bastos e Genaro de Carvalho, trazendo de suas experiências no exterior um estoque de novidades que, mescladas ao universo simbólico baiano, permitiram alavancar o modernismo cultural baiano em um contexto tão resistente; a confluência de um conjunto variado de estrangeiros desgarrados e cul-

tos, como Pierre Verger, Carybé, Lina Bo Bardi, que, encantados com a cultura local, confeccionam suas obras e reflexões e fazem os baianos atentar para uma riqueza que, muitas vezes, não parecia ter a dignidade de ser reconhecida como cultura.

Mas se todas essas e outras iniciativas, infelizmente aqui não anotadas, emergem como vitais para a inauguração do modernismo cultural na Bahia, a atitude da Universidade da Bahia, se não inauguradora, foi indubitavelmente a de maior peso insti-

tucional para a consolidação e mesmo radicalização desse novo ambiente cultural, reconfigurado pelo moderno, com já assinalamos em trabalho anterior.⁸

A Universidade da Bahia, sob a tutela do reitor Edgar Santos – considerado seu déspota esclarecido⁹ – naqueles anos, tem vigorosa ressonância sobre a cultura e sociedade baianas, colocando-se de modo majoritário em sintonia com

a corrente modernista baiana. O investimento da Universidade nas artes aparece, sem mais, como primeiro aspecto a ser abordado. De modo singular no quadro universitário brasileiro, a Universidade da Bahia naqueles anos 50 e 60 cria a primeira escola universitária de Dança no País, com uma opção pela dança moderna, sob a orientação da polonesa Yanka Rudzka; inaugura uma das primeiras escolas de Teatro de nível universitário, dirigida por Martim Gonçalves; promove e institucionaliza os Seminários (Livres) de Música. As três pupilas do senhor reitor, como se tornam conhecidas as escolas de arte, realizam uma grande agitação artística na cidade, com todo o apoio do reitor, expresso em verbas, convênios e contratação de inúmeros professores, muitos deles estrangeiros, todos eles aliados ao processo de renovação e criatividade culturais que dava o tom na atuação artística da Universidade.

O modernismo da Universidade não se circunscreveu ao campo artístico. Inscrito em uma dimensão alargada ele teve impacto profundo em outros campos da cultura. A inauguração da Geociências, em associação estreita com a Petrobras, aponta para uma modernização no campo científico e tecnológico. Em outra dimensão, a Universidade, por exemplo, moderniza a investigação e pensamento

A agitação modernizante e modernista do pós-guerra e, especialmente, dos anos 50, se de um modo expressa esse retardo moderno, de outro mostra uma velocidade, uma desenvoltura e uma agitação que impressionam.

sociais. O Laboratório de Lingüística, dirigido pelo professor Nelson Rossi, inova e, com seu Atlas dos Falares Baianos, realiza um primeiro experimento nessa área no Brasil. Milton Santos comanda o Laboratório de Geomorfologia e Urbanismo, que realiza estudos inovadores sobre a cidade e seus arredores. George Agostinho, com o decisivo apoio do reitor, cria o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) que, atento aos países africanos, volta-se rapidamente para a cultura afro-baiana e passa a estudá-la e colaborar de modo significativo com ela. Com isto, constrói-se uma ponte vital, ainda que circunscrita, entre a Universidade e essa cultura quase subterrânea. Conexão que certamente teve um papel essencial para a confecção, o amadurecimento e a posterior explosão das manifestações afro-baianas.

Também os estudantes secundaristas e universitários movimentam. Em 1956, Glauber Rocha, Fernando Peres, Paulo Gil Soares, Calasans Neto e outros estudantes do Colégio Central da Bahia inventam as *Jogralescas* e, um ano depois, publicam a revista *Mapa*. Em 1950, a revista cultural *Ângulos* é publicada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Faculdade de Direito, promovendo uma ampla discussão de temas e teorias sociais. O Centro Popular de Cultura da UNE instala um dinâmico núcleo local, do qual fazem parte, dentre outros, o cineasta Geraldo Sarno. O movimento estudantil mantém afinidades com esse movimento universitário e societário de modernismo cultural, ainda que também divergências, já que, muitas vezes, a impregnação cientificista, própria da esquerda da época, entra em choque com o suposto caráter artificizante da atuação do reitorado.

Todo esse investimento da Universidade da Bahia e de seu reitor, um membro da elite baiana, não pode deixar de ser considerado quando se reflete sobre a consolidação do modernismo em uma paisagem cultural tão fortemente conservadora. Sem a presença dessa prestigiada instituição, dificilmente o modernismo se implantaria de modo tão sólido e, por vezes, tão radical, dado que a Universidade da Bahia permitiu não só a introdução das aquisições modernistas já efetivas no País – no eixo Rio de Janeiro-São Paulo principalmente – mas a de um complexo conjunto de conhecimentos e produções modernas e vanguardistas vindas direta-

te da Europa e dos Estados Unidos, fazendo com que a província da Bahia tomasse ares mais cosmopolitas, acelerando e radicalizando o seu próprio modernismo cultural.

A (privilegiada) articulação nacional e internacional aparece como um diferencial ainda mais importante, se considerarmos que a política cultural predominante na esquerda e nos setores progressistas tornava-se cada vez mais influente nas universidades e que essa política tendia a uma afirmação do nacional (popular) em detrimento do “cosmopolitismo”. Em tempos de nacional-popular, a Bahia teve a oportunidade ímpar de também ter acesso ao internacional, muitas vezes antagonizado em outros ambientes político-culturais no Brasil.¹⁰ Esse aspecto certamente não pode ser menosprezado na análise das revisões propiciadas por baianos na cultura brasileira nos anos 60. Basta lembrar o papel de Glauber Rocha no Cinema Novo e na sua revisão crítica com *Terra em Transe* (1967), e o de Caetano Veloso, Tomzé, Gilberto Gil, Capinam, Rogério Duarte com o Tropicalismo, que sintonizou singularmente a música e as artes plásticas brasileiras com os fluxos culturais contemporâneos, renovando de modo significativo os parâmetros artísticos vigentes no País.

A dinâmica modernizante abarca o Recôncavo baiano. O petróleo e a Petrobras reanimam a economia e trazem para a Bahia a promessa extasiante do progresso. Modernas classes e setores sociais instalam-se na região. Os serviços se ampliam.¹¹ A Cidade da Bahia se agita e se reinventa. Essa onda modernizante, ainda que com forte tendência ao enclave, ao colocar a cidade, paralisada no início do século XX, em movimento de ampliação espacial e populacional, redefine as necessidades sociais de comunicação e as modalidades de interação vigentes na tessitura urbana. Reconfiguram-se os meios de comunicar já existentes e nascem novas e modernas mídias. O *Jornal da Bahia*, fundado em 1958 por João Falcão, empresário proveniente do Partido Comunista Brasileiro, promove uma renovação do jornalismo baiano. A equipe do jornal reúne velhos jornalistas militantes comunistas e jovens intelectuais em uma experiência criativa e renovadora. O antigo *Diário de Notícias*, um dos jornais baianos dos Diários Associados, passa a publicar, em 1950, um suplemento cultural — o SDN — atento ao mo-

dermismo e ao desenvolvimento da cultura local. Dirigido inicialmente por Lina Bo Bardi, o suplemento posteriormente tem o comando de Glauber Rocha. Com ele, toda uma geração de jovens intelectuais pode participar ativamente da criação e do debate crítico do modernismo cultural baiano, brasileiro e internacional.

A antiga predominância da cultura das letras começa a ser impactada pela cultura da era da imagem, em um trânsito fundamental do antigo e do tradicional para uma dimensão simbólica instalada culturalmente entre o moderno e o contemporâneo. O cinema era a principal atividade de lazer em Salvador, especialmente nos anos que antecederam a chegada da televisão. Tanto que a concentração varejista da segunda metade da década de 50 na Cidade Alta encontra-se intimamente ligada à grande concentração de cinemas do local.¹² Num circuito mais restrito, o Clube de Cinema da Bahia de Walter da Silveira, os jovens tiveram acesso ao cinema internacional e nacional, bem como à sua crítica, elaborada por jovens autores internacionais e nacionais. Mais que isso, eles inventaram de fazer cinema na Bahia. A Escola Baiana de Cinema, como denominou o crítico e pesquisador André Setaro, posicionou a imagem como eixo cultural primordial para a renovação da cultura baiana.¹³

A inauguração, em 1960, da primeira emissora de televisão da Bahia, a TV Itapoan, de propriedade dos Diários Associados, foi, sem dúvida, outro passo vital na constituição dessa nova cultura, marcadamente imagética. A televisão Itapoan foi precedida de duas transmissões, em 8 e 9 de dezembro de 1956, em que foram transmitidas uma missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia e um show com os artistas da Rádio Sociedade, respectivamente. Para as transmissões foram colocados aparelhos receptores na Praça da Sé, Viaduto, Ajuda e Adjacências. Uma “incalculável multidão”¹⁴ se aglomerou para ver o grande espetáculo, o primeiro passo para uma campanha direcionada à população e, principalmente, a comerciantes e possíveis acionistas, a fim de convencê-los dos prazeres e da viabilidade comercial da televisão.

Finalmente, em 19 de novembro de 1960, a TV Itapoan é inaugurada, num evento em que cerca de 20 mil pessoas visitam as instalações da emissora.

Nesse dia, vai ao ar o seu primeiro programa oficial, do qual participam Dorival Caymmi, João Gilberto, Gilvan Sales e Hebe Camargo, abrindo um curto, mas significativo período de transmissão, que, por imposição do “ao vivo”, privilegia a cultura local. Nessa primeira fase de funcionamento, a transmissão permanecia no ar de segunda a sábado, das 19 às 21:55h, e, aos domingos, das 15:30 às 22h. O impacto da televisão pode ser medido por acontecimentos como o protesto, anos depois, de todos comerciantes de Salvador contra a transmissão da telenovela “O Cara Suja” às 17h, tida como motivo do esvaziamento do comércio, antes tão movimentado naquele horário.¹⁵

A presença dessa renovada ecologia das mídias revela as novas necessidades derivadas das conformações (modernas) da sociedade baiana e soteropolitana, ainda que tal modernidade fosse desigual, circunscrita e muitas vezes fortemente injusta, devido à característica de enclave e à intensa exclusão social e cultural prevalecente na sociedade baiana.

Mas se as mídias apontavam para essa modernização societária, elas tinham seu funcionamento inscrito, em razoável medida, na dinâmica da cultura local. Esse dado parece essencial para entender os circuitos culturais que então se configuravam na Bahia. Os jornais estavam abertos e alguns deles mesmo tomados pelos jovens intelectuais que (re)criavam a Bahia, inexistindo qualquer fosso entre essas mídias e a cultura. Antes, cabe assinar a interação dos jornais ou, pelo menos, de parte deles, na dinâmica cultural baiana, seja através da divulgação dessa cultura, seja pelo debate crítico de suas obras e seus contextos. Publicações que, juntamente com as revistas culturais existentes, podem mesmo ser consideradas pontos vitais de aglutinação desse pensamento renovador e de seus jovens intelectuais. A incipiente profissionalização da cultura e do jornalismo permitia então essa acolhida, o papel social simultâneo de criador cultural e jornalista; enfim, esse trânsito facilitado entre jornalismo e cultura (local).

Também o rádio e a recém-inaugurada televisão mantinham essa relação com a cultura baiana e seus autores. A Rádio Sociedade da Bahia, emissora dos Diários Associados, possuía um amplo elenco de “trabalhadores culturais” em seu quadro

funcional para viabilizar seus programas de auditório, suas radionovelas, seu jornalismo, etc. Praticamente todas as emissoras possuíam auditórios e pessoal para viabilizar sua programação quase exclusivamente constituída de produção local. Na (única) televisão acontecia algo similar. Alguns exemplos podem demonstrar essa circunstância: Gilberto Gil e outros músicos baianos apresentavam-se em programas na TV Itapoan, como o famoso “Escada para o Sucesso”; um programa de teleteatro, com pessoal da Escola de Teatro e Yoná Magalhães, vivendo, no período, na Cidade da Bahia, também era exibido no primeiro canal de televisão do Estado. A produção e geração local de programas televisivos, em uma época heróica da história da televisão no País,¹⁶ permitiam essa interação com a cultura e os criadores baianos, tão vital para a dinâmica cultural local.

Desse modo, constituía-se um peculiar complexo cultural na Bahia. Havia uma cultura academizante e oratória da tradicional elite baiana que, ainda forte, era posta em cheque pela rebeldia dos modernos e pelo seu caráter de privilégio social. Uma cultura popular marcada por duas tradições – uma, “nordestina”, do sertão, e outra, de matriz africana – muitas vezes sem conexões e intercâmbios que pudessem viabilizar uma cultura popular mais larga e consolidada junto à população. Essas culturas populares mantinham relações muito distintas com as outras dinâmicas culturais existentes. Enquanto a cultura do sertão era reivindicada pelos setores desenvolvimentistas de esquerda como o estoque popular na construção de uma cultura nacional-popular, aquela de raiz negra, potente, mas subterrânea, era desconsiderada inclusive por esses jovens intelectuais, quando não difamada/diminuída/subestimada por preconceitos sociais e culturais dominantes, que pretendiam reduzi-la a gueto. Um filme como *Barravento* (1961), concluído por Glauber Rocha, expressa liricamente e de modo ambíguo esses preconceitos contra a cultura negra,¹⁷ tomada como ópio do povo, mas mostrado no filme com encantamento (visual). Uma cultura moderna muito recente, limitada a alguns segmentos sociais – setores médios – mas agitada

e em desenvolvimento. Uma incipiente cultura midiaticizada, ainda destituída de uma lógica produtiva específica e, portanto, aberta à permeação da cultura moderna.

Dentre os autores dessa cultura moderna podem ser destacados os jovens criadores culturais de uma geração singular, que reunia nomes como Glauber Rocha, Geraldo Sarno, Othon Bastos, Luiz Carlos Maciel (gaúcho radicado na Bahia), Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam, Tomzé, Gal Costa,

Maria Bethânia, Raul Seixas, João Ubaldo Ribeiro, Sônia Coutinho, Florisvaldo Matos, Rubem Valentin, Mário Cravo, Calasans Neto, Muniz Sodré, Carlos Nelson Coutinho, Diógenes Rebouças, dentre outros. Uma geração que tinha o privilégio de ter como interlocutores na construção do modernismo cultural baiano figuras como Lina Bo Bardi, Pierre Verger, Carybé, Jorge Amado,

Walter da Silveira, George Agostinho, Martin Gonçalves, Yanka Rudzka, Ernst Widmer, Walter Smetak, Hans Joachim Koellreutter e tantos outros. Esse traço de abertura e possibilidade de interação entre a cultura moderna e as mídias apresenta-se como essencial para entender a circunstância cultural baiana de então. O apoio dado por Odorico Tavares, diretor do poderoso grupo dos Diários Associados, ao modernismo cultural na Bahia surge como sintomático dessa convergência potencial.

Sair da Bahia

O desenvolvimento desse sistema sociocultural será obstruído em um primeiro momento pelo golpe militar de 1964. O impacto brutal e imobilizador do golpe sobre o movimento cultural baiano deve ser aqui afirmado, inclusive por comparação ao que ocorre no eixo Rio de Janeiro–São Paulo. A repressão imposta pelos militares praticamente aborta o movimento baiano, enquanto, naqueles estados, paradoxalmente, permite uma rica floração cultural “tardia”, porque obriga os intelectuais à resistência, verificando-se o desenvolvimento de manifestações político-culturais, inspiradas ainda no ideário nacional-popular e derivadas, por conse-

A produção e geração local de programas televisivos, em uma época heróica da história da televisão no País, permitiam essa interação com a cultura e os criadores baianos, tão vital para a dinâmica cultural local.

guinte, do contexto sociopolítico anterior a 1964. O golpe não consegue interditar o movimento cultural daqueles estados centrais, apesar de atualizar seu engajamento, deslocando-o das reformas de base para uma resistência à ditadura militar.¹⁸ Na Bahia, não. O golpe desestrutura e inibe o ambiente e o movimento. Uma parcela considerável desses jovens intelectuais e agitadores culturais, sem alternativa, sai da Bahia e se estabelece no Rio de Janeiro e São Paulo, destinos, aliás, quase naturais daqueles que produzem cultura naquelas décadas, mesmo em circunstâncias normais, devido aos limites do campo cultural restrito.

Ao êxodo de parte significativa desses criadores, deve ser somada a saída de Edgar Santos da reitoria da Universidade da Bahia, em 1961. Tais acontecimentos deprimem sobremodo a dinâmica baiana, colocando o Estado em uma situação muito difícil culturalmente.

Afora as múltiplas manifestações acontecidas no Teatro Vila Velha no imediato pós-golpe, muito pouco restou da antiga agitação cultural na Bahia.

Para isso também contribui a modernização da Cidade da Bahia. A inauguração das chamadas “avenidas de vale”, transformando a configuração espacial e visual, de vias adequadas ao ritmo dos automóveis e da cidade que se move, produz a dilaceração e a paulatina desativação do seu centro, território vital do encontro entre cultura e boêmia, tão marcante e produtivo na época,¹⁹ não só para a capital baiana, mas igualmente para movimentos culturais ambientados em outros lugares em um período histórico aproximado. O exemplo de Paris parece notável na sua formidável convergência entre vida cultural e boêmia em meados do século XX²⁰ Esse território vital do centro da Cidade da Bahia sofre o impacto simultâneo do deslocamento de órgãos públicos estaduais para o recém-constituído Centro Administrativo, na avenida Paralela; da criação de novos pólos comerciais, como o Shopping Iguatemi, e do distanciamento das atividades de lazer, especialmente das noturnas, para a orla de Salvador, rompendo a tessitura espacial e simbólica entre as atividades culturais (cinemas, teatros, galerias, livrarias, unidades e auditórios da

Universidade, etc.), ainda realizadas no centro, e o divertimento e lazer, agora situados na orla marítima da cidade.

A reforma universitária de 1969, patrocinada pela ditadura militar, também contribuiu para a depressão do papel cultural da Universidade, que passa a se chamar Federal da Bahia. A ênfase modernizante e cientificista inscrita na reforma reduz os espaços institucionais e o investimento da entidade no campo cultural, em especial nas áreas de artes, letras e humanidades.

A ênfase modernizante e cientificista inscrita na reforma universitária reduz os espaços institucionais e o investimento da entidade no campo cultural, em especial nas áreas de artes, letras e humanidades.

As escolas de Dança, Teatro e Música, por exemplo, perdem autonomia e passam a compor a Escola de Música e Artes Cênicas. Desativam-se diversos centros de estudos, muitos deles destinados ao estudo de línguas e culturas estrangeiras. Esse verniz cientificista, entretanto, não produz uma efetiva cultura técnica, também necessária ao contexto baiano, em interação

com a industrialização que acontecia no Estado, com a implantação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari, ambos limitados pela persistência do caráter de enclave desses empreendimentos.

Ao lado desses fatores de depressão do circuito cultural baiano, um outro, situado em um patamar nitidamente comunicacional, não pode ser esquecido: o acelerado desenvolvimento da comunicação midiática no Brasil, incentivada inclusive por políticas de comunicações implementadas pelos militares.²¹ Essa expansão das comunicações permitiu a modernização das telecomunicações no País, a implantação de um sistema de aparatos sociotecnológicos de comunicação midiática, tendo à frente a televisão, e a emergência de uma cultura midiática, orientada por uma lógica de produção de indústria cultural, na qual, grosso modo, se concebe a cultura como integralmente mercadoria. Isto é, como mercadoria desde sua produção e não só no momento de seu consumo. Essa cultura da mídia torna-se o circuito cultural dominante no País por volta dos anos 70.

A história dos festivais de música acontecidos na década de 60 e início dos anos 70 pode ser tomada como exemplar dessa mutação, como mônia-

da para a qual convergem as linhas de força mais relevantes na configuração de um movimento societário. Nascidos no ambiente do movimento estudantil e jovem, portanto, em um circuito cultural escolar-universitário, os festivais passam para a televisão. Na extinta TV Excelsior e, depois, na Record, os festivais aparecem ainda como produtos híbridos derivados e disputados por uma lógica produtiva televisiva, com padrões de indústria cultural ainda em formação, e por uma lógica político-cultural, inspirada no movimento estudantil e de contestação vigente na época. Esse hibridismo marca os festivais em sua fase mais viva, na qual as disputas musicais rapidamente transformam-se em disputas políticas, como aconteceu em embates memoráveis entre os partidários de Caetano Veloso (e sua música *É proibido proibir*, um dos lemas famosos das manifestações estudantis na França) e de Geraldo Vandré (com a sua música, quase hino, *Pra não dizer que não falei das flores*).²² O final da trajetória dos festivais, em direção a uma produção subsumida a uma lógica produtiva de indústria cultural, acontece com os festivais internacionais da canção da Rede Globo. Estava assim concluído o percurso dos festivais, de modo análogo ao movimento da cultura brasileira naqueles anos: do predomínio cultural do circuito universitário-estudantil para o predomínio de outro circuito, estruturado pela mídia e sua cultura, no qual ambas estão subordinadas a uma lógica de indústria cultural.

A implantação de um procedimento de produção cultural inscrito e próprio da mídia, governada pelo predomínio da lógica do lucro sobre uma lógica essencialmente cultural, tem impactos marcantes na dinâmica cultural baiana e das outras regiões periféricas brasileiras. A principal delas: implicou a concentração da produção da cultura midiaticizada, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e sua centralização por algumas indústrias de produção e difusão da comunicação e da cultura, com a Rede Globo de Televisão em lugar de destaque. Como consequência imediata, as emissoras locais e regionais passaram a funcionar quase como meras repetidoras de uma cultura midiaticizada nacional e internacional. Destituídas de sua atividade de produção e redefinidas como meros canais de intermediação, a nova situação midiática torna dispensável e “obsoleto” o pessoal empregado pelo(s) canais de comunica-

ção. A demissão de um número significativo de produtores culturais ligados às emissoras de televisão (e de rádio) tornou-se inevitável.

Na Bahia, desfaz-se o momento mágico. A Escola Baiana de Cinema naufraga. As iniciativas inovadoras nas áreas de dança e música definham em meio à falta de recursos. De um modo geral, quem ainda ficou na Bahia e persiste em fazer cultura tem que enfrentar a dura repressão da polícia, atenta a cada possível foco de insurreição contra o novo regime. Como no caso do teatro: na ocasião da estréia de *As Senhoritas* – que havia sido proibida em todo o País e foi montada pelo diretor Alvinho Guimarães – o Teatro Castro Alves foi invadido por policiais e os atores foram espancados e humilhados. Proibiram-se então, a todos os grupos baianos, ensaiar nas dependências do TCA, e houve um corte geral de verba para o teatro.²³ A Bahia que figurava como estrela da cultura nacional e até mesmo internacional era, cada vez mais, uma lembrança distante.

O funcionamento da cultura midiaticizada orientada por essa dinâmica mercantil própria de mídias submetidas à lógica de indústria cultural, não só concentra e centraliza a produção cultural, mas configura um tipo de cultura com padrões e modelos característicos, razoavelmente distintos daqueles prevalentes no circuito escolar-universitário. Essa conformação de uma específica cultura das mídias, a concentração no Rio e em São Paulo e a centralização da produção em empresas cada vez mais formatadas como oligopólios quebram a antiga interação possível entre culturas locais e regionais e as mídias, em especial a televisão, instaladas nos lugares periféricos ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo. A dinâmica que permitia o trânsito e mesmo a confecção da cultura nas mídias rompe-se, as culturas locais e regionais não mais têm (o vital) acesso a esses meios de comunicação. O impacto da instalação e predomínio, no País, de uma cultura midiaticizada, estruturada em uma lógica de indústria cultural, atinge profundamente as culturas regionais e, em particular, o movimento cultural baiano, somando-se aos fatores de depressão acima indicados. O colapso desse movimento cultural baiano no novo e hostil contexto político e social parece inevitável: a dinâmica da cultura parecia sair da Bahia e ser incorporada por uma lógica de

indústria cultural, estranha e exterior à sociedade baiana.

A televisão, nessa nova ecologia da comunicação no País e na Bahia, passa a ocupar um lugar de ponta, redefine essa ecologia comunicacional e, mais que isso, promove uma reorganização da cultura, colocando o circuito cultural midiático em situação de destaque e mesmo de predomínio, considerando todo o campo cultural no País e na Bahia.

O vazio cultural dos anos 70, simultâneo a esse processo de reorganização do panorama cultural pelo prevalência da mídia televisiva e da cultura midiática, também marcou o País, submetido à censura e à ditadura militar. Mas o vácuo baiano certamente se expressou com mais profundidade. Além de ter se iniciado imediatamente após o golpe de 1964, portanto, com antecedência frente ao período dito de vazio cultural nacional, conheceu um êxodo de talentos, refugiados por motivos políticos e econômicos em um primeiro momento no eixo Rio-São Paulo; por fim, não conseguiu acompanhar essa nova dinâmica, subsumida a uma lógica de indústria cultural, e estruturar em terras baianas uma cul-

tura midiaticizada. Aliás, isso teria sido quase impossível, não só pela retração anterior do movimento cultural baiano, como também e principalmente pelo caráter concentrador e centralizador que assumiu a construção da indústria da comunicação e da cultura midiaticizadas no Brasil, com o incentivo deliberado dos governos militares.

A fragilidade da mídia na Bahia deve ser acrescentada a esse conjunto de condições que inviabilizavam a constituição, no Estado e naquele período,

de uma cultura midiaticizada, organizada em padrões de indústria cultural. O incipiente desenvolvimento da mídia baiana derivava de sua inscrição em uma sociedade com forte desigualdade e exclusão sociais, vinda de uma recente paralisia econômica, com uma tênue industrialização e uma população majoritariamente rural, e uma modernização circunscrita espacialmente, em um Estado que comportava ainda muitas dimensões arcaicas. Imersa nessas circunstâncias limitadoras, coube à Bahia

desenrolar, em papel subordinado, a comunicação e a cultura midiáticas. A vagarosa inauguração de outros canais de televisão no Estado, parece um

A televisão passa a ocupar um lugar de ponta, redefine essa ecologia comunicacional e, mais que isso, promove uma reorganização da cultura, colocando o circuito cultural midiático em situação de destaque e mesmo de predomínio, considerando todo o campo cultural no País e na Bahia.

Quadro 1 - Emissoras de Televisão na Bahia Contemporânea*

Emissora	Canal	Cidade	Fundação	Rede a que é afiliada	Programação rede/local (%)
TV Bahia	11	Salvador	1985	Globo	93/7
TV Itapoan	5	Salvador	1960	Record	90/10
TV Aratu	4	Salvador	1969	SBT	75/25
TV Bandeirantes	7	Salvador	1974	Bandeirantes	70/30
TVEducativa	2	Salvador	1985	TV Cultura	70/30
TV Subaé	10	Feira de Santana	1988	TV Globo	93/7
TV Oeste	5	Barreiras	1991	TV Globo	93/7
TV Cabralia	9	Itabuna	1987	TV Record	90/10
TV Santa Cruz	4	Itabuna	1988	TV Globo	93/7
TV Norte	7	Juazeiro	1988	TV Globo	93/7
TV Sul Bahia	4	Teixeira de Freitas	1996	SBT	90/10
TV Sudoeste	5	Vitória da Conquista	1990	TV Globo	93/7

* Fonte: Anuário de Mídia 1997 (atualizado pelo pesquisador)

bom indicador dessas limitações.

A letargia somente aparece como ameaçada com a instalação da *TV Aratu* em 1969, que incorpora o Estado ao processo de formação e expansão acelerada do império da Rede Globo, e com a inauguração, no mesmo ano, do jornal *Tribuna da Bahia*. Esse diário, chefiado pelo jornalista Quintino de Carvalho, promove uma significativa renovação do jornalismo baiano, com novos padrões de textos e coberturas, com uma apresentação gráfica inovadora e com sua produção em *off-set*, estimulando uma modernização dos outros jornais baianos.

A obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, inscrito na Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e a formação universitária de profissionais de jornalismo realizada pelo Curso de Comunicação da Universidade Federal da Bahia incentivaram a profissionalização dos trabalhadores envolvidos com a comunicação midiática. A exigência do diploma e o aporte de uma formação especializada, somada à paulatina profissionalização simultaneamente acontecida no campo cultural, produzem, como ocorre em outros ambientes societários, uma distinção mais demarcada entre jornalistas, intelectuais encarregados da difusão cultural, e os intelectuais propriamente criadores da cultura, rompendo, para o mal e para o bem, a simbiose característica da fase heróica e amadorística do jornalismo baiano. Nela, a seleção de “jornalistas” se fazia com base em critérios diversificados e gerais, que contemplavam desde uma proximidade com o domínio da (boa) escrita, em um jornalismo de acentuado pendor literário, até a proximidade dos laços de parentesco, de amizade ou de afinidade política existentes. Com as profissionalizações distinguem-se intelectuais criadores e intelectuais divulgadores, para usar uma terminologia de Antonio Gramsci,²⁴ e institui-se um novo funcionamento para o sistema cultural, agora mais complexo e com papéis sociais mais nítidos.

(Re)Inventar a Bahia

Quando a dinâmica cultural baiana parecia obstruída por esse conjunto de fatores, encontrando-se paralisada e em aparente descompasso com a modernização (conservadora e excludente) que acontecia no País, no Estado e na cidade, e a consolida-

ção de uma cultura midiática nacional, dada a singularidade brasileira no panorama internacional, acenavam como processos inevitáveis para conformar a história da cultura e da comunicação na Bahia, um subterrâneo movimento eclode em um espaço e tempo destinado às inversões: o carnaval. A presença do bloco Ilê Aiyê, formado somente por negros, no carnaval de 1975, provoca agressivas reações da elite “branca”, inclusive através de algumas de suas mídias, como é o caso do jornal *A Tarde*.²⁵ Mas aquele que parecia ser apenas um bloco (maldito) nesse momento extraordinário de tolerância e festa chamado carnaval, em verdade significou a ponta (afiada) de uma imenso *iceberg*, que, rompendo barreiras sociais e os guetos onde estava aprisionado, iria emergir nos anos seguintes, em especial na década de 80, e se espalhar por toda a sociedade e cultura baianas.

O alicerce desse quase invisível universo cultural de descendência africana deriva da persistência de um enorme continente de comunidades, socio-culturais e religiosas, que tecem uma formidável teia de convivências e, por conseguinte, uma tentacular rede de comunicação e cultura, cuja capilaridade permeia toda a Cidade da Bahia e regiões fronteiriças. A permanência vigorosa dessa tessitura comunicacional e cultural, em um ambiente societário perpassado de modo cada vez mais intenso por redes de comunicação e cultura midiáticas, expõe uma das singularidades da Cidade da Bahia, ainda que essa persistência possa também ser atribuída à imensa exclusão social existente no Estado e na cidade. Tal exclusão impõe e reforça um modo de vida “comunitário”, marcado por relações sociais primárias e pessoalizadas, porque cria obstáculos à integração em plenitude da maioria da população à sociedade, com tudo que isso implica, para o mal e para o bem, em termos de individuação, interações impessoais e formais, ressignificação de relações sociais e redefinição de modos de vida.

Independentemente da discussão acerca dos fundamentos da manutenção dessa poderosa teia de convivências, impõe-se a singularidade da Cidade da Bahia. Nela, é constituída uma contemporaneidade produzida pela forte mestiçagem de traços tradicionais e modernos; pela coexistência de modalidades e teias de comunicação convivenciais e televisenciais, com a vivência à distância possibili-

tada pelas mídias; enfim, pela presença de uma cultura local – entranhada em um essencial território simbólico – e de uma cultura globalizante, marcada por fluxos e estoques simbólicos desterritorializados. Tais conjunções incorporam e desenvolvem estoques, fluxos e composições que produzem a síntese cultural única chamada Bahia.

A envergadura e consistência dessa teia, subterrânea e muitas vezes invisível, forjada por uma longa história de resistência, mas também de menosprezo, perseguição e desprezo, pode ser dimensionada pontualmente pela disseminação alcançada por determinadas músicas que tomam a cidade, prescindindo das redes midiáticas e mesmo do suporte disco, como aconteceu, para tomar dois exemplos em épocas bem distintas, com a canção *Faraó*, em 1986, e, mais recentemente, com *Agachadinho*, em 2000. Nesses casos, o suporte disco e as redes midiáticas foram acionados a reboque e na sequência do sucesso alcançado e construído através das teias de cultura e comunicação costuradas pela sociabilidade convivencial e mesmo comunitária que (também) dá forma e singulariza a Cidade da Bahia.

Mas essa enraizada capilaridade comunicacional e cultural não age apenas em dimensão pontual. Sua ação mais relevante acontece em plano macro-societário. A (re)invenção da sociedade baiana e a (re)significação que produzem uma quase identidade da cultura baiana como cultura afro-baiana ou afro-mestiça, certamente surgem como seu maior feito. A identidade cultural da Bahia contemporânea, marcadamente afro, deriva da afirmação e emergência do movimento negro em suas diversificadas manifestações, devendo muito à persistência da teia tentacular de comunicação e cultura que dá vida, faz interagir e configura esse recente registro identitário e (re)inventa a Bahia.

Por certo esse movimento encontra-se transpassado por feixes midiáticos intensos, mas está longe de ser um mero produto ou mesmo um produto principalmente forjado pela mídia. Uma explicação assim, simplista, unilateral e conspiratória, não pode apreender a complexidade imanente a essa configuração de cultura e identidade, em uma época histórica de identidades múltiplas possíveis.²⁶ Mas, em situação inversa, não se pode desconhecer nesse movimento a presença dos feixes

culturais midiáticos e da própria mídia, enquanto aparato sociotecnológico, que interage e também conforma esse novo momento cultural baiano. Da potente interação cultural entre essas manifestações comunitárias e convivenciais e a mídia, em verdade, nasce o atual e imaginado “Estado” chamado Bahia, através de complexo processo.

Como desconhecer que, dentre os dados culturais estimuladores da emergência da negritude, não se encontram apenas aqueles provenientes das “raízes africanas”, instaladas ou não na Bahia, mas igualmente manifestações de uma cultura negra que se impõe de modo cada vez mais notório ao sistema midiático, especialmente internacional. Foi, afinal, através do sistema midiático que os negros, extasiados com a moda *black power*, a filosofia *black is beautiful* e o ritmo *soul* de James Brown, deixaram de alisar os cabelos para “ficar como brancos” e passaram a usá-los soltos ou com bonés e chapeuzões; vestia-se também calça de cintura alta e boca larga, camisa látex e pisante (sapato) colorido. Como diz o dançarino Jorge Watusi: “A consciência veio como moda”²⁷.

Assim, um passo importante na direção da consciência negra foi dado através do sistema midiático, seja nas inspirações lembradas para o surgimento de blocos negros ou afoxés, como o Filhos de Gandhi, ou na febre das discotecas, que aportou na Bahia via o seriado de TV semanal que mostrava as coreografias do conjunto americano Jackson Five.²⁸

Nessa perspectiva, os diferenciados dados que compõem a cultura midiática, internacional e nacional, não podem ser considerados em bloco, como simplesmente estranhos ou mesmo só “alienantes”. Alguns desses componentes, mesmo minoritários e até incidentais, podem ser apreendidos e reintroduzidos em teias de sentido surpreendentes, que passam a animar manifestações de vigoroso conteúdo local. As interações entre os fluxos culturais globais e locais podem ser entendidas então em toda a sua complexidade e contradições possíveis, pois possibilitam desde uma imposição de valores hegemônicos exteriores até uma simbiose que, ao realizar a complementaridade entre dados culturais, permite o reforço de culturais alternativas. Essa constatação não pode, no entanto, obscurecer a correlação de forças desigual presente nessa

troca e o caráter majoritariamente impositivo da cultura midiática, associada intrinsecamente à cultura dominante.

Necessário se faz, inclusive, verificar como esses fluxos culturais não seguem uma ordem estrita de trânsito na mídia, como, por exemplo, figurar na mídia local, passando para a regional e seguindo para a nacional até chegar a um status internacional. O caso do Olodum e Paul Simon, que gravaram juntos a canção *The obvious child*, é ilustrativo: o Olodum saiu do local, expôs-se diretamente numa situação internacional, para, somente então, ganhar prestígio e legitimidade nacionais.

Outra essencial mutação acontecida em termos comunicacionais e culturais na Bahia diz respeito à reversão da tendência concentradora e centralizadora da lógica de indústria cultural no País. A potência da conjunção acontecida pode ser mais uma vez demonstrada pela instalação e desenvolvimento em terras baianas de uma produção musical poderosa, organizada em moldes de indústria da cultura e da comunicação. A “popização”²⁹ da “música baiana” com sua transformação em “axé music”, fenômeno posteriormente também ocorrido – em processo diferente, mas de resultado semelhante – com o pagode, distancia a música de seu universo cultural original, possibilita que ela, em sua nova embalagem, possa transitar com sucesso e atingir públicos maciços no Brasil e fora do País. Assim, da fusão do samba-reggae (já, em si, uma união do samba duro do Ilê Aiyê com a forte influência jamaicana) com o chamado “frevo baiano”, tocado em cima dos trios elétricos na época, surge a axé music,³⁰ um estilo musical que utiliza instrumentos harmônicos, porém é altamente percussivo e tem como padrão uma banda com muitos integrantes, mas capaz de fazer turnês e tocar em palcos ou trios – bem diferente das baterias de bloco afro, que tornavam cada um desses atos, senão impossíveis, uma odisséia.

Enquanto, no Brasil, consuma-se um processo de concentração e centralização ao instalar-se a lógica de indústria cultural, assistimos hoje, na Bahia, o desenvolvimento de uma indústria da música, que entra em contradição e mesmo reverte, ainda que localizadamente, aquele movimento concentrador e centralizador. A possibilidade de realização de uma lógica de indústria cultural no País,

fora do eixo Rio-São Paulo, aparece, para o mal ou para o bem, como algo novo e de grande significado para a compreensão da constelação comunicacional e cultural brasileira na atualidade. Fato, inclusive, constantemente exaltado pelos músicos baianos, que festejam não “precisar mais sair da Bahia para fazer sucesso”.

A consolidação dessa indústria da música, além de sua “popização” também requer que se rompa o aprisionamento desse tipo de música no espaço-tempo do carnaval. A Bahia passa a exportar não só música, fabricada em moldes de indústria cultural, mas também outro produto essencial: o carnaval (baiano) fora de época (e de lugar). Novamente aqui temos uma exigência de elaborar análises mais complexas, pois aparece como íntima a relação entre agências de produção das televisências, como as mídias, e difusão de novas convivências, como se configuram os carnavais fora de época e de lugar,³¹ com seus dispositivos tecnológicos inventados na Bahia, como acontece com o “trio elétrico”. Em vez de uma oposição simples e binária, do tipo televisência contra convivência, retida, por exemplo, na idéia de uma “multidão solitária”,³² ampliam-se as possibilidades de interação, ainda que não se desconheça a desigualdade das forças presentes no jogo. Assim, televisências e convivências, para além de um mero confronto, também ele presente, podem engendrar outras possibilidades hibridizadas, tais como: televisências difundindo e incentivando assimilações de modos de convivência (por exemplo, a carnaval baiano, essa gigantesca festa de convivência e comunhão) e convivências estimulando televisências, porque ávidas de dados simbólicos assemelhados para serem compartilhados à distância, constituindo potenciais “comunidades imaginadas” à distância – como aconteceu quando a Rede Bandeirantes cobriu o carnaval baiano 2000.

Os fluxos culturais locais permitem então um desenvolvimento da indústria da cultura e da comunicação na Bahia; afinal ela encontra um enorme estoque de possibilidades e de novos produtos para serem explorados em mercados inclusive globalizados e locais. Não por acaso, as mídias baianas, em especial a televisão, têm investido em programações, dentro e, principalmente, até fora da tela, impregnadas por essa cultura afro-baiana. A produção desses eventos representa um mercado

significativo e outra vez associam a mídia a esse movimento de “africanização” cultural da Bahia.

A atuação da Televisão Itapoan e de algumas rádios baianas nos primórdios desse movimento deve ser lembrada aqui. Dois casos são exemplares: o primeiro ocorreu em 1984, quando a rádio Itapoan FM, líder desse concorrido espectro da radiodifusão (ver tabela da atual audiência das rádios de Salvador), abriu espaço para uma banda de carnaval – Chiclete com Banana – e inseriu na sua programação diária o galope “O Mistério das Estrelas”. A música atravessou o São João em primeiro lugar na preferência dos ouvintes, e, finalmente, a mídia local descobriu a pólvora do sucesso: tocar, durante todo o ano, o tipo de música que as pessoas gostavam de ouvir no carnaval.

O outro episódio ocorreu dois anos depois, quando a Itaparica FM, buscando derrubar a sua concorrente, a Itapoan FM, incluiu em sua programação a música *Eu sou negão*, de Gerônimo – até aí uma canção de improviso num show do cantor – que virou fenômeno de mídia e o primeiro grande sucesso musical com levada afro, abrindo caminho para o futuro sucesso do Olodum e de muitos outros blocos afro.⁽³³⁾

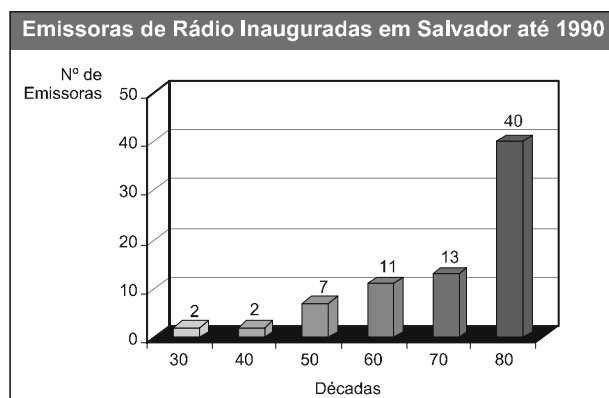
Essa “invasão” de fluxos culturais locais provocou um novo tipo de comportamento na mídia baiana, colocando a música baiana em até 75% da programação (no caso das rádios) ou, como na TV Itapoan, divulgando a imagem de cantores e grupos, em programas vespertinos com bons índices de audiência. Hoje é a TV Bahia que ocupa o papel de destaque nessa interação e mesmo na constitui-

ção das políticas culturais vigentes no Estado e na cidade.

Mas não se trata só de vender produtos específicos, com certa cor diferencial, como a chamada “música baiana”. O movimento parece ser mais amplo. Trata-se de consolidar e difundir uma nova identidade da Bahia: em lugar da antiga “boa terra”, marcada por um ritmo lento, preguiçoso, “malemolente”, tem-se agora um ritmo acelerado dos corpos em frenéticas danças e uma “ritmicidade” vigorosa dos tambores que constroem a terra da felicidade e fazem da alegria “um estado chamado Bahia”. Uma terra boa e desejada, porque animada, e ressignificada como lugar de todas as festas para todos os que aqui estão ou especialmente chegam, mesmo que em dimensão apenas simbólica. Salvador deixa de ser aquela pacata “Cidade da Bahia” para tornar-se Salvador, a capital do Axé e do carnaval.

Essa nova Bahia, imaginada afro-mestiça, constrói a nova identidade dos baianos. Não parece casual a identificação recorrente entre música baiana e música de influência negra, nem a contínua recorrência aos signos afro para dar identidade às coisas baianas. A mídia não está imune a esse processo. Muito pelo contrário, ela age também como importante e interessada agência dessa fabricação da identidade baiana atual. Interessada porque, como já afirmado nesse texto, ela obtém lucros em empreendimentos marcados por essa coloração cultural e porque, em uma circunstância de globalização, o local pode dar possibilidade de identitária, pode ser diferencial relevante de ins-

Os fluxos culturais locais permitem um desenvolvimento da indústria da cultura e da comunicação na Bahia; afinal ela encontra um enorme estoque de possibilidades e de novos produtos para serem explorados em mercados inclusive globalizados e locais.



Quadro 2 - Principais Emissoras de Rádio por Audiência (1999)*

Rádio	Inauguração	Horas de Emissão	Audiência (%)
Piatã FM	1972	24h	4,01
Itapoan FM	1977	24h	2,05
A Tarde FM	1983	24h	1,45
Sociedade AM	1936	24h	1,39
Globo FM	1988	24h	1,29

* Fonte: Almanaque Abril, 1999; Anuário de Mídia, 1997.

crição na sociedade e no mercado competitivos. Para fugir à situação de mera repetidora da Globo, a TV Bahia (depois a Rede Bahia) desenvolveu e recorreu a um admirável marketing (cultural) que, apesar da poderosa (simbologia da) Globo, viabiliza uma imagem própria, fortemente identifica com a Bahia reinventada.

Aliás, a Rede Bahia apresenta-se, por tudo, como o exemplo mais acabado da articulação entre mídia e cultura no Estado. O poder, o alcance, a concentração, a centralização e a competência técnica, sem dúvida, tornam-na parte do processo que implantou e consolidou a comunicação e cultura midiáticas no Brasil pós-1964. A abrangência e domínio regional desse conglomerado de comunicação reproduz na Bahia o que acontece nacionalmente de modo radical. Sua integração com a Rede Globo parece notável. Com apenas 7% de programação local, ela pode(ria) ser vista apenas como uma mera retransmissora da Globo.

Mas a TV Bahia não só está integrada plenamente no sistema, mas apresenta um dos maiores índices de audiência da Rede Globo nas diversas regiões brasileiras e consegue, simultaneamente, produzir uma imagem institucional e social fortemente associada à (re)inventada Bahia. Tal apropriação simbólica, além de propiciar lucros através de um conjunto diversificado de eventos e empreendimentos, diretamente midiáticos ou indiretamente associados à comunicação e cultura midiáticas, permite um confortável distanciamento em sua identificação com a Globo e constrói toda uma relação privilegiada com a cultura afro-baiana, em especial com aquela parcela mais beneficiada e subordinada a uma lógica mercantil-industrial, e com suas estrelas mais reluzentes, segmento emergente na estruturação social baiana.

Essa integração, subordinada a uma dinâmica nacional e global, que, entretanto, possibilita e pode assegurar a reinvenção do local como diferencial significativo, parece ser mesmo um dispositivo constitutivo da contemporaneidade. Sua expressão na (Rede) Bahia parece condensar, para o mal e para o bem, esses traços tensos do contemporâneo. Nele, o global e o local, mediados por um nacional redefinido, interagem e intercambiam intensamente, em uma correlação de forças mutável, na qual os fabulosos conglomerados midiáticos de co-

municação e cultura, em uma época de galopantes megafusões, buscam se apropriar das energias criativas de extração local e modelá-las em mercados para públicos gigantescos e segmentados; estas, pelo contrário, buscam reconstruir pertencimentos simbólicos em um mundo perpassado por continuados fluxos simbólicos globalizantes e por uma multiplicidade de fontes identitárias, que pre(tendem) (a) fragilizar o local. Aos resultantes possíveis e vitoriosos deste confronto, desta complementaridade e desta convergência podemos chamar de contemporaneidade, inclusive baiana.

Notas:

- 1 Ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. A contemporaneidade como Idade Mídia. Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação – ALAIC. Santiago do Chile, 26 - 29 de abril de 2000.
- 2 Para uma discussão acerca da glocalidade, ler: CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. Ver também: CANCLINI, Néstor García. *Cultura y comunicación: entre lo global e lo local*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1997 e FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura*. Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- 3 CÂNDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p.127-160.
- 4 COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre a questão cultural no Brasil. In: *Escrita/Ensaio*. São Paulo, (1): 6-15, 1977.
- 5 RISÉRIO, Antonio. Uma teoria da cultura baiana. In: _____. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva/Cope-ne, 1993, p.155-183.
- 6 Como é possível constatar em LUDWIG, Selma Costa. *Mudanças na vida cultural de Salvador 1950-1970*. Salvador: Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, 1982. 159p. (dissertação de mestrado) ou em Gomes, João Carlos Teixeira. Presença do Modernismo na Bahia. In: _____. *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.
- 7 Dentre os estudos já realizados sobre os anos 50 e 60 podem ser destacados: CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *Imagens de um tempo em movimento – cinema e cultura nos anos JK (1956-1961)*. Salvador: EDUFBA, 1999; RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. Para quem não foi à Bahia. In: _____. *O feminino no Cinema de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da

- UFRJ, 1999. 327p. (tese de doutorado); RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1995; RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *A ousadia da criação*. Salvador: Edições Feito à Facom. 1999 e SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960, dentre outros.
- 8 RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). ob. cit. p.78
- 9 Ver: RISÉRIO, Antônio. ob. cit.
- 10 Sobre a política cultural da esquerda naqueles anos, consultar: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Edufba, 1985.
- 11 Ver, por exemplo, OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 12 SANTOS, Milton. ob. cit. p.82-83.
- 13 SETARO, André. Breve introdução ao cinema baiano. In: *Textos de Cultura e Comunicação*. Salvador: (12):1, abril de 1986.
- 14 *Jornal Estado da Bahia* 10 de dezembro de 1956 p.3 *Apud* CARVALHO, Maria do Socorro Silva. ob. cit. p.120.
- 15 MACEDO, Janay. História da televisão na Bahia. (texto mimeo). p.18.
- 16 Sobre o período ver: SODRÉ, Muniz. *Televisão no Brasil*. In: _____. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1977. p.84-114 e ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 17 RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. ob. cit. p.199-125.
- 18 Sobre esse período consultar SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. In: _____. *Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.61-92. Para uma visão político-cultural da década de 60, ler MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987 e HOLLANDA, Heloisa B. de e GONÇALVES, Marcos. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- 19 RISÉRIO, Antônio. ob. cit. p.75.
- 20 LOTTMAN, Herbert R. *A Rive Gauche*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- 21 RUBIM, Antonio Albino Canelas. Democracia, cultura e comunicação. In: *Cadernos do Ceas*. Salvador, (100): 56-62, novembro/dezembro de 1985.
- 22 Sobre os festivais, consultar: VILARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento. Música, festivais e censura*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- 23 FRANCO, Aninha. *O teatro baiano através da imprensa – século XX*. Salvador: FCJA; COFIC; FCEBA, 1994. p. 167.
- 24 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- 25 UZEL, Marcos. *Expressão negra Olodum e um olhar*. Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 1991. 176p. (Monografia de conclusão de curso). p.44-45.
- 26 Ver, dentre outros, acerca das identidades múltiplas possíveis na contemporaneidade: HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1997.
- 27 Jorge Watusi *apud* UZEL, Marcos. ob. cit. p.43.
- 28 UZEL, Marcos. ob. cit. p.42.
- 29 O termo está proposto por ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Balançando o Brasil: a emergência do axé music e do pagode nos anos 90*. Belo Horizonte, Mestrado em Comunicação Social da UFMG, 2000 (dissertação de mestrado).
- 30 Para conhecer essa genealogia detalhadamente, consultar GUERREIRO, Goli. *A trama dos tambores – A música Afro-pop de Salvador*. Coleção Todos os Cantos. São Paulo: Editora 34, 2000.
- 31 Para um estudo do fenômeno: DUARTE, José Carlos Silveira. *De mídia e festa: a micareta*. Salvador, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, 1995 (dissertação de mestrado).
- 32 RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo, Perspectiva, 1995.
- 33 Os dois episódios estão relatados em UZEL, Marcos. ob. cit. p. 64-66.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Balançando o Brasil: a emergência do axé music e do pagode nos anos 90*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social).
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945*. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p.127-160.
- CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *Imagens de um tempo em movimento – cinema e cultura nos anos JK (1956-1961)*. Salvador: Edufba, 1999.
- CANCLINI, Néstor García. *Cultura y comunicación: entre lo global e lo local*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1997.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre a questão cultural no Brasil. *Escrita/ Ensaio*. São Paulo, n.1, p.6-15, 1977.
- DUARTE, José Carlos Silveira. *De mídia e festa: a micareta*. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado – Comunicação e Cultura Contemporânea).
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- FRANCO, Aninha. *O teatro baiano através da imprensa – século XX*. Salvador: FCJA/COFIC/FCEBA, 1994. 167p.
- GOMES, João Carlos Teixeira. Presença do modernismo na Bahia. In: _____. *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUERREIRO, Goli. *A trama dos tambores – A música Afro-pop de Salvador*. São Paulo: Ediora 34, 2000. (Coleção todos os cantos)
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HOLLANDA, Heloisa B. de, GONÇALVES, Marcos. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LOTTMAN, Herbert R. *A rive gauche*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- LUDWIG, Selma Costa. *Mudanças na vida cultural de Salvador 1950-1970*. Salvador: UFBA, 1982. 159p. Dissertação (Mestrado – Ciências Sociais).
- MACEDO, Janay. *História da televisão na Bahia*. 18p. (mimeo).
- MACIEL, Luiz carlos. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina BO e P. M. Bardi, 1995.
- _____. Uma teoria da cultura baiana. In: _____. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva/Copene, 1993. p.155-183.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. A contemporaneidade como Idade Mídia. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INVESTIGADORES DA COMUNICAÇÃO, 5º, Santiago, 26 a 29 de abril de 2000.
- _____. Democracia, cultura e comunicação. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n.100, p.56-62, nov./dez. 1985.
- _____. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Edufba, 1985.
- _____. (org.). *A ousadia da criação*. Salvador: FACOM, 1999.
- RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. Para quem não foi à Bahia. In: _____. *O feminino no cinema de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 327p. Tese (Doutorado – Comunicação e Cultura).
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.61-92.
- SETARO, André. Breve introdução ao cinema baiano. *Textos de cultura e comunicação*. Salvador, v.12, n.1, abr. 1986.
- SODRÉ, Muniz. Televisão no Brasil. In: _____. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1977. p.84-114.
- UZEL, Marcos. *Expressão negra Olo dum e um olhar*. Salvador: UFBA/FACOM, 1991. 176p. Monografia (conclusão de curso).
- VILARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento: música, festivais e censura*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- * Antonio Albino Canelas Rubim é professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do CNPq. E-mail: rubim@ufba.br

A evolução da indústria fonográfica e o caso da Bahia

*Paulo Henrique de Almeida **

*Gustavo Casseb Pessoti ***

Desde os anos 1970, com a saturação dos mercados norte-americano e europeu, as grandes empresas da indústria da música começaram a dirigir seus interesses para o mercado internacional. Em meados da década de 1980 – como lembra Robert Burnett – importantes gravadoras como CBS, WEA, EMI e PolyGram, já “proclamavam em seus relatórios anuais que suas divisões internacionais respondiam por mais da metade de suas vendas”. Este movimento de internacionalização não se traduziu apenas em incremento da exportação da música produzida nos países desenvolvidos e principalmente nos Estados Unidos. As grandes gravadoras foram obrigadas a descentralizar sua produção e a investir em artistas, estúdios, fábricas e redes de distribuição de mercados emergentes da Ásia, América Latina, África e Europa do Leste. Para crescer, elas tiveram que se curvar à cultura e aos gostos musicais de cada país.¹

Nos anos 1990, esta internacionalização da indústria fonográfica produziu um novo fenômeno: o desenvolvimento do *crossover*. Ele surpreendeu as grandes gravadoras mundiais, que costumavam operar com base na hegemonia quase absoluta da música anglo-saxônica. A globalização também permitiu que a música produzida fora dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha conquistasse nichos em mercados externos. Os grandes ícones americanos e britânicos perderam algum terreno, enquanto artistas e gêneros asiáticos, africanos, caribenhos e latino-americanos ganharam projeção internacional.²

É no bojo deste movimento de amplitude global que se insere o surgimento e o sucesso da nova música baiana dos anos 1980 e 1990.

A indústria fonográfica mundial e o mercado brasileiro

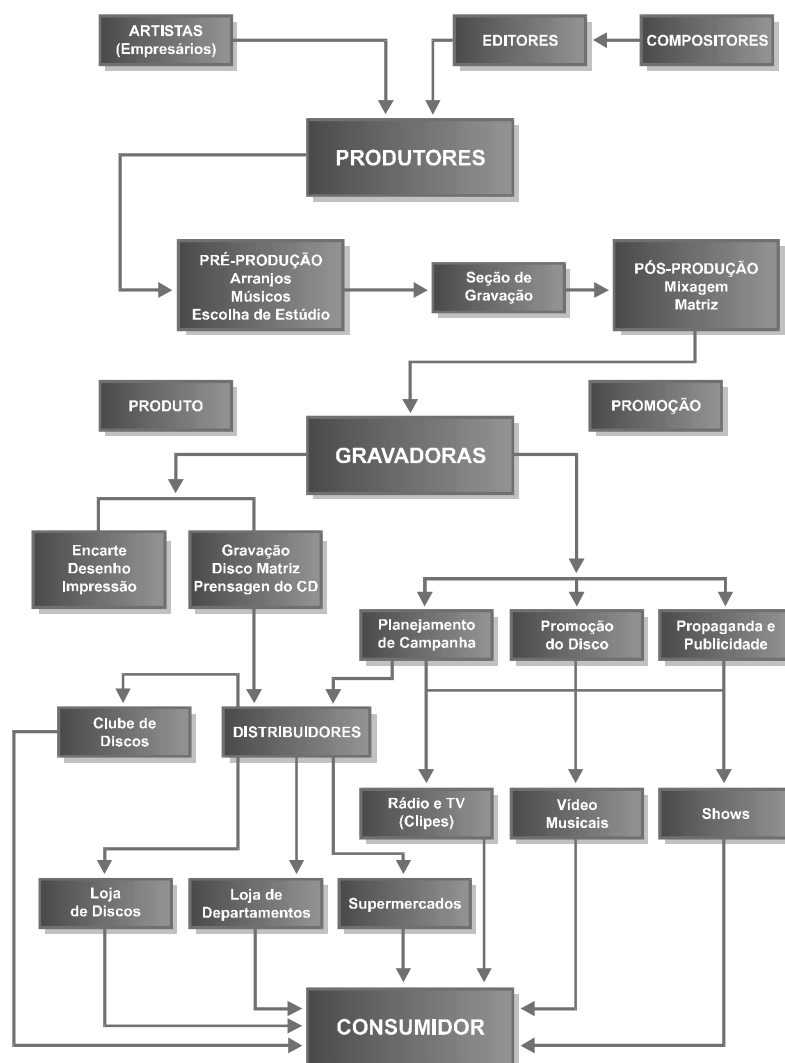
Em primeiro lugar, o que é a indústria do disco? A resposta a esta questão pode ser obtida com um rápido exame da cadeia de valor do ramo. A música é o ponto de partida da indústria fonográfica. De saída, há o(s) compositor(es) que escreve(m) a canção (música e letra) e a entrega(m) para um intermediário, que é o editor. A partir de um contrato com o compositor, o editor passa a ter direitos de exclusividade sobre a canção. Em seguida, o editor – o “empresário” do compositor – entra em contato com um produtor para que o autor ou outros artistas possam gravar a composição. O produtor faz todos os arranjos necessários para a gravação. Nesse momento, entra em cena a gravadora que manufatura os CDs ou cassetes matrizes gravados pelos artistas em estúdio especializado. As matrizes servem à prensagem dos discos que são embalados, juntamente com seus encartes (letras etc.) e distribuídos. Os distribuidores colocam o produto final nos revendedores (lojas de departamento, lojas especializadas e outros). Paralelamente, desenvolve-se a promoção do disco, envolvendo lançamentos na mídia, propaganda, execução em rádio e TV, shows ao vivo e outras formas de projeção do artista e, principalmente, do seu produto. A figura 1 mostra o esquema de

todas as etapas que envolvem a produção, distribuição e promoção de um disco.³

Essa indústria do disco é uma fração da indústria mundial do entretenimento. O entretenimento movimenta um valor da ordem de US\$ 500 bilhões anualmente, sob a forma de entradas de cinema, CDs, fitas de vídeo, jogos de computador, programas de televisão, livros, revistas, parques temáticos e muitos outros bens e serviços. Sete empresas gigantescas dominam o ramo: *Time Warner*, americana, recentemente absorvida pela *America On-line (AOL)*, com um faturamento de US\$ 26,8 bi-

lhões em 1998; *Disney*, também americana, com US\$ 23 bilhões; *News Corporation*, australiana, com US\$ 21,7 bilhões, controladora da *20th Century Fox*; *Viacom-CBS*, americana, com US\$ 18,9 bilhões, proprietária da *Blockbuster* e da *Paramount*; *Sony Corp. of America*, japonesa, com US\$ 14,5 bilhões, controladora da *Columbia TriStar*; *Bertelsmann*, alemã, faturando US\$ 12,8 bilhões e *Seagram*, famosa produtora de bebidas canadense, proprietária da *Universal Studios* e da *PolyGram*, com um faturamento total de cerca de US\$ 15 bilhões.⁴

A CANÇÃO GRAVADA Do Compositor e Artistas ao Consumidor (Adaptado de FINK, 1996)



Subconjunto da indústria de entretenimento, a indústria fonográfica vende cerca de US\$ 40 bilhões por ano no mercado mundial e é controlada por quatro grandes companhias gravadoras: *Warner Music/EMI Group* (selos *Virgin* e *Capitol*), com cerca de 27% do mercado internacional de discos; *Universal Music Group (PolyGram)*, com 21%; *Sony Music (Columbia, Epic)*, com 17%, e *Bertelsmann Music Group (BMG, Arista, RCA)*, com 11% (ver tabela 1). Estas empresas transnacionais estão integradas vertical e horizontalmente, comandam a tecnologia no ramo e mantêm amplas redes de marketing, estúdios de gravação e, principalmente, canais de distribuição e centros de venda, com o que exercem seu domínio planetário.⁵

O mercado de discos não se limita, entretanto, às megacompanhias. Em segundo plano, existem gravadoras de médio porte, que ocupam pequenas parcelas do mercado através de acordos firmados com as grandes transnacionais ou com estúdios independentes para a produção, prensagem e distribuição de discos. Há ainda os selos alternativos, que operam a partir de redes independentes, com produção e distribuição em escala local. Estes selos têm limitado capital para investimento, ofertam produtos mais baratos e trabalham com contratos de curta duração. Em geral, dedicam-se a artistas de menor projeção ou a gêneros musicais de menor interesse para as grandes companhias. Empresas médias e de pequeno porte respondem por cerca de um quarto das vendas mundiais (tabela 1).⁶

Tabela 1 - Divisão do Mercado Mundial entre as Principais Gravadoras Mundiais e seus Principais Selos (%) - 2000

Companhia	%
Warner Music/EMI Group (Virgin, Capitol)	27
Universal Music Group (PolyGram)	21
Sony Music (Columbia, Epic)	17
Bertelsmann Music Group (BMG, Arista, RCA)	11
Gravadoras Independentes	24
Total	100

Fonte: The Economist

Subconjunto da indústria de entretenimento, a indústria fonográfica vende cerca de US\$ 40 bilhões por ano no mercado mundial e é controlada por quatro grandes companhias gravadoras: Warner Music/EMI Group (selos Virgin e Capitol), Universal Music Group (PolyGram), Sony Music (Columbia, Epic), e Bertelsmann Music Group (BMG, Arista, RCA).

A distribuição geográfica da produção e do consumo mundial de CDs, fitas-cassete e LPs, pode ser analisada a partir das tabelas 2 e 3. A América do Norte, vale dizer os Estados Unidos, continuam sendo o principal mercado, concentrando cerca de 35% do faturamento global. Mas este primeiro lugar vem sendo disputado palmo a palmo com o mercado europeu, que já responde por praticamente a mesma proporção de vendas. A Europa conta com três grandes mercados nacionais: Reino Uni-

do, Alemanha e França, que juntos representam pouco mais de 20% das vendas internacionais, e ainda com vários mercados emergentes, inclusive entre os países do Leste. O terceiro maior mercado continental é o asiático, com forte concentração no Japão, que sozinho absorve quase 17% dos produtos da indústria fonográfica mundial.

Na década de 1990, mercados da América Latina – e particularmente o brasileiro – estiveram entre os mais dinâmicos do planeta. A tabela 4 compara a extraordinária expansão do mercado brasileiro – 134,5% entre 1991 e 1998 – com o crescimento verificado nos dez

mais importantes mercados nacionais. É certo que houve expansão significativa de vários mercados, fundamentalmente em razão, como se verá adiante,

Tabela 2 - Participação das Regiões e de Países Selecionados no Mercado Fonográfico Mundial* - 1998

Região ou País	Faturamento (US\$ bilhões)	Participação (%)
América do Norte	14,2	36,7
EUA	13,2	34,1
Europa	13,0	33,6
América Latina	2,4	6,2
Brasil	1,1	2,8
Ásia	7,8	20,2
Japão	6,5	16,8
Australásia	0,7	1,8
Oriente Médio e Turquia	0,3	0,9
África	0,2	0,5
Mercado Mundial	38,7	99,9

Fonte: IFPI - International Federation of The Phonographic Industry

* CDs, fitas-cassete e Cds simples

da difusão do CD, mas nenhum caso se compara ao brasileiro. O Brasil aparece, assim, até 1998, como o sexto maior mercado nacional do planeta, com vendas de 105 milhões de unidades (mercado legal e em todos os formatos) e um faturamento de US\$ 1,055 bilhão de dólares (ver tabelas 3 e 4). As razões para este *boom* serão discutidas a seguir.

Tabela 3 - Produção da Indústria Fonográfica nos 10 maiores Países Produtores de Discos 1998

País	Unidades Vendidas (milhões)*	Faturamento (US\$ milhões)	Participação na Produção Mundial (em valor)
EUA	1095,9	13.193,4	34,1
Japão	446,4	6.521,0	16,9
Reino Unido	289,5	2.855,6	7,4
Alemanha	270,6	2.832,5	7,3
França	164,6	2.134,6	5,5
Brasil	105,3	1.055,5	2,7
Canadá	89,4	969,3	2,5
Espanha	64,6	680,8	1,8
Austrália	53,6	606,7	1,6
Itália	ND**	597,7	1,5
Produção Mundial	ND	38.700,0	100,0

Fonte: IFPI - International Federation of The Phonographic Industry

*CDs, Fitas-cassete e CDs Simples

**Não-disponível

Tabela 4 - Expansão do Consumo Fonográfico nos Principais Países Consumidores (milhões de unidades*) – 1981-98

País	Vendas 1981	Vendas 1991	Vendas 1998	Crescimento 1981-91 (%)	Crescimento 1991-98 (%)
EUA	593,0	794,6	1095,9	34,0	37,9
Japão	202,5	281,5	446,4	39,0	58,6
Reino Unido	170,2	198,8	289,5	16,8	45,6
Alemanha	202,0	226,1	270,6	11,9	19,7
França	149,3	137,2	164,6	-8,1	20,0
Brasil	42,8	44,9	105,3	4,9	134,5
Canadá	85,8	62,6	89,4	-27,0	42,8
Espanha	39,6	54,1	64,6	36,6	19,4
Austrália			53,6	—	—
Itália	58,0	51,7	ND**	-10,9	—

Fonte: IFPI - International Federation of The Phonographic Industry

*CDs, Fitas-cassete e CDs Simples

**Não-disponível

O LP, o cassete e a indústria de discos brasileira nos anos 1960-80

O primeiro grande momento da indústria brasileira de discos ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970. Ele foi resultado da combinação de cinco fa-

tores: (a) o salto tecnológico assegurado pela difusão do som estéreo em dois novos suportes, o LP de vinil e a fita-cassete; (b) a reorganização da economia da música no Brasil, sob a liderança de gravadoras estrangeiras e de grandes grupos da mídia nacional; (c) o incentivo fiscal criado pelo Estado brasileiro para a gravação da música nacional; (d) a expansão da economia e da renda per capita com o “milagre econômico” dos anos 1967-73 e, *last but not least*, (e) o surgimento de importantes movimentos musicais e gêneros populares, especialmente, da chamada Música Popular Brasileira, a MPB.

O *Long Playing* estéreo de 33^{1/3} rotações por minuto em *polyvinylchloride* (PVC) se torna o suporte dominante no mercado mundial no início dos anos 1960. No Brasil, ele atinge seu auge nos anos 1970, substituindo tanto as antigas “bolachas” de 78 e 45 rpm, quanto os compactos simples e duplos, que haviam dominado o mercado nas duas décadas anteriores. A fita-cassete, por sua vez, é criada pela *Philips* no início dos anos 1960, conquista o lugar de formato padrão de gravação em fita no final dessa década e, dez anos mais tarde, desafia a dominação do LP no mercado internacional.

O LP e a fita-cassete revolucionam o consumo de música por duas razões. Primeiro, porque se tornam os vetores de um som de qualidade superior – o som estereofônico – e isso sobretudo a partir das gravações com ruído reduzido pelo sistema *Dolby*. Em segundo lugar, o LP e o cassete permitem modificar o conteúdo e o valor do próprio produto do qual

são vetores. No período anterior, dos discos de 78 e 45 rpm e dos compactos, a indústria vendia “músicas” gravadas de certos gêneros, um subproduto da atividade de músicos e cantores. A partir do LP, a indústria passa a vender o produto dos *artistas*, isto é, compositores conhecidos relacionados a

movimentos culturais determinados. Isso permite maior estabilidade da demanda, pois assegura o estabelecimento de uma certa fidelização do consumidor. Assim, a expansão do mercado para LPs e fitas e, portanto, de toca-discos e gravadores portáteis, não se faz num vácuo cultural. Ao contrário, as gravadoras e o conjunto do ramo se expandem com base no aprofundamento da relação entre o público e uma nova forma de produzir música, agora em ritmo e escala industrial: elenco fixo de compositores/intérpretes, lançamentos anuais de discos (álbuns com 10 a 12 faixas), marketing de “movimentos” (Jovem Guarda, Tropicalismo, MPB, “Som Livre” e outros).⁷

Nesse mesmo período, reorganiza-se a economia da música no Brasil. Há, primeiramente, a entrada em cena de novas empresas, entre as quais a *Philips*, que incorpora a *Companhia Brasileira de Discos*, a *CBS*, e mais tarde, nos anos 1970, a *Som Livre (Globo)* e a *WEA*, entre outras, que modernizam os estúdios e a promoção, impondo novas bases de concorrência para as gravadoras mais tradicionais, como a *Odeon* e a *RCA*. Neste processo, a inovação fundamental é o início da articulação da indústria da música com a TV, através de programas musicais e principalmente dos “festivais da canção”. A concentração do capital no segmento de gravação é paralela ao desenvolvimento desses novos veículos de marketing, num movimento que levaria as gravadoras, as editoras de revistas (*Abril*, *Globo*) e as redes de TV (*Record*, *Globo*) a implantar no Brasil dos anos 1960-70 o *star system* que iria caracterizar a indústria mundial da música no final do século XX.

O desenvolvimento da indústria brasileira de discos a partir dos anos 1960-70 deve ser explicado ainda pela implantação de uma política federal de incentivo à gravação da música nacional. Em 1965, as gravadoras reorganizaram a Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD) que havia sido criada em 1958, transformando-a num *lobby* influente. Nos anos seguintes, conseguem obter duas vitórias importantes: (a) a Lei de Incentivos Fiscais de 1967, que permite aplicar o ICM devido pelos discos estrangeiros na gravação de discos nacionais; (b) a nova Lei de Direitos Autorais de 1973, que facilita a produção e venda de discos, possibilitando, por exemplo, a não-numeração de discos gra-

vados. Como lembra De Eugênio, essas mudanças institucionais levaram a [...] uma profunda mudança na estrutura de mercado: em 1959, de cada 10 títulos comprados, 7 eram estrangeiros. Em 1969, essa relação se inverte, nas mesmas proporções. Havia um nítido processo de ‘substituição das importações’ em curso; o mercado brasileiro passou a consumir canções compostas, interpretadas e produzidas [...] no próprio país.⁸

A Bahia participa desse primeiro grande período da indústria brasileira de discos basicamente através da projeção nacional dos compositores e intérpretes associados ao Tropicalismo. Mas, enquanto atividade econômica, a indústria fonográfica ainda não existe no Estado; ela está concentrada no Rio de Janeiro, onde gravam os artistas baianos. A atividade de produção e gravação de discos só se desenvolveria na Bahia a partir de meados da década de 1980, no bojo de uma outra explosão musical.

A Revolução do CD e o segundo boom da indústria fonográfica brasileira

O segundo período de expansão da indústria brasileira de discos tem três fatores em comum com o *boom* dos anos 1960-70. Primeiramente, o intervalo entre o final dos anos 1980 e o término dos anos 1990 é também caracterizado pela inovação tecnológica, neste caso pela difusão do *compact disc*. Em segundo lugar, o período é marcado por alguns anos de intenso crescimento do consumo – o início e o auge do Plano Real. Finalmente, o CD repete num outro sentido a história do LP, pois também se transforma no suporte de gêneros musicais que não existiam ou que não tinham presença significativa na fase anterior.

O Brasil, que ocupava a 14^a posição no ranking mundial de vendas de discos até fins da década de 1980, passa à sexta posição no final dos anos 1990, só atrás dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França. Entre 1981 e 1991, as vendas em todos os formatos no mercado brasileiro praticamente estagnam, em torno de 44 milhões de unidades por ano. Mas entre 1991 e 1997, elas crescem quase 160%, atingindo 117 milhões de unidades. É claro que parte desse crescimento está relacionado ao *boom* de consumo provocado pelo Plano Real: em valores reais, as vendas crescem

Tabela 5 - Produção Brasileira Fonográfica* e Valor do Faturamento Anual do Ramo a Preços de Varejo – 1991-99

	Unidades (milhões)	Crescimento Anual (%)	Faturamento (US\$ milhões**)	Crescimento Anual(%)
1991	45,18		449,8	
1992	31,39	-30,5	307,0	-31,7
1993	44,24	40,9	494,0	60,9
1994	62,92	42,2	860,8	74,2
1995	71,27	13,3	1126,8	30,9
1996	94,85	33,1	1450,3	28,7
1997	117,00	23,4	1252,2	-13,7
1998	105,30	-10,0	1055,7	-15,7
1999	80,00	-24,0	429,0	-59,4

Fonte:ABPD - Associação Brasileira dos Produtores de Discos

*CDs, Fitas-cassete e CDs Simples

** em US\$ reais de 1998, nossos cálculos

exatamente entre 1993 e 1996. Parcela significativa dele, contudo, deve ser explicada pela inovação do CD (para acompanhar a evolução do mercado nacional, ver tabelas 3, 4 e 5).

O *compact disc* surge no mercado mundial no início dos anos 1980 e se afirma como principal veículo da música gravada em 1988, expulsando o LP das lojas especializadas e das residências dos consumidores. O motivo básico para a vitória do CD é a sua extraordinária superioridade em termos de qualidade de som, durabilidade, transporte e armazenagem. Por estes motivos ele não somente se tornou o suporte de novos artistas e gêneros, mas também serviu para relançamentos de repertórios

antigos, que haviam sido gravados nas décadas anteriores como LPs, fitas ou mesmo discos de 78 ou 45 rpm. Essas características do CD a demanda por música gravada, multiplicando a quantidade de unidades vendidas e atraindo o interesse de empresas de outros ramos para o mercado fonográfico. São os casos, por exemplo, de firmas comerciais que inovaram na distribuição com o incremento das vendas por catálogo (clubes de disco) e das lojas de departamento e supermercados que passaram a ter grande interesse na venda de CDs.⁹

No mercado externo, a esmagadora vitória do *compact disc* pode ser verificada a partir dos dados apresentados na tabela 6, que mostra o fim do LP e o declínio da fita-cassete ao longo da última década no mais importante mercado mundial, os Estados Unidos. Do ponto de vista do mercado interno, o avanço do CD – concentrado no período do Real – é revelado pelo rápido aumento das vendas de *CD players* e *systems*. Cerca de 20 milhões de aparelhos de som

Tabela 6 - Produção da Indústria Fonográfica dos EUA por Tipo de Produto, em Unidades e Valor (produção líquida após devoluções e valor em US\$ milhões) – 1989-98

Tipo de produto		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
CD (álbum)	Unidade US\$	207,2 2587	286,5 3451,6	333,3 4337,7	407,5 5326,5	495,4 6511,4	662,1 8464,5	722,9 9377,4	778,9 9934,7	753,1 9915,1	847,0 11416,0
CD (simples)	Unidade US\$	(0,1) (0,7)	1,1 6,0	5,7 35,1	7,3 45,1	7,8 45,8	9,3 56,1	21,5 110,9	43,2 184,1	66,7 272,7	56,0 213,2
Fita Cassete (álbum)	Unidade US\$	446,2 3345,8	442,2 3472,4	360,1 3019,6	366,4 3116,3	339,5 2915,8	345,4 2976,4	272,6 2303,6	225,3 1905,3	172,6 1522,7	158,5 1419,9
Fita Cassete (simples)	Unidade US\$	76,2 194,6	87,4 257,9	69,0 230,4	84,6 298,8	85,6 298,5	81,1 274,9	70,7 236,3	59,9 189,3	42,2 133,5	26,4 94,4
LP (vinil)	Unidade US\$	34,6 220,3	11,7 86,5	4,8 29,4	2,3 13,5	1,2 10,6	1,9 17,8	2,2 25,1	2,9 36,8	2,7 33,3	3,4 34,0
Compactos (vinil)	Unidade US\$	36,6 116,4	27,6 94,4	22,0 63,9	19,8 66,4	15,1 51,2	11,7 47,2	10,2 46,7	10,1 47,5	7,5 35,6	5,4 25,7
Video-cassetes	Unidade US\$	6,1 115,4	9,2 172,3	6,1 118,1	7,6 157,4	11,0 213,3	11,2 231,1	12,6 220,3	16,9 236,1	18,6 323,9	27,2 508,0
DVD	Unidade US\$										0,5 12,2

Fonte:RIAA - Recording Industry Association of America

com *CD players* e rádio-gravadores foram vendidos no Brasil entre 1994 e 1997. “A popularização dos aparelhos de som foi tão rápida” – destaca Célia G. Franco – “que num curto espaço de tempo, em 1995 e 1996, foram vendidos 10,7 milhões de sistemas de som, número superior à população de Portugal”. A explosão na venda destes aparelhos de som foi acompanhada de perto pelo já citado aumento nas vendas de CDs, que substituíram os discos de vinil (ver sobre esse ponto a tabela 7).¹⁰

Como no primeiro grande momento da indústria fonográfica brasileira (os anos 1960 e 1970), a segunda expansão do ramo só pode ser realmente entendida quando se leva em conta o aparecimento de novos gêneros musicais.

É difícil apontar qual foi o gênero que melhor caracterizou o mercado fonográfico brasileiro entre o fim dos anos 1980 e o final da década de 1990. Nos anos 1950, foi, sem dúvida, a Bossa Nova, do Rio de Janeiro. Nos anos 1960 e 1970, a MPB em todas as suas variantes acabou por dominar o mercado a partir do eixo Rio-São Paulo. Na década de 1980, o campeão de vendas foi o pop-rock nacional (Lulu Santos, Legião Urbana etc.).¹¹ Mas nos anos 1990, pelo menos quatro grandes gêneros musicais foram simultaneamente aceitos pelos consumidores de música no Brasil. Os discos de gênero Sertanejo, Forró, Pagode e Axé, foram comprados maciçamente. No final da década, eles respondiam por cerca de 75% das vendas de CDs no País.

Tabela 7 - Brasil: Vendas Industriais de Produtos de Áudio 1988-1997

Ano/ Produto	Milhares de Unidades		
	Radiogravadores	Systems	CD Players
1988		1.292	
1989		1.298	
1990		1.263	
1991		1.237	
1992		1.040	
1993		1.638	
1994	1.044	2.690	489
1995	737	3.807	845
1996	626	3.782	936
1997	318	2.889	504

Fonte: Atlas do Mercado Brasileiro, Ano I, nº 1, *Gazeta Mercantil*, dez/98

de e Axé, foram comprados maciçamente, na escala de dezenas de milhões de unidades por ano. No final da década, eles respondiam por cerca de 75% das vendas de CDs no País.¹²

Assim, a década de 1990 não se caracterizou apenas por um crescimento das vendas, mas também por um reforço do conteúdo nacional da produção fonográfica brasileira, de modo análogo ao que ocorreu nos anos 1960 e 1970 em razão da MPB. Diferentemente desse período, contudo, foi

um conteúdo menos comprometido com letras e músicas apuradas e mais fixado em ritmos alegres e dançantes que marcou os anos 1990. Note-se ainda que um novo estilo romântico e a música religiosa também fizeram-se presentes. Vale lembrar pelo menos três grandes casos de sucesso. Em 1998, o conjunto de pagode *Só Pra Contrariar* alcançou um patamar até então inédito para a indústria do Brasil: mais de 3 milhões de exemplares de um disco vendidos, superando em muito os trabalhos de

bandas estrangeiras como Oásis, U-2 e Rolling Stones, que juntas venderam 500 mil cópias no mesmo período. No Axé, os nomes mais expressivos foram *É o Tchan*, que até 1998 já havia vendido mais de 6 milhões de cópias e, ainda, a *Banda Eva*, com 2 milhões de unidades, Netinho, com 1,5 milhão, *Cheiro de Amor*, com 1 milhão e o *Terra Samba*, com 400 mil unidades vendidas, de seus respectivos lançamentos. Dos 22 milhões de CDs vendidos em 1997 pela gravadora PolyGram, 32% foram de conjuntos de Axé. Outros sucessos surpreendentes de vendas, foram os “padres cantores”. Só Marcelo Rossi vendeu mais de 3,2 milhões de CDs até meados de 1999.¹³

A estrutura atual do mercado fonográfico no Brasil

No Brasil, assim como ocorre no plano internacional, a indústria de discos é dominada por um pequeno número de empresas. As seis maiores gravadoras são a *Som Livre*, *PolyGram*, *Sony*, *BMG*, *EMI* (que se fundiu com a *Warner* em 2000) e a

WEA. Estas grandes firmas respondem por cerca de 90% do total de vendas de discos no País. Os 10% restantes do mercado são ocupados por gravadoras pequenas, que na maioria dos casos não chegam a atingir a marca de algumas poucas dezenas de milhares de discos vendidos por ano. Uma das poucas exceções a esta regra é a *Somzoom* do Ceará, especializada em forró, empresária da banda Mastruz com Leite e proprietária de rádio em São Paulo (maior mercado do gênero), que vendeu cerca de 2 milhões de CDs em 1999.¹⁴

A estrutura da indústria fonográfica do Brasil do final dos anos 1990 reproduz desse modo a estrutura que se desenvolve internacionalmente, a partir do modelo americano:

O mercado fonográfico brasileiro – confirma Daniela Caride – seguiu passos quase idênticos ao dos Estados Unidos, há 30 anos, quando as fusões e aquisições eliminaram as pequenas empresas. No fim da década de 60, os Estados Unidos contavam com seis megagravadoras, 10 médias e umas 50 pequenas. As gravadoras de médio porte foram incorporadas às gigantes, enquanto as pequenas tornaram-se produtoras de discos. Lançavam artistas novos que, quando vendiam bem, migravam para as grandes.¹⁵

O que ocorre no Brasil é um quadro semelhante. Como a distribuição é controlada pelas grandes empresas, selos e pequenas gravadoras disputam o mercado com as firmas que comercializam seus próprios produtos. Se quer permanecer no mercado de discos, a maioria das pequenas empresas é obrigada a contratar a produção, gravação em estúdio, masterização de CDs e principalmente serviços de distribuição de firmas maiores. Paradoxalmente, como nos Estados Unidos, são as pequenas e médias gravadoras que assumem os riscos de lançar novos talentos; mas estes, uma vez bem-sucedidos, firmam contrato com as grandes.¹⁶

Todas as seis maiores gravadoras brasileiras escolheram o Rio de Janeiro como sede principal para a realização dos trabalhos de criação musical. O restante, que envolve a produção, fabricação e marketing, está dividido entre o Rio e São Paulo. As grandes gravadoras terceirizam a produção musical porque esta não é a atividade mais rentável; o que garante os lucros é a distribuição, que se faz necessariamente acompanhar de pesados investi-

mentos em promoção. Uma gravadora como a BMG, por exemplo, terceira em vendas no Brasil em 1996 (com cerca de R\$ 120 milhões), destina cerca de 15% de seu faturamento líquido para a divulgação de seus discos, principalmente via rádio e TV. “As emissoras de rádio são, hoje, o meio mais eficiente para vender discos. A veiculação de música nas trilhas sonoras de novela, por sua vez, é o segundo melhor canal de divulgação”.¹⁷

A pirataria e a crise do CD

A grande questão que se coloca para a indústria fonográfica do Brasil, neste final de século, não é mais a competição com a música estrangeira. O grande desafio é encontrar soluções para um problema que se agravou imensamente nos anos 1990, afetando a indústria de discos em escala mundial – a pirataria.

No âmbito da indústria fonográfica, o termo “pirataria musical” se refere à duplicação desautorizada e distribuição ilegal do som gravado que, segundo a Associação Americana da Indústria Fonográfica (RIAA), tem ocorrido principalmente de quatro maneiras:

- discos piratas – duplicações não-autorizadas de música a partir de discos legítimos gravados;
- cópias musicais (*bootleg recordings*) – gravações não-autorizadas de programas musicais de rádio ou TV, ou ainda de show ao vivo;
- discos falsificados – gravações não-autorizadas de música pré-gravada; envolve também a duplicação ilegal de trabalho de arte original, etiqueta, embalagem e, até mesmo, da marca registrada;
- pirataria *on-line* – baixa (*download*) não-autorizada de música gravada de sites da Internet.¹⁸

A pirataria musical começou a crescer em meados dos anos 1960. No começo dos anos 1970, ela já movimentava cerca de US\$ 200 milhões apenas nos Estados Unidos, com a venda de fitas-cassete e discos produzidos ilegalmente. Isso significava que já nessa época mais de 10% das vendas de discos nos EUA eram de produtos pirateados.¹⁹

A pirataria cresceu enormemente com o CD e os formatos digitais como o MP3. A questão é que a democratização do uso da Internet e a rápida evolução tecnológica que a indústria fonográfica conheceu nas últimas décadas simplificaram e bara-

tearam a reprodução doméstica do som. Atualmente, qualquer pessoa munida de um microcomputador com acesso à Internet pode, em poucos minutos, baixar músicas e montar seu próprio CD. Esta mesma pessoa precisa de um investimento inferior a US\$ 400 para copiar este CD inúmeras vezes. De fato, desde o final da década de 1990 foram introduzidos no mercado internacional equipamentos capazes de reproduzir o conteúdo de um CD em outro CD tantas vezes quanto desejado. Concretamente, são o CD-R (gravador de CDs permanentes) e o CD-RW (gravador de CDs regraváveis).

Esta tecnologia democrática e de escala doméstica se combina à produção industrial de discos falsificados para abalar a indústria fonográfica mundial. Segundo as estimativas da RIAA, a indústria fonográfica mundial tem deixado de faturar cerca de US\$ 5 bilhões por ano em razão da pirataria, o que corresponde a cerca de 12% das suas vendas totais. O que é mais preocupante: estas estimativas dizem respeito apenas aos produtos físicos, pois até meados de 2000 a RIAA não dispunha de dados confiáveis sobre as perdas da indústria fonográfica com a pirataria *on-line*.²⁰

Toda vez que um CD pirata é vendido no mercado há uma perda econômica generalizada, que atinge absolutamente todos os envolvidos com o negócio legal da música. Primeiro, perdem os compositores, artistas, músicos e produtores, porque deixam de receber taxas e direitos autorais a que têm direito. Ainda de acordo com a RIAA, 95% dos artistas dependem desses recursos para viver. Em segundo, perdem os distribuidores e lojistas, pois seus preços não podem competir com os fixados por vendedores ilegais que não pagam impostos. Isso significa desaquecimento de vendas e menos empregos. Em terceiro, perdem as gravadoras. Cerca de 90% de todos os lançamentos realizados por essas empresas não chegam a pagar os custos de produção, pois não fazem sucesso. Assim, as gravadoras dependem basicamente dos 10% restantes para cobrir seus custos totais e desenvolver novos projetos. Ocorre que são exatamente os discos incluídos nestes 10% os mais pirateados. Fi-

nalmente, perdem o Estado, que deixa de arrecadar, e o consumidor, que adquire um produto de péssima qualidade, ainda que a preço vil.

O mercado de música latina tem crescido duas vezes mais rápido do que o mercado de música global, graças ao sucesso de artistas como Gloria Estefan, Ricky Martin, Alexandre Pires (*Só Pra Contrariar*) ou Herbert Vianna (*Paralamas*). Isso faz da música latina um mercado mais que atrativo para os piratas e explica o fato de que 50% dos produtos ilegais confiscados pela RIAA em 1998 tenham sido dessa categoria, que inclui a nova música brasileira.²¹

No Brasil, a pirataria foi a maior responsável pelo rápido declínio do mercado legal de fitas-cassete gravadas, que deixaram de ser um produto rentável para as gravadoras. Hoje, praticamente 100% das fitas-cassete nacionais são produtos piratas. As estatísticas recentes apontam para um futuro similar para o CD de música brasileira. A tabela 8 revela que o Brasil é um dos principais redutos do consumo e da produção pirata. Há dez anos o País nem aparecia entre os dez primeiros no ranking mundial da pirataria; hoje, ocupa a segunda posição, só atrás da Rússia, o grande paraíso da economia subterrânea no final do século XX.

Como se viu, os números da indústria fonográfica brasileira são impressionantes e fizeram do Brasil o sexto maior mercado do planeta em termos de

O Brasil é um dos principais redutos do consumo e da produção pirata. Hoje ocupa a segunda posição, só atrás da Rússia, o grande paraíso da economia subterrânea no final do século XX.

Tabela 8 - Principais Redutos da Pirataria Fonográfica - 1998

País	Pirataria em milhões de US\$	Nível de Pirataria* (%)
Rússia	310	70
Brasil	240	45
China	240	60
Itália	110	25
México	80	45
Hong Kong	60	70
Malásia	40	70
Polônia	40	40
Israel	30	60
Grécia	20	25

Fonte: IFPI - International Federation of The Phonographic Industry
 * Parcela do mercado nacional de CDs e fitas-cassete comprometida pela produção pirata

faturamento até 1998. Os piratas acompanharam de perto a expansão do mercado nacional: estima-se em menos de 3 milhões o número de CDs falsificados ou pirateados em 1995; em 1998, o País já absorvia um volume de cerca de 30 milhões de discos ofertados ilegalmente.

Enquanto a indústria fonográfica nacional teve um faturamento [em 1998] de US\$ 1,055 bilhão e vendeu 105,3 milhões de CDs, a pirataria arrecadou US\$ 500 milhões. A estimativa é de que 30 milhões de CDs falsificados foram comercializados e o governo deixou de arrecadar com isso aproximadamente R\$ 132 milhões em impostos. Hoje, em cada dez discos vendidos, quatro são falsificados. Comparativamente, o crescimento da pirataria no Brasil torna-se ainda mais alarmante. Em 1995, o mercado negro comercializou 2,4 milhões de CDs falsificados. Um ano depois, este número subiu para 3,1 milhões. Em 1997, o aumento foi de 400 mil unidades. No ano passado, atingiu a marca de 30 milhões.²²

Em 1999, os CDs mais pirateados nacionalmente foram de artistas da Música Axé, particularmente *É o Tchan* e *Banda Eva*, assim como os de música Sertaneja, especialmente do cantor Leonardo.

Cerca de 90% dos CDs falsificados que são vendidos no Brasil são fabricados na Ásia e contrabandeados através do Paraguai através das fronteiras do Paraná e Mato Grosso. Ironicamente e como acontece com boa parte do contrabando para o Brasil, a produção pirata asiática, que está concentrada na China (principalmente em Hong-Kong e Macau), Taiwan e Malásia, entra pelos portos de Santos e de Paranaguá, seguindo para seu *tour* paraguaio sob a proteção dos acordos que garantem livre trânsito em solo brasileiro ao produto importado pelo país vizinho. É grande também a participação de CDs falsificados oriundos da Rússia e mesmo dos Estados Unidos (Flórida), Canadá e Espanha.²³

A revolução do MP3 – fim ou recomeço da indústria fonográfica?

O outro grande inimigo declarado da indústria fonográfica do final do século é o MP3. O chamado formato MP3 revolucionou o mundo da música ao permitir a compactação de arquivos digitais de som, reduzindo seu tamanho em mais de dez vezes sem

que eles perdessem a qualidade. Difundido pela Internet, desbancou rapidamente o principal concorrente, o RealAudio, por permitir a transmissão de música mais rapidamente e com melhor qualidade sonora. Com o MP3 tornou-se possível transformar faixas de CDs em arquivos digitais, armazená-las em microcomputadores e compartilhá-las na rede, ou fazer a operação inversa, gravando CDs – personalizados – a partir dos arquivos digitais.²⁴

A invenção desse novo formato (1987) foi completada com três outras, mais recentes. Primeira, os gravadores portáteis e baratos de CDs, citados na seção anterior. Em segundo lugar, os *softwares* como o Napster, que permitem o compartilhamento de arquivos MP3 entre internautas, realizando a busca e o *download* dos mesmos em servidores com bancos de dados de música. Em terceiro, os aparelhos do tipo Rio, que copiam, armazenam e reproduzem músicas capturadas na Internet, denominados pela indústria fonográfica de “walkmans de piratas”.

O MP3 e a difusão dessas invenções complementares abalaram a indústria fonográfica mundial em dois sentidos.

De um lado, o novo formato de arquivo de som criou possibilidades até então não imaginadas de acesso gratuito à música, vale dizer, alavancou enormemente as possibilidades de pirataria num momento em que a indústria de discos, que depende inteiramente do pagamento de direitos autorais, já sofria com o ataque dos falsificadores de fitas e CDs. O MP3 tornou-se o formato preferido dos piratas da Internet, que copiam músicas de CDs e as distribuem de graça na rede, a partir de sites ilegais, de *chats* (salas virtuais de bate-papo) ou de correio eletrônico.

De outro, e o que talvez seja muito mais importante, o MP3 abriu caminho para a total “desmaterialização” da música; com ele, a música retorna ao que havia sido até o final do século XIX – um produto absolutamente intangível. Ora, isso significa dizer que toda a cadeia de valor da indústria fonográfica atual pode desaparecer, pois com o MP3, a Internet e os equipamentos do tipo Rio, tornam-se inúteis as fábricas e gravadoras de CDs, as atuais entidades arrecadadoras de direito autoral, empresas de pesquisas de mercado, distribuidoras e lojas de discos etc.

A música digital *on-line* veio para ficar. Já existem mais de 20 companhias da indústria eletrônica desenvolvendo e/ou lançando novos modelos de sistemas portáteis de gravação e reprodução. Algumas previsões apontam para um mercado mundial de mais de 30 milhões de gravadores de MP3 ou formatos similares até 2003. Ciente destes fatos, a indústria fonográfica tem procurado reagir — seu objetivo já não é simplesmente combater a pirataria na rede, mas sobretudo formalizar e controlar o novo mercado de música *on-line*. A chave para seu sucesso na luta pela garantia dos direitos autorais talvez esteja na imposição de formatos como o MP4 (MPEG-4) ou o WMP (*Windows Media Player*), que oferecem tecnologias para proteger os direitos autorais; para ouvir música, o internauta precisa licenciá-la por meio de pagamento ou assinatura. Paralelamente, a indústria tem criado ou estimulado sites legais que oferecem músicas não pirateadas.²⁵

Uma vez resolvido o problema que é a necessidade de um padrão que permita o pagamento de artistas e gravadoras, a venda de música *on-line* deve se expandir ainda mais aceleradamente, porque a eliminação da maior parte dos elos da cadeia de valor da indústria fonográfica — a “desintermediação” da música — implica uma brutal redução de custos e preços. Maria Ercília, editora de Internet da *Folha de São Paulo*, assinala:

(...) segundo dados da empresa de análise de mercado *Forrester Research*, dos US\$ 15 que um CD custa nos EUA, cerca de US\$ 2,50 são de despesas com publicidade; US\$ 1 para fabricação do CD; US\$ 3,50 para distribuição; US\$ 6 vão para direitos autorais e lucros da gravadora — destes US\$ 6, US\$ 2 vão para o artista, que geralmente os divide com produtores, empresários etc.; e US\$ 2 vão para o lucro da loja. Se a música fosse distribuída digitalmente, boa parte destes custos desapareceria.

A esperança da indústria fonográfica é que o consumidor não se incomode em desembolsar US\$ 0,5 ou menos para copiar uma faixa de música com melhor qualidade, mais rapidamente e dentro da lei.²⁶

Mas é claro que a Internet não eliminará o CD no curto ou médio prazos. A maior parte dos consumidores de música ainda não está conectada à rede e parcela bem mais significativa ignora o MP3 e outros formatos. O MP3 rouba apenas 1% do atual

faturamento de cerca de US\$ 38 bilhões da indústria fonográfica mundial. Quando falamos hoje de venda de música *on-line* referimo-nos principalmente à venda de CDs pelo comércio eletrônico. Assim, a *Forrester Research* estima que o mercado *on-line* vai movimentar, em 2004, cerca de US\$ 7,5 bilhões, mas desse total apenas US\$ 1 bilhão corresponderá ao comércio de faixas por meio de *download*, isto é, com transferências de arquivos via rede. O comércio *on-line* de CD é que continuará respondendo pelo grosso das vendas via Internet.²⁷

O comércio eletrônico de CDs tampouco deve eliminar a venda em loja. Contudo, em associação com o MP3, deve reduzir de modo considerável a participação do varejo tradicional na distribuição. Além disso, as lojas de discos deverão se modernizar para sobreviver e isso muito provavelmente significará trabalhar sem estoques, com produção de CDs personalizados em tempo real.

O acesso rápido [ou *download* instantâneo] — como afirma Luís Antonio Giron — permite, por exemplo, que empresas coreanas e japonesas lancem serviços de quiosques e escuta eletrônica. São ‘*jukeboxes*’ sem estoque material, que vendem música ligadas a uma base de dados. Assim, o consumidor, com um simples *download*, pode montar seu próprio CD, DVD ou minidisc, bastando optar pelas faixas disponibilizadas pelas empresas, ligadas via Internet. Em resumo, o lojista não precisa de estoques, empregados nem de loja.²⁸

É importante lembrar, finalmente, que a difusão da música em arquivos digitais abre, em teoria, imensas possibilidades para a exportação “desintermediada” de artistas e gêneros ignorados pela grande indústria fonográfica. Em tese, é muito mais barato ofertar a produção musical independente na rede do que produzir e distribuir um disco. Ora, se isso é verdade na escala micro, também pode ser verdadeiro na escala regional. No futuro, o uso da Internet como canal pode ajudar a reduzir a dependência em relação às grandes gravadoras multinacionais, o que é relevante para a indústria da música de regiões que não dispõem de fortes estruturas de distribuição tradicional. A Internet ampliaria as possibilidades de exportação das empresas locais e, provavelmente, garantiria para o complexo regional da música uma fração mais substancial dos lucros obtidos com a venda de seu produto.²⁹

A indústria fonográfica da Bahia

A indústria de discos na Bahia só surgiu na segunda metade da década de 1980. Até 1983, o que existia no Estado eram estúdios de gravação de mensagens de propaganda para rádio e televisão (*jingles* etc.). A WR Produções, do empresário baiano Wesley de Oliveira Rangel, foi uma das pioneiras nesse ramo de atividade. Começou em 1975, fazendo publicidade. A partir de 1978, passou a trabalhar com trilhas e *jingles*, iniciando assim suas atividades com música. Mas o negócio, como estúdio de gravação musical, só engrenou em 1983, quando Rangel montou uma banda de música chamada *Codizeres*.

Em seguida, no ano de 1985, surgiu na Bahia a primeira empresa de gravação de som musical. Seu sucesso inicial se deu com a gravação de uma nova banda, a *Acordes Verdes*, liderada pelo cantor Luís Caldas. Assim, o surgimento da indústria fonográfica baiana se confunde com o aparecimento da Música Axé e com a demanda criada por este gênero musical.³⁰

A atividade fonográfica demorou algum tempo para tomar impulso na Bahia. Paradoxalmente, isso também teve a ver com seus laços com a Axé *music*. De início, o Axé não foi bem visto pelas grandes multinacionais da gravação. Isso ocorreu apesar de sua inquestionável força de mercado já no final dos anos 1980, quando a banda *Reflexus* atingiu a marca de 900 mil cópias no mercado brasileiro, e nomes como Luís Caldas, Sarajane e Olodum, passaram a vender sempre acima de 100 mil. Como as grandes gravadoras de música, além das emissoras de rádio e TV, concentravam-se no eixo Rio-São Paulo, a indústria via com desconfiança a possibilidade dos baianos lançarem selos próprios para vender sua música.

Dois passos foram essenciais para suplantar essas barreiras. Primeiro, a aceitação de Daniela Mercury pelo público brasileiro, com um milhão de cópias vendidas do seu segundo disco, *O Canto da Cidade*, centrado no samba reggae. Em segundo lugar, mas não com menor importância, a multiplicação dos carnavais fora de época e principalmente em outros estados. Esse segundo fator permitiu

mais que a exportação dos serviços de bandas e artistas baianos com seus trios elétricos; foi o próprio Axé que se transformou em mercadoria de exportação, marcando presença em mais de 60 carnavais extemporâneos, inclusive em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Brasília.

Mas é preciso deixar bem claro que quando se fala de indústria fonográfica na Bahia, entenda-se indústria de produção musical. No Estado, não existem fábricas de CDs ou sedes de gravadoras multi-

nacionais. O que existe é um mercado de estúdios de gravação. Nas palavras de Rangel, “o que existe na Bahia é um mercado produtor de matéria prima acabada em nível de produção, onde uma gravadora como a PolyGram, BMG

ou Warner, contrata o artista e a produção de seu disco”. Esta é a atividade fonográfica baiana: produzir discos em estúdios ou shows ao vivo.

Todas as etapas da produção musical de um disco podem ser feitas na Bahia: criação e escolha do repertório, seleção de músicos e arranjadores profissionais, definição da forma que tomará a música gravada, gravação e mixagem do CD. A maioria dos estúdios profissionais gravam e mixam ainda em mesas de 24 canais. Mas já existem alguns poucos que operam com mesas de 48 e mesmo maior número. A aparelhagem disponível nestes estúdios baianos é a mesma que já existe em São Paulo, Tóquio ou Nova Iorque, e as técnicas de gravação são as mesmas encontradas em qualquer lugar do mundo. O diferencial fica por conta da qualidade da equipe técnica que trabalha na Bahia e do “astral” de gravar na Boa Terra. O Ara Ketu, por exemplo, tem exigido da sua gravadora, a Sony Music, que a produção do disco seja toda feita estúdio baiano.

As principais produtoras fonográficas da Bahia estão ligadas às grandes bandas de Axé. São elas: a Mazana, que produz os discos do Chiclete com Banana; a Pracatun, empresa de Carlinhos Brown, que produz seus discos e os da Banda Timbalada; Página do Mar, de Daniela Mercury; MEG, de Netinho; Bicho da Cara Preta, que produz É o Tchan e Companhia do Pagode. Como quase todas as produtoras são também estúdios de gravação, pode-se dizer que na Bahia existem aproximadamente

Quando se fala de indústria fonográfica na Bahia, entenda-se indústria de produção musical.

15 estúdios profissionais. Com um outro tipo de perfil, há ainda os pequenos estúdios de pré-gravação, com investimentos que não ultrapassam R\$ 300 mil, entre os quais se destacam Verde, RPA e Zero. Além destes, existem cerca de duas centenas de pequenos estúdios, os chamados de “fundo de garagem”, freqüentemente limitados a atividade de ensaios. O maior estúdio profissional independente da Bahia é o WR Produções, com padrão internacional e investimentos de cerca de US\$ 1 milhão. A WR é responsável pela maior parte da produção final dos grandes nomes do Axé baiano, entre eles, Ara Ketu, Chiclete com Banana e Daniela Mercury. A empresa afirma responder ainda por cerca de 70% do total da produção fonográfica da Bahia, todos os gêneros somados.

O significado econômico da indústria baiana de discos

O estúdio de gravação é o primo pobre das gravadoras na indústria fonográfica. Ele demanda investimentos consideráveis, pois necessita de estrutura física, equipamentos adequados (a maioria importados) e uma mão-de-obra qualificada em todos os seus departamentos. No entanto, suas únicas receitas são: (a) o contrato direto com os artistas para gravar, e (b) o aluguel das instalações para quem quer gravar um disco com sua própria equipe de produção.

Em teoria, um bom disco, com um pessoal bem entrosado, pode ser gravado em até dez horas. Na prática, porém, tendo em vista as exigências do mercado, um disco de qualidade competitiva demanda de 120 a 400 horas de estúdio. Para a média dos artistas mais consagrados da música baiana, o total por álbum é de 200 a 300 horas. Seus discos requerem mais apuro e a qualidade do som depende da qualidade da gravação; para que vendam bem é necessário que toquem nas grandes rádios nacionais, que exigem excelência para a execução da música. Mas quem tem menos recursos grava em menos tempo. Um estúdio que grava e mixa em 48 ou mais canais cobra, em média, na Bahia, R\$ 120 por hora de gravação. Estúdios de 24 canais cobram cerca de R\$ 100; os menores e os de pré-gravação, em média, R\$ 60.

Desse modo, o custo de produção de um disco

na Bahia é muito variável: vai de R\$ 20 mil a R\$ 200 mil. Para os grandes do Axé, o custo de um disco flutua entre R\$ 150 e R\$ 200 mil, haja vista que neste caso se demanda maior número de horas de estúdio (ou de trabalho externo quando se trata de gravações de shows ao vivo), gravação em mais canais, maior número de músicos, técnicos e outros profissionais de maior qualidade etc. Um disco de artista em posição secundária no mercado fica em torno de R\$ 40 a R\$ 80 mil. Um artista independente gasta de R\$ 10 a R\$ 30 mil. Em geral, artistas de menor expressão, sem muito reconhecimento ou que fazem música bem menos sofisticada, preferem realizar a produção de seus discos através de sistema MIDI, em computador. Com este meio, que dispensa músicos acompanhantes e barateia a mixagem, cada faixa de um disco sai por cerca de mil reais.

O mercado fonográfico baiano produz de quatro a cinco discos por mês, o que soma algo em torno de 50 CDs por ano. Destes 50, dez ultrapassam as 100 mil cópias vendidas e pelo menos um tem chegado a 1 milhão. A média dos grandes artistas da Bahia fica entre 200 a 500 mil cópias por lançamento. Pode-se estimar as vendas anuais de discos produzidos na Bahia em 5 milhões de unidades (para a vendagem acumulada dos principais artistas e bandas baianos, ver tabela 9).

O impacto da venda desses discos sobre a economia baiana é sobretudo indireto, uma vez que apenas 10% do valor dos CDs vendidos por artistas baianos retorna ao Estado. Com efeito, esse é o percentual que as grandes gravadoras, situadas no eixo Rio-São Paulo, pagam em média às produtoras dos principais artistas e bandas da Bahia. Para uma venda anual de 5 milhões de unidades a R\$ 20 (preço médio no varejo), ter-se-ia um valor máximo total de apenas R\$ 10 milhões de reais por ano diretamente injetados na economia baiana pela indústria fonográfica. Mesmo esse número pode estar superestimado, uma vez que a produtora do disco muitas vezes não é baiana. Nesses casos, o retorno é bem menor, pois se limita aos direitos autorais pagos aos músicos, intérpretes e compositores baianos.

O impacto real da indústria da música da Bahia sobre a economia baiana está relacionado ao sucesso dos seus artistas. Em primeiro lugar, o círculo virtuoso que se estabelece entre a música Axé e o

Tabela 9 - Vendas de Discos dos Principais Artistas e Bandas Baianas de Música Axé nos Anos 1990 (milhões de unidades)

Artista/Banda	Gravadora	Grupo Controlador	Vendas Totais de Discos em Milhões de Unidades nos Anos 1990 (Estimativas)
Daniela Mercury	BMG	Bertelsmann	5,0
Ara Ketu	Sony Music	Sony Corporation	3,0
Asa de Águia	Columbia	Sony Corporation	3,0
Chiclete com Banana	BMG - Ariola	Bertelsmann	5,0
Banda Eva	Polygram	Seagram	5,0
É O Tchan	Polygram	Seagram	10,0
Cheiro de Amor	Universal	Seagram	4,0
Timbalada	Polygram	Seagram	2,5
Netinho	Polygram	Seagram	2,0

Fonte: Sites das Bandas na Internet, 1999

Carnaval na Bahia, na medida em que se alimentam mutuamente. Em segundo, a multiplicação deste *feedback* positivo com a exportação do carnaval da Bahia: franquias de blocos, serviços de trio elétrico, contratação de artistas baianos para carnavais fora de época etc. Em terceiro, a realização de shows na Bahia e fora do Estado, cerca de 400 por ano, com cachês que podem chegar a R\$ 25 mil para os grandes nomes do Axé. Em pesquisa realizada em 1996, a Secretaria da Cultura e do Turismo do Estado da Bahia estimou em R\$ 85 milhões por ano o mercado estadual de shows musicais; a maior parte destes shows são realizados com artistas e músicos baianos (ver tabela 10). Em quarto, a venda de discos no próprio mercado baiano. Uma banda de sucesso vende, apenas em Salvador, cerca de 50 mil cópias por disco lançado, o que representa um faturamento no varejo da ordem de R\$ 1 milhão. A mesma pesquisa da SCT estima o consumo de discos e fitas na Bahia em pouco menos de R\$ 230 milhões; parcela mais que significativa desta demanda é dirigida para o produ-

to musical baiano (ver ainda a tabela 10).

Uma avaliação do significado econômico da indústria da música na Bahia estaria incompleta se não levasse em conta o volume de emprego criado por esta atividade. Empresários do setor estimam este volume em 5 mil postos de trabalho criados diretamente, aí incluídos todos os segmentos da economia da música:

indústria, prestação de serviços e comércio. Este número aparenta estar subestimado. De fato, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), amostra 1996-2000, que considera apenas a RMS, aponta para a existência de cerca de 8,5 mil pessoas trabalhando em somente cinco das ocupações tipicamente vinculadas à música: cantores, compositores, músicos, operadores de equipamentos de som, artesãos e operários da indústria de instrumentos musicais. Se forem considerados os postos

Tabela 10 - Distribuição do Consumo Cultural das Famílias Baianas por Tipo de Bem ou Serviço - 1996

Item de Despesa Familiar	Valor Anual do Consumo (em R\$ Milhões)	Participação (%)
Cinemas	76,80	5,5
Entradas em Parques	62,80	4,5
Teatro, Centros Culturais	48,80	3,5
Shows Musicais	85,50	6,1
Shows de Dança, Teatro e Circo	14,00	1,0
Cursos de Arte	15,70	1,1
Museus, Galerias e Bibliotecas	3,49	0,3
Academias de Dança	45,37	3,3
Festas Populares/Religiosas	130,87	9,4
Afoxés, Blocos e Entidades Culturais Recreativas	99,46	7,2
Artesanato e Obras de Arte	36,46	2,6
Culinária Típica	293,16	21,1
Discos, Fitas e CDs	226,85	16,3
Fitas de Vídeo	113,42	8,2
Livros, Revistas e Periódicos	137,85	9,9
Consumo Total Anual Familiar	1.390,72	100,0

Fonte: BAHIA, SCT, 1996

de trabalho em outros segmentos, inclusive no comércio de discos, instrumentos e equipamentos, o número de pessoas que vive da música no Estado da Bahia deve ser certamente bem maior.

Crise do Axé ou crise do CD?

Depois de atingir a marca de 117 milhões de unidades vendidas e de 1,23 bilhão de dólares de faturamento em 1997, o mercado fonográfico brasileiro declinou ligeiramente em 1998 (105 milhões de cópias e US\$ 1,06 bilhão). Mas ele desabou em 1999, quando foram vendidos apenas 80 milhões de discos e se obteve um faturamento de US\$ 429 milhões, vale dizer, uma queda de 60% em relação ao nível de vendas do ano anterior (ver tabela 5).

A queda das vendas entre 1998 e 1999 tem sido explicada por três razões fundamentais.

Houve, em primeiro lugar, a crise do Real que resultou na desvalorização da moeda brasileira e numa quase recessão econômica. Com menos recursos, os consumidores nacionais gastaram menos com produtos supérfluos, inclusive CDs. A desvalorização, ao mesmo tempo, fez cair o valor em dólares das vendas realizadas no País. Esta dupla queda – do número de unidades vendidas e do valor destas – repercutiu muito mal no exterior. O Brasil caiu da sexta para a décima primeira posição no ranking dos maiores mercados nacionais e as gravadoras multinacionais, que até então estavam vendo o País como o mais promissor mercado do planeta, desviaram sua atenção para outras alternativas.³¹

Ocorreu, simultaneamente, um aumento da pirataria. No ranking dos mercados mais visados pelos piratas, o Brasil manteve a segunda posição, empatado com a China e só perdendo para a Rússia. Como sempre, a pirataria visou quem mais fez sucesso, inclusive alguns dos grandes nomes do Axé, como É o Tchan e Banda Eva.³²

Houve ainda – e aqui começa a polêmica – um certo desgaste dos gêneros musicais que vinham fazendo grande sucesso, como o Pagode e o Axé (ver tabela 11). Há quem diga que este desgaste não existe. O que estaria ocorrendo seria apenas a combinação de uma série de fatores negativos meramente conjunturais: redução do número de discos produzidos ao vivo (que vendem mais), mudança na carreira de certos artistas (e.g. Ivete Sangalo), desatenção da indústria para certos projetos específicos. Outros gêneros – como o sertanejo – continuariam muito bem, o Axé e o Pagode tenderiam a se renovar com o aparecimento de novos talentos e o problema número um da indústria continuaria sendo a pirataria, isto é, o contrabando de CDs falsificados e a ameaça do MP3.³³

Talvez todas as explicações sejam válidas. Todavia, é preciso destacar que a recessão econômica e o desgaste de certos gêneros são passageiros, enquanto que a atividade pirata não tem um fim previsível. É possível salvar o CD ou ele terá o mesmo destino da fita-cassete gravada, que foi eliminada do mercado legal pela falsificação industrial e pela difusão do gravador de dois *decks*?

O Estado e a indústria têm combatido a pirataria através da repressão ao comércio ilegal, do incremento da fiscalização nas alfândegas fronteiriças, portos e aeroportos, e do desmantelamento das fontes de produção ou distribuição que alimentam o mercado. A quantidade de CDs e de equipamentos duplicadores apreendidos tem crescido ano após

Tabela 11 - Vendagem de Alguns Gêneros e Artistas Brasileiros entre 1995 e 1999 (em mil cópias por disco)

Gênero/Artista/Conjuntos	1995	1996	1997	1998	1999
Axé					
Netinho			1.300	200	
Terrasamba				2.200	250
Banda Eva/Ivete Sangalo				2.400	280
Samba/Pagode					
Só Pra Contrariar			3.200	1.500	
Negritude Júnior	820	500	450	350	
Katinguelê				330	120
Sertanejo					
Chitãozinho & Xororó				600	500
Leonardo				2.700	1.700
Daniel				1.200	900

Fonte: Folha de São Paulo, Ilustrada, 10/04/00, p.1

ano. A indústria, além disso, tem se utilizado de táticas como a redução do preço dos CDs, o lançamento mais freqüente de novos produtos e a substituição mais rápida das músicas “carro-chefe” nas FMs, buscando confundir os falsificadores.³⁴

Mas nada disso tem reduzido o volume das vendas piratas. Um CD falsificado custa cerca US\$ 2,50 no Paraguai (R\$ 4,50); os principais compradores são os sacoleiros que os revendem no comércio ambulante das principais cidades brasileiras. No varejo legal, o CD brasileiro é barato se comparado com o produto similar de outros países. Mas quando se leva em conta o poder de compra da população brasileira, o quadro se altera completamente, pois em termos de potencial de consumo real, o usuário de CDs brasileiro está bem atrás no ranking planetário (ver tabela 12). O que esperar do futuro, se o preço dos equipamentos de duplicação de CDs continua caindo e as músicas para as cópias podem ser encontradas cada vez mais facilmente na Internet?

Uma hipótese a arriscar é que o que se assiste hoje no Brasil não é simplesmente uma crise do Axé e do Pagode, mas o início do fim de um ciclo, a era do CD. No futuro, do mesmo modo que ocorreu com a “fita K7”, o CD tenderia a ser 100% produzido no mercado negro. A indústria fonográfica lutaria para sobreviver optando por novos suportes e novos vetores para a música: arquivos digitais, sites e portais de venda direta, rádios virtuais. Mas será mesmo possível controlar a pirataria na Internet?

Tabela 12 - Preço de um CD no Atacado e no Varejo em Países Selecionados jun/1999 (US\$)

País	Atacado	Varejo	PIB per capita (US\$)	PIB pc/preço no varejo
França	9,63	ND	24.956	ND
Alemanha	7,62	12,38	27.337	2208
Holanda	8,46	15,18	27.200	1792
Reino Unido	8,28	12,73	23.947	1881
Austrália	7,95	13,10	21.750	1660
Argentina	8,49	14,17	8.810	622
México	6,12	9,41	5.040	536
EUA	8,22	13,50	33.946	2515
Brasil	5,75	8,62	3.280	381

Fonte: IFPI - International Federation of The Phonographic Industry e Exame/The Economist, 22 de dezembro de 1999.

Conclusão: garantir o futuro da indústria baiana de música

Como se procurou mostrar neste artigo, a indústria fonográfica da Bahia é uma indústria de produção musical, que gera receitas quando um artista ou uma gravadora (quase sempre situada fora do Estado) contrata os serviços de gravação da matriz de um disco. Na Bahia, não existem nem fábricas de CDs, que iniciam a cadeia produtiva do ramo, nem as gravadoras/distribuidoras que são o penúltimo elo desta, situadas logo a montante do comércio de discos. Isso significa dizer que a indústria fonográfica baiana (produtoras, estúdios etc.), bem como a indústria estadual da música em geral, depende fundamentalmente da existência de gêneros e artistas de sucesso. É necessário que gravadoras e selos de gravação nacionais e internacionais tenham interesse em comprar e revender o produto musical baiano. Uma vez que nem o Axé, nem o Pagode, nem os artistas destes gêneros são eternos, é preciso incentivar o surgimento e desenvolvimento de novos artistas e/ou novos gêneros e estilos de música. A Bahia tem uma imensa tradição na invenção de novos produtos a partir da matéria-prima local, nacional e global: do Tropicalismo de Caetano e Gil ao Rock de Raul Seixas e Marcelo Nova, do Fricote de Luís Caldas ao Samba Reggae de Daniela Mercury, do Axé Pop do Ara Ketu, Ivete Sangalo e Netinho, ao Samba do Recôncavo transformado em Pagode do Harmonia do Samba e do Terra Samba. Outros sons, compositores, intérpretes e músicos certamente surgirão.

Existem hoje na Bahia basicamente três ações de incentivo ao aparecimento de novos talentos, todas implementadas pelo governo do Estado, através da Secretaria de Cultura e Turismo, em parceria com o setor privado. A primeira é o conhecido programa FAZCULTURA, que concede abatimento no ICMS para empresas situadas na Bahia que sustentem financeiramente projetos culturais aprovados pela SCT. De 1997 a meados de 1999, 34% de todos os recursos deste programa foram destinados à música. A segunda ação é o projeto Sons da Bahia, uma iniciativa da SCT para desenvolver um selo de gravação local, que incentiva gêneros e artistas diferentes daqueles que têm atualmente a hegemonia. O Sons da Bahia já lançou cerca de 20

CDs. A terceira iniciativa é o projeto Emergentes da Madrugada, uma parceria da WR Produções com SCT, que também se propõe a apoiar o lançamento de alternativas ao Pagode e ao Axé, inclusive pop e rock genuinamente baianos. O Emergentes já produziu cerca de 25 CDs, lançando novos talentos e um repertório bastante eclético.³⁵

A música baiana precisa de mais ações desse tipo, bem como da implantação de outros projetos que tenham maior repercussão na mídia nacional. Por que não reciclar, por exemplo, o modelo dos festivais, que vem sendo reafirmado em Salvador desde a realização do Percpan?

O principal problema enfrentado pela indústria fonográfica da Bahia é a ausência de selos independentes fortes no Estado. É o selo que garante o contrato do artista e a distribuição de seu disco. Não é provável a participação do capital externo nesta área – as multinacionais instaladas no Rio e São Paulo não têm interesse no fortalecimento de selos baianos. É verdade que existem pelo menos cinco selos fonográficos pequenos na Bahia (NE, Discos, Canto da Cidade, WR e Sons da Bahia), mas estes empreendimentos são para projetos secundários das produtoras baianas. O custo para manter um selo funcionando é muito alto e o mercado baiano não tem escala suficiente para permitir um projeto de maior fôlego, capaz de se firmar como uma alternativa de distribuição aos selos das grandes gravadoras instaladas no País.

Ora, a transição do CD para a música *on-line* revoluciona, como se viu aqui, a distribuição do produto da indústria fonográfica. Modernizar esta indústria na Bahia significa prepará-la para a exportação pela rede. A Bahia não precisa de fábricas de CDs. Já existem no Brasil sete prensadores de discos que operam com capacidade ociosa, produzindo um artigo de valor declinante (CD+, Sonopress-Rimo, Videolar, Sony Music, Microservice, Novodisc e TracyDisc)³⁶. O que a música baiana precisa é de um, dois, três ou mais PORTAIS para a divulgação e venda de sua música digitalizada, compactada e personalizada. Para a construção deste espaço virtual, a música baiana necessi-

ta de financiamento, mas antes de mais nada de capital humano, de mais compositores e músicos, e também de profissionais e técnicos especializados na produção da nova música *on-line*.

Além disso, a indústria da música baiana precisa se engajar na batalha nacional pela modernização da legislação de direitos autorais e pela introdução de uma legislação setorial que impeça os abusos de poder econômico. Não existe futuro na pirataria. Mas também não existe futuro no “jabá” *on-line*. Quem garantirá o acesso de novos talentos aos canais de promoção e distribuição virtuais?

Mas o ponto de partida é compreender que na medida em que se liberta do CD e de outros suportes materiais, a música tende a ser algo intangível, volátil, ao mesmo tempo local e global, robotizada e customizada, baratíssima e de fácil manipulação. Ou como ainda diria Luís Antônio Giron, “a música virou um objeto bem estranho”.

Adiantar-se na produção, no marketing e na logística deste novo objeto é o grande desafio.

NOTAS:

- 1 BURNETT, Robert. *The Global Jukebox – the international music industry*. Nova Iorque: Routledge, 1996.
- 2 Sobre o *crossover* ver, por exemplo, DWYER, Paula, DAWSON, Margaret e ROBERTS, Margaret, A Revolução do gosto na aldeia global, *Gazeta Mercantil* (Business Week), 26/27/28 de janeiro de 1996, Caderno Fim de Semana, p. 1-2.
- 3 Uma análise detalhada da cadeia de valor na indústria fonográfica pode ser encontrada em FINK, Michael, *Inside the music industry – creativity, process and business*. Nova Iorque: Schirmer Books, 1996.
- 4 Ver “Wheel of Fortune – a survey of technology and entertainment”, *The Economist*, 21/11/1998. Este estudo foi publicado pela *Gazeta Mercantil*, numa série de três artigos, a partir de 18/12/98. Ver ainda “Grandes irmãos – quatro ou cinco grupos dominarão todas as mídias concebíveis”, *Lafis, Carta Capital*, 16/02/2000, p. 68-71.
- 5 É possível que a *BMG* e a *Sony* venham a se fundir em breve. Como existem planos para uma atuação comum da *BMG* e da *Universal* na Internet, a indústria fonográfica mundial tende a se reorganizar em duas megaempresas (*EMI/Warner* e *BMG/Universal/Sony*). Ver Luís Antônio GIRON, “Um mercado que quer se livrar do CD”, *Gazeta*

- Mercantil*, Caderno Cultura, 28/29/30 de janeiro de 2000, p. 11.
- 6 Sobre as gravadoras independentes, consultar também BURNETT, *op. cit.*
 - 7 Ver Marcos Napolitano DE EUGÊNIO, *A indústria fonográfica no Brasil e a MPB (1960/1980)*, ABPHE, III Congresso de História Econômica, IV Conferência Internacional de História das Empresas, Universidade Federal do Paraná, 29/08 a 01/09/99.
 - 8 DE EUGÊNIO, Marcos N. *Op. cit.*, p. 4.
 - 9 Ver FRANCO, Célia Gouveia, "O Barulho das Gravações", *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 10/09/97.
 - 10 Idem, *ibidem*.
 - 11 É claro que outros gêneros fizeram sucesso comercial entre os anos 1960 e 1970. Entre os mais importantes estavam a música romântica de Roberto Carlos e de outros herdeiros da Jovem Guarda, a música "brega" descendente direta do bolero, o "sambão", derivado do tradicional samba de morro, além de outros. Mas é a MPB em sentido estrito – Chico Buarque, Milton Nascimento, Elis Regina, Ivan Lins e Gonzaguinha etc. – que ocupa o eixo da cena cultural no período.
 - 12 FILIPPI, Marcos. "Consumo Triplicou em 30 Anos", *Jornal da Tarde*, São Paulo, 20/08/98, Caderno Variedades, p. 12.
 - 13 Idem, *ibidem*. Ver ainda, Emerson GASPERIN, "Artistas nacionais lideram vendas de discos", *Gazeta Mercantil*, 07/08/09 de agosto de 1998, p. C-8.
 - 14 JANARY Jr., "Rei do forró prepara a tomada de São Paulo", *Gazeta Mercantil*, 04/04/2000, p. A-12.
 - 15 CARIDE, Daniela. "O Mercado fonográfico perto de US\$ 1 bilhão", *Gazeta Mercantil*, 10/10/97, Caderno Marketing & Publicidade, p. 8.
 - 16 Idem, *ibidem*.
 - 17 Idem, *ibidem*.
 - 18 Ver site da RIAA – www.riaa.com.
 - 19 Idem.
 - 20 Idem, disponível em www.riaa.com/stats/stats/htm.
 - 21 Ver ainda o site da RIAA – www.riaa.com. Ver também Alberto KOMATSU *et al*, "Pirataria abala mercado da música latina", *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 14 a 20 de dezembro de 1998, p. 6.
 - 22 FILIPPI, Marcos. "Pirataria de CDs põe o Brasil na lista negra", *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26/07/99, Caderno Variedades, p. 2.
 - 23 Idem, *ibidem*. Ver ainda Alberto KOMATSU *et alii*, "Brasil e México são os mais prejudicados", *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 14 a 20 de dezembro de 1998, p. 7, e Daniela CRISTOVÃO, "Cresce a pirataria de CDs no país", *Gazeta Mercantil*, 17/11/98, p. A-11.
 - 24 Ver "Ouça suas músicas favoritas no computador", *Folha de São Paulo*, Caderno Informática, 26/04/2000, p. 6.
 - 25 Sobre a evolução recente da música *on-line*, ver, por exemplo, Renata DEOS, "MP4 não garante fim da pirataria na Web", *O Estado de São Paulo*, 18/02/99, Caderno Internet, p. 10; "Internet ameaça as gravadoras", *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 28 a 4 de julho de 1999, p. 12; Raquel CARDOSO, "Microsoft entra na batalha contra o MP3", *Gazeta Mercantil*, 26/27/28 de maio de 2000, p. C-3.
 - 26 ERCILIA, Maria. "Indústria da música está quase pronta para a Internet", *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 20/01/99, p. 6.
 - 27 Ver Raquel CARDOSO, "Microsoft...", *loc. cit.*
 - 28 GIRON, Luís Antônio. "Um Mercado que quer se livrar do CD", *Gazeta Mercantil*, Caderno Fim de Semana, 28/29/30 de janeiro de 2000, p. 11.
 - 29 Vale a pena notar que isso não ocorre na exportação de CDs via Internet. Neste caso, a existência de um objeto material tem obrigado as empresas a construírem redes nacionais e internacionais de distribuição para entregar o produto em tempo menor que a concorrência. Ver OCDE, *The Economic and social impact of electronic commerce: preliminary findings and research agenda*, OCDE, feb. 1999.
 - 30 As informações desta seção foram em boa parte obtidas a partir de entrevista realizada com o empresário Wesley Rangel, em 26/10/99.
 - 31 Ver GIRON, Luís Antônio, "Um Mercado...", *loc. cit.*
 - 32 Luís PEREZ, "Mercado do disco cai com populares", *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 10/04/2000, p. 1.
 - 33 Ver declarações do presidente da ABPD, Marcelo Castello, no artigo citado acima.
 - 34 Ver, por exemplo, Marília CORDEIRO, "Pirataria de CD faturou US\$ 400 mi", *Gazeta Mercantil*, Regional Nordeste, 26/10/98, p. 3, e Daniela CRISTOVÃO, "Cresce a pirataria de CDs no País", *Gazeta Mercantil*, 17/11/98, p. A-11.
 - 35 Entrevista com Dr. Cláudio Taboada, Secretário do FAZCULTURA, em 17/04/2000.
 - 36 Sidrônio HENRIQUE, "CD+ investe R\$ 5 milhões para dobrar produção", *Gazeta Mercantil*, 24/25/26 de abril de 1999, Caderno Fim de Semana, p. 11.
- * Paulo Henrique de Almeida é doutor em Economia pela Universidade de Paris X - Nanterre e professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.
E-mail: phalm@ufba.br
- ** Gustavo Casseb Pessoti é graduando desta mesma Faculdade.
- Os autores agradecem as contribuições do empresário baiano Wesley Rangel, da WR Produções, e do Secretário do Fazcultura, da SCT, Dr. Cláudio Taboada, sem as quais este artigo não seria possível.

Terceiro setor: um novo espaço de sociabilidade pública?

*Oswaldo Barreto**

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) vêm assumindo espaços cada vez mais importantes no mundo contemporâneo. Mais recentemente a mídia passa a tratar o conjunto dessas organizações sob a denominação genérica de terceiro setor. Como já amplamente conhecido e discutido, o surgimento do Terceiro Setor teria origem, de um lado, na incapacidade do mercado, ou seja da empresa – que tem como objetivo fundamental o lucro – de incorporar uma agenda que diga respeito a questões sociais e ambientais, e, de outro, no gigantismo e ineficiência do Estado, que teria esgotado a sua possibilidade de atender e lidar com as crescentes necessidades sociais das populações mais necessitadas. É interessante notar que, inicialmente, o Terceiro Setor identifica-se por um nome que contém uma negação, sua agenda de trabalho é definida a partir da negação da capacidade de outros entes sociais de lidarem com essa agenda.

Na realidade, a existência de organizações não-governamentais não é um fenômeno organizacional novo, ele acompanha o processo de desenvolvimento do sistema capitalista e a consolidação do Estado/Nação. Na Bahia tem-se o exemplo notável da Santa Casa da Misericórdia, que, no ano de 1999, juntamente com a Cidade de Salvador, também completou os seus 450 anos. Essa organização, apesar de quatro vezes centenária, continua em atividade, mantendo o Hospital Santa Isabel, cemitérios e algumas ações sociais.

Esse tipo de organização, conhecida como irmandade, teve presença marcante na vida da Ci-

dade de Salvador do século XVII ao século XIX. Como exemplos, podemos citar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, fundada em 1685, e a Irmandade da Ordem Terceira de São Domingos, fundada em 1723. As irmandades constituíam-se como associações corporativas, sendo mantidas principalmente por meio de jóias e anuidades pagas por seus associados, de esmolas, loterias, rendas de propriedades e legados em testamento. Os recursos arrecadados eram utilizados para atender às necessidades dos irmãos e à caridade pública; para a construção, reforma e manutenção de suas igrejas, asilos, hospitais e cemitérios, e para o pagamento dos salários de capelães, sacristãos e funcionários (Reis, 1991).

Outro exemplo marcante encontrado na Bahia é o do Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1872, voltado para a formação de jovens aprendizes. Essa organização é referenciada, nos dias de hoje, como uma das mais importantes ONGs da Bahia e até do Brasil.

Um aspecto que merece ser destacado é que tanto as irmandades como o Liceu tinham como objetivo principal o desenvolvimento de atividades que, em sua maioria, modernamente viriam a se constituir em atribuição precípua do Estado. Atividades similares às desenvolvidas pelas irmandades e pelo Liceu são, hoje, incluídas como pontos fundamentais da agenda das ONGs.

Com esses exemplos, não pretendo, em hipótese alguma, afirmar que a dinâmica social que gerou as irmandades e o Liceu seja a mesma que gerou, quase trezentos anos depois, no último quartel do

século XX, a explosão das ONGs, e que, segundo determinada visão, teria levado ao surgimento de um novo setor, o terceiro. Entretanto, acredito que em pelo menos um elemento se pode buscar o elo entre os dois fenômenos organizacionais. Trata-se do Estado, que, com sua ausência, no tempo e no caso das irmandades e do Liceu, ou com sua pretensa incapacidade e gigantismo, no caso das ONGs, não atendeu – ou deixou de atender – às necessidades sociais da população.

Tem sido difícil, talvez seja até impossível, chegar-se a um conceito ou a uma tipologia mais consensual do que seja ONG ou Terceiro Setor. Com a explosão de criação de organizações que ocorre nas décadas de 1980 e 1990, ficou difícil separar o joio do trigo. Denominam-se ONGs não só instituições que, efetivamente, se dedicam a questões sociais, de direitos humanos, ecológicas, como também aquelas que articulam poderosíssimos interesses econômicos, como as fundações mantenedoras de instituições de ensino superior privado no Brasil ou até empresas, a exemplo da Golden Cross, poderoso grupo de seguro privado, que foi considerado, por muitos anos, como sem fins lucrativos – e, pasmem, com todos os direitos e benefícios fiscais previstos na legislação para tais casos. Talvez pela complexidade ou, quem sabe, pela necessidade de se manter a indiferenciação, todas foram englobadas numa única categoria, terceiro setor. Essa denominação, a exemplo de ONG, também peca pela generalidade. Neste artigo será utilizado com maior frequência o termo ONG, designando um conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, que têm por objetivo a defesa de interesses comuns da sociedade e a atuação voltada para o atendimento das necessidades e demandas sociais de grupos excluídos da sociedade.

O presente texto pretende se debruçar sobre o fenômeno do surgimento das ONGs no último quartel do século XX, dando ênfase a questões como: ambiente econômico, político e social que gerou a disseminação dessas associações; constituição das ONGs enquanto âmbito de criação de uma nova sociabilidade, que ultrapassaria os limites dos Estados nacionais e se constituiria no embrião de uma nova sociedade civil internacional; recursos financeiros mobilizados pelas ONGs e sua origem e significação em relação aos recursos mo-

bilizados e aplicados pelo Estado. Nesse sentido, o presente artigo foi estruturado em três seções: a primeira aborda o surgimento e disseminação das ONGs na Europa e suas repercussões no mundo; uma segunda seção trata do surgimento das ONGs no Brasil e, finalmente, na terceira seção, são feitas algumas conclusões a respeito do tema abordado.

Histórico: as ONGs na Europa

As organizações não-governamentais, as que viriam a se constituir no embrião para a explosão de criação de ONGs a partir da década de 1970, têm sua origem na II Guerra Mundial, quando as igrejas resolveram mobilizar esforços para apoiar setores da população européia que se encontravam em estado de carência, em consequência do conflito. A denominação ONG “aparece pela primeira vez no Estatuto de criação da ONU em 1945. Recomendava-se, no texto, a consulta a essas instituições que teriam, supostamente, competência técnica em temas específicos, de cunho universal” (Corral, 1998).

O processo de recuperação dos países da Europa Ocidental ocorreu em período relativamente curto. O modelo então adotado por esses países foi marcado por uma forte presença dos Estados Nacionais, que passaram a exercer importantes papéis de coordenação e de resolução de conflitos entre o mundo do capital e o mundo do trabalho e também aprofundaram a intervenção no sentido de generalizar a oferta de serviços sociais como educação, saúde, previdência, habitação, transporte, dentre outros. A oferta desses serviços vai se constituir em elemento essencial no processo de reprodução da massa trabalhadora da Europa Ocidental. Esse modelo, que ficou conhecido como o modelo de regulação keynesiano, é adotado, com variações e ênfases diferenciadas, pelo conjunto dos países capitalistas. Evidentemente, nos países pobres, ou países do Sul, para usar um jargão caro às ONGs, as questões sociais foram incorporadas às agendas governamentais apenas de forma residual.

Completado o processo de recuperação européia, essas ONGs, em vez de se dissolverem, passaram a voltar suas atenções e a dirigir os seus esforços de captação de recursos financeiros para incentivar e apoiar ações das igrejas de países do

Sul, voltadas para o atendimento de grupos carentes. Se, de um lado, essa atitude reflete preocupações de solidariedade, por outro, não se pode deixar de considerar a tendência dessas organizações a criarem motivações que justifiquem a sua perpetuação e a permanência de suas próprias burocracias.

Ao adotar esse modelo, o capitalismo experimenta um processo de expansão econômica sem precedentes na sua história: os 25 anos que se seguiram ao final da II Guerra Mundial ficaram conhecidos como os anos de ouro do capitalismo. Mas parece que, confirmando o adágio popular de que tudo que é bom dura pouco, as economias capitalistas entram em crise a partir do início da década de 1970 e, junto com elas, o modelo de intervenção keynesiano.

O discurso e a ideologia liberal, que tinham perdido prestígio desde a grande crise vivida pela economia capitalista mundial na década de 1930, voltam com força, criticando o papel da intervenção estatal, responsabilizando-a pelos problemas vividos pelo sistema, e propondo a sua volta a um patamar mínimo de intervenção. Em síntese, o discurso liberal afirmava, e afirma, a falência da intervenção estatal e a sua ineficiência *vis-à-vis* a intervenção do setor privado. O discurso liberal de negação e de desqualificação do Estado ganha força nas décadas de 1970 e 1980 e se revigora no início da década de 1990 com a desestruturação do Estado Soviético e dos países socialistas do Leste Europeu.

Coincidentemente ou não, é nesse contexto de crítica e de desqualificação da ação estatal que ressurgem e se disseminam as organizações não-governamentais, que, aliás, vão buscar como principal razão para a sua existência argumentos similares aos utilizados pelo discurso liberal, referindo o gigantismo e a incapacidade do Estado, que, assim, já não poderia atender às crescentes demandas sociais nem interferir em questões que extrapolassem os limites de cada nação, como, por exemplo, as questões ambiental e dos direitos humanos.

É evidente que o surgimento desse importante fenômeno político-organizacional não pode ser visto, de forma simplista, como apenas mais um pro-

duto da onda liberal que tem dominado o mundo nos últimos 25 anos, mas como um fenômeno muito mais complexo e com variadas facetas.

Um primeiro aspecto a ser considerado é que as ONGs, ao se dedicarem principalmente a problemas locais, fragmentam a sua atuação em atividades específicas: gênero, raça, direitos humanos, ecologia, saúde, educação etc., reforçando uma ação política também fragmentada e que perde a perspectiva de um projeto de sociedade mais articulado.

A ação das ONGs tem se desenvolvido fora do âmbito das organizações que compõem o modelo político e de participação tradicional, como partidos, sindicatos, associações de categorias profissionais. É comum entre dirigentes e militantes de ONGs o discurso negativo em relação às formas tradicionais de participação e de militância política. Registre-se que parte significativa dos dirigentes e militantes que atuam nas ONGs tem sua origem nos partidos políticos de

esquerda e em movimentos sociais ligados às tradições políticas mais progressistas. O pressuposto desses dirigentes é de que nessas organizações teriam oportunidade de uma ação mais concreta, mais direta, com resultados mais palpáveis no curto prazo. Um lema caro às ONGs é: “pensar global, agir local”. Esse fato talvez reflita e reforce um dos eixos sobre o qual está centrada a hegemonia liberal: ao desqualificar a ação do Estado o discurso liberal também desqualifica a política, cujo âmbito, no mundo contemporâneo, foi sendo tecido com o objetivo de controle da esfera pública estatal.

Uma segunda questão a ser considerada é se essa nova forma de organização estaria criando uma também nova sociabilidade, uma nova sociedade civil ou uma nova esfera pública, de caráter privado, podendo vir a substituir a esfera pública-estatal. Ainda que, certamente, não se possam dar respostas conclusivas a todos esses questionamentos, promover a sua discussão poderá contribuir para o aprofundamento do tema.

O fenômeno político-organizacional que gerou as ONGs e que alcançou, em menor ou maior grau, todos os países do mundo, deve ser visto como es-

O fenômeno político-organizacional que gerou as ONGs e que alcançou, em menor ou maior grau, todos os países do mundo, deve ser visto como estrutural e, seguramente, reflete importantes mudanças na forma de organização da sociedade civil contemporânea.

trutural e, seguramente, reflete importantes mudanças na forma de organização da sociedade civil contemporânea. Essas organizações passam a ter presença destacada no âmbito de cada país, como também começam a interferir em questões internacionais relativas à ecologia, à dívida externa de países do sul, aos fluxos de capital especulativo, à ação de organismos multilaterais (FMI, BIRD, BID, OMC) e ao comércio internacional. No que concerne a esse último ponto, ainda permanece na memória de todos a grande manifestação recentemente organizada por ONGs em Seattle (Estados Unidos), que praticamente inviabilizou a reunião da Organização Mundial de Comércio. Motivou-a a criação de condições mais favoráveis aos países menos desenvolvidos nas relações comerciais internacionais. Ações desse tipo reforçam a idéia de que se estaria criando uma nova sociedade civil de âmbito internacional, o que, como visto, refletiria a incapacidade dos Estados Nacionais de lidarem com problemas – e terem influência sobre os mesmos – que crescentemente extrapolam as suas fronteiras, levando a, no limite, criar-se um governo global.

Ainda com relação ao engajamento das ONGs nas conferências internacionais do sistema ONU, podem-se identificar, segundo Corral (obra citada), dois modos de participação:

(...) o tradicional, que se traduz no *lobby*, e o novo modelo que reflete inovação na forma de atuação da sociedade civil na construção de uma democracia global (...) No modelo tradicional do *lobby*, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs)¹ vão estender ao nível internacional sua atuação, consolidada no nível doméstico, de influenciar, alterar e reorientar a formulação de políticas. Nesse contexto, as conferências da ONU são vistas como eventos em que os governos articulam seus objetivos políticos, portanto, um espaço privilegiado para influenciar a política doméstica (...) outra forma de participação alternativa à do *lobby* vem sendo desenvolvida dentro do marco da governabilidade da sociedade civil global (...) Neste segundo modelo se parte da premissa de que os Estados-Nação fracassaram na tentativa de representar os cidadãos e dar respostas a uma série de questões globais que vão da proteção ambiental, aos direitos humanos, à dimensão mais ampla das questões de gênero, à problemática dos assentamentos urbanos, aos vários problemas decorrentes da pobreza, ao desemprego, ao crescimento do crime internacional organizado, principal-

mente o tráfico de drogas. (...) A comunidade internacional de OSCs percebe a si mesma e é percebida por muitos governos como parte do embrião da estrutura institucional que vai definir uma forma de governabilidade global. De fato, isso já vem acontecendo na medida em que as OSCs conseguiram, no decorrer desta década, emplacar novas temáticas e formas de abordagem na Agenda Internacional.

Uma terceira questão a ser discutida diz respeito à legitimação ou à fonte de poder das ONGs que, como instâncias organizativas da sociedade, teriam existência autônoma ou consentida. As organizações da sociedade civil como partidos políticos, sindicatos, associações patronais e de categorias profissionais, e igrejas, têm sua existência justificada e defendida pelos interesses de um conjunto de cidadãos, em nome e no interesse dos quais essas organizações dizem atuar; portanto, a referência de poder dessas entidades é a sua base de associados, de filiados, de militantes, de eleitores. As ONGs, ao contrário das organizações acima referidas, são, em sua grande maioria, criadas por pequenos grupos de pessoas, buscando sua legitimidade nos projetos que implementam, nas bandeiras que defendem e nos públicos beneficiários de sua ação. Creio que essas organizações necessitem de um maior consentimento para garantir sua existência, uma vez que dependem de espaços na mídia e da boa vontade dos governos e dos organismos internacionais para terem plena existência pública.

Um quarto aspecto relevante é o crescente processo de regulação a que têm sido submetidas as ONGs. O sistema ONU, devido à profusão e aos mais variados tipos de ONGs que batem às suas portas, classificou-as em duas categorias (Corral, obra citada): Organizações Não-Governamentais de Interesse Público (PINGOS) e Organizações Não-Governamentais de Interesse Comercial (BINGOS). Os governos nacionais também têm se ocupado com essa questão, e, muitos países, inclusive o Brasil, como veremos adiante, passam a regular o processo de criação e funcionamentos dessas entidades. Tal processo reflete, em certa medida, a preocupação do Estado com o crescimento da importância das ONGs, sobretudo pelo crescente acesso dessas organizações a fundo público. O que talvez justifique a necessidade de um maior controle do setor público sobre a utilização desses recursos.

De outra parte, não se pode deixar de considerar que as próprias ONGs, movidas pela necessidade de acesso a esses recursos públicos, demandem uma regulamentação.

Precisamos que o Congresso brasileiro legisle, definindo direitos e deveres das organizações não-governamentais, distinguindo umas organizações das outras, permitindo, assim, que apareçam todas com a sua cara específica, sem subterfúgios que dão margens a clientelismo e malversação do dinheiro público (Grzybowski, 1995).

Um quinto aspecto a ser considerado é o de que essas organizações dependem cada vez mais de recursos financeiros de origem governamental. Esse fato parece contraditório com a visão que se tenta disseminar de que as ONGs estariam substituindo o Estado. Na realidade, o que tem havido é não só um forte entrelaçamento dessas organizações com os Estados Nacionais e organizações multilaterais (ONU, BIRD, BID), como também uma estreita dependência. Não é sem motivo que o Presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso, no início de seu primeiro governo, referiu-se às ONGs como organizações neogovernamentais. Os recursos oriundos do fundo público têm sido fundamentais tanto para o desenvolvimento de projetos patrocinados por essas organizações, como também para a reprodução institucional das ONGs. Isso, de um lado, representa uma enorme contradição com o discurso das ONGs em relação ao Estado e, de outro, evidencia um limite da ação pública dessas entidades; a necessidade de captação de recursos cada vez mais volumosos para atender a crescente demanda social. Destaque-se que o público-alvo das ações sociais das ONGs é o que mais tem sofrido as consequências da desestruturação econômica e social causada pela implantação do modelo neoliberal em países do Sul, o que tem redundado na elevação dos índices de desemprego e no crescimento da marginalidade social. Ocorre que, no mundo contemporâneo, a origem principal e fundamental de recursos para o financiamento de programas sociais tem como fonte fundamental o fundo público, não os donativos privados.

O que parece ser corroborado pelas próprias ONGs.

As organizações participantes da ABONG têm um compromisso com tudo o que é público: bem público, espaço público, gestão pública. Aí existe um terreno fecundo de relações com o Estado, particularmente com o Executivo. Como já temos provado, principalmente no nível dos governos municipais, podemos contribuir com conhecimento, método, capacidade organizativa para implementar políticas e projetos

concretos que tenham o bem público no centro. Temos agilidade suficiente para chegar nas pontas, lá onde mais se necessita dos recursos e serviços públicos (Grzybowski, obra citada)

Os recursos oriundos do fundo público têm sido fundamentais tanto para o desenvolvimento de projetos patrocinados por essas organizações, como também para a reprodução institucional das ONGs.

Mesmo na Europa, onde existe uma forte tradição de caridade, as Agências de Cooperação Internacional (ONGs de solidariedade) dependem crescentemente de recursos governamentais. Os casos a

seguir relatados (Poelhekke, 1996) a respeito da situação de algumas das principais agências europeias que se relacionam com o Brasil, confirmam claramente o que aqui dizemos.

Na Inglaterra, onde a tradição caritativa é uma das mais fortes da Europa, a CHRISTIAN AID, com orçamento que somou US\$ 204,1 milhões entre os anos de 1992 e 1995, teve como fontes financiadoras: governo e Comunidade Econômica Européia, 37,3%; arrecadação junto ao público, 55,6%; igrejas, 2,0%; outras fontes, 5,1%.

Na Suíça, em 1992, dos US\$ 340 milhões destinados às ONGs de solidariedade, 200 milhões foram provenientes de donativos particulares para serem aplicados em países do sul, enquanto 140 milhões, ou seja, 41,2 %, teve origem governamental.

Na Alemanha, em 1994, a EZE, uma de suas principais agências de solidariedade, de um orçamento total de US\$ 132,9 milhões, teve como principal fonte o governo, US\$ 112,1 milhões (84,3%).

O total de recursos doados pelos governos e pelo público através das agências de solidariedade pode significar muito para quem doa, porém é pouco para quem necessita desse dinheiro. Esses recursos são destinados, em grande parte, a países da África, Ásia e América Latina, que nas mesmas

três últimas décadas, período em que se verificou a proliferação de ONGs, foram submetidos ao processo de ajuste de corte neoliberal, que só fizeram acentuar os já graves problemas econômicos e sociais, produzindo de forma incessante novos pobres, que são, afinal de contas, o público-alvo da maioria das agências e das ONGs espalhadas por esses países.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que existem nos países do Sul pelo menos 50 mil ONGs com atividades para e com os pobres, que são apoiadas por umas 2.500 agências de solidariedade e financiamento nos países do Norte. Essas agências transferem anualmente cerca de US\$ 5,5 bilhões de doações particulares e US\$ 2,2 bilhões de recursos governamentais. Estima-se que, de uma forma ou outra, atingem-se com esses recursos uns 250 milhões de pessoas no Sul (Poelhekke, obra citada).

Pode-se ter uma idéia de como os recursos financeiros são transferidos, por meio dos dados (Tabela 1) agregados referentes a sete agências ecumênicas (DanChurchAid, Christian Aid, HEKS, Pão Para o Mundo, EZE, Solidaridad e ICCO); estas agências “representam 0,3% das 2.500 agências européias de financiamento”, e “transferiram para o Sul, em 1994, US\$ 430 milhões do total de US\$ 7,7 bilhões (estimados) enviados às ONGs” (Poelhekke, obra citada).

Os dados permitem visualizar-se a forma pela qual os recursos das agências são distribuídos entre os continentes. A África e a Ásia, juntos, absorveram cerca de 65% dos recursos, enquanto para a América Latina foram destinados em torno de 20%, com uma tendência declinante em termos de participação no total de recursos. Esse declínio deve ser decorrente do aumento da ajuda das

agências aos países do Leste europeu, que atravessam um forte processo de desestruturação desde o início da década de 1990, com a desestruturação dos antigos Estados socialistas.

Apesar do reconhecimento da importância dos recursos para o público beneficiário e de US\$ 7,5 bilhões constituir um respeitável volume de recursos, considerando-se as 50 mil ONGs e os 250 milhões de pessoas beneficiárias das ações dessas nos vários continentes, esses recursos, em termos per capita, perdem significação; na verdade, representariam uma média de US\$ 150.000,00 por ONG/ano e de US\$ 30,00 por pessoa/ano, o que, convenhamos, é pouco dinheiro dentro de qualquer padrão, mesmo sem considerar os recursos que ficam nas atividade meio e na manutenção do corpo técnico e burocrático dessas organizações.

Note-se que o Brasil contou com uma média de 5% dos recursos passados para os países do Sul, o que significou algo em torno de US\$ 20,0 milhões ao ano.

As ONGs no Brasil

No Brasil, a maioria das ONGs foi criada nas décadas de 1980 e 1990. Dados extraídos de publicação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG, 1998), indicam que, das 114 organizações a ela filiadas, 62 (54%) foram criadas na década de 1980; 37 (33%), na década de 1990 e apenas 15 (13%), antes de 1980. No que se refere às fundações empresariais, dados coletados na página do Grupo Institucional de Fundações Empresariais (GIFE) indicam que, das 45 instituições filiadas, 8 (18%) foram criadas na década de 1980; 22 (49%), na década de 1990 e 15 (33%), em anos anteriores a 1980. Resalte-se que entre as fundações criadas antes de

1980, sete foram criadas no exterior, instalando filiais no Brasil; portanto, estão ligadas a outras dinâmicas. Apesar das associadas da ABONG e do GIFE, principalmente as da ABONG, se constituírem em um pe-

Tabela 1 - Destinação dos Recursos Financeiros das Agências DanChurchAid, Christian Aid, HEKS, Pão Para o Mundo, EZE, Solidaridad e ICCO - 1993/1995

Continente	1994	US\$	1994	%	1993	US\$
África	170,9	39,8	161,2	39,7	157,3	39,5
Ásia	104,3	24,3	101,5	25,0	105,2	26,4
A. Latina	86,4	20,1	89,5	22,1	89,1	22,4
Europa	67,8	15,8	53,5	13,2	46,7	11,7
Total	429,4	100,0	405,7	100,0	398,3	100,0
BRASIL	21,3	5,0	18,8	4,6	22,2	5,6

Fonte: Cadernos ABONG nº 13

queno conjunto dos milhares de organizações que compõem o universo das ONGs existentes no Brasil, os dados acima confirmam que as ONGs brasileiras foram criadas nas duas últimas décadas. Observe-se que, no caso das fundações empresariais, quase metade foi criada na década de 1990, indicando ser a filantropia empresarial um movimento recente entre as empresas brasileiras.

A mesma publicação mostra que as organizações criadas antes da década de 1980 têm como objetivo a luta política mais geral, voltando-se principalmente para o apoio e fortalecimento de movimentos que visam à defesa da democracia, dos direitos humanos, da melhoria da qualidade de vida da população. De outro lado, as ONGs criadas posteriormente voltam-se, em sua grande maioria, para áreas específicas, confirmando a tendência geral de atuação fragmentada dessas organizações.

Em termos de localização espacial, das 114 ONGs filiadas a ABONG, 70 (61%) estão localizadas em apenas três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em relação às fundações empresariais a concentração também é bastante alta: cinco estados, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, concentram 34 (76%) das 45 fundações, institutos e empresas filiadas ao GIFE.

O quadro delineado na primeira parte deste artigo pode, em grande medida, ser generalizado para as ONGs brasileiras; entretanto, devem-se considerar algumas especificidades da sociedade brasileira, que interferem no funcionamento dessas entidades: a magnitude dos problemas econômico-sociais – são cerca de 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, o que só faz ampliar a demanda por serviços das ONGs – as características de autoritarismo e excludência do Estado brasileiro, as dificuldades de acesso à mídia e a utilização privatista e clientelista dos recursos financeiros governamentais são algumas delas.

Nas décadas em que se verificou o *boom* de criação das ONGs, verificou-se também um processo de deterioração do quadro econômico e social do País. Esse período foi caracterizado por baixas taxas médias de crescimento do PIB, pelo descontrole da inflação, pela elevação das taxas de desemprego e, mais recentemente, por um processo de estabilização econômica que, com a promessa de

melhorar a qualidade de vida das massas populares, jogou milhões de brasileiros no desemprego, na miséria e na desesperança, liquidou as finanças públicas, degradou os serviços públicos e a infraestrutura do país, o meio ambiente, a vida nas cidades. Ou seja, o agravamento do quadro econômico, social e ambiental só fez aumentar a demanda por serviços sociais, por mais empregos, por habitação, por alimentação, por terra, pela preservação do meio ambiente, por melhores salários. Referiu-se acima o enorme contingente de brasileiros vivendo de forma miserável: essa massa de marginalizados é negado tudo, principalmente o direito de cidadania. Se para o conjunto da população brasileira os serviços públicos já são precários, para os marginalizados o Estado e seus serviços são uma ficção. Como uma parcela significativa das ONGs dedica-se à oferta de serviços sociais, elas defrontam-se com uma demanda sempre crescente, o que termina por sobrecarregá-las.

A maioria das principais ONGs brasileiras, como já visto, foi criada por militantes políticos oriundos de partidos de esquerda ou de movimentos sociais ligados à tradição progressista. Esse fato talvez se constitua num elemento dificultador do diálogo dessas organizações com a elite política e governamental, hegemonicamente conservadora, que sempre dominou e domina a cena política brasileira. Uma das características mais marcantes dessa elite, de espectro de centro-direita, é a ojeriza por tudo que é popular ou por todos aqueles, pessoas ou instituições, que defendam, minimamente, espaços e direitos para esses setores. Evidentemente essa afirmação não autoriza a conclusão de que as ONGs são uma efetiva ameaça aos privilégios dessa elite, mas há de reconhecer-se que grande parte dessas instituições se coloca numa posição crítica relativamente às mazelas da sociedade brasileira e mantém vínculos com os setores mais progressistas da sociedade, o que, por si só, já se constitui em motivo suficiente para os vetos dos grupos dominantes.

Para se ter uma idéia da forma como as ONGs e os movimentos sociais têm sido tratados no Brasil vejamos o que ocorreu, no início do governo do Presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em 1995: ao instituir-se o Programa Comunidade Solidária, coordenado pela primeira-dama, Ruth Car-

doso, a primeira providência foi a desarticulação do antigo Conselho Consultivo do Programa de Segurança Alimentar constituído no Governo Itamar Franco e do qual faziam parte *representantes de organizações da sociedade civil, inclusive de ONGs*. Na constituição do Conselho do Programa Comunidade Solidária, em vez de se manter o critério de representação de organizações da sociedade civil, *optou-se pela composição a partir da indicação de personalidades*, ou seja, fez-se uma opção deliberada pela fragmentação, pelo enfraquecimento da organização da sociedade civil. Esse fato foi denunciado em documento que ficou conhecido como Carta de Vitória, em alusão à reunião de ONGs realizada na capital do Estado do Espírito Santo. Logicamente esse fato, em aparência sem significado, era parte de uma bem-cuidada estratégia de desarticulação de qualquer movimento da sociedade civil que pudesse ameaçar os desígnios do príncipe e seu projeto antipopular, como logo depois ficou comprovado com o brutal e truculento tratamento dispensado aos petroleiros e seus sindicatos em decorrência da deflagração de movimento grevista.

O fato é que as ONGs brasileiras não têm encontrado um ambiente favorável para o seu relacionamento com os vários níveis de governo e de instâncias governamentais. Além dos aspectos acima enfocados, deve-se considerar o fato do Estado brasileiro ser um Estado forte, bem articulado e com uma imensa capilaridade territorial. Os programas concebidos e implementados pelo Governo Federal, tendo por objetivo atender às demandas dos setores mais carentes da população, têm sido executados a partir de núcleos constituídos no nível estadual e pela incorporação dos governos municipais, que ficam responsáveis pela implementação das ações. Esse mecanismo de execução, do qual têm sido excluídas as ONGs, de um lado oferece instrumentos ao poder político local no sentido do fortalecimento dos vínculos clientelísticos com a população, e, de outro, cria uma grande dependência desse poder político relativamente às esferas estadual e federal. No Nordeste brasileiro, os Programas de Apoio a Pequenos Produtores Rurais,

A postura do Estado brasileiro com relação às ONGs tem se constituído num sério obstáculo ao processo de legitimação das mesmas na sociedade brasileira.

que ganharam denominações diferenciadas nos diversos Estados, se constituem em exemplos notáveis dessa prática governamental. Mais recentemente, o Programa Comunidade Solidária tem seguido os mesmos passos dos programas acima referidos. No primeiro caso, tem sido comum o envolvimento de associações de pequenos produtores rurais no processo de construção de pequenas obras. Observe-se, entretanto, que essas associações, em sua grande maioria, são criadas e domi-

nadas por políticos locais, com o objetivo de facilitar o relacionamento com o programa. Consequentemente, a aplicação dos recursos é também dominada por esses políticos. No caso do Comunidade Solidária, o modelo é basicamente o mesmo, sendo que um pouco atenuado no sentido da incorporação de ONGs em algumas

ações. O fato é que a elite política conservadora brasileira, tendo nos recursos públicos o principal instrumento para sua reprodução, dificilmente abrirá mão do controle da aplicação desses recursos, principalmente em favor de instituições que estejam ou possam estar fora de seu controle. Creio que aí reside a grande dificuldade de relacionamento com o Estado, que tem sido a tônica do processo de desenvolvimento e expansão das ONGs no Brasil.

A postura do Estado brasileiro com relação às ONGs tem se constituído num sério obstáculo ao processo de legitimação das mesmas na sociedade brasileira. Mas o Estado não está sozinho nessa forma de relacionamento ambíguo, sendo acompanhado pela mídia. Esta, se de um lado tem dado grande cobertura à ação das ONGs, por outro, não perde oportunidade de fazer críticas a deslizes cometidos por uma ou outra entidade, passando a impressão de que a falha noticiada pode ser generalizável para o conjunto dessas organizações. Nos últimos anos, o espaço nos meios de comunicação tem sido mais ocupado pelas fundações e institutos empresariais, cujas ações e virtudes são sempre amplamente divulgadas. As ONGs perdem espaço para aquelas instituições. Destaque-se que um dos principais canais de legitimação das ONGs, que carecem, como já visto acima, de base social concre-

ta, é a sua exposição pública, sendo-lhes, portanto, fundamental a exposição midiática.

As dificuldades de acesso das ONGs às fontes de recursos financeiros tem se constituído num dos graves problemas enfrentados por essas organizações. Algumas das principais fontes de financiamento das ONGs vêm sendo as agências de solidariedade européias, que, entretanto, nos últimos anos têm reduzido as suas transferências para o Brasil. Esse fato tem sido, em parte, justificado pela disseminação da idéia de que o Brasil é um país rico, se comparado com outros países da África, da Ásia e da própria América Latina. Por outro lado, os países do Leste europeu, que passam por intenso processo de desestruturação econômica e social, têm-se constituído na nova fonte de atenção das agências de solidariedade e de destinação de seus fundos financeiros. Outro fator que não deve ser desprezado é que as famílias doadoras de recursos às agências de solidariedade têm reduzido as suas contribuições, com impacto negativo na captação global dessas agências. O fato é que ONGs locais, repassadoras de fundos das agências de solidariedade européias, têm sofrido constantes restrições orçamentárias com o continuado corte de recursos. Em 1995, pesquisa realizada pela OXFAM (agência inglesa) e pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) registrou que as principais agências européias e norte-americanas enviaram US\$ 74 milhões para o Brasil. Considerando-se os fatores acima referidos, a difusão de um certo grau de desenvolvimento do Brasil e a concorrência de outras regiões (Leste Europeu e África), é de esperar-se que essas transferências já tenham sido reduzidas.

Tabela II - Receita Prevista de Entidades Filiadas à ABONG 1998 (R\$)

Faixas	Frequência	%
1. Menos de 50.000	37	20,1
2. De 51.000 a 100.000	30	16,3
3. De 101.000 a 300.000	58	31,5
4. De 301.000 a 600.000	25	13,6
5. De 601.000 a 1.000.000	16	8,7
6. Mais de 1.000.000	13	7,1
7. NS/NR	5	2,7
BASE	184	100,0

Fonte: ONGs: Um perfil, Cadastro das entidades associadas à ABONG, 1998.

Um levantamento realizado pela ABONG com 184 entidades a ela filiadas, mostra que, para o ano de 1998, eram 67 as entidades (36,4%) com uma previsão orçamentária de até R\$ 100 mil. Na faixa de R\$ 101 mil a R\$ 600 mil, estavam situadas 83 (45,1%); ou seja, 81,5% das ONGs filiadas tinham previsão orçamentária abaixo de R\$ 600 mil. Com previsão orçamentária de mais de R\$ um milhão, existiam apenas 13 (7,1%) entidades. Registre-se que a principal fonte orçamentária dessas organizações encontra-se nas transferências realizadas pelas agências externas de solidariedade.

No que tange às fundações empresariais, segundo levantamento realizado pelo autor no *site* do GIFE, observa-se que as entidades filiadas contam, no seu conjunto, com uma previsão orçamentária de cerca de US\$ 172,0 milhões, sendo que apenas duas fundações, Banco do Brasil e BRADESCO, mobilizam US\$ 82,3 milhões, o que representa cerca de 48% dos recursos previstos para o conjunto das instituições filiadas. Considerando-se que entre as instituições filiadas ao GIFE encontram-se diversas das maiores empresas brasileiras e que apenas dois desses grupos concentram 48% dos recursos previstos, são irrisórios os recursos destinados para ações de caridade por essas empresas. Deve-se ressaltar que os recursos mobilizados pelas fundações e institutos empresariais são também utilizados para outros fins que não a caridade e a solidariedade, de que são exemplo o patrocínio de peças de teatro, de filmes, os prêmios.

No que diz respeito à destinação de recursos públicos para o financiamento das atividades de ONGs, não foi possível o acesso a dados confiáveis que permitissem uma avaliação mais precisa. Entretanto, há um certo consenso em torno da idéia de que as ONGs que mais recebem recursos de fonte governamental são as que desenvolvem atividades com crianças (deficientes, em estado de risco, órfãs, creches), na área de saúde (DST/AIDS), na área de emprego e renda (capacitação, escolas comunitárias) e na área ambiental.

Conclusão

Apesar de não se pretender assumir uma posição fechada sobre o tema em debate — os objetivos deste artigo são antes de tudo especulativos —

podem-se arriscar algumas conclusões ou sínteses dos temas aqui abordados:

1. o fenômeno político-organizacional denominando ONGs ou Terceiro Setor se insere em uma dinâmica mais estrutural, em que novos entes sociais interagem com a sociedade civil na busca de uma nova sociabilidade;
2. a ação das ONGs, em sua grande maioria, caracteriza-se pela fragmentação, destinando-se a atender necessidades específicas de grupos carentes;
3. as ONGs com atuação global têm adotado uma agenda voltada sobretudo para as relações desiguais entre os países do Hemisfério Norte e os do Hemisfério Sul (as grandes manifestações realizadas na cidade de Seattle nos EEUU, podem ser o prenúncio de uma nova forma de mobilização de uma sociedade civil global);
4. tendem fortemente a serem reduzidas as transferências oriundas das agências internacionais de solidariedade para o Brasil;
5. as ONGs, para ampliar suas ações, não podem prescindir do acesso ao fundo público (a questão seria saber em que grau esse acesso pode afetar a autonomia dessas organizações);
6. as características de autoritarismo e exclusão do Estado e da sociedade brasileira têm dificultado o relacionamento dos governos com as ONGs;
7. apesar do estardalhaço feito pela mídia com relação às virtudes da solidariedade empresarial, os recursos destinados pelas empresas às ações caritativas ainda são insignificantes em face daqueles aplicados pelo Estado e da dimensão dos problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas:

- CORRAL, Thais. As ONGs e as relações internacionais: emergência e limites da governabilidade global. *Cadernos da ABONG*. n. 26, nov. 1998.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém público, o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Cidadania, autonomia e parceria. *Jornal da ABONG*, n. 11, ago. 1995.
- INQUE, Cristina Yumie Aoki. Bases para um novo pacto de cooperação. *Cadernos ABONG*, n. 17, jun. 1997.
- ONGs: Um perfil. Cadastro das Associadas à ABONG. ABONG, 1998.
- PALMA, Óscar Arcos. Participación de las organizaciones de la sociedad civil en el desarrollo: la experiencia colombiana. In: *Las organizaciones civiles en la transición*. México: IKOUMENE, 1998.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROCHA, Regina e ALMEIDA, Wellington. A União Européia e as ONGs. *Cadernos da ABONG*. nov.1998.
- POELHEKKE, Fabio. Um olhar sobre as agências. *Cadernos da ABONG*. n. 13, maio, 1996.
- SALAZAR, Gabriel. Tendencias transliberales del movimiento ciudadano en Chile (1973-1996). In *Las organizaciones civiles en la transición*. México: IKOUMENE, 1998.

¹ OSCs, denominação utilizada com o mesmo sentido de ONGs.

* Osvaldo Barreto é professor adjunto da Escola de Administração da UFBA.
osvaldo@ufba.br